

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

Ivan Elizeu Bomfim Pereira

**O *global player* “megalonânico”: a visão do portal Veja sobre
a Política Externa do Governo Lula**

**Porto Alegre
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

Ivan Elizeu Bomfim Pereira

***O global player “megalonânico”*: a visão do portal Veja sobre
a Política Externa do Governo Lula**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof^ª. Dra. Karla Maria Müller

Porto Alegre

2015

Bomfim, Ivan

O global player "megalonânico": a visão do portal
Veja sobre a Política Externa do Governo Lula / Ivan
Bomfim. -- 2015.

306 f.

Orientadora: Karla Müller.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Cobertura jornalística de Política Externa. 2.
Hermenêutica de Profundidade. 3. Portal Veja. 4.
Política Externa do Governo Lula. 5. Análise Crítica
do Discurso. I. Müller, Karla, orient. II. Título.

Ivan Elizeu Bomfim Pereira

O *global player* “megalonânico”: a visão do portal Veja sobre a Política Externa do Governo Lula

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof^ª. Dra. Karla Maria Müller

BANCA AVALIADORA

Prof^ª. Dra. Karla Maria Müller – UFRGS
(orientadora)

Prof^ª. Dra. Ana Regina Falkembach Simão – ESPM Sul

Prof^ª. Dra. Maria Helena Weber – UFRGS

Prof. Dr. Mohammed ElHajji – UFRJ

Prof^ª. Dra. Thaís Furtado – Unisinos

Porto Alegre
2015

RESUMO

Esta tese tem por objetivo explorar as formas pelas quais a mídia noticiosa enfoca a Política Externa do Brasil a partir da cobertura realizada acerca das relações desenvolvidas pelo país no eixo Sul-Sul durante a administração Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O Estado brasileiro passou por um processo de grande inserção internacional, e o incremento dessas relações exteriores teve entre suas consequências uma maior presença do país no cenário mundial, ao mesmo tempo em que nações e povos que pouca presença apresentavam nas notícias acerca dos acontecimentos exteriores passaram a ser tema da cobertura jornalística interna. O país se envolveu em novas dinâmicas, o que, nesta investigação, é representado pela análise da cobertura jornalística realizada pelo portal Veja – um dos mais acessados do Brasil e representante, na esfera da internet, da revista homônima – sobre a constituição do grupo BRICS (2005-2010), o envolvimento na crise política de Honduras (2009-2010) e nas negociações, em conjunto à Turquia, sobre o programa nuclear do Irã (2010). Ao longo do período compreendido entre 2003 e 2010, o complexo midiático-jornalístico do qual VVV faz parte se estabeleceu como um espaço de forte oposição ao governo Lula, questionando suas premissas. No caso da condução da política externa, o êxito da administração do Partido dos Trabalhadores (PT) acabou servindo como forma de visibilidade interna e externa. Nesta investigação, sustento que as críticas do portal Veja têm por objetivo diminuir o impacto da popularidade de Lula e, para tanto, a cobertura noticiosa é sustentada pelo acionamento de discursos e representações que expõem a utilização de estereótipos negativos, baseados em premissas políticas, econômicas, históricas e socioculturais de viés negativo. Para concretizar este trabalho, faço uso da Hermenêutica de Profundidade, como disposta por Thompson (2009), que reúne: produção e transmissão de formas simbólicas mediadas por tais meios; construção de mensagens comunicativas; e recepção e apropriação das mensagens midiáticas. Eu enfoco minha atenção especialmente ao segundo estágio, para o qual me utilizo do arcabouço teórico da Análise Crítica de Discurso.

Palavras-chave: Cobertura jornalística de Política Externa; Hermenêutica de Profundidade; Portal Veja; Política Externa do Governo Lula; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This thesis aims to explore the ways in which the news media focuses on the foreign policy of Brazil from the coverage made about the relations developed by the country in the south-south axis during Luiz Inacio Lula da Silva administration (2003-2010). I realize that the Brazilian state has undergone a major international insertion process, and the increase of these foreign relations had among its consequences a greater presence in the country on the world scene at the same time that nations and peoples who had little presence in the news about the events outside became the topic of domestic news coverage. The country took part in new dynamics, which, in this research, is represented by the analysis of news coverage conducted by the *Veja* portal – one of the most accessed in Brazil and representative, in the sphere of internet, of the eponymous magazine – on the establishment of the BRICS group (2005-2010), the involvement of the Honduran political crisis (2009-2010) and in the negotiations, together with Turkey, on Iran's nuclear program (2010). Over the period between 2003 and 2010, the media-journalistic complex which *Veja* is part has established itself as a instance of strong opposition to Lula, questioning its premises. In the case of the conduct of foreign policy, the success of Worker's Party (PT) administration ended up serving as a form of internal and external visibility. In this investigation, I contend that the *Veja* portal criticism aim to lessen the impact of the popularity of Lula and, therefore, the news coverage is supported by the drive and representations that expose the use of negative stereotypes based on political premises, economic, historical and sociocultural negative bias. To realize this work, I use the Depth Hermeneutics, as disposed by Thompson (2009), which comprises: production and transmission of symbolic forms mediated by such means; construction of communication messages; and reception and appropriation of media messages. I focus my attention especially to the second stage, for which I use the theoretical framework of Critical Discourse Analysis.

Keywords: News coverage of Foreign Policy; Depth Hermeneutics; Foreign Policy of the Lula Government; Critical Discourse Analysis.

Reminiscências

Os quatro anos de doutorado no PPGCOM simbolizam para mim um longo período de transição. Um grande número de experiências, lugares, pessoas, ideias; em síntese, abriu-se um multiverso. Neste, perdido, encontrei-me ao perceber que levo sempre meu universo particular, constituído nas experiências diárias de angústia, ansiedade, empolgação, expectativa, saudades do novo e do velho. Devir.

De “exílio acadêmico”, Porto Alegre se tornou lar. Barcelona, de ilusão a meu lugar no mundo ibérico.

Gaúchos, equatorianos, espanhóis, nicaraguenses, cearenses, argentinos... todos deixaram de ser sinédoques. São amigos, colegas, lembranças de andanças.

Karine passou de companheira a esposa. E sua presença me dá equilíbrio e força para continuar.

E, no meio disso tudo, veio Ana Luiza. E percebi que nada há de mais importante no meu universo.

Percebi que a história é minha, mas não a controlo. Apenas tento guiá-la.

Agradecimentos

Agradeço ao PPGCOM/UFRGS pela oportunidade de realizar os estudos de mestrado e doutorado e permitir que concretizasse o plano de me tornar um pesquisador em Comunicação.

À Capes, pelo apoio concedido ao longo dos anos

À prof. Karla Müller, orientadora ao longo de seis anos e uma grande amiga. Palavras de cobrança e de apoio nos momentos certos, horas de conversas sobre pesquisas, teóricos, América Latina e mundo. Sua confiança no meu trabalho e seu carinho serão sempre recordados com afeição.

À prof. María Dolores, que me recebeu com muita atenção e cordialidade na Universidade Autônoma de Barcelona durante o período de doutorado-sanduíche. Nossas trocas de ideias se refletem em vários aspectos deste trabalho.

Aos queridos amigos que me acompanharam nessa caminhada: Angelo e Marcia, sempre presentes, que de tão próximos considero parte da família; Basilio, Aloisio, Debora Lapa, Debora Liz, Elaine, com quem dividi momentos tão especiais; Robson, Rafael Foletto, Gerson, Andrés Lasso, Andrés Lupiañez, companheiros nos tantos recantos do mundo entre Brasil, Espanha e Argentina.

À minha família, que lá de Minas sempre me enviou boas vibrações. Tia Conceição e madrinha Ione, Ioninha, Raphael e Giovanna representam um núcleo de saudades. Minha mãe, Wilma, minha grande referência na vida, a quem admiro pela

força, dignidade e ternura. Em todas as decisões que tomo, ela é meu público imaginado.

À Cleni, Edson e Adelaide, que se tornaram minha família no Sul. A ajuda de d. Cleni no início da redação deste trabalho foi fundamental para que eu pudesse realizá-lo, e minha gratidão pelo seu esforço será eterna.

A Karine, minha mulher, amiga, incentivadora, corretora, consultora, entre tantos outros papéis. A quem devo a melhor parte da minha biografia.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho a Ana Luiza, meu pequeno grande sonho realizado.

Eu me esforço para dar o mundo a ela, e ela me paga em sorrisos.

SIGLAS

AIEA: Agência Internacional de Energia Atômica
Alalc: Associação Latino-Americana de Livre Comércio.
ALBA: Aliança Bolivariana para as Américas
Abep: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – principal instituição do Banco Mundial
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento
BRICS/BRIC: Grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia e China (e, a partir do fim de 2010, África do Sul), considerados os países emergentes com economias mais importantes
CASA: Comunidade Sul-Americana de Nações
CS-ONU: Conselho de Segurança da ONU
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA: Estados Unidos da América
Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz
FMI: Fundo Monetário Internacional
G20 (comercial): Grupo de 20 países considerados economias emergentes
G20 (financeiro): Grupo de 19 países com as maiores economias do mundo mais a União Europeia
G5+1: Grupo dos países que formam o Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha
G8: Grupo dos sete países mais industrializados mais a Rússia
IBAS: Fórum que reúne Índia, Brasil e África do Sul
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA: Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
Inpe: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Mercosul: Mercado Comum do Sul
MRE: Ministério das Relações Exteriores
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA: Organização dos Estados Americanos
OMC: Organização Mundial de Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
OPA: Operação Pan-Americana
PEB: Política Externa Brasileira
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PT: Partido dos Trabalhadores
Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UA: União Africana
UE: União Europeia
Unasul: União de Nações Sul-Americanas

FIGURAS

Figura 1: <i>capa da The Economist</i>	78
Figura 2: <i>Desafios brasileiros</i>	163
Figura 3: <i>Ferramenta de busca</i>	164
Figura 4: <i>Republiqueta de bananas</i>	233
Figura 5: <i>Imperialismo megalonânico</i>	253
Figura 6: <i>Os tropeços do embaixador</i>	256

QUADROS

Quadro 1: Modos de operação da ideologia.....	23
Quadro 2: comentários sobre IR30	249
Quadro 3: comentários sobre IR31.....	249
Quadro 4: comentários sobre HO16	250
Quadro 5: comentários sobre HO28	252

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CONSTRUINDO CAMINHOS	19
1.1 A Hermenêutica de Profundidade e a compreensão da doxa	20
1.2 A construção social da realidade: um ponto de encontro	23
1.3 Modernidade e a experiência humana	32
1.3.1 A identificação nacional	34
1.4 O pensamento moderno como realidade abissal	37
1.5 Jornalismo e poder simbólico	39
2. ESTUDO DO AMBIENTE INTERNACIONAL	45
2.1 A história das Relações Internacionais	45
2.1.1 O Primeiro Debate: Realismo x Liberalismo	47
2.1.2 O Segundo Debate: tradicionalistas x behavioristas.....	52
2.1.3 O Terceiro Debate: Neorrealismo x Neoliberalismo	52
2.1.4 O Quarto Debate: positivistas x pós-positivistas e o Construtivismo nas RI.....	56
2.2 A Política Externa Brasileira: o “outro Ocidente” e a necessidade de uma visão própria.	60
2.2.1 A PEB em perspectiva histórica: desenvolvimento por associação ou independência? .	64
2.2.2 Uma PEB “ativa e altiva”: inserção internacional e relações Sul-Sul	73
3. AS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICA EXTERNA	83
3.1 Para saber mais? Jornalismo e conhecimento	84
3.2 A difícil relação entre jornalismo e alteridade	91
3.3 As notícias sobre Política Externa.....	100
3.3.1 A dimensão internacional das notícias sobre Política Externa.....	100
3.3.2 Entre o sociocultural e o político, os estereótipos	109
3.3.3 A dimensão política das notícias sobre Política Externa	114
4. PARA ENTENDER O UNIVERSO VEJA	130
4.1 A cibercultura e o ciberjornalismo	130
4.1.2 Os portais	141
4.1.3 O ciberjornalismo de revista	143
4.2 Do impresso ao portal: o complexo Veja.....	147
5. COBERTURA DAS RELAÇÕES DO BRASIL NO EIXO SUL-SUL PELO PORTAL VEJA – ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	154
5.1 A construção do <i>corpus</i> – um movimento analítico	162
5.2 A cobertura dos BRICS (2005-2010).....	167
Contexto	167
5.2.1 Macroproposições: cobertura dos BRICS.....	169

Formações discursivas.....	174
5.2.2 Estereótipos: a <i>ovelha negra</i> dos BRICS.....	178
5.2.3 A importância dos BRICS no sistema internacional	181
5.2.4 A “não-ação” brasileira e a negação da política	183
5.3 A cobertura das negociações Brasil-Irã-Turquia (2010).....	188
Contexto	188
5.3.1 Macroproposições: Cobertura das negociações entre Brasil, Irã e Turquia	190
Formações discursivas.....	198
5.3.2 Estereótipos: os Aiatolás atômicos	201
5.3.3 O Brasil desafia o “bom senso” internacional.....	204
5.3.4 A inserção internacional brasileira: as concepções de <i>Brasil ingênuo</i> , <i>Brasil enigma</i> e <i>Brasil objeto</i>	210
5.3.5 O Brasil e as estruturas de poder do sistema internacional	214
5.4 A crise política em Honduras (2009-2010).....	216
Contexto	216
5.4.1 Macroproposições: Crise em Honduras	218
Formações discursivas.....	228
5.4.1 Estereótipos: Honduras, a arquetípica <i>República das Bananas</i>	232
5.4.2 Um golpe para “salvar a democracia”	235
5.4.3 O Brasil: um incauto fantoche.....	239
5.5 Uma análise geral das coberturas: compreendendo a contextualização	241
6. O MEGALONANISMO: INTERPRETANDO A PEB À LUZ DO PORTAL VEJA	245
6.1 Comentários	247
6.2.1 Personagens-chave da PEB.....	254
6.2.1.1 Hugo Chávez.....	254
6.2.1.3 Celso Amorim	255
6.2.1.4 Lula.....	257
6.2 O público alvo do portal Veja: as classes A e B	260
6.3 Marcas discursivas: o vilipêndio do sentimento nacional e a construção social do <i>Nós contra Eles</i>	265
6.4 O <i>megalonismo</i> como definição da PEB	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
REFERÊNCIAS.....	278
ANEXO	289
Irã convida Brasil para uma "nova ordem mundial"	289
Irã é mais um tropeço da política externa brasileira	291
Nobel da Paz iraniana critica Lula e diz que "nenhuma nação deve estar ao lado do Irã"	293

EUA admitem: domínio no globo será menor até 2025	295
Bric precisa ter mais voz no mundo, diz O'Neill	296
País pode lucrar alto se ampliar negócios com Moscou	298
O pesadelo é nosso.....	299

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo explorar as formas pelas quais a mídia noticiosa participa da construção social de um ambiente internacional inteligível, em especial a partir das novas configurações e interações diplomáticas desempenhadas pelo Ministério das Relações Exteriores durante a administração Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a partir do chamado Eixo Sul-Sul. Percebo que o Estado brasileiro passou por um processo de grande inserção internacional, e o incremento dessas relações exteriores teve entre suas consequências uma maior presença do país na arena mundial, ao mesmo tempo em que nações e povos que pouca presença apresentavam nas notícias acerca dos acontecimentos exteriores passaram a ser tema da cobertura jornalística interna. Como compreender esse novo papel desempenhado pelo Brasil? E como esse horizonte de ação é construído midiaticamente a partir de um dos portais noticiosos de maior acesso entre o público nacional?

As possibilidades de estudo de problemáticas envoltas na interação entre aspectos socioculturais e tecnológicos, passando de maneira clara por temas políticos, na estruturação da comunicação de caráter transnacional – e, portanto, essencialmente intercultural – é fator de grande relevância para esta proposta. Destaco que a pesquisa em relação à comunicação jornalística em ambiente internacional apresenta pontos singulares em comparação aos trabalhos que enfocam temas circunscritos à esfera nacional. A sobreposição de diversas estruturas socioculturais é marcante, estabelecendo disputas simbólicas em espaços que, metaforicamente, são mais identificados a identidades culturais do que a linhas divisórias imaginárias entre os países. Desta maneira, há uma crescente complexificação dos temas envolvidos.

Seguindo trajetória iniciada com a dissertação de mestrado¹, acredito ser importante o desenvolvimento de investigações multidisciplinares² e, neste trabalho, a partir do espaço natal da Comunicação e do Jornalismo² intento dialogar com amplo

¹ BOMFIM, Ivan. *O interesse nacional em Carta Capital, Época, Isto É e Veja: eles y nosotros*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, Porto Alegre, 2011.

² Adoto a designação *Jornalismo*, como inicial maiúscula, quando abordo a área de estudos acadêmicos. Ao utilizar a inicial minúscula (*jornalismo*), refiro-me ao âmbito da prática profissional. A mesma regra será usada no caso de Relações Internacionais/relações internacionais e Política Externa/política externa. Aponto, todavia, uma exceção a partir do acrônimo PEB: este seria relativo apenas à disciplina de Política Externa Brasileira mas, em decorrência de seu uso corrente, indica também o âmbito da política externa empreendida pelo Estado brasileiro.

espectro de campos, em especial (mas não apenas) os das Relações Internacionais, Sociologia e História. Para tanto, faço uso de arcabouços teóricos dos estudos discursivos e hermenêuticos. Sim, há um desejo de complexificar a análise, justamente pela percepção de que tratar de temas que envolvam identidade, representação, discurso, ideologia e a partir da mídia é mergulhar em um oceano de sentidos e significados, de conhecimentos e saberes tão localizados historicamente quanto persistentes na memória social e individual. Sendo a realidade socialmente construída (e este é um dos axiomas ao qual minha perspectiva está mais atrelada), destrinchá-la é essencial para iniciar um processo de compreensão de seu enredamento. No andamento desta tentativa, tento manter ao máximo o foco nas questões principais delineadas, mas admito que é consideravelmente fácil se perder no movimento dessas águas e ser levado por alguma das correntes com as quais me deparo.

A problemática fulcral desta investigação se encontra na figura do Estado. Primordial para estruturar a experiência social dos indivíduos desde o início da Modernidade, essa complexa composição abriga o norte referencial de uma das formas de identidade preponderantes na sociedade contemporânea (CASTELLS, 1999; HALL, 2002; MARTÍN-BARBERO, 2003) – ou, diria, o principal índice identitário – por “ligar” seres humanos a construtos de origem discursiva tornados concretos pelas fronteiras que delimitam seus territórios e pelo ostensivo apoio em símbolos, tais como bandeiras, hinos, heróis, mitos de origem, etc, numa escala de identificação que funciona em níveis básicos dentro do processo de socialização (WENDT, 1999). A simples afirmação de que uma pessoa é “brasileira” deflagra a visão de pertencimento a incontáveis estruturas sociais, históricas e culturais, com as quais, acredita-se, ela deva se identificar. Contudo, a chamada crise do Estado-nação, a partir das concepções de uma era pós-moderna, é determinante para desestruturar o que antes se apresentava/representava como sólido. As dinâmicas envolvendo a mobilização, construção e ou fragmentação destas identidades culturais de viés nacional pelos meios de comunicação de massa são motivadores de meus intuitos de pesquisa.

Minha proposta é empreender investigação acerca das formas pelas quais a mídia jornalística aborda as ações brasileiras no ambiente internacional – relacionadas aqui ao que se define como Política Externa Brasileira, ou PEB – por um dos principais sites de notícias do país, o portal Veja, constituindo representações que relacionam as decisões no sistema internacional às configurações do ambiente e às representações que enfocam outros Estados-nação – ou seja, mediando a experiência de conhecimento

acerca do mundo por meio de construções de viés identitário que deveriam engendrar a figura do *nós*, Brasil, em relação aos mais diversos *eles*.

A tarefa é mais complexa do que pode parecer à primeira vista: adoto o período 2003-2010, no qual a condução do Executivo brasileiro ficou a cargo de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT), o que incorreu em consideráveis modificações em relação à atuação externa que foi levada a cabo pelo mandatário anterior, Fernando Henrique Cardoso, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) durante os anos 1995-2002. Ademais, é assaz relevante ter em consideração que o complexo midiático-jornalístico representado por *Veja* historicamente se opõe ao novo partido no poder. Para contrapor universos de sentido consideravelmente diferentes, enfoco, no exame da PEB, as relações desenvolvidas com países do Sul geopolítico.

Pretendo colocar em evidência a importância dos processos de comunicação midiática na atualidade para a constituição dos quadros de referência dos indivíduos. Noto que, como diz Traquina (2000), o jornalismo internacional possui caráter pedagógico, justamente por apresentar novas informações a audiências que possuem poucas referências acerca dos assuntos tratados – e acaba por ser a primeira, se não única, forma de conhecimento sobre países, povos e culturas distantes. Assim, mobilizo o jornalismo compreendido como internacional às temáticas que envolvem o Estado brasileiro, conformando o que defino como análise de cobertura jornalística de política externa.

A realidade social só pode surgir a partir do processo de intersubjetivo, pois assim poderá alcançar o status de senso comum, que está sempre sendo recriado. Quando se trata das informações sobre o mundo, e especificamente sobre as relações interestatais e o ambiente internacional, a produção noticiosa preenche um espaço de enorme relevância. A criação e apresentações de quadros com padrões de interpretação de fatos distantes do saber comum dos indivíduos – o acervo social de conhecimento, nos dizeres de Berger e Luckmann (1973) utiliza, de forma decisiva, discursos e representações midiáticas. Temos aqui o princípio de estruturação de meus objetivos, pois parto da visão geral desta dinâmica para particularizá-la na cobertura jornalística de realizada pelo espaço virtual correspondente a um dos veículos de maior repercussão no Brasil sobre a política externa durante o governo Lula. Como essa nova estrutura diplomática é abordada pelo portal *Veja*, meio que faz parte do grupo Abril e é resultado dos processos de convergência midiática (JENKINS, 2009), relacionando-se diretamente à revista *Veja*?

Pretendo realizar um estudo que ajude na compreensão da experiência brasileira no ambiente internacional. A existência do Estado-nação – esse construto social de origem discursiva que congrega identidade e interesses, na definição de Wendt (1992) – e mesmo de todo o sistema internacional só parece possível pela crença que os indivíduos possuem na identificação nacional. Como observa o mesmo autor em outro trabalho (1999), é impressionante que a adesão aos valores nacionais seja tão profunda e complexa que as pessoas se disponham mesmo a morrer por seus países. O conceito de nação, que é basilar para compreender a força do Estado nacional, é exposto classicamente por Anderson (2009) como “comunidade imaginada”, considerando que seus integrantes nunca terão conhecimento completo uns dos outros (em realidade, muito longe disso). Formas de poder cultural e social sustentam relações econômicas e políticas, e essa estrutura possui nos âmbitos histórico e comunicacional grande importância: de modo geral, o primeiro por fornecer elementos para a instauração de memórias, exemplos, valores e saberes; o segundo por permitir a socialização e evolução destes.

Afirmo, assim, que a investigação sobre a construção dos acontecimentos jornalísticos que marcaram as relações exteriores do Brasil no eixo Sul-Sul durante o período de 2003-2010 a partir do portal Veja se constitui na possibilidade de entendimento sobre uma época, seus condicionantes e o que foi estruturado a partir deste período. Por meio da produção de narrativas que têm por foco o registro de fatos³ da atualidade, o jornalismo dispõe construções sociais sobre a realidade. Estas, longe de serem registros imparciais (algo muito distante das concepções de fato histórico, diga-se), são marcas que nos ajudam a compreender a experiência singular em uma contemporaneidade que nos impele informações sobre o global como se este fosse o espaço de existência comum dos indivíduos.

PROBLEMA DE PESQUISA

A atuação internacional do Brasil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi caracterizada um grande movimento de ações diplomáticas com vistas à inserção do país enquanto ator global (*global player*), enfocando a atuação no chamado eixo Sul-Sul. Essa situação teve o efeito, por um lado, de trazer ao noticiário veiculado pelos

³ Observo que, sempre que usar o termo *fato* sem uma explicação relacionada, tenho em mente o conceito de fato social, não considerando factual em dimensão ontológica.

meios de comunicação brasileiros mais informações acerca de outros países, povos e culturas; por outro lado, promoveu a necessidade de criar, reconfigurar e/ou mobilizar representações identitárias do país.

Tendo em consideração que as estruturas sociais e as configurações históricas são elementos fundamentais para a compreensão dos produtos midiático-jornalísticos, procura-se indagar: como a cobertura do portal Veja engendra os espaços nacionais interno e externo para construir uma representação da experiência internacional brasileira na primeira década do século XXI?

Assim, disponho:

Objetivo geral

Compreender o significado das marcas discursivas que sustentam conhecimentos sobre o Brasil e o ambiente internacional na cobertura do portal Veja da Política Externa Brasileira durante o governo Lula (2003-2010).

Objetivos específicos

- 1) Identificar como o portal Veja estrutura as formas de atuação da Política Externa Brasileira;
- 2) Analisar a construção e mobilização de estereótipos acerca dos diversos *Outros* que são abordados nas notícias;
- 3) Compreender como o portal constrói a dinâmica de identificação entre grupos sociais e instituições estatais;
- 4) Investigar os processos de contextualização do material noticioso empreendidos pelo portal Veja.

Meu principal referencial teórico-metodológico é a Hermenêutica de Profundidade (THOMPSON, 2009), que permite a articulação de diferentes conceitos e formas de investigação para a compreensão dos produtos midiáticos em sua relação com a sociedade. Estes serão expostos no decorrer do trabalho. Porém, mais do possibilitar uma ampla abordagem investigativa, a HP é uma forma de pensar a multiplicidade das relações e entrecruzamentos de conhecimentos, discursos, ideologias, sentidos e significados que instituem vinculações entre formas simbólicas e processos sociais,

culturais, políticos, históricos e cognitivos. Parece-me ser esta a complexidade envolvida na ideia de que uma notícia, por mais singela que possa se apresentar, tem a pretensão de explicar uma porção da realidade por meio de algumas linhas de texto. Esta simulação só é possível precisamente por todas as dimensões envolvidas na articulação das formas simbólicas como elementos estruturados e estruturantes.

Assim sendo, a Hermenêutica de Profundidade suscita a composição desta investigação em três momentos distintos, dentro do contexto de *enfoque tríplice* elaborado por Thompson (2009) e explicado no início do primeiro capítulo. Nesta sessão inicial, procuro expor os principais paradigmas teóricos que sustentarão essa investigação, pensando na aproximação entre os campos da Comunicação e do Jornalismo ao das Relações Internacionais a partir do arcabouço teórico relacionado ao conceito de construção social da realidade. Erigido no bojo da Sociologia do Conhecimento, sustenta-se que as teorias construcionistas e construtivistas, relativas respectivamente aos estudos jornalísticos e internacionalistas, possuem uma raiz comum. Neste engendramento, faz-se importante compreender a instituição da Modernidade como ambiência da experiência humana.

No segundo capítulo, acerco-me ao desenvolvimento histórico das Relações Internacionais e da Política Externa Brasileira, de modo a abordar a constituição do ambiente internacional e suas características próprias. Enfoco também a questão do eixo-Sul-Sul, relacionado à consideração do chamado Sul geopolítico no ambiente interestatal. Esta interpelação se mostra necessária para a compreensão da proposta do terceiro capítulo, no qual busco construir uma análise acerca das notícias sobre política externa. Entendo esse temário como uma forma ambígua, que converge fatores noticiosos domésticos ao chamado jornalismo internacional. Este transcurso é amparado em uma concepção sociocultural, na qual as tipificações estereotípicas apresentam significativa relevância.

No quarto capítulo, discuto questões relacionadas ao universo jornalístico do portal Veja. Sua composição hibridiza uma identidade editorial fortemente demarcada no decorrer da trajetória da revista semanal que deu origem ao site. Desta forma, incorro no exame do que denomino como ciberjornalismo de revista, posto que o material noticioso publicado pelo portal apresenta parte das características revistativas (TAVARES, 2011) de forma relacional ao ambiente virtual.

O quinto capítulo marca a passagem ao segundo componente do enfoque tríplice. Empreendo uma análise discursiva sobre três coberturas realizadas pelo portal

Veja no âmbito das relações Sul-Sul da PEB entre 2003 e 2010: a instituição do grupo BRIC/BRICS (2005-2010), as negociações entre Brasil, Turquia e Irã sobre o programa nuclear iraniano (2010) e o envolvimento brasileiro na crise política de Honduras (2009-2010). Neste intuito, utilizo-me dos pressupostos da Análise Crítica de Discurso, de maneira a poder exercer um movimento de interpretação de viés sociopolítico.

No sexto e último capítulo, procedo a uma tentativa de compreensão da interpretação e apropriação das matérias sobre a PEB publicadas pelo portal Veja. Partindo do audiência-alvo que perfaz o papel de leitor imaginado do universo jornalístico de Veja, tomo alguns comentários postados sobre as notícias como indícios e procuro analisar a estruturação da compreensão das realidades interna (doméstica) e externa (internacional) na *doxa* representada pelo público do portal. Ao final, apresento algumas considerações finais sobre a investigação – certamente, não definitivas.

CONSTRUINDO CAMINHOS

Neste trabalho, intento compreender a cobertura jornalística do portal Veja sobre o processo de inserção internacional realizado pelo Estado brasileiro durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com enfoque sobre as relações estabelecidas no eixo Sul-Sul. A atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) guiou-se pelo estabelecimento e, em alguns casos, reestabelecimento de paradigmas de atuação como o multilateralismo e ênfase nos contatos com nações dos chamados países em desenvolvimento.

Tendo em vista a intenção de construir uma tese que envolva diferentes campos e disciplinas, é necessário ter em consciência as dificuldades que estudos multidisciplinares acarretam. A conformação de nosso objeto de pesquisa passa pela exploração de distintos conceitos, por vezes pertencentes a áreas não relacionadas diretamente. Há o intuito de justamente fazer com que essas dialoguem, e seja buscada a compreensão das temáticas em estudo. A cobertura jornalística acerca das relações exteriores de um país acaba por mobilizar uma miríade de assuntos, conhecimentos, poderes, saberes, representações. Constitui-se num verdadeiro multiverso, englobando, no noticiário, vários níveis de “realidade”, ou melhor, realidades.

Algo a ser percebido, e ao qual retornarei durante todo o trabalho, é a percepção de que as relações entre países não são apenas um jogo de tabuleiro. Os Estados são formados por pessoas, culturas, visões de mundo. São espaços sociais. Seria importante que o jornalismo, em sua forma de produção específica de conhecimento, tratasse com esmero a dimensão cotidiana das temáticas que envolvem a ambiência internacional. Espero deixar clara essa ideia ao longo da tese, mostrando essa necessidade para a compreensão dos acontecimentos trazidos pela cobertura do portal da *era Lula* na Política Externa Brasileira.

Realizo uma investigação a partir da área da Comunicação, mas há uma necessidade de conjugar elementos de distintos campos. Trocando em miúdos, invisto em uma pesquisa na qual observo, por meio da mídia, a movimentação de uma abstração em um ambiente onde ela interage com outras abstrações que reconheço como “portadoras” de características únicas. Abordar este âmbito de “existência” sem refletir sobre a condição de representação dessas estruturas é reforçar sua mistificação, é analisar reificações. As temáticas e as discussões empreendidas no grupo de pesquisa

Práticas Socioculturais Fronteiriças na Mídia Online⁴, na UFRGS, ajudaram-me a reforçar a certeza de que as arbitrárias fronteiras nacionais não constituem a separação entre mundos diferentes, e o espaço fronteiriço, ao contrário do que poderia ser suposto pela observação das linhas nos mapas, constitui-se como uma mescla de referências, borrando a divisão essencialista que a referência a identidades nacionais tipificadas pode presumir. Não me interessa por perpetuar a concepção ontológica de Estado-nação, pois vejo aí a continuação de um sistema erigido na Modernidade que escamoteia relações de exploração e dominação, o que é significativo ao se dar conta que a reprodução dessa visão de mundo eterniza a ideia de um amplo espaço periférico diante de um centro que deveria irradiar o melhor da espécie humana. E, trazida como fato *objetivo*, poucas ideias podem ser tão equivocadas.

1.1 A Hermenêutica de Profundidade e a compreensão da doxa

De modo a alcançar os objetivos geral e específicos determinados para a investigação, buscamos a proposição de uma metodologia que permita a exploração das temáticas de interesse. Proponho a utilização da Hermenêutica de Profundidade (HP) como viés metodológico de análise, em decorrência de este processo buscar um exame amplo e articulado, entre diversos campos de conhecimento, para o entendimento dos fenômenos culturais. Ela é disposta por Thompson (2009) como *enfoque tríplice*: produção e transmissão ou difusão das formas simbólicas, construção das mensagens e recepção/apropriação das mensagens. O teórico afirma que as instâncias de produção e recepção das formas simbólicas são trespassadas por um corte fundamental quando parte da comunicação de massa. Sendo assim, ele defende que devemos realizar um enfoque um pouco diferente em relação aos meios de comunicação, com a distinção entre três “campos-objeto” para a aplicação da Hermenêutica de Profundidade. O enfoque tríplice compreende “a produção e transmissão, ou difusão, de formas simbólicas mediadas por tais meios; a construção de mensagens comunicativas; e a recepção e apropriação das mensagens da mídia” (THOMPSON, 2009, p. 36). O autor aponta para uma primeira etapa composta por uma análise sócio-histórica das condições de produção das formas simbólicas; a segunda, uma análise formal ou discursiva, visando perceber as formas simbólicas como construções complexas com uma estrutura

⁴ Coordenado pela Prof^a. Dr^a. Karla Maria Müller.

articulada; e a terceira, a análise sócio-histórica das condições de interpretação e apropriação das mensagens. A composição final da investigação se dá na interpretação do caráter ideológico das mensagens, num processo de construção sintética da significação que Thompson denomina como também como criativo.

É necessário destacar que Thompson trabalha a partir de uma concepção estrutural da cultura, conferindo importância tanto ao caráter simbólico dos chamados fenômenos culturais como à sua correlação a contextos sociais estruturados. Nesse sentido, ele sustenta que as formas simbólicas podem ser caracterizadas a partir de cinco categorias não-excludentes: elas possuem aspectos intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais (THOMPSON, 2009, p. 182). As formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos sociais, o que implica que

[...] além de serem expressão de um sujeito, essas formas são geralmente produzidas por agentes situados dentro de um contexto sócio-histórico específico e dotados de recursos e capacidades de vários tipos; as formas simbólicas podem carregar os traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção. A inserção das formas simbólicas em contextos sociais também implica que, além de serem impressões para um sujeito (ou para sujeitos), são geralmente recebidas e interpretadas por indivíduos que estão situados dentro de contextos sócio-históricos específicos e dotados de vários tipos de recursos; o modo como uma forma simbólica particular é compreendida por indivíduos pode depender dos recursos e capacidades que eles são aptos a empregar no processo de interpretá-la (THOMPSON, 2009, p. 193).

Desta maneira, argumenta-se que as formas simbólicas são fenômenos sociais, que são socializadas a partir do que ele chama de transmissão cultural. Nesse processo, encontra-se o estabelecimento dos meios de comunicação, que transformaram as formas de sociabilidade a partir da propagação dos textos com a invenção da imprensa, por exemplo.

Para Müller (2003), a aplicação dos pressupostos da HP

[...] inicia-se com uma observação preliminar fundamental, lembrando que o objeto de nossas investigações é um campo pré-interpretado. E, por isso, deve-se aceitar e levar em consideração as maneiras como as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo subjetivo e objetivo. Sendo assim, o ponto de partida é a hermenêutica da vida cotidiana, ou da doxa, e o objetivo da análise é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação/transmissão e

recepção das formas simbólicas (MÜLLER, 2003, documento eletrônico⁵).

A autora observa que, em decorrência da complexidade do empreendimento da HP, a concepção de uma hermenêutica de amplitude seria mais acertada do que de profundidade. Deve-se ter em consideração os fatores “que estão presentes nas práticas sociais, influenciando e/ou fazendo parte dos processos comunicativos, e principalmente o midiático, buscando construir um mecanismo capaz de identificar as partes e compreender o conjunto” (MÜLLER, 2003, documento eletrônico⁶). Nesse sentido, a utilização do enfoque tríplice tem por objetivo cobrir o máximo possível do processo comunicacional.

É pertinente dizer que, na construção deste trabalho, como me interesse pela construção de uma análise que integre esses saberes a partir da reflexão sobre o Brasil e o ambiente internacional, trato com uma grande quantidade de pressupostos. Ressalto que, na presente investigação, darei maior enfoque à instância de análise formal ou discursiva, apesar de, ao utilizar a HP, ser feita uma análise que integra os três estágios propostos por Thompson (2009). Neste ponto da investigação, utilizo os estudos discursivos e a fundamentação da Análise Crítica do Discurso (ACD). O processo de interpretação e apropriação das formas simbólicas, terceira fase do enfoque tríplice da HP, é pensado também em relação ao contrato de comunicação de Charaudeau (2007). Esses movimentos interpretativos são propostos para que se alcance uma significativa interpretação da problemática exposta, enraizada nos saberes que os indivíduos desenvolvem no senso comum (na vivência do “mundo da vida”), por meio dos meios de comunicação e sob a égide da identificação nacional.

Apresenta-se como importante fazer uma distinção. Nos estudos discursivos, a ideologia figura, de forma geral, como uma estrutura inseparável da língua. Por conseguinte, qualquer ato discursivo apresenta um fundo ideológico. Quando Thompson traz o conceito de ideologia, ele o divide em concepções neutras e críticas, com sua visão se adequando à última. Para o teórico, o conceito de ideologia será referente às formas pelas quais o sentido (significado) possibilita, em determinadas situações, o estabelecimento e a sustentação de relações de poder. Estas, sistematicamente assimétricas, são apontadas como “relações de dominação”. Logo, ideologia é *o sentido*

⁵ <http://www.midiaefronteira.com.br/tese/cap3.htm>

⁶ <http://www.midiaefronteira.com.br/tese/cap3.htm>

a *serviço do poder*. Thompson dispõe um conjunto de modos de operações gerais da ideologia, sendo estes relativos a estratégias de construção simbólica. Estes podem ser identificados no quadro a seguir.

Modos de operação da ideologia	
Modos Gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Quadro 1: Modos de operação da ideologia

Por focar as formas simbólicas em contextos estruturados, a HP trata com campos já interpretados. Assim, incorre em outras interpretações, constituindo-se como uma forma de compreensão da *doxa*, “uma interpretação das opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social” (THOMPSON, 2009, p. 364). Entender a *doxa* passa, de forma decisiva, pela reflexão sobre como a realidade é o resultado de entendimentos consensuais ao nível das crenças e valores socioculturais. Isto é, como os conhecimentos e opiniões compartilhadas em perspectiva objetiva e, principalmente, subjetiva, redundam em processos de construção social da realidade.

1.2 A construção social da realidade: um ponto de encontro

A tarefa de trabalhar áreas distintas como o Jornalismo e as Relações Internacionais em perspectiva conjunta me levou a buscar maneiras pelas quais pudessem ser estabelecidas relações entre esses domínios. Tanto o Jornalismo quanto as RI são campos amplos, que, tanto se os consideramos como atividades ou como disciplinas, abrigam diversas temáticas. Não é exagero dizer que os jornalistas e os “internacionalistas”, em suas ações profissionais, tratam com conhecimentos universais, sendo necessário articular valores, formas de pensar e agir, dinâmicas. Em suma, diferentes realidades, por dizer múltiplas. Se o papel dos jornalistas é dizer/narrar/contar o mundo, as Relações Internacionais representam o âmbito no qual este mundo, no sentido mais alargado possível, é constituído.

Assim, é necessário delimitar o espaço no qual apresento esta proposta investigativa. Como sustentei em minha dissertação (BOMFIM, 2011), podemos aproximar os estudos sobre a atuação jornalística e o contato entre os Estados partindo de uma concepção em comum que auxiliou no estabelecimento de escolas de pensamento nas duas áreas. A Sociologia do Conhecimento e, mais especificamente, a sua verve Fenomenológica, fundamentada por Berger e Luckmann (1973), é parte importante das perspectivas construcionistas (Jornalismo) e construtivistas (Relações Internacionais). Esse “horizonte possível” de investigação só se constituiu com os movimentos de superação de visões puramente funcionalistas e behavioristas do conhecimento social. O questionamento sobre as qualidades ontológicas atribuídas ao mundo percebido é pedra angular das reflexões que sustentam que a realidade não é uma totalidade metafísica, mas uma operação de construção e percepção apoiada em um processo de representação ao nível da consciência.

Em linhas gerais, a Sociologia do Conhecimento, fundada a partir das investigações de Mannheim e Scheler por volta da década de 1920⁷, enfoca as condições sociais que derivam na produção do conhecimento. Em discordância ao positivismo, corrente com grande influência à época, destaca-se a influência decisiva de princípios não-teóricos na estrutura de conhecimentos, oriundos das experiências cotidianas dos indivíduos. Em face disto, atesta a necessidade de compreensão da época histórica na qual o conhecimento é gestado, o que incorre na conformação de estruturas próprias, que contêm tanto seus fatores de conservação quanto o gérmen de superação de sua configuração. Afirma, desta feita, uma relação estreita entre os interesses de distintas

⁷ Em 1924, é publicado *Ensaio de uma sociologia do conhecimento*, de Scheler; em 1929, publica-se a primeira edição de *Ideologia e Utopia*, de Mannheim.

classes e grupos sociais e as maneiras de entender uma dada sociedade. Partindo da reflexão sobre o engendramento entre os conceitos teóricos e os saberes que circulam em um dado espaço social, compreende-se a estruturação contextual do conhecer/pensar.

Scheler é o primeiro a utilizar o termo “sociologia do conhecimento”. Neste âmbito, seu trabalho enfocará especialmente a questão dos valores, com implicações para a análise da ética. Mannheim (1976) concentra-se na temática do pensamento, que utiliza como sinônimo de conhecimento. Ele observa que o pensar não pode ser considerado uma atividade individual, mas uma forma de ação, realizada coletivamente. Valores, conceitos, significados cristalizados constituem fatores que conformam o saber, que é historicizado. Os elementos que servem de “objeto” de pensamento são sociais e históricos, devendo ser tomados de forma situacional. Os sujeitos, situados no tempo e em coletividades, dividem-se entre aqueles que tentam manter a conformação da situação na qual se encontram e aqueles que pretendem promover uma reforma dos elementos que sustentam tal situação de realidade – essa cisão é concebida pelo teórico como representativa das posições ideológica e utópica.

A Sociologia do Conhecimento terá grande impacto dos trabalhos de Schütz, que realiza o movimento de levar o método fenomenológico desenvolvido por Husserl ao estudo das Ciências Sociais. A Fenomenologia, investigação focada na consciência e nos objetos a ela relacionados, caracteriza-se pela ideia de que estes objetos devem ser apreendidos em si mesmos, em uma atitude intuitiva. Desta forma, será possível desvelar sua essência constitutiva, sendo que esta só pode ser acessada pela consciência – e, para tanto, a utilização do método de redução fenomenológica se faz necessário, colocando em perspectiva suspensa todas as ações externas ao nível da mente. É neste espaço, o das experiências da consciência, que o mundo se realiza para o indivíduo.

De acordo com Correia (2004), a Fenomenologia Social schütziana vai ter como ambiente de reflexão o plano das interações cotidianas, enfocando as temáticas da sociabilidade, da comunicação e da intersubjetividade. Ele desenvolve sua proposta de utilização da redução filosófica para a compreensão dos significados que o transcurso de “atitude natural” dos homens outorga ao mundo – ou seja, seu interesse é expor as tramas que conformam a realidade de sentido comum que os indivíduos acreditam existir e fazer parte.

Schütz argumenta que o mundo social pode ser dividido em quatro submundos que englobam as formas de realidade social experienciada coletivamente no tempo e no

espaço: o *Umwelt*, mundo dos consociados, no qual partilhamos da presença de coassociados no tempo imediato do “agora”/espaço do “aqui”, o encontro face a face; o *mitwelt*, mundo dos contemporâneos, o conjunto anônimo e abstrato dos indivíduos com os quais não convivemos, mas que sabemos que existem; o *Vorwelt*, mundo dos predecessores, que habitam o passado; e o *Folgewelt*, mundo dos sucessores, que ocupam a dimensão do futuro. Essas dimensões são engendradas pela concepção de atitude natural, que é o que insere o indivíduo no mundo da vida (*Lebenswelt*). Este é, de forma geral, a realidade social.

O conceito de mundo da vida, que vem de Husserl, é defendido por Schütz como a dimensão intersubjetiva, do senso comum, estruturando-se em “partições da realidade”, cuja centralidade é ocupada pelo indivíduo em sua percepção do aqui-agora corpóreo-temporal. Para além desse centro relativo à presença cotidiana, o teórico aponta a existência de províncias de significado finito, nas quais as definições convencionais de compreensão desenhadas pela percepção individual não se aplicam. Ademais, a existência de realidades múltiplas é percebida pelos seres humanos no momento da transcendência entre a atitude natural, de natureza acrítica, e a dúvida radical, que configura-se como um choque. Cada âmbito envolve distintos referenciais, modos de organização e racionalidades. O que era real – e assim, pleno de sentido ontológico – já não parece mais tão certo.

Berger e Luckmann bebem na Fenomenologia Social de Schütz para a constituição de uma Sociologia do Conhecimento Fenomenológica. Eles partem do exame dos fenômenos que conformam o conhecimento cotidiano dos seres humanos para compreender as formas pelas quais o “real” é instituído. A percepção corpórea do presente, do “aqui e agora”, representa a esfera de realidade dominante dos homens. Ela é acreditada como sendo “a” realidade: “Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. Sei que é real” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 41). Ela se efetiva como um mundo intersubjetivo, compondo, a partir de um entendimento de significados, o conhecimento do senso comum. Sabemos que existem outras esferas do real, mas, quando estas são buscadas, procede-se ao processo de choque a tentativa de traduzir as experiências nestas outras “dimensões” à realidade do cotidiano.

Não é difícil notar as implicações que a questão traz a esta investigação. A ação de transcendência pode ser trabalhada – e o é, mesmo que não nestes termos – tanto no jornalismo quanto nas Relações Internacionais. Tomo o exemplo na atuação de um

repórter como correspondente internacional ou enviado especial. O profissional é obrigado a noticiar (ou seja, conceber um relato informativo em modelo jornalístico) sobre “o que aconteceu” em um local que não é o seu de origem. Tal situação pode apenas parecer um detalhe geográfico, mas esconde implicações das mais variadas. Primeiramente, uma localidade não é somente uma região delimitada fisicamente (em sentido de natureza). Os espaços são sociais, compostos *inter* e *entre* coletividades humanas. São investidos de memórias, significados. Apontam sentidos. Remetem ao imaginário. São historicizados. Existem “objetiva” e “subjetivamente”. Desta maneira, o repórter é obrigado a ter um mínimo conhecimento acerca da carga simbólica que constitui dado lugar.

Quando se pensa nos termos das RI, a situação é análoga. O contato entre diferentes Estados já é representativo de uma relação de grande abstração, realizada em uma estrutura de existência que não é a mesma na qual os seres humanos interagem cotidianamente. A referida ambiência existe em suspenso, e suas relações e dinâmicas não são perceptíveis como existências físicas, porém incorrem em consequências cuja concretude é inegável. Sendo dotados, como afirma Wendt (1999), de identidades e interesses, em qual tipo de realidade “vivem” os países? É um nível inalcançável para o indivíduo, embora sua concepção possa ser compreendida por ideacionalmente, o que implica, como disse, em termos práticos. A representação cartográfica do mundo a partir do desenho de fronteiras, por exemplo, utiliza definições estabelecidas politicamente. E a racionalidade política possui sua própria lógica, que não se aplica ao todo social, mas que funciona como uma instância plena de sentidos.

Proponho a imaginação deste mapa mundial a partir de uma concepção de disputa, e a referência ao famoso jogo de tabuleiro *War* serve a este exercício. Cada participante terá interesses específicos (escolhidos por sorteio na disputa, o que não afeta a validade da alegoria), mas o cumprimento dos objetivos é, de forma geral, a conquista de territórios. Esta é, certamente, uma maneira de conceber o ambiente internacional (bastante próxima dos paradigmas realistas das RI, diga-se), e incorrerá no desenvolvimento de estratégias e formas de atuação, com efeitos concretos. No caso do jogo, mesmo um grupo de amigos pode ter as relações estremecidas quando um destes esteja usando todas as artimanhas possíveis para vencer a “batalha”, mas tal situação exemplifica a passagem de uma dimensão a outra da realidade: enquanto disputam, os participantes se vêem obrigados a pensar e agir conforme a normalidade (de caráter *lógico*) daquela dimensão. Os objetivos a cumprir fazem com que se analisem o tempo

inteiro, recorrendo inclusive ao histórico da relação entre eles, buscando algo considerado como fraqueza que permita dominar o outro. Tentam blefar, esconder intenções; querem vencer, o que aqui significa aniquilar a outra parte. O fim da partida faz com que os indivíduos retornem à lógica do cotidiano, onde seus companheiros de partida não são mais inimigos a serem derrotados, mas pessoas que combinaram uma atividade para diversão. Os jogadores voltam de um estado de consciência ao qual poderíamos denominar como estratégico, e percebem que não estão com os exércitos do mundo nas mãos, mas com peças de plástico sobre uma mesa.

A referência a *War*, cuja lógica de dominação do outro é exposta de maneira clara, ajuda a compreender o sentido de constituição da realidade social. Ela é válida para aquele jogo, não sendo total para qualquer jogo. Pode-se conjecturar, por exemplo, sobre um outro jogo, também estruturado em forma de tabuleiro mundial, mas que o objetivo fosse estabelecer alianças de cooperação para determinado fim que não a dominação do outro via coerção. É claro que pensar a situação como apenas uma “mudança de pensamento” seria negar a influência dos elementos concretos na sociedade, mas é necessário perceber que, às possibilidades abertas pelo uso de dispositivos de coerção física (que, em última instância, ameaçam aquilo que os indivíduos possuem de mais valioso: a própria existência), são correlatos sistemas de pensamento que sustentam ideacionalmente essas ações.

Para Berger e Luckmann (1973), os indivíduos constroem a sociedade, e concomitantemente, são produto dela, num movimento dialético. O universo social, fruto da capacidade humana de se exteriorizar, é instituído por seus hábitos e costumes – que, ao serem automatizados para uma economia de energia, acabam por integrar-se à rotina e, conseqüentemente, sendo institucionalizados. Configurada uma situação social (institucional) apoiada na tradição, assegura-se a passagem do conhecimento para gerações futuras, num processo definido como *objetivação*, por se referir à realidade objetiva na qual o indivíduo está inserido. A realidade social é construída pelo processo de exteriorização – objetivação – interiorização, que significa a síntese resultante dos outros processos, num caminho de mão-dupla homem/sociedade contínuo. Berger e Luckmann destacam três postulados que identificam o mundo social: *a sociedade é um produto humano; a sociedade é uma realidade objetiva; o homem é um produto social*. No processo de enraizamento, destacam-se a *lógica das instituições*, visto que é essencial que haja coerência para responder à curiosidade humana; a *linguagem*, pela qual se originam “universos de significação socialmente compartilhados”, ou seja, o

processamento da comunicação; as *regras de conduta e controle*, que zelam pelos ideais das instituições, adequando os indivíduos; e as *sanções*, que punem aqueles que não se adequam ou que atentem contra a instituição. A legitimação requerida pela institucionalização acontece em quatro níveis: a) objetivações linguísticas; b) proposições teóricas em forma rudimentar; c) legitimação por via de especialistas; e d) universos simbólicos.

A ideia de universos simbólicos é especialmente interessante, pois ao funcionarem na interação com a subjetividade humana, fazem com que o indivíduo “encontre” seu lugar no mundo, situação exemplificada pelo desenvolvimento de consciência da morte e a interiorização da história social. O conceito é de extrema relevância nesta investigação, os universos fazem sentidos em si próprios, o que os relaciona ao nível cultural. Os universos simbólicos são representados por instituições sociais, que são tomadas como elementos “objetivos” pelos indivíduos. Embora abstratas, *existem* socialmente, motivam ações, causam consequências. O processo de socialização é o que faz com que o homem se coloque dentro dessas instituições/sociedades, e incide de forma primária e secundária.

A primária acontece na infância, moldando a criança por meio de informações que lhe são transmitidas, numa vivência marcada pela emocionalidade, pelos “significativos” nos quais ela se espelha, como pai e mãe ou outros, que ajudam a construir seu mundo e sua identidade. Durante essa constituição, há a divisão entre uma realidade objetiva (aquilo que é exterior) e uma subjetiva (o que lhe é interno, a configuração de sua personalidade). A criança interioriza as regras institucionais que serão guias de seu consciente, os valores e os significados. No entanto, a socialização primária não constitui totalmente a personalidade do indivíduo. Como o processo de aprendizagem é algo praticamente inerente a todo o período da existência, os indivíduos passam por socializações secundárias, nas quais são adquiridos conhecimentos acerca de outros “submundos” institucionais. Eles não são interiorizados de forma geral, pois representam uma realidade diferente daquela supostamente inerente ao ser humano – o que acaba por ser vantajoso para as instituições, que não criam laços emocionais de dependência com os indivíduos.

A socialização traz à tona a questão da tipificação, elemento chave para a instauração das percepções ontologizadas da realidade. Os indivíduos são tipificados para acederem às instituições e, este movimento, modifica-se a dimensão dialética, pois, para o homem, o processo social se torna natural. O indivíduo, escorado também na

crescente especialização do saber herdada do projeto da Modernidade, perde a capacidade de compreender de forma universal a realidade – esta, que é construída, parece-lhe agora cedida por um saber superior, num processo denominado por reificação. Este é o nível máximo que a objetivação permite, fornecendo às abstrações o caráter de elemento natural.

Os elementos podem apresentar-se como reificados tanto na dimensão de conhecimentos pré-teóricos quanto nos conhecimentos teóricos. Assim, uma gama de elementos existentes no mundo social apresenta características de reificação: da concepção que os indivíduos têm de grupos humanos como realidades homogêneas (os gaúchos, os nordestinos, os iranianos) até as macroestruturas internacionais (um mundo dividido em Estados). Quando tratamos da ciência como saber sistematizado, expomos uma reificação de uma forma teórico-prática de ação no mundo, constituída historicamente.

A reificação incide sobre os processos de socialização. Todavia, devido à personalidade humana, esse transcurso não é completo. Enfocando as formas de conservação da realidade, como as interações entre as realidades e incluindo os “significativos” primários e secundários, Berger e Luckmann afirmam que a realidade subjetiva, ao contrário da objetiva, não é estática e reificada, e, da mesma forma que é construída por processos sociais, é mantida por processos sociais – por meio da conservação rotineira e da conservação crítica. É perceptível aqui a possibilidade de rearranjo da socialização, em menor ou maior intensidade.

A identidade nacional é uma instituição cujo processo de socialização pode ser percebido em graus diferentes. Quanto mais os elementos que a compõem são relacionados à identidade cultural, maior será a influência dos processos de socialização, numa decorrência da estruturação sociocultural baseada na socialização primária. Um exemplo interessante pode ser percebido nas chamadas “nações sem pátria”, onde o sentimento nacional se apresenta como um fator de comunhão de uma sociedade. Não raro, estes grupos baseiam grande parte de sua identificação na utilização de um idioma próprio. A partir da internalização da linguagem e seus campos semânticos, arquitetam-se formas de interpretar a realidade, conformando também formas de sociabilidade específicas. A cultura é um universo que faz sentido em si mesmo, autoexplicativo, amparada em lógicas singulares. São explicações totalizadoras da realidade que funcionam para esclarecer a realidade que instituem.

Em conformidade, o compartilhamento de um quadro mínimo de referências para o estabelecimento da comunicação entre os indivíduos é um fator de grande importância nos processos de reprodução e transformação das coletividades sociais. Sendo a realidade socialmente construída, e tendo sua base nas interações humanas que convencionalizam dimensões de interpretação em distintos grupos sociais, penso o jornalismo como atividade teórico-prática de importância para a reprodução da contemporaneidade, o que engloba as estruturas de ação e saber existentes no espaço-tempo. Franciscato (2005) aborda o tema a partir da ideia de fabricação do presente pelas rotinas e características do jornalismo, sempre relacionado ao que seria atual e, desta forma, influenciando na constituição da percepção de tempo pelos seres humanos. Mas o tempo e a realidade não são absolutos e só existem no plural. Desta forma, pretensamente relatando a verdade do mundo, o jornalismo auxilia na continuidade de maneiras específicas de visão sobre o real. São replicadas formas de pensamento e contextualizações, sob a utilização de *mapas culturais de significado* – na feliz definição de Hall (1993) – convencionalizados, conhecidos socialmente. A realidade tratada aqui perfaz o papel de verdade transcendental, de imanência. O mundo dividido em um ambiente internacional só existe como representação, abstração da consciência, assim como a realidade que o jornalismo noticia é apenas uma visão sobre os eventos, seja na esfera cotidiana ou em outras esferas de significado.

Sendo a ação de noticiar a transformação em acontecimento relatado de um evento a partir de modos operacionais consagrados jornalisticamente (o que expõe sua condição teórico-prática), conclui-se a superação da ideia de notícia como espelho da realidade. As teorias de *newsmaking* servem à compreensão da produção da notícia como integrante da construção social da realidade. Embora, como observa Meditsch (1997), o jornalismo se encontre no entremeio de um *continuum* senso comum-conhecimento científico, as notícias também podem servir à publicização de saberes sistematizados provenientes de diversas áreas. Conforme Berger (2003), o jornalismo pode ser entendido como um campo que dá voz a outros campos, em sua concepção baseada nas concepções de Bourdieu (1989).

Há que se perguntar como são instituídas as racionalidades que sustentam diferentes âmbitos de experiência e saber. Neste sentido, penso ser válido uma rápida vista acerca da Modernidade e como esta enreda a compreensão humana de si e do mundo.

1.3 Modernidade e a experiência humana

As aproximações e os distanciamentos entre domínios de saber, como neste caso entre o Jornalismo e as Relações Internacionais, envolvem o entrelaçamento de temas históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Em um mundo complexo, não surpreende que a constituição da contemporaneidade passe pela articulação de percepções espaço-temporais em relação a referenciais socioculturais.

Mas entender o contemporâneo é investigar os movimentos, tensões e distensões que permitiram sua emergência. O mundo que vemos, que sabemos, tem uma trajetória histórica. Um dos principais debates que movimentam atualmente as Ciências Sociais e Humanas é se podemos considerar que nos encontramos ou não em uma era Pós-Moderna, essa discussão acontece por não termos ainda certeza de ter superado as condições e a arquitetura do que é definido como Modernidade. Mesmo os termos da discussão são dessemelhantes. Lyotard (2011) observa que as grandes narrativas não conseguem mais explicar a realidade, posto que mesmo o discurso científico se esvai em sua consideração como discurso. Por seu turno, Jameson (1997) sustenta que a Pós-Modernidade pode ser apreendida como a lógica cultural da atual fase do capitalismo (uma terceira fase ou *capitalismo recente*).

De qualquer forma, o que interessa aqui é analisar a fragmentação que a Modernidade irá ocasionar à experiência humana. As mudanças ocorridas com o fim da Idade Média na Europa modificaram a relação do homem com a existência, o tempo, a autoridade e, resultante disso, consigo mesmo. Paradoxalmente, a modificação da concepção de si teve papel preponderante para a transformação dos suportes da realidade. O pensamento moderno arranca os indivíduos de uma realidade total baseada na tradição, em valores atemporais representados pela religião, desencaixando a experiência humana. São perdidos os referenciais identitários comunais que serviam à explicação do sentido da vida. A própria identificação nacional, que aos olhos contemporâneos do senso comum parece uma certeza inquestionável, precisou (e ainda precisa) de um processo de construção para fazer sentido.

Enquanto o Renascimento servirá ao resgate de concepções clássicas de valorização do homem, o posterior Iluminismo será marcado pelo ideal de desenvolvimento do homem a partir do uso da razão. Os teóricos empíricos e o *cogito* de Descartes afirmam a necessidade do conhecimento ser separado da crença, tornando-se a chave para uma nova era, baseada no racionalismo puro. E cada área de saber foi

sendo conformada por formas próprias de investigação, de acesso à sua *verdade inerente*. Os processos de especialização, como o percebido na evolução capitalista, afirmam a procura por saberes cada vez mais puros – que, neste caso, serviriam à expansão da produção. O surgimento da razão instrumental pode ser aqui percebido.

Desta feita, a Modernidade tem, entre suas principais características, a compartimentação da experiência. Mesmo sob diferentes perspectivas, autores como Giddens (2003), Lefèbvre (1980), Santos (2004) e Vizer (2011) observam na especialização dos saberes uma das fulcrais formas de ordenação da existência em sociedade moderna. Diversos fatores estabelecem os novos paradigmas da experiência humana: se antes a ordem social era consolidada dentro dos parâmetros da tradição, na qual a cosmogonia estabelecia a compreensão da realidade, a emergência do pensamento cartesiano e dos processos empíricos representa a passagem de uma época baseada na crença religiosa a uma erigida pela crença na ciência.

Dentro do projeto da Modernidade, a setorização dos conhecimentos em províncias científicas incidiu em maneiras próprias de ação e reflexão sobre a realidade – ou seja, na instituição de epistemologias específicas. “Esse processo de fracionamento dos objetos de estudo é consequência da divisão do trabalho intelectual e a acumulação incessante de informação, assim como das limitações no uso da mesma. E é paralelo ao processo de complexidade crescente das sociedades modernas” (VIZER, 2011, p. 43).

É do óbvio que desenvolvo aqui uma reflexão resumida acerca dos processos que perpassaram o surgimento da Modernidade. Mas procuro expor como a especialização dos saberes está ligada diretamente à composição de formas diferentes de ver – e, tão importante quanto, dizer – a realidade. Aliás, esses processos implicam, justamente, no que podemos definir como a composição de *realidades*, no plural. A lógica da experiência moderna “foi constituindo-se a partir do princípio da representação da realidade, representação que se institui depois das imagens e do texto, para fundar uma nova lógica política e social nas instituições do liberalismo” (VIZER, 2011, p. 43). À irrupção dos saberes sistematizados (e idealmente puros), da instauração de um tempo linear (em oposição a um tempo cíclico, característico da primazia religiosa sobre a sociedade) e de uma razão instrumental, estabelece-se o Sistema de Estados a partir do Tratado de Paz de Vestfália, em 1648. Este é a representação do poder em escala territorial, cujo caráter jurídico de existência é amparado justamente no entendimento entre os homens, não em uma ordem estamental de verve mítica. Assim, as unidades estatais adquiriram o papel dominante na organização política das

sociedades, o que corresponde a dizer que nenhuma estrutura está acima da dimensão dos Estados.

O outro lado da moeda é a preponderância do poder midiático na contemporaneidade. A aceleração dos fluxos comunicacionais é uma consequência da aceleração do próprio capitalismo, a partir dos anos 1970. A globalização (palavra da moda nos anos 1990, mas que ainda possui sentido) diminuiu distâncias, aumentou a correlação entre as economias, aproximou realidades distintas. O mundo, alguns dizem, tornou-se menor. Vejo por outro viés: o mundo nunca esteve tão grande. A amplitude de conhecimentos aos quais somos expostos, o bombardeio de informações, tudo isso propicia um alargamento de horizontes socioculturais. E nesse sentido, podemos pensar o aumento da realidade a partir da incorporação de referenciais de outras realidades.

Uma das “verdades” repetidas ao final do século XX era a de que os Estados estariam sendo corroídos pelos processos globalizantes, e a identidade nacional talvez perdesse sentido. Não creio que o tenha perdido, mas certamente esse sentido se alargou: o Estado-nação continua firme como estrutura de ordenamento sociopolítica da realidade ao nível planetário. Os blocos de países não o substituíram, sendo que sua existência, em alguns casos, vê-se inclusive ameaçada. Mas as identidades de viés nacional continuam vivas. Como observam autores como Anderson (2009), Balakrishnan (2000), Hobsbawm (2002) e Wendt (1999), por vezes a identificação nacional é tão forte que as pessoas estão dispostas a morrer por ela. É necessário buscar a compreensão desta potência.

1.3.1 A identificação nacional

As identidades nacionais se remetem às representações presentes no discurso da nacionalidade instaurado a partir do surgimento do Estado nacional moderno. A ideia de nação é um “[...] sistema de representação cultural” (HALL, 1998, p. 49), e os indivíduos que dela participam compartilham a ideia de que, por quaisquer motivos, são identificados a partir de um mesmo motivo de existência, representada pela essencialidade de tipificações como “o brasileiro”. Partilham, dessa forma, do último grau de legitimação da construção da realidade disposto por Berger e Luckmann (1973): um mesmo universo simbólico, demonstrado aqui pelo pertencimento à mesma nacionalidade, expressa por uma identidade cultural.

A identidade de viés nacional é uma forma de organização que surgiu intrinsecamente ligada à Modernidade, concebida na edificação do sistema representativo de Estados, e se reproduz como a continuidade de uma comunidade pré-moderna, visto que as ideias norteadoras da organização hierárquica social são percebidas em sua composição. De acordo com a clássica definição de Anderson (2009, p. 32), “[..] nação é uma comunidade política imaginada”, pois embora seus componentes tenham um senso de comunhão grupal, eles nunca conhecerão a maioria de seus compatriotas, como aconteceria numa comunidade dita normal.

A nação rompe com o isolamento local. Os homens que viviam marcados pela realidade de seus *paeses*, de suas províncias, são integrados a uma entidade que os transcende. O camponês, o operário, o cidadão deixam de se definir pela sua territorialidade imediata para se transformarem em francês, inglês ou alemão. Nesse sentido, a formação da nação pode ser vista como um processo de desenraizamento (ORTIZ, 1994, p. 45).

O movimento de desenraizamento citado pelo autor é referente à estruturação social operada pela Modernidade, visto que ela organiza novas formas de ser, de se experienciar a existência. Neste sentido, autores como Castells (1999), Hall (1998), Hobsbawm (1997; 2002) e Martín-Barbero (2003) afirmam que a identidade nacional é erguida a partir de uma tentativa de supressão das culturas regionais que dariam a ver este processo.

Para Hall (1998), a identidade nacional é um discurso, calcado na construção de narrativas que arregimentem um entendimento comum do que é a “nação”. Concebe-se as culturas nacionais como “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (THOMPSON, 1998, p. 62). De acordo com Hall, podem ser divididas em cinco as estratégias representacionais ativadas para a construção do pertencimento a uma identidade nacional: a) narrativa de nação; b) ênfase nas origens, continuidade, tradição e intemporalidade; c) invenção das tradições; d) mitos fundacionais; e) ideia de povo ou folk puro, original. Hobsbawm discorre sobre as maneiras pelas quais as ideias de identificação nacional são dispostas por meio da prática e celebração de reminiscências falseadas ou concebidas, em um processo que ele definiu como *invenção das tradições*: “Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas

de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado” (1997, p. 9).

Essa situação de rememoração de uma ancestralidade, vista pouco antes também em Anderson (2009), pode ser compreendida sociologicamente a partir do que Berger e Luckmann (1973) expõem como um dos componentes da socialização primária pela qual os indivíduos acabam passando. A construção de uma identificação nacional se apoia na emocionalidade, naquilo que será tido como significativo para a compreensão da (ilusória) realidade total. Neste caso, isso se dá em meio a toda a “pressão” exercida pela língua em comum, pelos símbolos nacionais, as datas, as reminiscências históricas. O sentimento nacional apresenta uma natureza afetiva, podendo ser definido como parte do desenvolvimento das primeiras socializações. Neste período inicial, constitui-se a identificação nacional como uma forma de alargamento, possibilitado pela ideia de nação, de sentimentos experimentados nos primeiros anos de vida em relação à família.

A concepção de “mãe pátria/pátria-mãe”, que mescla a origem nacional a partir das referências materna e paterna, é um indicativo dessa configuração psicossocial. Como aponta Verdery (2000), nação compartilha a origem etimológica radical nascer, “ideia crucial para fazer com que qualquer sistema de categorias pareça natural” (p. 239). Para a autora, a identidade nacional existe em dois níveis: no sentimento do “eu” do indivíduo como nacional e na identidade do todo coletivo em relação a outros da mesma espécie. Essa conformação é possibilitada pela junção dos conceitos de Estado, uma estrutura que mescla territorialidade a ordenamento jurídico, e nação.

Considero “nação”, antropologicamente, como um operador básico num vasto sistema de classificação social. Os sistemas de classificação social não fazem apenas classificar; na forma institucionalizada, também estabelecem as bases da autoridade e da legitimidade através de categorias que estipulam; fazem suas categorias parecerem naturais e socialmente reais. A nação, portanto, é um aspecto da ordem política e simbólico-ideológica, bem como do mundo da interação e dos afetos sociais (VERDERY, 2000, p. 239).

O Estado, um construto social que aglutina identidades e interesses, como define Wendt (1999), será posteriormente analisado no capítulo referente às Relações Internacionais. De toda forma, não é exagero dizer que a definição *nacional* – que inclusive irá caracterizar as relações de matriz social dentro do Estado, deixando a palavra estatais para questões de ordem técnica – é o que fornece a estas estruturas seu

poder de definição essencialista, ao ponto de os indivíduos ou grupos dizerem “ser” determinada nacionalidade. E essa abrangência está no cerne da compreensão, também, das dinâmicas entre nações, ou internacionais (mesmo que, em um sentido lato, envolvam processos que seriam descritos como estatais).

1.4 O pensamento moderno como realidade abissal

Bourdieu (1989) critica a busca por critérios objetivos relacionados ao que ele define como identidades regionais ou étnicas, pois estas são objeto de representações mentais, “actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento” (p. 112). Assim, é importante dizer que, no quadro de uma primeira compreensão acerca dos temas debatidos, as definições identitárias relacionadas aos construtos estatais são constituídas a partir de entendimentos em comum, simbólicos, erigidos por vezes desde as primeiras socializações.

Se podemos estabelecer este processo como construção social da realidade, vale apontar também em outra direção: a da construção da realidade social. Esta ideia, proposta por Vizer (2011), afirma que, além do processo de significados básicos referenciais para a vida em sociedade, há também um processo de instituição da perspectiva socialmente perceptível da realidade. Esta é concebida como as hierarquias de poder, as instituições hegemônicas, os fortes e os fracos. Dizer a realidade é proceder em uma afirmação sobre esta e sobre si mesmo.

Neste sentido, o jornalismo – nosso campo de análise – possui um papel essencial na contemporaneidade. Ao participar da construção social da realidade, reafirma os valores e crenças que sob os quais esta se encontra estabilizada. Ou seja, define, por meio de sua matriz positivista de espírito moderno de explicação da realidade, uma normalidade consensual, uma forma certa e a(s) maneira(s) errada(s). O eu/nós e outro/eles. O Ocidente e o resto. O bem e o mal.

Boaventura de Sousa Santos (2007) defende que o cartesianismo ocidental instituiu uma estrutura interpretativa dicotômica, a qual ele denominou como pensamento abissal. Esta condição implica no predomínio de um sistema de divisões visíveis e invisíveis, com estas possibilitando a proeminência das primeiras e instituindo uma “linha radical”, separando os universos *deste lado* e do *outro lado* dessa linha.

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente e excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro (SANTOS, 2007, p. 3-4).

Essa barreira fundamenta a característica fulcral do pensamento abissal: a não-possibilidade de uma coexistência dos dois lados da linha ao mesmo tempo, visto que a realidade concebida como relevante ao pensamento ocidental só abarca um dos lados. Neste sentido, produtos do pensamento cuja origem é o Ocidente, como o conhecimento e o Direito modernos, excluem qualquer similaridade, o que faz com que a ciência seja tomada como discurso válido universal em relação à filosofia e a teologia, enquanto a fração mundial onde a lei impera só é possibilitada pela existência de um vasto território identificado ao Estado de natureza. Ao cabo, aquilo pertence ao domínio ocidental-moderno estabelece uma hegemonia na experiência humana em sentido global ao erigir certezas, sendo que ao lado não-hegemônico estas certezas são relativizadas sem comprometer a pretensa universalidade de seus valores. Pelo contrário: as reafirma.

A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal.

A minha tese é que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu a cartografia literal das *amity lines* que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada a injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2007, p. 10).

A metáfora do pensamento abissal é muito válida para a reflexão acerca da validade dos saberes (seja ele científico ou, neste caso, jornalístico) e de sua estruturação de realidade. A abordagem das temáticas que entrelaçam matrizes de conhecimento distintas deve acontecer de maneira com que seja possível explorar os fatores mais expostos quanto os mais intrincados engendrados nessa dinâmica. Quando trato da interação entre Estados-nação, a dimensão geopolítica não pode ser ignorada: são estruturas baseadas no princípio de soberania de, *grosso modo*, grupos humanos que ocupam porções de terra. Não existe Estado sem território. De mesma forma, não

apenas apresentam uma existência territorial: possuem identidade jurídica, política, econômica, cultural. São entes sociais, constituídos pela união de diversas esferas de experiência, definidas internamente e em relação às outras. Estas acepções são, basicamente, constituídas pela existência sociocultural embasada historicamente.

O jornalismo é uma atividade intensamente ligada ao dia a dia, às referências comuns de uma coletividade, o que se mostra, de maneira geral, um complicador da construção do noticiário sobre o contato estabelecido entre os países no ambiente internacional. Isso acontece porque é necessário um alto grau de abstração (ou de representação) sobre o que está sendo noticiado. Países não são pessoas; ao mesmo tempo, não existem sem pessoas. Ou seja, os acontecimentos que envolvem nações são, obviamente, fruto da interação entre seres humanos, mas em um outro nível de ação. Que, de forma irônica, não pode ser apartado da experiência dos homens.

Diferentes níveis de existência, distintas formas de interação. Pesquisar a dinâmica interno-externo das unidades estatais por meio da mídia noticiosa é complexificar a realidade, e mesmo se dar conta (ou reforçar) de que não se trata de apenas uma realidade a ser posta em consideração. Cada uma das dimensões com as quais trato possui sua própria história, sua trajetória constitutiva, suas preocupações, interesses e paradigmas. É mister perceber a instituição de espaços de influência, de objetos específicos em disputa, de questões importantes para determinadas partes e irrelevantes para outras. A concepção de uma realidade abissal ajuda na exploração desses entrecruzamentos. Como um fruto da Modernidade, o jornalismo também possui estruturas de interpretação baseadas no pensamento abissal.

1.5 Jornalismo e poder simbólico

O jornalismo, com sua primazia social de narrar a realidade, apresenta-se como uma instância baseada na utilização do poder simbólico, e que por meio do uso deste poder também atua na estruturação da própria realidade. É latente a conformação das relações objetivas de poder como uma replicação das relações de poder simbólico, e a possibilidade de enunciar corresponde a uma forma de embate, ainda mais quando está em disputa a orientação de sentidos ao nível do senso comum. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Bourdieu aponta que cada área de saber sistematizado presente no espectro social acaba dando origem a estruturas dinâmicas de viés mais ou menos autônomo que possuem regras particulares, constituindo espaço de disputas que envolvem distintos interesses, práticas e estratégias: os campos. Desta forma, são produzidos discursos específicos sobre os objetos e posições em concorrência, que incorrem em formas de conhecer e reconhecer a realidade – e de *dizer* a realidade. Os participantes competem por posições dentro do campo, buscando exercer hegemonia na decisão de suas prerrogativas. Vale dizer que o jornalismo é *o campo que dá voz a outros campos*.

Em cada campo, dá-se uma disputa por um capital específico. O questionamento do determinismo ontológico que a ideia da racionalidade propõe é de relevância para a compreensão da disputa por capital, sendo que campo possui um capital específico. No campo político, o capital em concorrência é o poder, enquanto no econômico envolve a possibilidade de lucro. O que está em jogo é distribuição de um capital específico, e a luta pressupõe acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado – assim, tudo o que está em disputa é percebido pelos agentes como natural. O conhecimento da constituição histórica do campo é de importância para o entendimento de suas particularidades. Cada campo incorre na constituição de um *habitus*⁸, de mesma forma que uma *illusio*⁹. Os campos possuem agentes dominantes e dominados, e em geral os dominantes utilizam estratégias ortodoxas para a manutenção da posição hegemônica, enquanto formas de agência heterodoxas são mais comuns aos ingressantes no campo. No entanto, o acúmulo de qualquer tipo de capital pode se materializar em diversos ganhos – o capital acadêmico pode ser transformado em capital econômico, por exemplo. Os campos se interpenetram.

Dentre os diversos capitais em disputa, o capital simbólico termina por adquirir importância acima dos demais. Este é decorrente dos sistemas simbólicos, como a religião, a arte ou a língua, que possuem a capacidade de estruturar a sociedade

⁸ O *habitus* é um princípio que gera e estrutura práticas e representações. Ele não preexiste ao indivíduo, produz disposições duráveis e cria um conjunto de estruturas que são interiorizadas, o que orienta suas práticas, estruturando sua ação – o *habitus* não é apenas passado (hábito), nem futuro: é a junção das duas perspectivas. Ao mesmo tempo, é coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação de um organizador particular, um “maestro”.

⁹ A *illusio* pode ser apreendida como uma forma de “encantamento” que envolve os participantes do campo. Participar implica aceitação das regras particulares, na crença de que estas fazem sentido – como no exemplo de *War* previamente citado. “Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p 140). Todavia, a disposição de participar do jogo é diferente entre os interagentes, o que, segundo o teórico, é relacionado às posições ocupadas e ao percurso histórico que cada participante constituiu dentro do espaço social em questão.

justamente por serem estruturados, servindo como fundo para a constituição de conhecimento geral e processos comunicativos. São os grandes sistemas de crenças que estruturam os saberes acerca da realidade, e aqui a concordância entre as subjetividades faz erigir aquilo que é tomado como objetivo, real.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver ou de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

O poder simbólico é expressão e efeito da violência simbólica. Em sua afirmação, a dimensão cultural ganha enorme relevância. A dominação tem que ser reconhecida como legítima, natural, o que depende de um poder que se imponha sem ser percebido – as significações, dessa forma, se coadunarão com os interesses dos agentes dominantes. “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1989, p. 15). A concepção do poder simbólico é especialmente importante no que tange às temáticas da pesquisa em jornalismo. Este, como atividade, é um dos fatores estruturantes para a constituição da experiência da atualidade na época contemporânea para os indivíduos e sociedades, em especial as ocidentais – de certa maneira, é um de seus pilares.

Há a necessidade de se avançar na construção do estudo, procurando expor o que as dinâmicas naturalizadas escamoteiam. No processo de produção deste trabalho, acabei por me encontrar face à uma problemática referida por Vizer (2011): a atividade comunicacional (e neste caso, jornalística) ancorada na concepção ontológica daquilo que ela difunde. A relação entre a instância jornalística e os componentes da cotidianidade são significativas, e diversos autores tratam do tema. Observando que a ideologia jornalística é herdeira direta das concepções de “sujeito autônomo” do Iluminismo, Moretzsohn (2007), por um viés crítico, aponta que o jornalismo tem papel de enorme importância na composição do cotidiano social, sustentado pela convencionalidade do senso comum. As especificidades da produção jornalística terminam por ser uma tentativa de simular aquilo que é tomado como a realidade das sociedades, e se apresentam como “fatos”, ou seja, elementos supostamente incontestáveis.

O jornalismo se encarrega de apresentar *uma* realidade (dentre tantas possíveis) que conta com viés midiático, obviamente. Rotinas produtivas, critérios de noticiabilidade, valores-notícia: todos estes ritos (TUCHMAN, 1993) que configuram *habitus* e *ethos* da profissão, são usados para tornar a atuação dos jornalistas a mais “objetiva” possível, supostamente eliminando a subjetividade na percepção e produção do material noticioso. Essa depuração da técnica vai escamotear a questão de que, atuando sobre o mundo que consideram objetivamente constituído, os jornalistas investem formação das condições que irão dar continuidade às estruturas (sociais, culturais, históricas) tomadas como reais/objetivas. Rodrigo Alsina (2005) nota que a produção jornalística incorre na apresentação de um cotidiano a ser acompanhado pela sociedade, com acontecimentos que idealmente devem interessar à coletividade. Isso configura, certamente, uma imposição sobre o que é importante e o que não é – e assim, sobre quais grupos, posições ideológicas, embates seriam válidos de existirem jornalisticamente e os que não adquiriram esse valor.

O jornalismo é indissociável do universo linguístico, apesar de não-reduzível a uma operação de linguagem. Considerando, junto a Benetti (2007), o jornalismo como um discurso, pode-se perceber ele se apoia em “efeitos de real”, em fatores que fazem o público acreditar que o que é noticiado é a tradução da realidade “colhida” no hipotético jardim dos fatos mundiais. Desta maneira, ele expõe as configurações do chamado contrato de comunicação, conceito cunhado por Charaudeau (2007). Este sustenta que os processos comunicacionais devem ser entendidos a partir da metáfora contratual, no qual são estabelecidas condições a serem reconhecidas para a efetivação das trocas languageiras¹⁰. Na situação, os envolvidos implementam um acordo tácito, a partir do qual cada instância saberá sua forma de ação sem a necessidade de reiteração da estrutura contratual - ou seja, depende daquilo que Bakhtin expressa como condição dialógica, elemento fundamental ao entendimento da processualidade discursiva. Além disso, é uma forma de conhecimento (MEDISTCH, 1997). Mas o jornalismo também é

¹⁰ Sendo efetivada em um contexto social estruturado, a troca languageira, de forma geral, dois tipos de características. Os dados externos e os dados internos, que se subdividem em outras categorizações. Entre as condições externas, encontram-se a de identidade (quem são os sujeitos em interação?), a de finalidade (os atos de linguagem são ações motivadas por algum objetivo, sendo a finalidade o guia principal da dinâmica) e de propósito (a temática abordada), de dispositivo (o aparato que permite o ato comunicativo). Para os dados externos, são destacáveis o espaço de locução (quem é o sujeito que fala no ato comunicativo em curso?), o de relação (formas pelas quais é empreendida a relação entre os sujeitos enredados no ato de comunicação) e o de tematização (a estruturação discursiva, relativa à temática em observação).

produto sociocultural, elemento estruturado e estruturante, na concepção de Thompson (2009).

A cobertura jornalística que aborda acontecimentos relativos às temáticas das RI acaba por atravessar diferentes níveis de representações. Nesse caminho, de uma ambiência a outra, tudo muda: o caráter das representações, suas gêneses históricas, motivações, dissimulações. É de alta complexidade a tarefa de noticiar ocorrências no entremeio do que se consideram assuntos domésticos e externos. Em minha dissertação (BOMFIM, 2011), analisei a relação entre Brasil e Argentina a partir da cobertura realizada pelas principais revistas semanais de informação geral (CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja), e ficou claro que, em decorrência das diretrizes editoriais e de fatores conjunturais, cada publicação apresentava uma relação entre os dois países com caráter diferente. Contudo, apesar de a nação vizinha ser representada de formas distintas, a observação dos referenciais socioculturais e históricos mantinha uma homogeneidade. Em geral, apelava-se para discursos semelhantes sobre os argentinos, com alusão a produtos culturais, personalidades conhecidas e interpretações de caráter histórico do que seriam a sociedade e a psique argentinas. Além disso, em alguns casos os textos faziam alusão a elementos reconhecidos como pertencentes ao espaço latino-americano.

Em suma: a cristalização de discursos e representações acerca do Outro argentino teve enorme peso na produção do material jornalístico. O universo de referências disponíveis sobre os habitantes do território argentino (em todas as áreas, como política, economia, cultura, etc) munuiu a produção noticiosa de sentidos, estimulando certos significados para a interpretação dos acontecimentos. Nas palavras de Berger e Luckmann (1973), o “acervo social de conhecimento” sobre a Argentina foi utilizado pelo jornalismo para aproximar do público temas que podem ser distantes do cotidiano dos indivíduos, o que dificulta a compreensão dos temas tratados.

A investigação centrada nas relações desenvolvidas pelo Brasil no eixo Sul-Sul possibilita a análise de notícias que envolvem países cujas referências para o público são escassas. Há um elemento de estranhamento a ser destacado na investigação, um interesse em analisar a construção noticiosa que envolve a relação com o desconhecido dentro de uma dinâmica de expansão das relações políticas que deriva na necessidade de representação. Ademais, as demandas de caráter político da problemática enfocada advogam a necessidade da exposição da relação interno-externo nas notícias, configurando a cobertura jornalística da PEB como um entremeio do cruzamento de referenciais nacionais, internacionais e estrangeiros.

Passo, no próximo capítulo, a uma explicação sobre as Relações Internacionais e, ao final da segunda parte, discuto a constituição da Política Externa Brasileira contemporânea. Este mergulho nas RI e na PEB é essencial para entender a constituição de forças no sistema internacional e a configuração das relações exteriores do Brasil, em especial as opções realizadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva – fator necessário para compreender a cobertura realizada pelo portal Veja.

2. ESTUDO DO AMBIENTE INTERNACIONAL

A área das Relações Internacionais é ampla, constituída *por e a partir* de diferentes perspectivas epistemológicas. Qualquer sistematização sobre as RI que se procure breve incorrerá, certamente, na exposição de apenas uma diminuta fração de conhecimentos que compõem as temáticas concernentes ao âmbito internacionalista. Apesar disso, tomo parte desta empreitada pela necessidade de explorar os estudos sobre a constituição das decisões externas do Estado brasileiro, um dos cerne desta tese, a fim de compreender a cobertura noticiosa do portal Veja sobre tais resoluções. Faz-se importante salientar, também, que cada um dos grupos de pensamento compõe-se como um espectro, abrigando configurações diferentes no bojo de um núcleo canônico.

Realizo uma explanação conjugando a apresentação de suas principais vertentes de investigação à explicação dos chamados quatro Grandes Debates, embates entre as correntes teóricas que influenciaram decisivamente na constituição das reflexões do campo. É interessante perceber que a trajetória de construção teórica e epistemológica da disciplina, ocorrida ao longo do século XX, reflete também as preocupações e interesses em voga nas disputas envolvendo o nível internacional: as preocupações com a segurança mundial com o término da Primeira Guerra, a ascensão das ideologias fascistas, a dura experiência da Segunda Guerra, as tensões do período da Guerra Fria, os movimentos de descolonização, os processos de globalização, o término da bipolaridade Comunismo-Capitalismo, entre muitos outros. Estes elementos ajudam a compreender o caráter dinâmico das relações que envolvem atores no cenário global – inclusive, o entendimento de que esses atores não são apenas representados pelos Estados nacionais, apesar da primazia de sua posição de soberania ser reconhecida.

2.1 A história das Relações Internacionais

É mandatório explicar que, ao tratar-se das Relações Internacionais, estamos incorrendo por um campo de saber erigido recentemente, estando prestes a completar seu primeiro século de existência. Isso é completamente distinto da história de relações entre os países, e ainda mais amplo se a referência são as interações entre grupos

humanos instituídos em coletividades com maior ou menor grau de institucionalização e identificação. Como expus no capítulo anterior, a associação que constitui a estrutura estatal é histórico e socialmente localizada, não devendo ser confundida com outras formas de regime normativo sociopolítico – embora haja, desde o início do processo estadocêntrico, a tentativa de correlacionar este projeto moderno a formas de ancestralidade.

As RI surgiram como campo de estudos logo ao término da Primeira Guerra Mundial, com o pioneirismo cabendo à Aberystwyth University, no Reino Unido (especificamente, País de Gales), em 1919, a partir da criação da cátedra Woodrow Wilson, como relata Gonçalves (2000). A preocupação era estabelecer um espaço acadêmico de investigação que enfocasse as interações entre os países, a fim de evitar que horrores como o do conflito recém encerrado voltassem a acontecer. Os investimentos destinados à constituição da área internacionalista foram realizados, de forma destacada, por britânicos e norte-americanos, o que se reflete na hegemonia que os dois países estabeleceram na construção acadêmica da disciplina. Tal situação é perceptível, inclusive, pelo próprio léxico empregado pelos estudiosos mundialmente¹¹. A possibilidade de denominar é, certamente, uma forma de poder: para Gonçalves (2002), desta situação é possível perceber consequências tanto acadêmicas quanto políticas, com a exposição de formas de reprodução de hegemonia, tendo em consideração que a determinação das “regras do jogo” é um empreendimento anglo-saxão. Ademais, o conhecimento sobre as tradições de pesquisa britânica e, principalmente, norte-americana se torna indispensável aos estudiosos da área. Ulteriormente, com Cervo (2008), trarei essa discussão angulada à constituição de viés brasileiro de pesquisa das RI.

A institucionalização dos estudos acerca do nível interestatal é, também, relacionada ao desencaixe/compartimentação dos saberes debatido anteriormente. A especialização dos conhecimentos da disciplina acaba por constituir um extenso espaço teórico-prático, um domínio epistemológico próprio, contudo relacionado à experiência dos homens a partir de coletividades definidas nacionalmente. À ideia de Ciência Política internacional – que, como Ciência Política, possui eminentemente caráter filosófico –, o campo somou a influência decisiva de outras áreas, em especial da

¹¹ Termos como *capabilities* (capacidades), *enforcement* (coação, imposição), *hard* e *soft power* (poder forte e poder brando), *high* e *low politics* (política “alta” ou “baixa”), entre outros, são usados rotineiramente na forma original em inglês.

História, do Direito e da Economia, e seu caráter multidisciplinar é resultado dessas diversas influências e âmbitos teórico-metodológicos.

A ambiência internacional, que relaciona as diversas disciplinas, apresenta alguns temas que definem sua “natureza” e talvez o principal seja o conceito de soberania, como previamente debatido na definição de Estado. Junto a este, apresenta-se como extremamente relevante a questão dos atores. Estes são os participantes do sistema, sendo divididos em estatais e não-estatais (multinacionais, instituições financeiras, ONGs, etc). A capacidade de interferir nos acontecimentos interestatais motiva contendas entre os acadêmicos, que discutem a possibilidade de um elemento não-soberano influenciar na interação entre estruturas soberanas. Ademais, a pauta de discussões do campo enfoca preocupações sobre segurança (estatal e do sistema em geral), legitimidade da guerra, instituição de organizações, formas de cooperação, perpassando a abrangência geral de elementos como liberdade política e econômica, bem estar, pobreza e riqueza.

É primordial frisar que, em grande parte, as discussões em RI decorrem de uma oposição entre o que seriam elementos objetivos e subjetivos na conformação das interações entre os países. Neste sentido, a corrente realista denominou (em sentido pejorativo) os liberais como idealistas, pois estes afirmam a necessidade de atenção a elementos como a cultura e os valores, ao passo que os primeiros ressaltam fatores que servem à imposição do poder, especialmente a força bélica, resumidos na denominação de poder de *enforcement*.

2.1.1 O Primeiro Debate: Realismo x Liberalismo

O primeiro Grande Debate, ocorrido por volta dos anos 1930-1940, envolveu as perspectivas realistas e liberal-idealistas. A querela é de grande representatividade para as RI, visto que em sua concepção inicial, as posições liberais apresentavam preponderância entre os estudiosos. Mas começo dando atenção ao Realismo. Esta é tradicionalmente considerado a escola de pensamento de maior influência no estudo das Relações Internacionais. A própria constituição das RI como área de estudos, de certa forma, é relacionada à emergência das concepções realistas, visto que alguns dos seus temas de interesse acabaram por constituir preocupações gerais das teorias

internacionalistas. Entre os pressupostos realistas, destaca-se a consideração do Estado como ator internacional unitário e soberano, estrutura dominante da realidade político-social. Não havendo instituição superior à dimensão estatal, o sistema internacional é concebido como anárquico. Esta característica o aproxima às concepções hobbesianas de estado de natureza, expondo a preocupação primordial com a questão da segurança. Além de Hobbes, outros pensadores clássicos relacionados pelos acadêmicos como influentes para a constituição dessa tradição são Tucídides e Maquiavel.

Os realistas afirmam que os Estados têm por objetivo a sobrevivência e, partindo de sua “natureza” egoísta, buscam maximizar ao máximo seus ganhos relativos. Eles são considerados atores racionais, pois almejam a consecução de interesses próprios (o interesse nacional), investindo em processos denominados de autoajuda (*self-help*), o que significa a impossibilidade de confiar sua existência às ações de outros países. O poder é considerado um fim *per se*, e a dominância por meios coercitivos representa possibilidades de moldar o espaço interestatal, determinando as atitudes dos outros atores. O modelo da bola de bilhar representa a compreensão do Estado pelo paradigma realista: as unidades estatais como estruturas herméticas, homogêneas, chocando-se umas contra as outras em um determinado espaço, numa configuração que ignora as demandas internas em relação à política externa.

Talvez a obra mais importante dentro do universo realista seja *A política entre as nações*, de Morgenthau, cuja primeira edição foi publicada em 1948. Na mesma, o teórico desenvolve seis princípios que ordenariam a visão da Política Internacional pela ótica realista:

1. A política é regida por leis objetivas, originadas na natureza humana;
2. O interesse dos Estados deve ser compreendido em termos de poder, o que sustenta a racionalidade da política externa de maximizar benefícios e diminuir riscos, ignorando motivações particularistas ou ideológicas;
3. O Realismo, conquanto tenha a conquista do poder como elemento de definição dos interesses, compreende que estes são variáveis ao longo do tempo e em distintos contextos;
4. Os realistas têm consciência dos significados morais das ações políticas e do tensionamento entre moral e atitudes políticas exitosas. Todavia, os princípios morais universais devem ser postos à luz das configurações espaço-temporais

que estruturam a questão em análise, pois as ações dos Estados não devem ser julgadas pela mesma dimensão ética concernente aos indivíduos;

5. O Realismo não aceita a identificação entre aspirações morais de um Estado ao governo das leis morais universais;
6. Os realistas políticos sustentam a autonomia da esfera política, e concepções de outras dimensões de pensamento devem ser entendidas a partir de sua esfera, alicerçada em concepções morais e éticas próprias.

O pensamento realista na formulação da política externa é, muitas vezes, definido pelo termo alemão *Realpolitik*, que engendra a imposição clara do poder para a consecução de metas, numa atitude pragmática com pouca ou nenhuma atenção à exposição de motivações ideológicas ou preocupações éticas e morais, cujo objetivo é manter a segurança do Estado. Mas é claro que, em uma dimensão tão marcadamente hostil, a interação entre as unidades estatais não constituirá um ambiente harmônico. Uma das consequências pode ser analisada pela constituição do conceito de dilema de segurança¹², desenvolvido por Herz no início dos anos 1950: quando uma nação, sentindo-se ameaçada ou buscando aumentar suas capacidades de poder, inicia uma campanha de crescimento armamentista, esta ação se constitui como um desequilíbrio do cenário, o que pode ter como consequência a busca de outros países por também aumentar sua força bélica, fazendo a situação retornar ao clima de insegurança percebido inicialmente. Este tipo de cálculo estratégico sobre as possibilidades de ganhos (absolutos ou relativos) é significativo na constituição das teorias realistas, baseadas na ideia de balança de poder. Conceito de raízes clássicas, relaciona-se à distribuição de capacidade militar entre as unidades estatais, de forma que seja evitada a concentração de elementos de *enforcement* sob apenas uma potência, evitando com que esta domine outras nações e trazendo desta maneira um equilíbrio ao sistema.

¹² Lançada em 1964, a película *Doutor Fantástico*, escrita e dirigida por Stanley Kubrick, é uma representação cinematográfica de uma das principais noções derivadas do dilema de segurança: a de destruição mútua assegurada (*mutual assured destruction*, ou MAD). No filme, a escalada militar entre EUA e União Soviética durante a Guerra Fria chega ao desenvolvimento de uma “máquina do Juízo Final”, cujo uso é impossível de ser detido depois de acionada e que tem capacidade de destruir o mundo. O título original, *Dr. Strangelove or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb*, expõe o caráter satírico da obra ao tratar das tensões que envolvem as duas superpotências, com os riscos decorrentes da sobrevivência da humanidade se encontrar nas mãos de alguns – motivados muito mais pela disputa dualística que por preocupações morais e de viés humanístico (a crítica ao abrigo dado a cientistas nazistas é exemplar). Não deixa de ser, também, um exemplo da *illusio* aludida por Bourdieu (1989).

As concepções extremamente pessimistas acerca da natureza humana expressas pelos paradigmas realistas são opostas às prerrogativas do Liberalismo, também denominado como Idealismo ou Pluralismo. A corrente, dominante no início do primeiro debate, defendia o entendimento das interações entre os países a partir de axiomas de cooperação e respeito aos valores éticos e morais, da busca pela paz contínua. Para seus teóricos, o uso da razão pode levar à cooperação nas interações entre os Estados, mesmo abrigando a busca pela consecução egoísta de interesses. O poder não é considerado como objetivo inerente às relações entre os países, sendo um valor variável, não absoluto.

Assim como os realistas, os liberais também arrolam pensadores clássicos como suas influências. *A Paz perpétua*, de Kant, é uma das obras que possuem maior influência na tradição liberal, assim como ideias de Montesquieu, Locke e Adam Smith. Percebe-se que o Liberalismo engendra as reflexões de outros campos além da Política, como Economia e Direito, expondo o projeto amplo de compreensão da natureza e da constituição das relações humanas constitutivo do empreendimento iluminista. “Os chamados *direitos naturais* à vida, à liberdade e à propriedade passariam a representar o fundamento filosófico mais importante das teorias liberais modernas, em especial aquelas que defendiam a ideia de *contrato social*” (NOGUEIRA, MESSARI, 2005, p. 59). A crença liberal sustenta o valor do progresso, da marcha do espírito humano em direção à completude de sua missão.

Não é difícil perceber a correlação entre as estruturas liberais e a constituição do Estado Moderno. Como paradigma na área das RI, a emergência do Liberalismo é relacionada ao chamado Idealismo wilsoniano, representado na constituição dos 14 pontos para a paz defendidos pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson (1913-1921) logo após o encerramento da Primeira Guerra Mundial. Entre os princípios de Wilson, destacam-se os artigos relacionados à instituição da obrigatoriedade de exposição pública dos acordos diplomáticos entre os países, abolição de barreiras comerciais, liberdade de navegação e promoção do desarmamento mundial. O 14º ponto propõe a existência de uma associação dos países, o que acabou por se materializar na Liga das Nações, embora com resultados discutíveis e sem a presença da nação do proponente.

A primazia dada à faculdade da razão como ordenadora da dimensão internacional incute nos liberais a concepção da cooperação como fator de promoção da

paz, representada pelo movimento de institucionalização do sistema. Assim, as discussões entre os países, materializadas em acordos, levam ao entendimento e diminuição do risco de guerra. Mas a segurança não é a meta fulcral do entendimento liberal, sendo uma das consequências a serem atingidas pelo ambiente cooperativo que preconiza. Para a conformação deste, há a necessidade uma realidade nacional-internacional composta pela democracia, o livre comércio e as instituições internacionais.

As escolhas dos Estados no sistema são definidoras de suas ações, e essas prerrogativas são relacionadas a fatores internos, como cultura, tradições políticas, organização das forças produtivas, etc. Desta feita, o Liberalismo nega a maior força do que em RI se convencionou a chamar de temas de *high politics*, como política e segurança, em comparação aos de *low politics*, como economia e cultura. Se o sistema internacional é anárquico, a junção de interesses nacionais para alcançar objetivos no nível interestatal permite uma maior estabilidade e possibilidade de êxito aos países, mesmo que com ganhos relativos. A consideração das demandas dos atores como igualmente válidas possibilita, ao menos teoricamente, a ascensão de uma visão mais cosmopolita da dimensão mundial. Tradicionalmente, constitui-se a ideia de que democracias liberais não travam guerras entre si, e seriam menos propensas a entrar em conflitos contra quaisquer outras nações¹³.

A breve exposição do Liberalismo clássico serve à compreensão geral da linha teórica, mas é mister comentar que outras correntes também se estabeleceram ao longo dos anos, tais como o Liberalismo sociológico, o republicano e a interdependência complexa, tema do terceiro debate. De qualquer forma, a emergência dos regimes de matriz fascista na Europa entre os anos 1920-1930 representa a constituição da hegemonia realista sobre a liberal entre os acadêmicos¹⁴.

¹³ A validade da assertiva é questionada por diversos teóricos, embora tenha ressonância inclusive no discurso comum liberal contemporâneo. De minha parte, dentre vários sentidos possíveis, a afirmação soa como uma forma de pré-justificativa ao ingresso em uma campanha abertamente coercitiva, militar e/ou institucionalmente, tendo em vista que se torna mais fácil sustentar a concepção de uma “guerra justa” ou outra ação do tipo. As investidas de alguns países sobre outros em nome dos valores ocidentais, por exemplo, alicerçam-se de forma clara neste tipo de raciocínio.

¹⁴ De qualquer maneira, obviamente o Liberalismo não foi abandonado, e concepções liberais estão no cerne da constituição de organismos interestatais no pós-guerra, tendo como exemplo principal a ONU.

2.1.2 O Segundo Debate: tradicionalistas x behavioristas

O segundo dos Grandes Debates foi caracterizado pelas discussões entre realistas tradicionalistas e realistas de matriz behaviorista, em fins dos anos 1950, numa discussão relacionada a questões metodológicas. Os primeiros afirmavam o caráter de conhecimento político e histórico das RI, enquanto que os segundos, inspirados por autores como Talcott Parsons e Morton Kaplan, buscavam uma abordagem cientificista das interações entre as unidades estatais, com a aplicação de formulações oriundas das chamadas *hard sciences*, como modelos cognitivos, cibernéticos e a Teoria dos Jogos. A influência behaviorista, notada mais fortemente no panorama das pesquisas nos EUA, teria como meta, para seus acadêmicos, aumentar a credibilidade dos estudos políticos ao torná-los mais “científicos”, de acordo com a visão dos estudiosos. Incorrer-se-ia na mensuração de dados que permitiriam o comando das ações do Estado de uma maneira considerada objetiva. “O behaviorismo tem por base a suposição de que há um mundo 'externo' ou real das relações internacionais, que opera de acordo com suas próprias regularidades ou padrões objetivos”, apontam Jackson e Sorensen (2007, p. 315).

Para Nogueira e Messari (2005), três são as principais consequências da matriz behaviorista: a maior influência de métodos quantitativos, a abertura para a busca de modelos metodológicos em outras áreas (destacadamente, nas ciências exatas) e a instituição do debate sobre os níveis de análise nas Relações Internacionais. O funcionalismo incutido nas análises behavioristas motivou críticas de outras tradições, especialmente as europeias. Pesquisadores franceses e britânicos, principalmente, desacreditaram o caráter extremamente cientificista da corrente, principalmente afirmando a obrigatoriedade de se analisar o nível histórico das interações entre os países e as questões filosóficas que engendram a Ciência Política.

2.1.3 O Terceiro Debate: Neorrealismo x Neoliberalismo

O terceiro momento de embate ficou também conhecido como debate dos paradigmas ou debate *neo-neo*. Opôs as concepções realistas a uma nova configuração do sistema internacional representada pelo conceito de interdependência complexa, formulada pelo grupo dos liberais pluralistas e, mais especificamente, pelos trabalhos de Keohane e Nye, segundo Gonçalves (2002). Com as muitas modificações do panorama

mundial na década de 1970 (como a emergência significativa de temáticas econômicas no bojo das discussões entre os países, em detrimento das preocupações com assuntos bélicos), a concepção do Estado como ator único das RI, assim como sua própria homogeneidade constitutiva, foi duramente criticada.

A resposta realista foi incorporar algumas das ponderações, o que ocasionou o surgimento da matriz neorrealista. Waltz, com a publicação de *Theory of International Politics*, em 1979, delinea o horizonte do Neorrealismo, ou Realismo Estrutural. As estruturas do sistema constroem, limitam e orientam os agentes (NOGUEIRA, MESSARI, 2005) – o que representa um descarte das características egoístas “naturais” dos seres humanos alegadas pelos realistas clássicos. Para o autor, apenas duas formas de princípios ordenativos são possíveis, a hierarquia e a anarquia, e a segunda é a lógica do ambiente internacional, o que sustenta a recorrência dos conflitos entre as unidades estatais. Como não há um poder soberano legítimo, a distribuição das *capabilities* entre os países é o principal fator de organização do âmbito interestatal, o que ocasiona uma busca por equilíbrio de poder. Como as possibilidades de poder são distintas, a emergência de uma potência terá grande impacto. Nesse sentido, podem-se constituir três formas de sistema: unipolar, bipolar e multipolar. No primeiro, é reconhecida a existência de apenas uma grande potência. No segundo, duas potências dividem o espaço de poder. Por fim, a multipolaridade seria a coexistência de três ou mais centros de poder mundial. Em geral, para os neorrealistas, o sistema bipolar é o que traz mais equilíbrio – e em consequência, segurança – ao ambiente, já que a maior transparência nas alianças possibilita mais previsibilidade de ações recíprocas. O sistema multipolar imprime uma complexificação das relações, trazendo incerteza e complicando os cálculos estratégicos.

O debate também suscitou transformações na corrente liberal. Esta termina por se constituir como neoliberal, o que aqui relaciona-se à crença na necessidade de uma maior força das instituições internacionais, de modo a dirimir as consequências possivelmente nefastas da anarquia por meio de uma relação de confiança “forçada” nas regras do sistema – ou seja, não baseada no progresso da razão humana, mas por interesses admitidos como particularistas. A interdependência complexa, teorizada por Keohane e Nye em *Power and Interdependence*, de 1977, expõe a necessidade de pensar a influência dos atores não-estatais nas RI, muitas vezes mais poderosa que a das próprias unidades estatais. As crises do petróleo, os avanços tecnológicos, a

internacionalização financeira e a constituição de fóruns mundiais de deliberação são aspectos das mudanças do espaço mundial¹⁵ que sustentam a ideia de interdependência complexa. As três principais características desta são: constituição de múltiplos canais de comunicação e negociação, agenda múltipla e decréscimo da necessidade de uso da força.

Os autores sustentam que realizam um movimento de aproximação entre o Realismo e o Liberalismo. Nesse sentido, apresentam o quadro de uma interdependência que abriga assimetrias, sendo que estas são uma forma de exercer poder. De toda forma, como dito, o estabelecimento de interrelações não é, automaticamente, uma fórmula para a cooperação e para a paz. Pelo contrário, conflitos surgem diuturnamente. A questão é a administração dessas situações conflitivas, o que incute maior importância às organizações de âmbito mundial.

Antes de chegar ao último debate, vale apontar que outras escolas e paradigmas também alcançaram reconhecimento entre os pesquisadores das RI. A chamada Escola Inglesa, a principal corrente cuja origem não é norte-americana, tem no conceito de Sociedade Internacional, de Hedley Bull, sua principal contribuição. Trabalhando a partir de Grotius, considerado um dos precursores do Direito Internacional, o autor expõe que, mesmo existindo em ambiente anárquico, as nações conformam uma estrutura de sociedade, com valores comuns, ordens e normas – uma “sociedade anárquica”, título de uma das principais obras de Bull. Em concordância, para Wight, outro dos principais nomes do grupo, as RI são constituídas por três tradições: a Realista, erigida a partir das ideias de Maquiavel; a Racionalista (Liberal), apoiada em Kant; e a Revolucionista, a própria Escola Inglesa, inspirada pela obra de Grotius. Os teóricos dessa tradição negam uma distinção oposicionista entre Realismo e Liberalismo – elementos ditos “realistas”, como a luta pelo poder, e “liberais”, como a constituição de regras e instituições, abrigando preocupações referentes ao Direito Internacional, constituem o nível de existência interestatal, sendo que, *a priori*, nenhuma das concepções é correta ou incorreta, mas apresentam horizontes interpretativos dessemelhantes da mesma dinâmica mundial. Desacreditando fortemente a concepção

¹⁵ De certa forma, trata-se de uma sistematização da análise das Relações Internacionais face à emergência dos elementos que constituem a globalização, o que reforça o caráter interdisciplinar da área. Como observa Boaventura de Sousa Santos, “[a] intensificação de interações que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como o fez no passado” (2002, p. 36).

behaviorista, expõem preocupações com assuntos como soberania, direitos humanos, justiça e ordem internacionais.

Outra importante tradição é a Marxista, que enfoca as questões materialistas no concernente às interações entre os países, em especial no que se refere ao campo econômico. O Estado existiria como forma de sustentação do sistema capitalista, tanto doméstica quanto internacionalmente, visto que o desenvolvimento de processos de acumulação de capital pela classe burguesa resulta na continuidade e incremento das desigualdades mundiais. Nesse sentido, o internacionalismo da causa socialista é necessário à luta de classes em escala global, e a partir desta, seria possível chegar à uma situação de desmantelamento das estruturas estatais. A Teoria da Dependência, de grande relevância aos estudos sociais e políticos na América Latina entre os anos 1960-1970, possui no Marxismo parte de seu substrato teórico. A Teoria Crítica, por sua vez, constitui-se como duramente crítica das concepções positivistas. Como observam Nogueira e Messari (2005), os críticos trouxeram o marxismo de volta às discussões das RI, mas sustentando os elementos não deterministas ou economicistas das ideias de Marx, relacionados à sua produção filosófica e política. Discussões relativas à constituição de hegemonia, desigualdade, alienação e instituição de uma sociedade civil em nível mundial fazem parte desta corrente. Autores como Cox e Linklater têm em teóricos da Escola de Frankfurt a base para a fundamentação de suas ideias, embora os frankfurtianos não tenham produção voltada às Relações Internacionais.

Por fim, cito a chamada Teoria do Sistema Mundo, cujo principal expoente é Wallerstein. O teórico afirma que o Estado-nação só pode ser compreendido dentro de uma ampla estrutura econômica, política e jurídica na qual ele efetivamente existe, o Sistema Mundo – sendo que este é ordenado em uma lógica de exploração capitalista. Esse sistema é baseado em uma dupla divisão do trabalho, que engendra diferenças de acesso aos recursos dentro das unidades estatais por distintos grupos e classes. De forma análoga, os países que compõem o ambiente internacional também têm alcance diferenciado a bens e serviços no mercado mundial – ou seja, tanto os mercados domésticos quanto o externo apresentam distorções originadas nas assimetrias de poder. A economia mundial é dividida em três espaços: a área periférica, economicamente menos desenvolvida, continuamente explorada; a semiperiférica, âmbito intermediário, que explorando a periferia e é explorada pelo centro; e o centro, composto por Estados considerados desenvolvidos economicamente, que exercem poder econômico, político

e, em muitos casos, militar, sobre os outros. Esta posição permite com que eles ordenem os fluxos financeiros, as trocas econômicas, exerçam hegemonia em decisões políticas coletivas, etc, configurando uma miríade de dinâmicas que incorrem na acumulação de capital por uma pequena fração mundial. Esta situação leva a crises periódicas, com grandes impactos sociais, e os questionamentos sobre o sistema apontam, crê Wallerstein, para o colapso do capitalismo em um futuro não distante.

2.1.4 O Quarto Debate: positivistas x pós-positivistas e o Construtivismo nas RI

As discussões que configuram o Quarto Debate tomam forma em fins da década de 1980 e envolvem as teorias de cunho positivista e as pós-positivistas, tais como o construtivismo, o pós-modernismo, o feminismo e a teoria crítica, contrárias ao empiricismo característico das *hard sciences* na análise das Relações Internacionais. Esse debate envolve as discussões sobre as possibilidades de alargamento epistemológico da área, e traz substratos de variados campos de conhecimento às discussões sobre a matéria das RI. Em suma, são expostas tentativas de desontologização das estruturas que constituem o ambiente internacional, visto que estas sustentam a existência objetiva das dimensões interna e externa, e o fazem efetivando diversas formas de hegemonia social, política, cultural, histórica, econômica, financeira, de gênero, etc. A complexificação das discussões sobre temas que envolvem os Estados e outros atores no meio internacional parece indicar que não houve esgotamento das questões postas ao final do século XX. O chamado “fim das grandes narrativas” atingiu de diversas formas as Ciências Sociais e Humanas, e as Relações Internacionais não ficaram imunes a esse movimento. As muitas questões que surgem da irrupção de diversos pontos de vista mundiais servem ao questionamento da validade moral e ética de axiomas consagrados ao longo do tempo.

Discuto a perspectiva construtivista como forma de melhor compreender os estudos internacionais em relação ao campo de pesquisa primordial desta tese, o jornalismo. Pensar os processos de instituição de objetividades e subjetividades, discursos, representações e ideologias sobre o nível internacional na produção noticiosa é o intuito desta aproximação, e o Construtivismo, pela abertura de campo que preconiza, fornece-me a possibilidade de explorar a produção das notícias sobre

relações exteriores de maneira mais ampla, observando também o campo ao qual é dado voz pelo campo jornalístico.

Concentro-me mais detalhadamente no Construtivismo nesta tese porque o forte impacto dos estudos desta corrente levou ao questionamento geral dos paradigmas e tradições epistemológicas das Relações Internacionais. Essa situação permitiu o surgimento de investigações que, apesar de realizadas nas RI e enfocando temáticas comuns da área, questionassem as verdades estabelecidas no decurso histórico da academia, abrindo espaço à uma gama de outros referenciais teóricos e constituindo objetos de pesquisa que se espraiam para outros campos do conhecimento. Como no caso dos domínios Realista e Liberal, é um equívoco pensar no Construtivismo como uma escola de pensamento homogênea: uma parte dos acadêmicos intenta estabelecer pontes com as teorias tradicionais e se posicionam como “modernos”, outros compõem os grupos dos construtivistas radicais e dos pós-modernos, estabelecendo críticas aos primeiros por estes manterem parte das prerrogativas racionalistas que definiram o campo ao longo dos anos.

De toda maneira, a obra pioneira de Onuf, *World of Our Making*, publicada em 1989, introduziu o Construtivismo nos estudos internacionalistas. O teórico afirmava o caráter de construção social do mundo, o que abrange mesmo a noção de anarquia, a qual ele descarta para utilizar a denominação de heteronomia. Onuf sustenta que o sistema internacional é estruturado por regras, que definem as ações dos agentes, e não aceitar as regras implica em consequências. O autor aponta a importância de analisar as regras que regem os discursos, pois estes engendram a possibilidade de ação. Entre os teóricos¹⁶ que atuam na corrente, o autodeclarado realista Wendt abordou, em alguns trabalhos de grande destaque ao longo dos anos 1990, as características da teoria construtivista. Sopesando que os Estados são uma conformação de identidades e interesses, ele observa que o segundo termo é subordinado ao primeiro, pois as unidades estatais precisam dos referenciais acerca do que “são” para decidirem suas ações. A interação entre interesses e identidades em âmbito interno e externo engloba o que Wendt define como elementos objetivos (como a sobrevivência, a soberania e o êxito econômico) e subjetivos, relacionados às formas de atuação (denominados por ele como “preferências”). Nesta lógica, a constituição do ambiente internacional é uma dialética social resultante do contato entre agentes e estruturas. A ideia do autor de que a

¹⁶ Além de Wendt, Adler e Onuf, citados diretamente, outros expoentes do Construtivismo são Martha Finnemore, Friedrich Kratochwill, John Ruggie, Karin Fierke, Peter Katzenstein e Maja Zehfuss.

“anarquia é o que os Estados fazem dela”, que dá título ao seu texto de 1992, é relacionada justamente a esse processo de construção social da realidade internacional.

Posteriormente (1999), Wendt sustenta que as formas pelas quais os Estados se reconhecem dependem do tipo de cultura anárquica que esta interação encerra. Quando percebem o outro como inimigo, as unidades estatais se veem em meio a uma anarquia hobbesiana; em uma configuração lockeana, concebem-se como rivais (que reconhecem a soberania um do outro, por exemplo); por fim, mirando-se pela ótica da amizade, incorrem em uma relação de viés kantiano. As normas do sistema são “internalizadas” pelas estruturas nacionais a partir de coerções por parte de outros Estados, de interesses próprios ou de sua percepção como legítimas, com o processo variando em cada uma das três sistemáticas culturais.

O Construtivismo se debruça sobre constituição social do conhecimento compartilhado que constitui o ambiente internacional, as regras e os valores compreendidos como definidores do contato entre as unidades estatais. Wendt (1992; 1999) sustenta que a identidade é a base para a constituição dos interesses e das medidas para alcançá-los, pois os recursos materiais somente adquirem significado por meio da estrutura de conhecimento compartilhado, constituindo-se na força motriz das ações humanas. Nessa percepção, os estudos construtivistas permitem uma maior compreensão sobre os processos de constituição dos objetivos dos Estados, tomados pelos estudiosos de diversas matrizes das RI a partir da denominação “interesse nacional”. Para Adler (1999), este conceito-base das RI é o mais sensível à influência dos estudos construtivistas. O interesse só pode surgir da relação entre conhecimento e poder, sendo que a denominação do interesse nacional é uma representação que une uma noção de intersubjetividade à promoção de objetivos específicos¹⁷. “Se os construtivistas estiverem corretos, e as estruturas cognitivas, tanto quanto as materiais, tiverem um papel nas fronteiras entre eles – a própria realidade internacional – então a pesquisa empírica deve estudar as idéias e os interesses como parte de um processo unitário de criação da realidade social” (ADLER, 1999, p. 218). Tanto o Neorrealismo como o Neoliberalismo falham por não conseguir explicar a constituição das preferências dos Estados.

Os construtivistas partiram, primordialmente, de críticas às visões do Neorrealismo. Entre as discordâncias, uma das principais é relacionada à percepção do

¹⁷ Como já afirmado, o uso do conceito no jornalismo foi trabalhado em minha dissertação de mestrado.

ambiente internacional de maneira estruturalmente homogênea. Wendt concebe o nível interestatal dividido em uma macro e microestruturas – a primeira instância referente ao sistema geral, enquanto a segunda abrangendo as dinâmicas entre as unidades que o compõem. Estruturas e agentes devem ser compreendidos não como instâncias essencializadas, mas como processos.

As correlações entre o Construtivismo e a Sociologia do Conhecimento são claras. A composição do saber nas duas dimensões estruturais interestatais, por exemplo, é intersubjetiva, dependente de “modelos mentais” que atingem uma consensualidade. Nesse aspecto, as crenças e os valores sobre o mundo, experienciados pelos processos de socialização, serão construídos nas dinâmicas socioculturais. Isso institui o poder dos elementos considerados objetivos: por mais que a objetividade seja uma forma de estruturação da subjetividade, esses fatores abstratos impactam objetivamente na existência coletiva dos seres humanos.

Deixei uma reflexão específica para o final desta exposição sobre as teorias de RI e, especialmente, sobre o Construtivismo. É primordial não confundir a constituição epistemológica de cada área de conhecimento, e observar como cada forma de teorização sobre os processos e fenômenos humanos se constitui. Nesse sentido, mobilizo Bourdieu (1989) para corroborar a opção construtivista. O poder objetivo e, por vezes, essencializado ao qual aludem os realistas em geral não é senão a implementação do capital simbólico, baseada na estruturação do poder de mesma matriz. Possuir *capabilities* e poder de *enforcement* são dimensões que só fazem sentido por serem reconhecidas pelos outros participantes da dinâmica. Isto não é negar a força “real” que o armamento nuclear – para usar um exemplo tanto extremo quanto histórico – teria no relacionamento entre as unidades estatais, mas sim apontar a necessidade de exercer o poder a partir da interpretação do que ele representa. A “magia” do poder simbólico está nessa capacidade de agir sem que haja efetivamente ação. Como diz Wendt, a anarquia é o que os Estados fazem dela.

É possível argumentar que o mais interessante ponto trabalhado no bojo da corrente construtivista é a possibilidade de transformação, de modificação dos parâmetros sob os quais as relações entre os Estados são estabelecidas. De certo, é uma visão otimista, mas baseada na própria volubilidade das estruturas de interpretação da experiência humana. O mundo erigido pelas teorias positivistas (realistas,

principalmente) parece ser tão estático quanto era na concepção geocêntrica medieval. Como aponta Adler,

O construtivismo pode possuir a chave para o desenvolvimento de teorias dinâmicas sobre a transformação dos atores internacionais, padrões institucionalizados, novas identidades e interesses políticos e sistemas de governo. Estabelece também novas áreas para a investigação empírica – inexistentes para os realistas, negligenciadas pelos liberais e irrelevante para as abordagens psicológicas – ou seja, os fatos objetivos da política mundial, que são fatos apenas por acordo humano (1999, p. 238).

Essa atitude de questionar a realidade das teorias de RI é exposta, com muita propriedade, por Amado Cervo, um dos principais nomes dos estudos internacionais no Brasil. O acadêmico aponta que a formulação teórica do campo indicia a formação dos interesses em relação inequívoca com seu espaço de origem. “As raízes em que se apoiam as vinculam a interesses específicos de determinadas sociedades que constituem seu campo de observação, bem como a valores que estas sociedades cultivam e, ainda, a padrões de conduta que sugerem e enaltecem como sendo ideais” (CERVO, 2008, p. 10). O Construtivismo seria uma mescla das contradições das teorias de RI, representando justamente a reação a estes dilemas.

Nesse encadeamento de ideias, a constituição de relações entre países no chamado eixo Sul-Sul me parece uma possibilidade praxiológica de modificação das conformações sociais, culturais e políticas naturalizadas sobre as interações globais. Por mais que, muitas vezes, as associações se pautem na reprodução de práticas consagradas pelos países do Norte, abre-se um mínimo espaço de questionamento dos axiomas que moldam os processos da realidade mundial.

Mas para entender melhor as motivações que guiaram essa composição de identidade e interesses durante o governo Lula, é indispensável explorar a fundamentação histórica da Política Externa Brasileira.

2.2 A Política Externa Brasileira: o “outro Ocidente” e a necessidade de uma visão própria

O Brasil como um “outro Ocidente”, na já comentada citação de Lafer¹⁸, parece-me reveladora. É, antes de tudo, uma afirmação do posicionamento secundário do país: se o Brasil é “outro”, a instância de comparação é o ponto de vista dominante - e este é ocidental. Tal questão fica mais exposta na breve explanação do autor: “mais pobre, mais enigmático, mais problemático, mas não menos Ocidente” (2001, p. 40). O que significa *ser e não ser* ocidental ao mesmo tempo? O pequeno trecho reproduzido diz muito. Ser pobre, em oposição aos ricos, no sentido de ser menor; ser enigmático, ao contrário do normal ocidental; ser problemático, contrariamente ao mundo perfeito.

Para Lafer, o povo brasileiro é “indubitavelmente diferente” dos “povos-testemunha” do México e do altiplano andino, que vivem até os dias de hoje a dualidade cultural da colonização. Os brasileiros, basicamente de matriz lusitana, conjugam uma herança que foi modulada e enriquecida pela influência indígena e africana, posteriormente com novos europeus (italianos, alemães, espanhóis) e não-europeus (árabes, japoneses). “Daí, apesar do persistente dilema da exclusão social, o Brasil permanece um país no pluralismo de sua escala continental e de sua composição multiétnica, linguisticamente homogêneo, propenso à integração cultural e razoavelmente aberto ao sincretismo da diversidade” (LAFER, 2001, p. 39-40). A dupla inserção representa a instituição do Brasil como “outro Ocidente” – ocidental nos valores, em função de sua formação histórica. A referência ao lado oposto (ou negativo) da inserção não é muito citada.

A deferência exagerada ao ocidentalismo (ou a uma concepção deste) salta aos olhos. É forçoso dizer, sociologicamente, vejo mesmo aqui o perpassar das noções do pensamento abissal abordado junto a Boaventura de Sousa Santos. O que me parece de grande peso é que há um elogio da diversidade, do multiculturalismo, para em seguida condicioná-lo como uma forma menor em comparação ao conjunto do que é relativo ao Ocidente. A percepção me parece condizente com o processo de inserção implementado à época que Lafer foi ministro das Relações Exteriores.

A referência à organização infraestrutural da experiência brasileira realizada por Lafer me parece necessária pela contraposição ao núcleo central das ideias de Amado Cervo, principal autor da PEB aqui requisitado. Analisar o papel do Brasil

¹⁸ Lafer cita Kennan, que considera o Brasil um *monster country* pela população e território, mas sem os aspectos ameaçadores de similares como China e Rússia; e Kissinger, que declarou que o país possui uma *world view* própria. Os termos em inglês reproduzidos são usados no texto do ex-chanceler.

internacionalmente somente a partir do prisma de suas deficiências em contraste à excelência do Norte é uma maneira de perpetuar as estruturas sociais, políticas e, conjuntamente, cognitivas que sustentam as verdades de um sistema internacional erigido pelas demandas e prerrogativas das nações hegemônicas. Desenvolver uma visão própria das RI é mandatório para pensar o país em uma nova configuração global. Cerro (2008; 2008a) é contundente ao afirmar que a pesquisa em Relações Internacionais deve deixar de lado a teoria para se concentrar na construção de conceitos. É necessário sistematizar domínios de pensamento sobre o internacionalismo que não sejam apenas tributários das escolas britânica e norte-americana. A definição da auto visão, dos objetivos, do posicionamento sobre questões mundiais deve seguir a formulação dos conceitos brasileiros, do horizonte de interpretação nacional. Confluentemente, o recente trabalho de Milani et al (2014) de produção de um atlas da Política Externa Brasileira, que organiza a compreensão do âmbito mundial a partir de uma concepção espacial cuja base é a centralidade das visões brasileiras, mostra-se um relevante esforço.

É importante, nesse sentido, entender como se constitui a atuação do corpo diplomático, responsável pela formulação da PEB. Acadêmicos das Relações Internacionais do Brasil sempre fazem menção ao chamado “consenso do Itamaraty” (ALMEIDA, 2006; CERRO, 2008; LAFER, 2001; OLIVEIRA, 2005), que versa sobre a percepção do corpo diplomático brasileiro como extremamente especializado e imune às disputas políticas do país. Há, porém, um equívoco significativo: ao reafirmar esta percepção, muitos estudiosos confundem a formulação e aplicação da política externa em seu espaço específico, por assim dizer, com seu processo decisório mais elementar. É patente a força do Ministério das Relações Exteriores na decisão da forma de atuação externa do país, mas mesmo sua estrutura ministerial, caracterizada por Oliveira (2005) como insular, responde ao Executivo, o responsável pelas decisões tomadas¹⁹.

A partir de um encadeamento simplificado, podemos convencionar que os diplomatas, em seu espaço de atuação prática, aplicam as determinações da política

¹⁹ “Junto ao presidente, a corporação diplomática centralizou a adoção de decisões (...). O elevado consenso sobre a política exterior, a aprovação do Itamaraty por segmentos-chaves como as Forças Armadas e os grupos empresariais e a articulação funcional com outras agências federais contribuíram significativamente para o papel central do Itamaraty na formulação da política externa brasileira” (RUSSEL apud OLIVEIRA, 2005, p. 25).

externa decidida pelo Executivo²⁰, tendo o Legislativo como a instância de fiscalização das decisões do Executivo – por exemplo, ratificando ou não acordos e tratados firmados pelo Estado brasileiro. O corpo diplomático atua “no marco de um meio que inclui tanto o próprio sistema político nacional, com todas as suas forças e fatores, como o próprio sistema internacional” (ARENAL apud OLIVEIRA, 2005, p.17). Tomados como um braço do Poder Executivo, os diplomatas têm sua agência definida por meio de parâmetros que remetem à linha de política externa seguida por dado país. No caso do Brasil, veremos que as linhas de ação correspondem a um acumulado diplomático histórico (CERVO, 2008), não obstante que os interesses possam se modificar. Importa notar que os interesses são definidos de maneira complexa, com grupos pressionando para que suas deliberações sejam contempladas. A instituição de grupos de interesse é um elemento que desequilibra, certamente, o cenário de composição das demandas. Esses grupos representam a atuação de um expressivo conjunto de partes interessadas, tais como empresas nacionais e internacionais, ONGs e os chamados *think tanks*, instituições que procuram produzir conhecimento sobre assuntos específicos ou gerais e influenciar na composição e difusão de visões sobre estes temas. No caso brasileiro²¹, ainda existem poucos *think tanks* em comparação aos países considerados desenvolvidos, mas sua força é cada vez mais perceptível. Lima (2005) afirma que o perceptível isolamento do MRE também é fruto de um relativo desinteresse da chamada opinião pública sobre as questões internacionais. Porém, levando em consideração o ano que a pesquisadora publicou sua análise, percebo que este quadro parece estar mudando de forma drástica.

Há uma dualidade elementar na formação da atitude em política externa de qualquer Estado. Ele define como constantes os fatores que munem uma ideia de *estabilidade* e *permanência*, relacionados mesmo a problemáticas territoriais – a existência dentro do sistema internacional, em generalização. Há uma perspectiva de acumulação social e histórica na definição dos referidos valores: até 1912, as discussões

²⁰ Uma análise sobre a burocracia envolvida no processo decisório em política externa não é o interesse neste trabalho. Porém, indica-se que a Carta Constitucional de 1988 define que “o presidente conserva, como no modelo norte-americano, um controle exclusivo sobre a diplomacia e o processo diplomático. Mas, pelo artigo 49, fica ampliada a competência exclusiva do Congresso Nacional, podendo este não apenas ‘resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais [até aqui como no antigo artigo 44 do texto de 1969, mas agora inclusive os] que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” (ALMEIDA, 2006, p.242).

²¹ Apesar de menos numerosos, não são poucos. Alguns exemplos: Fundação Perseu Abramo, CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), Instituto Liberdade e Instituto Millenium – este de interesse a esta investigação.

sobre a demarcação de fronteiras com os vizinhos eram de grande importância para o Brasil²², por exemplo. Assim, fatores conjunturais ou dinâmicos configuram a formação dos objetivos do Estado. Estes “estão sujeitos a constantes alterações vinculadas à experiência histórica da sociedade estabelecida sobre tal território” (SEITENFUS, 1994, p. 21). São os guias para as formas de ação em política externa, para a inserção internacional.

Em um uso de conceito similar ao de identidade internacional, Cervo (2008) sustenta que a atuação da PEB foi orientada por padrões de comportamento que originaram num conjunto de pressupostos que ele define como *acumulado histórico da diplomacia brasileira*. Eles servem à previsibilidade das ações externas do Estado e moldam sua forma de atuação. O conjunto é composto por: a) Autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; b) Juridicismo; c) Multilateralismo normativo; d) Ação externa cooperativa e não-confrontacionista; e) parcerias estratégicas; f) Realismo e pragmatismo; g) Cordialidade oficial com os vizinhos; h) Desenvolvimento como vetor; i) Independência de inserção internacional. Estes princípios compõem fortemente as deliberações sobre a ação do Estado brasileiro globalmente, visto que forma construídos ao longo da evolução da PEB, tendo como basiladores seus interesses e impedimentos, pontos fortes e fracos.

2.2.1 A PEB em perspectiva histórica: desenvolvimento por associação ou independência?

Faço uma breve incursão ao histórico da política externa brasileira a partir do século XX, com a utilização de autores que trabalham a evolução das interações internacionais do país²³, mas me concentro especialmente sobre as questões da autonomia e do desenvolvimento. Cervo (2008) considera que quatro grandes paradigmas regeram as decisões externas da nação: o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o neoliberal (ou normal) e o logístico. O primeiro vigorou entre o século XIX e a década de 1930. O segundo, de 1930 a 1989. O terceiro compreende os anos de 1990 a 2002. O último se inicia em 2003. Negligencio o primeiro, ligado às questões do Império e da nascente república.

²² Ano-marco para a diplomacia brasileira, no qual o Brasil estabeleceu seus limites fronteiriços atuais (CERVO, 2008).

²³ Como Bueno e Cervo (1992), Cervo (2008; 2010), Altemani (2005), Almeida (2006), Pecequillo (2008), Lima (2005; 2010), Saraiva (2007) e Vigevani e Cepaluni (2007).

Até a década de 1930, a definição da PEB se via atrelada a interesses muito localizados, como a defesa da produção cafeeira. Isso se deu em medida que a estrutura econômica nacional era quase toda voltada à exportação do produto, fazendo com que o Brasil ficasse dependente de suas variações de demanda e preço. Sendo praticamente o único produtor mundial e tendo nos Estados Unidos o maior consumidor, como afirmam Bueno e Cervo (1992), acabou configurando-se uma “situação natural” – reflexo da inserção da nação no espaço hemisférico. A falta de uma visão ampla acerca das necessidades e possibilidades incorria na promoção de uma pauta de exportações minúscula, de mesma forma que não contemplava o desenvolvimento de outras áreas e negligenciava a industrialização. Com os efeitos da Crise de 1929 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, as diretrizes da política exterior foram sendo modificadas, dentro de um esforço de modernização. A situação se acentuou a partir da instauração do Estado Novo, em 1937. Percebe-se que o principal vetor da política externa nacional desde os anos 1930 foi a questão do desenvolvimento. Este, “o *leitmotiv* e o verdadeiro fulcro da ideologia nacional” (ALMEIDA, 2006, p. 179), foi tomado como uma forma de superação da dependência e atraso em relação aos grandes centros, a partir de medidas que promovessem a modernização, e os relacionamentos externos passam a ser compreendidos como possibilidade para a superação de deficiências internas.

O conceito não é de simples definição: como diz Siedenberg (2004), é uma dimensão socioeconômica ocidental capitalista que congrega o incremento da renda e das capacidades econômicas de um país à melhora de índices sociais, tais como diminuição da pobreza, aumento da escolaridade e da qualidade de vida de uma sociedade, entre muitos outros. É essencial citar Celso Furtado, um dos principais autores da Teoria da Dependência no contexto latino-americano. Em *O mito do desenvolvimento* (1974), ele defende que o subdesenvolvimento é uma condição com determinantes históricos, com características que a simples aplicação de uma racionalidade economicista não consegue dirimir. Pelo contrário: incorre-se no fortalecimento das estruturas de exploração, baseadas no acesso restrito e desigual aos meios de produção: internamente, poucos conseguem adquirir os prodígios tecnológicos, configurando uma vantagem extremada sobre o resto; externamente, o país mostra-se defasado em relação ao progresso da técnica experienciado nas nações desenvolvidas. A desigualdade social, representada pela ânsia das elites em estabelecer padrões de vida similares aos dos países do Norte, impõe um fosso econômico, mas

também social e cultural, auxiliando na perpetuação de uma ampla realidade assimétrica. O desenvolvimento, desta forma, constituir-se-ia numa panaceia, uma utópica forma de acesso ao domínio ocidental da História. Assertivamente, o teórico afirma que este tipo de desenvolvimento – que “democratizaria” o estilo de vida e consumo dos Estados desenvolvidos – é simplesmente inalcançável, mas acaba por desempenhar função mitológica no sistema global.

Há certamente uma racionalidade de acumulação funcionalista incutida no conceito. O desenvolvimento foi pensado, em grande parte, apenas pelo viés da industrialização e do crescimento econômico, não atentando à necessidade de contemplar também os elementos sociais – a ideia subjacente (ou publicizada, diga-se) é de que estes seriam automaticamente melhorados pelo sucesso na área econômica. Cervo (2008) aponta que a noção não é uma exclusividade brasileira, sendo compartilhada por boa parte da América Latina. De toda feita, apesar de o paradigma desenvolvimentista que perpassa a PEB entre os anos 1930 e o fim dos anos 1980 ter alcançado considerável consenso, ele não derivou em acordo sobre como promover o “salto” de desenvolvimento – pelo contrário, motivou a constituição de pontos de vista diametralmente dessemelhantes.

Dividiram-se dirigentes e intelectuais brasileiros, como também as correntes de opinião pública, em torno do modelo de desenvolvimento a implementar. O desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo, de estreitos vínculos políticos, geopolíticos e econômicos com a matriz do sistema, os Estados Unidos, tido por recomendável por Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Castelo Branco (1964-1967), Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O desenvolvimento autônomo, tocado essencialmente pelas forças da nação, criador de autonomia política e de forte núcleo econômico, tido por recomendável por Getúlio Vargas, João Goulart, Ernesto Geisel. (CERVO, 2008, p. 73-74)

Destaco três momentos nos quais o desenvolvimento nacional foi contemplado com maior atenção pelas relações externas, o que aconteceu em formas dessemelhantes: os governos Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964) e Geisel (1974-1979). A atuação de JK foi caracterizada pela intenção de solucionar o subdesenvolvimento a partir de transformações estruturais, internas e externas, alicerçando a base do nacional-desenvolvimentismo que é uma das constantes da política exterior do Brasil desde então. Baseado em sua proposta de incremento da industrialização, buscava atrair capitais e conseguir superávits na balança comercial. Ao

mesmo tempo em que manteve o apoio à exportação de produtos como o café, que ainda compunham boa parte da produção (se utilizando de propaganda, busca por novos mercados e assinatura de tratados), incentivou a entrada de capitais, empresas e tecnologia estrangeira. A conjuntura mundial, marcada pela Guerra Fria, fez com que os EUA se preocupassem com temas de segurança internacional, em especial o avanço do comunismo na Europa e na Ásia, delegando menos atenção à América Latina.

O Brasil procurou novos parceiros, papel cumprido destacadamente por Alemanha Ocidental e Japão. Companhias automobilísticas, siderúrgicas, têxteis, entre outras, se instalaram no país. Contudo, problemas como recessão, inflação e queda da taxa de crescimento fizeram com que JK lançasse, em 1958, a iniciativa da OPA²⁴. Sua intenção era que Washington, que negligenciara não só o Brasil mas toda a América Latina quando estabeleceu as diretrizes do Plano Marshall, voltasse suas atenções a estes países. Para tanto, o governo brasileiro destacou o a importância do desenvolvimento como proteção às intenções comunistas, servindo o antiamericanismo percebido na região como amparo às ideias de JK. O presidente argumentou que a OPA não se tratava apenas de uma ajuda econômica, mas de um empreendimento global a favor da manutenção da segurança continental, que viabilizar-se-ia no desenvolvimento – pode-se dizer, na modernização desses Estados. JK utilizava a concepção de Pan-Americanismo, que remonta a outros momentos da relação entre os EUA e os latino-americanos, para implementar suas metas internas, estender as possibilidades de crescimento ao entorno e reforçar a posição do Brasil no contexto continental. Segundo Bueno e Cervo (1992), a criação do BID²⁵ é geralmente apontado como único resultado “prático” da OPA. Porém, a ela relacionam-se também a Alalc²⁶ e a Aliança para o Progresso. Ademais, a iniciativa acabou por reforçar a posição multilateralista do Brasil, assim como sua disposição autonomista e de defesa do desenvolvimento como chave para a resolução dos problemas dos países periféricos.

A segunda conjuntura que observo é referente ao turbulento período Jânio Quadros/João Goulart. O relativo fracasso da OPA incorreu no entendimento de que os interesses do Estado brasileiro não poderiam mais ser automaticamente alinhados aos dos EUA, visto que, enquanto a questão do desenvolvimento era a de maior importância ao Brasil, os norte-americanos se concentravam no tema da segurança do sistema

²⁴ Operação Pan-Americana.

²⁵ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

²⁶ Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

internacional, materializada na tensão da Guerra Fria. “[O] caminho que se delineava seria a busca de alternativas ao paradigma de política exterior vigente desde o período Rio Branco. Desenvolver os princípios básicos que alicerçariam a formulação da Política Externa Independente (PEI): a autonomia e a universalização”, observa Oliveira (2005, p. 88). A PEI, assim como a ascensão do Movimento dos Países Não-Alinhados, reflete o *Zeitgeist* que conforma o questionamento da bipolaridade mundial e de suas consequências. Para Oliveira, o próprio conceito de autonomia que irá ser incorporado ao núcleo da PEB é definido pela recusa da assimilação às determinações das ideologias em disputa – especialmente o rechaço ao engajamento às prerrogativas ditadas pelos EUA. Cervo e Bueno (1992) sopesam que a PEI, extremamente calcada no nacionalismo, aumenta o espaço de atuação do país e enfatiza a dimensão Sul-Norte do sistema.

A troca de presidentes – de Jânio Quadros para João Goulart – embora represente o alto nível de convulsão da cena política doméstica, pouca influência teve na condução das relações exteriores, que foi levada à frente pelo chanceler San Tiago Dantas. Manter-se-ia a noção de uma defesa realista dos interesses brasileiros, sem alinhamento. Esta orientação permitiu com que o país restabelecesse relações diplomáticas com a União Soviética, opusesse-se à expulsão de Cuba da OEA e fizesse um movimento de aproximação com a China e os países da Europa Oriental com objetivo de aumentar as relações econômicas com estes países, além da defesa da autodeterminação²⁷ dos povos e da não-intervenção em questões internas de outras nações. A afirmação de uma política externa calcada na independência, ao contrário de um valor retórico vazio, expõe novas formas de ver o ambiente interestatal, sob uma ótica que leva em conta as especificidades e dos países do Sul, em geral, e do Brasil, em particular, e têm no núcleo do desenvolvimento um espaço de convergência. Conforme Oliveira (2005, p. 104), “de uma ênfase quase exclusivamente jurídico-política, no campo diplomático, nota-se o crescimento da ênfase no econômico”.

O último momento analisado é o do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Se durante o início do período militar houve uma vinculação aos EUA, a partir de 1967, com Costa e Silva, a percepção das relações exteriores se modificou – com o eixo das disputas passando do Leste-Oeste para o Centro-Periferia –, sendo levada a cabo a partir

²⁷ Apesar disso, o Itamaraty não defendeu os processos de independência dos territórios colonizados por Portugal na África, como Angola. Essa contradição foi bastante criticada à época (CERVO, BUENO, 1992; OLIVEIRA, 2005).

de conceitos como o nacionalismo e o pragmatismo. Com Médici (1969-1974), o país, que exibia uma posição econômica fortalecida, pressionava por mudanças nas relações no ambiente mundial, promovendo a doutrina de “segurança econômica coletiva”. Quando Geisel assume, pouco após a primeira crise do petróleo em 1973, o desgaste com entraves das discussões em fóruns internacionais leva à busca de novas possibilidades externas. O país se encontrava com uma crescente dívida externa, mostrando uma grande dependência do óleo e de bens externos em acordo ao seu modelo de desenvolvimento. Em enfrentamento às políticas protecionistas dos países centrais, implementa-se um pragmatismo “ecumênico e responsável”, com o intuito de equacionar a dependência brasileira. Concretizou-se o processo de nacionalização da segurança nacional (abandono da segurança coletiva), em especial a partir de medidas como a política de exportação de material bélico, a denúncia de acertos militares com os EUA e o acordo nuclear com a Alemanha. Este suscitou intenso protesto dos norte-americanos, em um dos vários momentos de tensão na relação entre os países, que envolveu desde a área econômica até os direitos humanos.

O fortalecimento do autonomismo se deu em consonância com o estabelecimento de contatos, de um lado, com países europeus (maiores compradores de produtos brasileiros à época) e Japão (cujos investimentos diretos e indiretos cresciam) e, por outro, com nações africanas, latino-americanas, Oriente Médio e China. A significativa importância que os manufaturados adquiriram na pauta de exportações incentiva a universalização das relações do Brasil. Medidas como o apoio à autonomia da África (sendo o primeiro Estado a reconhecer Angola como independente), as tentativas de destituir a ideia de imperialismo na América Latina e o reconhecimento das demandas palestinas e condenação do sionismo como forma de racismo são significativas para a compreensão das metas brasileiras, indicando a posição de integração e defesa do “Terceiro Mundo”. Desta forma, a busca por superávits, com o aumento da colocação de produtos manufaturados em mercados do Sul, assim como a meta de diminuição da dependência externa de combustíveis, estrutura um quadro no qual o país tentou mitigar a dependência dos países desenvolvidos a partir de uma atuação global. “A política externa do Governo Geisel teve, como resultado básico, a ampliação dos contatos internacionais do Brasil, sendo exatamente esse processo de ampliação de contatos/parcerias internacionais correspondente ao processo de universalização da política externa brasileira” (OLIVEIRA, 2005, p. 152).

As distintas visões sobre como implementar o desenvolvimento por meio das relações exteriores foram sendo cristalizadas na constituição das duas principais correntes entre os internacionalistas brasileiros, segundo Cervo (2008): os associacionistas e os independentistas²⁸. Os primeiros defendem uma vinculação às prerrogativas ditadas pelas potências ocidentais, em especial os EUA, exibindo um caráter francamente liberal. O segundo grupo, partindo de uma leitura mais identificada ao Realismo, vê no estabelecimento de uma posição de independência e não-alinhamento prévio aos desígnios dos países do Norte a forma mais legítima de empreender a política externa do país. Necessário indicar, contudo, que estas visões não se aplicam de forma “pura”, sendo que o grupo com mais destaque não sublima por completo as contribuições dos opostos.

Com a ascensão dos paradigmas neoliberais ao final dos anos 1980 – em uma onda que atingiu os universos econômico, político (interno e externo) e sociocultural –, as determinações universalistas e autonomistas da PEB foram postas em dúvida pelo “pensamento único”. Como citado, o período de Collor como mandatário foi marcado pelo predomínio das concepções associacionistas. Seu curto mandato impingiu um forte processo de desestatização de empresas, abertura de mercados e busca de investimentos estrangeiros. Itamar Franco (1992-1994), conhecido por convicções nacional-desenvolvimentistas, volta um pouco atrás na promoção da liberalização, embora não rompa com compromissos firmados. Durante seu tempo à frente do Executivo, retornou-se de forma gradativa a uma compreensão do desenvolvimento alicerçado nacionalmente.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assume com uma plataforma neoliberal, desenvolvendo o que Cervo (2008) nomeia como paradigma do Estado Normal citado anteriormente. A vinculação às decisões dos países desenvolvidos, com a aceitação tácita das normas impostas tanto por estas quanto pelas instituições internacionais, acaba por representar a face de um multilateralismo estruturado em idealismo excessivo, na concepção de Simão (2009). Parece uma atitude de extrema ingenuidade a aquiescência diante da argumentação dos Estados hegemônicos de uma nova ordem mundial interdependente amparada em justiça e benesses gerais, mesmo

²⁸ Outros autores trazem a divisão dos formuladores da PEB de forma similar, mas com denominações diferentes. Saraiva (2007), por exemplo, utiliza os termos *autonomistas* (para os independentistas) e *liberais* (para os associacionistas), e Lima (2005) expõe a questão na forma dos que pregam *autonomia* e dos que buscam *credibilidade*.

tendo em consideração a intensidade da ideologia neoliberal nos anos 1990. A inserção do país se deu por meio do multilateralismo é definida por Vigevani e Cepaluni (2007) como uma autonomia pela participação. O desenvolvimento foi concebido como resultado dos processos de abertura, não como meta a ser atingida pela ação externa diretamente. Assim, no plano externo, o Brasil se alinha às decisões das potências tentando exercer uma estratégia de inserção por meio da vinculação às determinações ocidentais, fato criticado duramente por Cervo (2008), que afirma que o Estado brasileiro abriu mão de contrapartidas importantes para negociar sua soberania, atitude definida por Saraiva (2007) como aceitação de uma soberania compartilhada, que promovia a crença em valores universais. Conquanto não seja referente ao campo econômico, o exemplo da integração do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em 1998, é um dos principais exemplos da adoção das prerrogativas dos países centrais. A assinatura do compromisso brasileiro foi duramente criticada por vários setores, em especial o militar, pois limita a margem de manobra/barganha do Estado-nação no sistema mundial. A produção de artefatos nucleares (ou sua possibilidade) é um dos elementos de maior impacto no ambiente internacional, pois alia uma enorme ampliação da capacidade bélica ao avanço tecnológico necessário. De certo, a vulnerabilidade de um Estado com ogivas diminui e sua capacidade de poder aumenta, o que leva aos detentores dos dispositivos atômicos tentarem regular a entrada de novos países no “clube nuclear”. Como afirma Simão,

Com os investimentos do Estado sendo gradativamente retirados das áreas estratégicas e um comportamento pró-ativo em abandonar as antigas políticas do Itamaraty, o país ao aceitar ser signatário do TNP, caminharia na contramão da política externa autônoma que marcou vários governos brasileiros ao longo, sobretudo, da segunda metade do século XX (SIMÃO, 2009, p. 9)

Como resultado da ausência de uma estratégia de atuação internacional em um ambiente global onde vicejava o Neoliberalismo, aumentou-se a necessidade do capital externo e foram solapadas as bases econômicas do país. A globalização e o alinhamento voluntário às determinações dos EUA e União Europeia não surtiram os efeitos esperados pelos ideólogos da política externa durante a administração Cardoso. Mesmo as discussões sobre o estabelecimento de uma área de livre comércio das Américas, a ALCA – que chegou a ser dada como certa –, arrefeceram, visto que os cálculos de

benefícios ao país do processo globalizatório de forma assimétrica não pareciam tão prósperos. Timidamente, FHC intenciona retomar o fortalecimento do Mercosul, ao passo que inicia diálogos com países considerados similares no ambiente global, como Índia e África do Sul. Também são desenvolvidos projetos em conjunto com Cuba e Venezuela. Talvez a ação concreta mais importante desta rejeição à assimetria tenha sido a criação, em 2000, da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que terá papel aprofundado no governo Lula da Silva. Ademais, embora tenha declarado sua intenção de fazer parte do Conselho de Segurança da ONU – uma ideia esboçada por Itamar Franco, conforme Pecequillo (2008) – não houve uma movimentação real para a concretização dessa meta.

A inserção internacional levada a cabo por FHC resultou na estabilização do Brasil no papel de *global trader*, ou seja, o país se tornou um comerciante de influência em âmbito global, exibindo maior competitividade na disputa por mercados. É necessário dizer que esta posição é relativa ao campo econômico, que pode ou não influenciar no campo político (o que parece ter sido o caso). Mesmo porque o país passou a participar destacadamente dos fóruns comerciais, mas não exerceu ativismo sobre os condicionantes das relações econômicas globais. Na opinião de Almeida (2004), a Era FHC teve como características principais um “multilateralismo moderado”, com ênfase no direito internacional, porém aceitando diferenças entre os mais ricos e os mais pobres no julgamento de questões. Cervo é bem mais incisivo em suas críticas, qualificando o período como “subserviente, destrutivo e regressivo”, com a dilapidação das estruturas centrais do sistema econômico. Para ele, o paradigma neoliberal se estruturou ao nível da fé, da crença inabalável de que as coisas teriam que acontecer de forma pré-determinada²⁹.

Embora tanto o governo FHC quanto o de Lula tenham mantido características históricas da atuação diplomática nas negociações multilaterais, uma das principais

²⁹ “[...] os neoliberais consideravam-se, na origem, promotores de novo renascimento, tido como redenção dos problemas econômicos e sociais. As *circunstâncias operantes* – expressão usada por Cardoso e Lafer – da interdependência global que constrangiam a mente neoliberal não deixavam alternativa ao processo decisório em política exterior. Tanto mais acreditavam nesse mundo novo de regras justas, transparentes e benéficas para todos, a serem produzidas pela negociação multilateral, como novo ordenamento do sistema capitalista em todos os domínios das relações internacionais: comércio, finanças, direitos, meio ambiente e segurança. Ressalte-se ainda que acreditavam no efeito sistêmico e benéfico da ação das forças transnacionais à era da globalização. O neoliberalismo reivindicava, ademais, uma revolução na ciência, na política e no pensamento. Assimilou, enfim, o caráter de um fundamentalismo típico da era da globalização, ao confundir argumento, raciocínio e ciência com convicção, crença e fé” (CERVO, 2008, p. 22-23).

diferenças está na operação do conceito de multilateralismo recíproco adotado pelo segundo. Neste sentido, a situação relaciona-se ao respeito pelas regras do sistema, ao mesmo tempo em que procura participar da formulação dessas regras. Salienta-se que, engendrado ao acumulado histórico, a posição intermediária do Brasil (entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento) favorece posições universalistas – embora possam acarretar também alguns problemas, como no posicionamento contrário em relação à Índia dentro do G-20 em 2008. Um outro aspecto de relevância em relação à atuação em fóruns pelo Brasil é a promoção da não-intervenção e da soberania. Essas prerrogativas são utilizadas na retórica brasileira na busca por um papel de destaque para participar de mediações internacionais, mas possuem também um essencial elemento interno: é uma forma destacada de rechaçar qualquer intervenção em seu território. Sendo um Estado com recursos naturais cobiçados, o apoio brasileiro à interferência estrangeira em qualquer país pode ser uma medida desastrosa em questões futuras.

2.2.2 Uma PEB “ativa e altiva”: inserção internacional e relações Sul-Sul

A chamada *ressaca neoliberal* representou as dificuldades que grande parte das nações do Sul enfrentava ao início do século XXI em decorrência dos programas de privatização, desregulação do mercado, dependência de capital especulativo, auxílios prestados pelo FMI, etc. A fragilidade motivou a conformação de algumas organizações internacionais, como os blocos econômicos e grupos de atuação conjunta, mas também a morte de outras. Tornava-se evidente a necessidade de uma configuração do espaço global, e, ao menos na América Latina, a resposta à instabilidade do sistema foi a eleição de líderes que rechaçavam os processos globalizacionais da forma como estavam sendo aplicados. No caso brasileiro, Cerro observa que

A transição do governo Cardoso, de neoliberalismo híbrido, para o governo Lula, de esquerda híbrida, correspondeu a uma transição da década das ilusões – de divisas, da competitividade sistêmica, das liberdades, da harmonia universal, da governança global benéfica, porém, da exclusão social, dos descontentamentos do povo do Brasil e das convulsões das massas na vizinhança – para o realismo duro das relações internacionais. (CERVO, 2008, p. 55)

Para o teórico, impõe-se neste momento o chamado paradigma *logístico*. Além da derrocada neoliberal, a percepção de que os países do Norte agiam de forma muito mais prescritiva aos outros que realmente modificadora nas questões envolvendo o comércio mundial e a persistência do pensamento crítico no Brasil e no continente influenciaram na conformação de novos guias para inserção mundial. Há uma aposta no movimento de liberalização econômicas, mas, junto a ele, um considerável resgate do desenvolvimentismo – embora não totalmente, importa observar. A PEB é definida em termos da promoção de interesses de grupos internos, em áreas como a agricultura, indústria e comércio. Politicamente, a orientação influencia na negação da livre associação e obediência aos receituários e demandas dos Estados hegemônicos.

Quando reassumiu a pasta do MRE em 2003, Celso Amorim afirmou que a atuação externa do país seria constituída em uma política externa “ativa e ativa”, rechaçando, a uma vez só, a passividade de um alinhamento automático às decisões das grandes potências e procurando estabelecer suas próprias diretrizes de interpretação da realidade internacional, assumindo um papel de protagonismo no movimento de inserção. Para Vigevani e Cepaluni (2007), a mudança entre os governos FHC e Lula deu-se na medida que, durante o primeiro, o país procurou estabelecer uma autonomia pela participação, enquanto no segundo foi efetivada uma autonomia pela diversificação. Isso significa que, junto à adesão às regras acordadas via instituições internacionais no bojo das relações Sul-Sul citada anteriormente, empreende-se a busca por parcerias com unidades nacionais as quais a PEB historicamente tinha pouca ou nenhuma aproximação. Obviamente, não é coincidência que entre 2003 e 2010 foram criadas representações diplomáticas em diversos países.

Essa tendência seria aprofundada e defendida na administração de Luiz Inácio Lula da Silva, o que indica a mudança gradual da *autonomia pela participação* para a estratégia de *autonomia pela diversificação* – onde prevalece a adesão aos princípios e normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais, aumentando a capacidade negociadora nacional, com a ampliação de contatos com os continentes africano e asiático. No entanto, essa ação não significou o abandono das relações com União Europeia e EUA, que foram modificadas em parte para a adequação aos planos do Itamaraty. Segundo Pecequillo (2008), o país procurou equilibrar suas ações entre o eixo horizontal (as relações Sul-Sul) e o eixo

vertical (relações Sul-Norte), de modo que a ação reforçasse sua posição de legitimidade mundial.

Esta coadunação dos eixos tem se provado essencial para a recuperação do *status* como potência média emergente, permitindo revitalizar tradições e encontrar um espaço diferenciado de atuação no reordenamento do pós-Guerra Fria. Portanto, não existe escolha entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, os eixos Norte-Sul, horizontal ou vertical, mas sim a sua combinação (PECEQUILO, 2008, p. 150)

O processo de inserção internacional realizado durante o Governo Lula é definido por Vizentini (2009) como uma iniciativa de geometria variável, ou seja, procura-se mudar a perspectiva de percepção do espaço mundial, deixando de lado o alinhamento às zonas “centrais” de poder. Conforme o autor, a inserção se daria pela efetivação de quatro eixos estratégicos principais: atenção à América do Sul, orientação multilateral na construção de paz, efetivação de uma agenda comercial afirmativa e estabelecimento de parcerias diversificadas com os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No plano econômico, o Brasil atuou de forma a participar da configuração de uma nova ordem multipolar, ao atuar na defesa dos interesses dos países do Sul e procurar fortalecer concertos de posições, amparando-se na defesa das normativas estabelecidas – e também almejando modificar aquelas que não seguiam princípios igualitários como denunciar infrações cometidas pelos Estados desenvolvidos na OMC, buscando fortalecer sua postura contrária aos abusos cometidos por esses pelo acionamento do órgão de solução de controvérsias da instituição. Situação diferente dos anos 1990, quando o Estado brasileiro evitou atritos e se posicionou ora ao lado dos EUA, ora da União Europeia.

A criação do G-20 é um exemplo destacado da postura independentista e articuladora do país. As proposições de Lula da Silva em relação a medidas sociais, amparando-se na defesa da correção das distorções impostas pelo modelo globalizacional de comércio livre e fluxo financeiro desregulamentado, tiveram grande impacto internacional. Para enfrentar os efeitos dessa configuração, o MRE decidiu apostar na força das instituições multilaterais, reforçando a importância das regras e da justiça no plano mundial. Em um período no qual a principal organização interestatal

viu sua credibilidade ser bastante abalada³⁰, não deixava de ser uma resposta à unilateralidade e à visão estritamente realista de um sistema baseado apenas no *enforcement*. Nas palavras do então chanceler,

A ONU e a OMC são os dois pilares que sustentam a ordem mundial. Um mundo sem as Nações Unidas seria impensável. O encaminhamento de soluções para muitos problemas teria sido muito mais árduo, lento e complicado ou, em alguns casos, mesmo impossível. Do mesmo modo, o comércio internacional, sem a OMC, ficaria refém do unilateralismo e das políticas nocivas que não respeitam regra alguma e tendem a favorecer os mais fortes e privilegiados. Não é exagero dizer que, sem a OMC, o comércio internacional ficaria sujeito a uma verdadeira lei da selva. O Brasil tem todo interesse na manutenção de um ordenamento jurídico internacional mais igualitário, que leve em conta os desníveis no padrão de desenvolvimento entre os países (AMORIM, 2007, p. 17).

Nesse sentido, é importante perceber que, embora faça parte do Sul, o Brasil possui importância tanto histórica quanto conjuntural no sistema internacional, sendo considerado um *grande periférico* ou uma *potência regional*. Assim, o Itamaraty utilizou o capital político do país na constituição de posições concatenadas entre os emergentes. No caso do G-20, promoveu-se a ideia de que o incremento das relações comerciais no eixo Sul-Sul iria servir à integração das nações ao ambiente de comercial global. A constituição do grupo, que atuou nas discussões sobre a chamada Rodada Doha de liberalização do comércio no ano de 2003 em Cancún, no México, mirou de forma precisa o tema do encontro: a produção agrícola mundial. O conjunto, à época, abrigava 60% da população mundial, cerca de 70 % dos habitantes das áreas rurais e respondia por um total de 26% das exportações dos produtos agrícolas. A questão era clara: ou os países mais ricos aceitariam regras mais igualitárias na composição das regras ou o mundo em desenvolvimento iria travar a pauta de discussões. O êxito dos vinte Estados na contenda foi claro. De acordo com Cervo (2008, p. 56), “[é] nesse momento que o Brasil de Lula emerge como poder global, porque passa a determinar, ao lado das estruturas hegemônicas, o ritmo e a natureza das regras e do regime do comércio internacional”. Chegou-se a aventar, inclusive, a possibilidade de criação de uma área de livre comércio que envolvesse os membros do grupo.

³⁰ A decisão dos EUA de invadirem o Iraque em 2003, à revelia da ONU, significou um baque na já combatida organização mundial. A chamada “doutrina Bush” representou o entendimento de que a potência agiria da forma que bem pretendesse na cena internacional, sem preocupações com a opinião de outros Estados. Ou seja, aplicando o Realismo em sua condição mais pura.

A reação dos países do Norte se fez perceber pela aposta destes em quebrar a união dos sulistas pelas propostas de diversos acordos bilaterais. De toda forma, não deixa de ser interessante perceber a postura dos “desenvolvidos” em relação à conjunção dos “em desenvolvimento”. Um elemento jornalístico representa bem o momento: a chula capa (figura 1) da revista britânica *The Economist*, publicação cuja linha editorial é abertamente neoliberal, sobre o encontro em Cancún não apresenta muita necessidade de explicação.

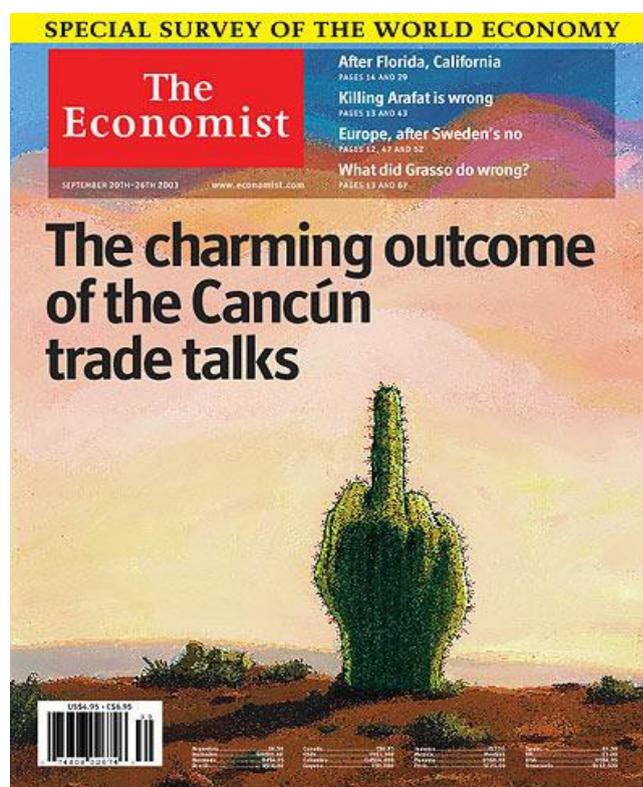


Figura 1: capa da *The Economist*

A moralidade e valor de justiça dos argumentos relacionados ao empreendimento brasileiro é, de certo, sedutora aos países mais fracos e difícil de ser rechaçada publicamente pelos mais fortes. Atuar contra a fome e a pobreza, numa ação de promoção dos direitos humanos, deveria ser base para a atuação dos Estados no sistema internacional. A ideia aqui é que, a uma nova ordem multipolar, deve corresponder um processo de globalização distinto do que havia sido implementado até aquele momento. O debacle dos governos de orientação (ao menos explicitamente) neoliberal em diversos

países, e principalmente na América Latina, fortaleceu a postura conjunta contrária aos matizes puramente financistas dos processos de inter-relação global. Assim, impõe-se a necessidade e a oportunidade de empreender mudanças no ordenamento do sistema mundial, do enquadramento das temáticas em discussão. Exemplo dessa leitura do cenário foi a formação, no mesmo período da constituição do G-20, do fórum IBAS (ou G-3), juntando Brasil, Índia e África do Sul, a fim de promover discussões sobre cooperação técnica e acerto de visões sobre as perspectivas do sistema mundial.

O estabelecimento das relações de caráter Sul-Sul é, de certo, uma herança da Conferência de Bandung (Indonésia), realizada em 1955, quando 29 países³¹ asiáticos e africanos se juntaram para questionar o tradicional colonialismo europeu e o neocolonialismo representado pela ação de EUA e União Soviética no contexto da Guerra Fria. As discussões fomentaram a criação, em 1961, do Movimento dos Países Não-Alinhados, que rejeitava a divisão mundial imposta pelo dualismo Comunismo-Capitalismo (ou Leste-Oeste). Essa busca por visibilidade das questões que envolvem as nações consideradas periféricas é representativa de uma ordem pós-Segunda Guerra, na qual nacionalismos de antigas colônias afloram e a bipolaridade do plano internacional encerra um maniqueísmo extremado. Assim, a costura de contatos com outras unidades estatais em condições semelhantes, que inicialmente não teriam por objetivo a constituição de uma hegemonia nos moldes norte-americano ou soviético uns sobre os outros, mostra-se como uma alternativa interessante. Pode-se pensar, também, que movimentos como o Pan-Arabismo e o Pan-Africanismo vão surgindo por este desejo coletivo de construir um espaço no mundo sob referenciais que tanto aproximem determinados países quanto sirvam à afirmação de seus valores culturais. Ou seja, as relações Sul-Sul imbricam altas doses de cálculos estratégicos sobre o cenário global à percepção de similaridades entre os Estados envolvidos, sejam estas econômicas e políticas, mas também sociais, culturais e históricas.

Alianças Sul-Sul emergiram durante o período bipolar como contraponto, ou visão alternativa, à estruturação estratégico-militar Leste-Oeste. A identidade coletiva do Sul, tal qual o Movimento dos Não-Alinhados ou a Nova Economia Internacional, foi construída por meio de uma

³¹ A lista dos países – entre parênteses, o nome atual: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (Myanmar), Camboja, Ceilão (Sri Lanka), Costa do Ouro (Gana), China, Etiópia, Egito, Filipinas, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Libéria, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã e Vietnã do Sul (atualmente unidos), Síria, Tailândia, Turquia e Sudão.

contraposição, de um sentimento de não-pertencimento do grupo dos países do Norte desenvolvido. (OLIVEIRA et al, 2006, p. 478)

O Brasil não se tornou membro oficial do grupo, entretanto suas ligações com os participantes se deu de forma bastante ativa. Leite (2011) observa que as relações Sul-Sul apresentam significativo peso na formulação da PEB especialmente em três momentos: nos governos Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964), Ernesto Geisel (1974-1979) e Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a autora, enquanto as duas primeiras administrações enfrentaram oposições externas e internas à composição de uma inserção internacional baseada nas relações com os outros países considerados periféricos, o período Lula teve na conjunção do fim da polarização ideológica comunismo-capitalismo uma diminuição da instabilidade mundial, ao passo que “o fortalecimento político e econômico dos países em desenvolvimento ofereceu substrato para a consolidação e ampliação de iniciativas de cooperação” (LEITE, 2011, p. 206).

A dedicação que a diplomacia brasileira concentra nas discussões multilaterais é condizente com as possibilidades do país, considerado uma potência média. Não dispondo de poder de *enforcement*, as manobras brasileiras, assim como a própria busca de uma nova arquitetura da ordem mundial, passam pela atuação a partir de metas em comum a vários países, baseadas no valor moral das reivindicações. Dessa maneira, o diálogo com as nações subdesenvolvidas alcança maior adesão, favorecendo o chamado diálogo Sul-Sul. Por outro lado, esse tipo de argumentação não produziu muitos efeitos em discussões acerca de modificações no tocante às questões de segurança: a reforma do Conselho de Segurança da ONU é um exemplo. A busca por um lugar no grupo é tanto uma forma de afirmar a legitimidade da instituição quanto de atacá-la, ao postular que esta não consegue representar as vozes de um mundo emergente.

É primaz notar que a emergência de novas potências no século XXI modifica a balança de poder estabelecida ao longo do século XX. Para Lima (2005), o Brasil, mirado como emergente no sistema interestatal, congrega elementos como *capabilities* materiais, percepção de força por parte dos outros países e uma própria autoimagem de sua condição, arquitetados no acúmulo de diversos tipos de capital, como o político ou o econômico. Assim, o “emergir” significa deixar o amplo conjunto das nações que têm pouca margem de manobra para a consecução de seus interesses e atingir um certo

status de independência, tornando-se também referência aos outros. A metáfora relacionada ao conceito é cruelmente representativa.

Historicamente, o Brasil procura se posicionar como intermediário na dimensão global (entre desenvolvidos e em desenvolvimento, Norte e Sul, centrais e periféricos), e a ampliação dos contatos no eixo Sul-Sul possibilita ao Brasil o aumento de seu poder de barganha no sistema interestatal, constituindo-se como uma instância de poder alternativa no cenário global. Vigevani e Cepaluni (2007) arrolam como medidas de autonomia pela diversificação as tentativas de conseguir um assento no Conselho de Segurança da ONU, o envio de tropas para comandar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e a ação conciliadora na questão da nacionalização de refinarias da Petrobras na Bolívia, além do fortalecimento do Mercosul e da criação da CASA (depois Unasul). O foco no espaço sul-americano, como dito, passou do simples entendimento de uma área de comércio ao investimento conjunto em infraestrutura e definição de visões políticas em comum, um movimento em direção à sempre comentada integração latino-americana. Saraiva (2007, p. 48) observa que “[a] diplomacia brasileira incluiu em sua agenda um projeto mais claro de construção de uma liderança regional articulado à segurança regional, à defesa da democracia, aos processos de integração regional e às perspectivas de desenvolvimento nacional”. Nesse sentido, é corroborada por Gonçalves (2011), que pontua que, embora o caráter comercial do Mercosul tenha sido mantido, os brasileiros passaram a valorizar mais destacadamente o caráter político do grupo. A constituição da Unasul, a partir de um “núcleo” calcado no Mercosul, mostra-se como uma iniciativa regional com o intuito de fortalecimento da integração estrutural do espaço sul-americano, baseado também em uma intenção de expansão do poderio brasileiro na região. O surgimento do BRIC (posteriormente, BRICS) foi a institucionalização da ação concertada entre os países considerados potências emergentes. Ademais, o Brasil perdoou a dívida de países africanos, enquanto no âmbito da América Latina, houve tanto a influência sobre o BID para a liberação de valores a nações da região quanto o financiamento de empreendimentos via BNDES.

O processo de inserção global brasileira também é levado a cabo em uma dimensão distinta da ação direta do Estado. Como expõe Landau (2008), diversas

instituições³² estatais ou de caráter misto se estabeleceram além das fronteiras brasileiras, como a Petrobras, Embrapa, Fiocruz, IBGE, Inpe, Senai e Caixa Econômica Federal, desenvolvendo atividades de auxílio, fornecendo treinamento, transferindo tecnologia e *know-how*, em atividades como produção de medicamentos e vacinas, desenvolvimento urbano, empreendedorismo, biocombustíveis, saneamento básico, consultoria para a construção de moradias populares e supervisão da estruturação de agências reguladoras e informatização de sistemas financeiros, entre vários outros. Além disso, houve expressivo impulso ao empresariado, com a instalação de várias companhias em outros países por meio de negociações e acordos estabelecidos pelo governo, tais como a Odebrecht e a Vale – além de, em diversos momentos, as comitivas oficiais do país terem levado empresários brasileiros dos ramos industrial, de bens e serviços.

Além da inserção coordenada dos setores produtivos e de serviços, há que se destacar uma modificação da ação do Brasil no tocante a temas que de, certa forma, representam um extrapolamento do paradigma da não-intervenção em outras unidades estatais. Três acontecimentos podem ser elencados como exemplos dessa nova orientação: a liderança da MINUSTAH, a partir de 2003; o refúgio dado ao então presidente de Honduras, Miguel Zelaya, durante o golpe que o apeou do poder em 2009 e que inseriu o país em discussões relacionadas à política interna da nação centro-americana; a mediação, em conjunto à Turquia, das discussões sobre o enriquecimento de urânio pelo Irã é um dos exemplos mais significativos da busca por protagonismo internacional, em 2010. Ao cabo, o fortalecimento do eixo Sul-Sul na PEB objetivou a constituição do Brasil como um *global player* (um “jogador mundial”, ou seja, país cuja influência é grande dentro do sistema) indo além da posição de *global trader* (país cujos negócios têm alcance global) alcançado durante a administração FHC.

A atribuição do papel de *global player* implica em uma maior visibilidade do país no âmbito interestatal, mas esta é condizente com o aumento das pressões para que o Estado brasileiro se posicione em mais espaços e discussões mundiais. A passagem ao grupo das potências condiz com uma modificação da percepção sobre o país em escala

³² De acordo com Vizentini (2006), a Agência Brasileira de Cooperação, ou ABC, é o órgão público responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. Suas competências são: a) coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do país; b) coordenar e financiar a cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento; e c) identificar, elaborar, aprovar a execução e monitorar projetos de cooperação técnica Sul-Sul.

global, que deixa de receber o mesmo tipo de ajuda que as nações consideradas subdesenvolvidas receberiam. É de se esperar, obviamente, que o Brasil não mais precise recorrer à assistência vinda do exterior, o que indica, se não uma resolução, ao menos um grande avanço dos indicativos sociais internos. O país conseguiu lograr muitos destes avanços, o que pode ser percebido pelas melhoras gerais dos índices de desenvolvimento social desde o ano 2000, assim como a manutenção consistente das taxas de emprego, o que certamente o tornou em um atrativo à imigração³³. A conformação do status de *global player* só foi possível pela utilização de capital político a partir de uma forma distinta a qual os países hegemônicos tradicionalmente mobilizaram. O Brasil buscou exercer poder, mas esse não foi constituído coercitivamente pelas *capabilities* militares, por exemplo, mas pela justiça das reivindicações, a recusa do papel de dominado apenas por ter menos força econômica ou política – não me parece exagerado dizer que o país mirou atuar de forma a estabelecer os parâmetros de um novo exemplo no sistema internacional. No entanto, é relevante o alerta de Sweig (2010): não é a primeira vez que o potencial do Brasil deixa o mundo “sem fôlego”. Mas o país não pode deixar com que uma autoimagem exagerada escamoteie o foco na balança entre restrições enfrentadas internamente e as oportunidades disponíveis mundialmente.

Entendo que a Política Externa deva ser pensada pelo conceito de Jogos de Dois Níveis cunhado por Putnam (2010), que advoga a imbricação das decisões externas às decisões domésticas. Assim, a produção das visões sobre a política externa é perpassada decisivamente por condicionantes internos. Entre estas instâncias, encontra-se a mídia em geral e, especificamente, os *media* noticiosos. No capítulo a seguir, discuto questões relativas ao portal Veja, objeto desta tese, a partir do qual busco compreender a cobertura jornalística das relações no eixo Sul-Sul estabelecidas ao longo do governo Lula.

³³ O número de imigrantes que chegou ao Brasil nos últimos anos cresceu vertiginosamente. Grande parte é composta por haitianos, bolivianos, colombianos e indivíduos de várias nacionalidades africanas (angolanos, senegaleses, malineses, etc), mas há também muitos cidadãos norte-americanos e europeus. Até setembro de 2014, o Ministério da Justiça tinha recebido 30 mil pedidos de permanência no país – cifra que, apesar de impressionante, condiz com apenas parte dos indivíduos que buscam viver aqui, já que fração considerável entra de maneira clandestina. Os números incluem tanto os imigrantes quanto os refugiados – sírios, iraquianos e afegãos, por exemplo.

3. AS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICA EXTERNA

No intuito de investigar a produção noticiosa do portal Veja sobre as relações do Brasil no eixo Sul-Sul durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sustento que a cobertura jornalística das relações exteriores se utiliza de formas de construção da notícia que conjugam características tanto do chamado jornalismo internacional como do jornalismo político. Por vezes, as duas editorias parecem se mesclar, e o produto se torna um representativo exemplo da artificialidade de se pensar as interações entre os Estados apenas como se existissem em um ambiente etéreo, sem conexão à vida comum dos indivíduos.

O noticiário sobre o contato entre as unidades nacionais tem nas discussões e negociações entre seus representantes seu principal âmbito de atenção, embora não se resume a esta conformação. Não se pode definir esta dinâmica como um “jornalismo diplomático”, pois isso reduziria a definição da política externa apenas pelo trabalho dos profissionais integrantes de setores da diplomacia, o que não corresponde à realidade. Embora haja, em considerável medida, uma autonomia do corpo diplomático, ela não pode ser considerada total – o que vai de encontro ao chamado *Consenso do Itamaraty*, abordado no segundo capítulo. Esta acepção parece ter se tornado ainda mais compreensível a partir do período 2003-2010, no qual Celso Amorim assumiu pela segunda vez o posto de chanceler – a primeira foi durante o governo Itamar Franco (1992-1994), entre os anos de 1993 e 1994. Tendo em vista a conjunção de elementos domésticos e externos à composição noticiosa, proponho aqui uma análise de notícias sobre Política Externa

Para pensar a cobertura noticiosa em questão, é válido apontar que a política é uma das principais “matérias-primas” de interesse jornalístico, visto que trata de temas que interessam ao público, à concepção da vivência em coletividade. De mesma forma, o sistema político contemporâneo precisa das capacidades de mediação social que o jornalismo pode fornecer, de maneira a alcançar amplas audiências. A persistência das referidas estruturas, concomitantemente ao processo de construção social da realidade internacional a partir das notícias, leva-me a refletir justamente sobre a relação entre a instância jornalística e conhecimento.

3.1 Para saber mais? Jornalismo e conhecimento

Relacionar a instância jornalística e processos de construção de conhecimento é, sem dúvida, uma ação intrigante. Conquanto, me amparo em perspectivas sociológicas, percebo que os estudos cognitivos também são um espaço fértil para o estudo dessa relação. As notícias fazem sentido porque são acessíveis a partir de indícios reconhecíveis, o que engendra os processos de construção social da realidade e os procedimentos de cognição à produção jornalística. Analogamente, as notícias e o desenvolvimento de conhecimento (e reconhecimento) da realidade são voltados para o universo da constatação, da percepção. Sem se auto questionarem, produzem e/ou perpetuam construções sociais que tomam como índice do real – e que terão valor de objetividade, pois são acreditadas como tais.

Tratar, nesta investigação, o jornalismo como uma forma de conhecimento é reconhecer a força deste campo como elemento de grande influência nos processos de construção social da realidade, assim como também sua responsabilidade na configuração da realidade social. Indagando as dinâmicas cotidianas, as notícias, como destaca Thompson (1995) são produtos (textuais, visuais, sonoros) culturalmente estruturados e estruturantes, que levam ao público informações acerca de sociedades, territórios, fenômenos, problemáticas, enfim, do mundo que percebemos como existente. Desta forma, uma de suas principais características é publicizar, dar visibilidade a argumentos e objetos desconhecidos, ou seja, torná-las de conhecimento de determinada coletividade. Todavia, há considerável diferença entre considerar a instância jornalística como “reveladora” da realidade e perceber, na atividade noticiosa, uma dentre outras formas de saber. A ideologia da neutralidade jornalística é sustentada a partir da ideia de que há um real independente a ser trazido à tona. Situação enganadora, como já apontei a partir da Sociologia do Conhecimento, mas que pode ser rechaçada também por estudos linguísticos, históricos, etc.

Como forma de introdução dos indivíduos a temáticas sobre as quais eles não possuem pouco ou nenhum referencial, o jornalismo pode ser considerado um mediador cultural, uma forma de “incursão interpretante” a outras esferas de realidade, e que busca traduzir as novas informações ao lócus da interpretação de seu público. Esta

operação não se baseia em métodos científicos, nem pode ser considerada a partir de horizontes³⁴ filosóficos ou históricos, mas funciona a partir de prerrogativas próprias, fórmulas particulares de validação, amparadas pelo desenvolvimento de técnicas específicas. Em obra na qual discutem a construção midiática da realidade, Piñuel, Gaitán e Lozano (2013) observam que

La vida social, no se olvide, se estructura de acuerdo a interacciones que históricamente se han pautado em forma de reglas no escritas (cultura) que dan lugar a costumbres y hábitos sociales más o menos cambiantes. La práctica social del periodismo brinda al sujeto recursos y habilidades de enculturización y socialización, para desenvolverse em el medio social y afrontar la incertidumbre de las quiebras del acontecer. (2013, p. 52)

Ao fixar regras não-escritas (e, conseqüentemente, não debatidas) de comportamento, normas, valores e crenças, o jornalismo se outorga o papel de explicador da realidade. Mesmo que esta proeminência social seja apoiada na promoção de uma ideologia de auto-valorização, sendo obviamente parcial e determinada por características próprias à sua estrutura, é inegável considerar o trabalho da imprensa como uma tomada de consciência sobre alguma coisa. Nas palavras de Meditsch (1997), o jornalismo é uma forma de conhecimento, e sua forma de explicar, comparada ao discurso científico, não é falsa ou correta, mas diferente. O jornalismo, como campo e prática, é relacionado ao senso comum, mas não pode ser confundido com este. Os elementos com os quais produz sua forma de saber são fundamentalmente ligados um ambiente contextual (em oposição à ciência, que procurar isolar o texto sobre o qual atua o contexto), resultando em uma perspectiva mais sintética e holística. A ação jornalística aproxima-se mais de um “conhecimento de” algo do que do “conhecimento sobre” algo, como diz Meditsch, citando o trabalho de Park (1940). O saber composto pela atividade de noticiar é, certamente, resultado de condicionamentos históricos e culturais do contexto do qual faz parte. Há também a ação subjetiva dos indivíduos localizados na formulação de produção do material noticioso.

As relações entre o campo jornalístico e aquilo que é a matéria do senso comum são significativas. Para Berger e Luckmann (1973), o conhecimento pode ser compreendido como uma certeza sobre a existência de determinado fenômeno,

³⁴ Faço uma diferenciação aqui entre o método científico das ciências naturais, as *hard sciences*, e das áreas de conhecimento histórico e filosófico, que possuem suas próprias formas de validação. De forma geral, pode-se fazer a distinção entre o jornalismo e os saberes sistematizados academicamente pela não-necessidade de chancela por parte dos pares do grupo.

possuidor de características definidas. Essa situação, que se relaciona ao conceito de atitude natural visto em Schutz, incorre na intersubjetividade que sustenta a realidade compartilhada pelos grupos sociais. Ela ampara os significados objetivados que compõem aquilo que vemos como real, elementos já existentes quando somos incorporados ao universo simbólico, que reproduzimos em nossas interações diárias e que continuarão existindo após nosso desaparecimento. A vida cotidiana, viabilizada pelo senso comum (RODRIGUES, 1998), é o espaço de atenção da atividade jornalística, sendo os *media* noticiosos uma fonte de confirmação dos consensos que regulam a existência social. Necessário dizer, porém, que analisar o jornalismo como voltado ao cotidiano não quer dizer que este trate da cotidianidade individual, mas sim de elementos que podem ser considerados como constituintes da ambiência que consideramos a realidade comum da sociedade a qual estamos integrados. Destarte, mire-se o jornalismo como voltado ao que é considerado público.

Essa correlação à afirmação do espaço social de vivência e compreensão comum, enquanto situa a instância jornalística como alicerce da “ordem natural das coisas”, incorre na negação de outros referenciais, servindo à continuidade do *status quo*. Genro Filho (1987), cuja reflexão é mobilizada por Meditsch, aponta que o conhecimento produzido pelo universo jornalístico expõe um papel conformista, contrário ao questionamento da ordem político-social estabelecida, ao sistema capitalista de produção e à validação da luta de classes. Utilizando-se de uma classificação de verve hegeliana dos fenômenos como universais, particulares e singulares, o autor enxerga no jornalismo a predileção por estes últimos. Ao prezar pelo que é tomado como singular, negam-se as qualidades particulares e universais, com a atitude empiricista de “busca dos fatos” indicando a realidade como destituída de encadeamentos e conexões históricas ou dialéticas. “O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades” (GENRO FILHO, 1987, p. 156).

As estruturas sociais e políticas que ordenam os elementos considerados “objetivos” da existência humana expõem sua constituição subjetiva, por certo simbólica. Os homens constroem a realidade e, dialeticamente, são construídas por ela, o que evidencia a importância dos processos de socialização. Meditsch destaca que, como a ação que denominamos conhecimento é uma atitude de *re-produção*, cognitivamente os indivíduos recorrem a informações das quais já dispõem para a

formulação de um saber. Desta maneira, os processos de socialização primária estabelecem relações com a composição do nível representacional que conforma a cognição. O teórico referencia Paulo Freire ao observar que os saberes não podem ser transmitidos como se fossem uma substância concreta. Sendo a comunicação dependente da atividade cognitiva, e que o processo de aprendizagem é ativo, há a necessidade de uma ação de reconstrução da mensagem recebida, uma identificação de referenciais que não ocorre em um espaço em branco, neutro. A “entrada” no mundo da linguagem na socialização primária é realizada a partir de diferentes universos simbólicos, que correspondem a diversas culturas e perspectivas de compreensão da realidade. A afirmação nega o processo de transmissão da informação de forma direta, baseado em concepções da teoria cibernética, e investe no entendimento de que o polo receptor é significativamente ativo. Como sustenta Jovchelovitch (2007; 2011), todas as formas de conhecimento exibem, ao mesmo tempo, as dimensões simbólica e social, e questões como hábitos e tradições culturais, identidades, emoções e práticas cotidianas se imbricam: “Todas essas dimensões penetram os sistemas de conhecimento e lhes permitem representar de uma só vez mundos objetivos, subjetivos e intersubjetivos” (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 88).

Van Dijk (2005), voltando-se aos estudos cognitivos, enfoca a relação entre notícia (o produto jornalístico por excelência) e conhecimento. Ele afirma que há uma escassez de investigações acerca da questão, que à primeira vista parece banal, mas que encobre uma miríade de problemáticas. Em uma significativa abordagem, o pesquisador sustenta a primordialidade de um conjunto amplo de saberes prévios tanto para a produção noticiosa quanto para sua compreensão. Se o conhecimento é uma atividade de reprodução, nada mais certo que a instituição do “novo” a partir do que já se encontra estabelecido.

O autor defende a adoção de uma teoria do conhecimento multidisciplinar, com especial atenção à psicologia do discurso. Ele estabelece uma tipologia do conhecimento, englobando as dimensões do conhecimento pessoal, interpessoal, grupal/social e cultural, sendo este o conhecimento de base compartilhada ou comum, a ambiência dos discursos públicos e da atuação dos *media*. Ademais, as diferentes formas de saber são integrados à investigação sobre as estruturas do discurso noticioso, resultando em um painel dos elementos necessários à compreensão de uma notícia: *conhecimento comum*, “necessário ao entendimento do significado geral das palavras, sentenças e parágrafos do discurso noticioso, para estabelecer coerência local e global e

construir uma representação textual significativa” (VAN DIJK, 2005, p. 25); *conhecimento linguístico*, para a decodificação lexical e sintática do texto, permitindo a constituição de preposições; *conhecimento do gênero discursivo*, mandatório para perceber o texto como noticioso; *conhecimento especializado do objeto*, facultado por grupos sociais específicos; *conhecimento pessoal*, relação com fatos individuais; *conhecimento comum e pessoal*, que permite a composição de modelos mentais relativos ao acontecimento noticioso; *velhos modelos*, moldes já conhecidos a partir de notícias anteriores; *conhecimento social/situacional*, saber acerca do veículo jornalístico e do momento específico; e *aprendizado*, amálgama de conhecimentos gerais. Além desses elementos, o teórico também faz uma apresentação de outros tópicos³⁵ que podem interferir na construção do conhecer. As ideias de Van Dijk associam a investigação dos processos de cognição à instituição discursiva das notícias. No entremeio da junção de fatores cognitivos, socioculturais, político-ideológicos e históricos, essa concepção nos aproxima da definição do jornalismo como uma forma de discurso, necessariamente dialógico e baseado em efeitos do real, como sustenta Benetti (2007).

No âmbito de aproximações entre conhecimentos de distintos campos e áreas de pesquisa que proponho neste trabalho, vale dizer que, para Rodrigues (2002) o discurso jornalístico tem por caráter ser exotérico, transformando em informação para o público conceitos antes fechados a especialistas e/ou interessados. Essa situação permite refletir sobre as formas pelas quais a cobertura das relações exteriores (e, mais especificamente, da política externa brasileira) constitui um conjunto de saberes, em um processo de construção social de relevância. Mas parece ser claro, também, que esta qualidade de exoterismo não necessariamente condiz com uma exposição “fiel” dos conhecimentos de outras áreas. Se o jornalismo é um dos âmbitos da visibilidade midiática, ele a permite a partir de duas configurações específicas. Nessa linha de raciocínio, agentes, estruturas e temáticas trazidos pela atividade jornalística serão noticiados e adentrarão a esfera de visibilidade midiática de formas distintas daquelas que se apresentam em seu campo de origem.

Deve ser ressaltado que, para Traquina (2000), o jornalismo focado em acontecimentos internacionais – ou, como neste caso, que possui nos eventos “externos”

³⁵ Variação individual dos processos e usos do conhecimento, monitoração ou gerenciamento do saber na composição do discurso, ordem processual, construção de modelos contextuais individualmente, entre outros (VAN DIJK, 2005).

grande parte de sua essência – acaba por se constituir como uma instância pedagógica, visto que apresenta novas informações aos indivíduos. As notícias da “editoria de inter” podem ser consideradas como de limiar elevado, pois exigem um maior esforço de compreensão do público. Há a necessidade de incorporar esses novos substratos de informação ao arcabouço cognitivo já constituído das pessoas – ou seja, uma *reprodução* do conhecimento –, o que se relaciona à esfera de realidade nas quais estas se localizam, e que irão, em uma perspectiva mais ampla, ser conectadas a universos simbólicos. Van Dijk (2005) também aponta as adversidades de se acionar um “conhecimento sobre o mundo”, a partir do exemplo de uma notícia que trata de um terremoto na Índia, tragédia ocorrida em 2001. É imperioso acessar conhecimentos sobre assuntos que vão da geologia e da estrutura geográfica do local afetado à constituição da sociedade indiana, consequências às duas atividades econômicas, medidas políticas que estão sendo tomadas, etc. Estas características ajudam a compreender a dificuldade dos *media* noticiosos em abordarem assuntos a partir de distintos pontos de vista. Piñuel, Gaitán e Lozano (2013) observam que os fatos percebidos como acontecimentos são dependentes da rede de conhecimento na qual os indivíduos ou coletividades estão inseridos. Assim, eles são relacionados a uma certa previsibilidade ou imprevisibilidade do que pode social e jornalisticamente *acontecer*, o que é dependente do capital disponível para a compreensão das temáticas.

[...] es obvia la relación que existe entre capital cognitivo disponible y percepción de variaciones como acontecimientos; y más aún, la relación que existe entre percepción de acontecimientos y discursos sobre el entorno, los cuales también se producen en función de los grados de implicación que los sujetos mantienen con esos entornos donde se perciben los acontecimientos y con los discursos a ellos referidos (PIÑUEL, GAITAN, LOZANO, 2013, p. 56-57).

Mas a situação me parece conter uma complexidade ainda maior. Em investigação anterior (2011), apontei que o extenso histórico de contatos entre os Estados brasileiro e argentino (e mesmo entre as populações consideradas ainda como lusitanas e castelhanas, no período colonial) possibilita a constituição de um expressivo acervo social de conhecimento de um grupo nacional em relação ao outro, servindo à utilização de veículos jornalísticos para a contextualização das informações. No entanto, a oferta de referenciais não evita a utilização de estereótipos no tratamento do outro estrangeiro. Pelo contrário, em geral é notável o abuso das formas estereotipadas.

Este cenário constitui de uma temática importante: a dificuldade que instância jornalística exhibe em abordar a alteridade. E aqui, o outro a ser representado na notícia corresponde a um ser humano provido de uma identidade nacional, um fator prototípico de exclusão, pode-se dizer. A força da identificação nacional no mundo contemporâneo se contrapõe aos autores que, nas últimas décadas do século XX, advogavam pela superação da importância do Estado-nação. Como expus com Wendt (1999), o sentimento baseado na identificação nacional é por vezes tão intenso que os indivíduos estão dispostos a matar e morrer pela pátria – uma denominação significativamente forte para uma estrutura político-social de caráter jurídico. As unidades nacionais, instituições reificadas, são guias para o entendimento da vida, sustentando os mais diversos interesses e, rotineiramente, diferenciações entre grupos sociais. E esta situação, além de perceptível pelo jornalismo, tem neste um dos seus dispositivos de perpetuação.

Neste esforço investigativo, argumento que as informações jornalísticas sobre os eventos globais, na qualidade de objetos simbólicos (THOMPSON, 2009), configuram-se como narrativas que trazem dados a serem “montados” na interpretação. Os mapas culturais de significado (HALL, 1999) acabam conformando enquadramentos de compreensão. Porém, a condição de focalizar acontecimentos que tiveram como palco outros países (ou contato entre grupos humanos que se representam por identificação de viés nacional) configura-se como um caso paradigmático de imposição da dinâmica nós/outros. O processo de constituição dos Estados Nacionais, que marcou o início da Idade Moderna, teve na congregação de sentimentos de união entre grandes coletividades seu grande trunfo. Nas palavras de Anderson, a nação “[..] é uma comunidade política imaginada”, pois embora seus componentes tenham um senso de comunhão grupal, eles nunca conhecerão a maioria de seus compatriotas” (1991, p. 32). Vale chamar a atenção que, para Jovchelovitch (2011), cognitivamente uma comunidade

[...] é um espaço intermediário que nos oferece recursos simbólicos e materiais para a vivência da dialética entre o sujeito singular e o mundo social. É como membros de uma comunidade que nos tornamos nós mesmos, emergimos como atores sociais competentes e aprendemos a falar uma língua (...) comunidades nos garantem o referencial a partir do qual, e em relação ao qual, nosso sentido único de Eu se origina. Seria muito difícil, se não impossível, tornar-se pessoa, sem comunidade (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 127).

A teórica sustenta que o estar junto e a ação conjunta, por serem construções, acabam configurando-se como uma espécie de conquista para os indivíduos. Essas

ações incorrem na necessidade de instituir relações baseadas em entendimento, em partilha linguística, em ter contato com o outro. No centro de uma comunidade são instituídos “[...] espaços intersubjetivos que configuram não apenas a identidade do Eu, mas também um conjunto de relações intercoordenadas que produzem fenômenos como a comunicação e o diálogo, as identidades sociais, a memória social, a vida pública e, ligado a todos estes, os saberes sociais” (JOVCHELOVITCH, 2011, 128). Vemos uma correlação muito grande à identificação de viés nacional, baseada na representação de um grupo a partir do entendimento do elemento nacional. A identidade nacional, conforme Hall (1998), é um discurso, calcado na construção de narrativas que arregimentem um entendimento comum do que é a “nação”. As culturas nacionais como “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (THOMPSON, 1998, p. 62). Para Hall (1998), podem ser divididas em cinco as estratégias representacionais ativas para a construção do pertencimento a uma identidade nacional: a) narrativa de nação; b) ênfase nas origens, continuidade, tradição e intemporalidade; c) invenção das tradições; d) mitos fundacionais; e) ideia de povo ou *folk* puro, original. A construção de uma identificação nacional é apoiada significativamente na emocionalidade, naquilo que será tido como significativo para a compreensão da (ilusória) realidade total, e remete-se aos processos de socialização primária afirmados por Berger e Luckmann (1973).

O conceito de nação, como o de identidade, baseia-se na exclusão da diferença. Por conseguinte, quando tratamos das formas de interpretação das notícias que envolvam as esferas de realidade externa, ou o contato entre o grupo ao qual nos identificamos e o *outro*, elabora-se um processo de identificação e exclusão a partir das notícias: “Os meios de comunicação estabelecem um horizonte espacial cognitivo e emotivo, através do qual se estabelecem umas fronteiras que marcam os limites entre o ‘nós’ e o ‘eles’”. Isto é, os meios de comunicação concretizam processos de construção da identidade” (ALSINA, 2009, p. 271). É importante deter-se sobre esta problemática, que envolve dimensões sociais, culturais e históricas à composição da experiência midiática de conhecimento sobre o mundo.

3.2 A difícil relação entre jornalismo e alteridade

Ao tratar da questão da alteridade no jornalismo, devo demarcar os limites aos quais me refiro. No conjunto das diversas possibilidades de traçar linhas divisórias entre

os seres humanos erigidas ao longo dos séculos, aciono neste estudo o pertencimento a outra nacionalidade como matéria de atenção dos *media* noticiosos, em dinâmica com representantes da *nossa* nacionalidade. Mas essas características de fácil identificação do nós e do eles são falaciosas, e as fraturas dos interdiscursos que constituem a representação da identificação nacional são dadas a ver na constituição dos discursos jornalísticos.

De qualquer forma, a disposição das condições de identidade e alteridade, relacionadas à instituição de uma percepção de lugares demarcados como o “aqui”, nacional, e o “lá fora”, internacional, referenciará o conhecimento do outro por meio de tipificações, visto que esses realizam o trabalho de entendimento mais fácil de novas informações, num processo relacionado à necessidade do homem de dar sentido àquilo que ele observa e que o envolve. Em um trabalho no qual focaliza questões referentes às dificuldades de estabelecimento dos processos de comunicação intercultural, Alsina (2004) observa a necessidade de superar alguns obstáculos, tais como: a) tentar compreender o outro a partir de estereótipos, ao que ele chama de sobregeneralizações: “As sobregeneralizações são muito perigosas porque nos fazem cair na falácia de que é fácil definir de forma simples a um grupo cultural que, geralmente, tende a ser muito complexo e heterogêneo” (ALSINA, 2004, p. 62); b) não ser conscientes da própria ignorância: se existem cerca de 3.500 grupos culturais no mundo, a quantos podemos realmente achar que minimamente conhecemos? c) o sobredimensionamento das diferenças: análise focada apenas nas diferenças escamoteia os possíveis pontos em comum; e d) a universalização a partir de uma cultura dominante: citando Shohat e Stam (1994), Alsina diz que “o etnocentrismo pode nos conduzir a uma falsa universalização, em nosso caso ao eurocentrismo” (2004, p. 63).

O último percalço apontado pelo teórico é muito relevante a este trabalho. A posição etnocêntrica é a atitude comum no jornalismo. Buscando analisar o campo à luz da Antropologia, Lago (2010, p.175) afirma que há uma impossibilidade fundacional dos *media* noticiosos em tratar com o “outro”, em desenvolver um trabalho que contemple posições de alteridade, numa decorrência do compartilhamento “de valores específicos internos ao campo que excluem o diferente, circunscrevem-no e não o percebem plenamente”. A autora diz que o reducionismo reinante na narração daquele percebido como diferente é frequentemente expresso em sentidos de desconfiança e hostilidade. Em outro trabalho, no qual aborda a construção das notícias, Alsina diz que os meios de comunicação estabelecem um horizonte espacial cognitivo e emotivo,

através do qual se estabelecem umas fronteiras que marcam os limites entre o “nós” e o “eles”. Isto é, os meios de comunicação concretizam processos de construção da identidade.

[...] só precisamos dar uma olhada nos jornais de diversos países, para perceber que possuem um horizonte espacial, cognitivo e emotivo diferente. Ou seja, que qualquer tipo de informação é criada a partir de uma determinada perspectiva. Portanto, assim podemos criar um “espaço mental” e um “espaço sentimental” (ALSINA, 2009, p. 271).

O discurso jornalístico funcionará³⁶ a partir da referida visão etnocêntrica, como se fosse os olhos do próprio público. Mas essa é uma questão mais complicada do que pode parecer à primeira vista, sendo necessário ponderar: que olhos são esses? Ou melhor dizendo, que tipo de olhar é estruturado? Para ElHajji e Zanforlin (2008), os modelos hegemônicos de pertencimento e alteridade dispostos historicamente pelo espaço midiático brasileiro são eixos que utilizam termos e marcos referenciais numa constante negociação de uma doutrina de viés eurocêntrico, normatizada com o passar dos séculos pela deferência a uma suposta supremacia dos valores socioculturais europeus. As atuais sociedades latino-americanas que passaram pelo processo de colonização por parte de Estados europeus, como a do Brasil, continuam a exibir, em diversos aspectos, a influência dos modelos interpretativos herdados e constantemente revalorizados. Nesse exemplo, incluem-se hierarquizações da organização social, preconceitos basilados em diversas matrizes (cultura, etnia, religião, localidade, etc), imaginários que expõem medo ou soberba diante de um “desconhecido” que é composto por cidadãos de mesma nacionalidade, etc. Em suma, moldes, discursos e ideologias que sublinham a identificação a elementos sociais, econômicos, étnicos e culturais, constituindo o eurocentrismo como uma espécie de “certificado de pertencimento” ao mundo, moderno e ocidental.

Apesar do claro marco inicial geográfico no espaço da Europa, o eurocentrismo é também definido por sua volatilidade, espalhando-se como um conjunto de prerrogativas, ideias, conceitos e funcionando na legitimação e balizamento de determinados valores. Desta feita,

³⁶ O uso da palavra é intencional para fazer referência ao discurso positivista que sustenta a ideologia da prática jornalística.

[...] verifica-se que o uso dos sentidos intercambiam-se de acordo com as configurações políticas que assumem, estendendo-se, inclusive a grupos sociais, culturais e étnicos. O “estilo ocidental”, portanto, representa a adesão a uma série de pré-condições necessárias, ou ansiadas, para a realização da sensação de pertencimento ao que compõe o receituário do progresso e desenvolvimento, tensionando assim, o contraste entre regiões Norte X Sul, nações ricas X pobres, industriais X não-industriais, branquitude X etnia, operando a partir de marcos políticos, econômicos, sociais, culturais e étnicos (ELHAJJI, ZANFORLIN, 2008, p. 5).

A ascensão dessa visão dualística de matriz cartesiana não é, obviamente, uma coincidência. Os autores estabelecem uma ligação entre o eurocentrismo e as diretrizes do projeto iluminista, numa síntese que aglutina concepções de progresso alcançada pelos Estados nacionais europeus. Este processo histórico cristaliza um quadro de superação e conquista e, ao colocar-se “como a ideologia legitimadora dos valores resultantes de anos de evolução, surge como balizador e símbolo completo da modernidade, industrialização, ciência, tecnologia, sociedade, cultura, urbanidade e estética” (ELHAJJI, ZANFORLIN, 2008, p. 5). Notadamente, o pensamento modernista possui fundações de caráter evolucionista, e a perspectiva eurocêntrica acaba por representar o polo positivo de um espectro no qual, na outra ponta, encontram-se grupos instituídos como sociedades de mentalidade atrasada, selvagem, pouco desenvolvida – em uma palavra, a barbárie. O eurocentrismo se sustenta como uma doutrina que tem papel de normatizar, por meio da associação de valores e crenças teoricamente “incontestáveis”, o que denominamos como civilização ocidental. Exemplarmente, em contraposição, temos o conceito de Orientalismo (SAID, 2007), que descreve a invenção histórica da porção mundial denominada como Oriente – um espaço que engendra uma multiplicidade de povos, países, costumes, religiões, mas que é, somente, uma estrutura criada e recriada desde a Idade Média.

Retornando ao caso dos referenciais midiáticos nacionais, a constituição de discursos, representações, ideologias e imaginário tributários às ditas sociedades “avançadas” exemplifica de forma sintomática a hegemonia da racionalidade ocidentalista. Nesse sentido, o “outro Ocidente” constituído pelo Brasil aludido por Lafer (2001) em sua reflexão sobre a identidade internacional do país mira uma estrutura de comparação na qual será sempre o desviante, a alteridade à normalidade.

[...] a negociação dos quadros de representação de nosso ente nacional seria sempre pautada pela dicotomia axiomática entre atraso e progresso, assim como seu decalque social e político ancorado na manutenção da

tradicional perspectiva causal linear que consagra as idéias de inoperância de uma classe média madura e/ou a ausência de uma classe operária organizada. Ou, ainda, pela redução de nossa paisagem cultural a figurações binárias entre as regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Sul que personificam, respectivamente, o atraso e o progresso; o arcaico e o moderno; o passado e o futuro –como se fossem regiões temporais e não recortes espaciais (ELHAJJI, ZANFORLIN, 2008, p. 5).

Da mesma forma que Anderson (1991), ElHajji e Zanforlin sustentam que o complexo midiático foi e ainda é um dos principais alicerces dos sentimentos de pertencimento ao Estado-nação: “Somos brasileiros porque podemos antes de tudo comungar de uma série de representações e de imaginários que serão constantemente lembrados nos textos de mídia” (ELHAJJI, ZANFORLIN, 2008, p. 12). No entanto, deve-se perceber também que o crer na pertença a uma unidade nacional é, decisivamente, incorporar elementos que sociocognitivamente darão forma às representações nacionais e ao ambiente internacional. Ademais, como a ordem político-jurídica mundial de Estados, instituída pelo tratado de Vestfália em 1648, é uma invenção de matriz europeia, o discurso ocidentalista terá grande relevância para o entendimento do que é ocidental – ou seja, tido como avançado, desenvolvido – e do que não é. Durante séculos, a expansão marítima de países europeus como Espanha e Portugal, e posteriormente o avanço econômico-financeiro de nações como Reino Unido, França, Holanda e, a partir do século XIX, EUA, conformaram formas de dominação do espaço global.

No entanto, conforme Latouche (1994), após o processo de descolonizações no século XX, a presença do Ocidente no espaço global não apresenta a necessidade de ação brutal, arrogante, a partir de investidas visíveis por sua materialidade. “Ela se apoia nos poderes simbólicos cuja dominação abstrata é mais insidiosa, mas por isso mesmo menos contestável. Esses novos agentes da dominação são a ciência, a técnica, a economia e o imaginário sobre o qual elas repousam: os valores do progresso” (LATOUCHE, 1994, p. 26). Isso não impede, todavia, que instituições representantes do espírito moderno atuem de maneira bastante exposta, como as ações militares dos EUA em países como o Iraque sob a bandeira de combate ao que a administração norte-americana denominou como Eixo do Mal,³⁷ cuja motivação seria apenas tentar destruir

³⁷ Em 2003, o governo dos EUA invadiu o Iraque com a argumentação de que o país auxiliava organizações terroristas e abrigava armas de destruição em massa. Embora não tenham conseguido a anuência da ONU para a intervenção, a administração Bush decidiu prosseguir com a estratégia

a civilização ocidental ou o modo de vida norte-americano (a ambiguidade conceitual utilizada pela retórica oficial do governo é intencional). Deve-se comentar, contudo, que esse tipo de decisão pode perpetrar reações contrárias, tanto de grupos sociais domésticos quanto a oposição oficial de outros Estados.

As contundentes críticas do teórico são importantes para uma percepção sobre a influência do imaginário no processo de modernização ocidentalista, embora, por vezes, acabe expondo uma visão determinista, relacionada a teses de imperialismo cultural. De toda forma, são bastante interessantes para analisar a conformação de quadros interpretativos “globais”, que, ao que parece, são muito mais relacionados a questões econômico-financeiras, políticas e jurídicas do que a temas socioculturais. Não se mostra como coincidência, desse modo, que as dinâmicas que envolvem elementos culturais e sociais sejam definidas como “subjetivas” – afinal, a objetividade, esse horizonte a ser alcançado, é representado por outras estruturas. “Irredutível a um território, o Ocidente não é apenas uma entidade religiosa, ética, racial ou mesmo econômica. O Ocidente como unidade sintética dessas diferentes manifestações, é uma entidade 'cultural'”, sustenta Latouche (1994, p. 35). Neste encadeamento, a concepção do ocidente como espaço de normalidade é relacionada ao poder de instituir-se como referente universal. Quijano (2002) localiza essa representação dominante articulada sobre quatro eixos principais: a colonialidade do poder (sua relação com conceitos de raça); o capitalismo como sistema global de exploração social; o Estado (e o contemporâneo Estado-nação) como núcleo de autoridade coletiva; e o eurocentrismo como sistema de hegemônico de controle da subjetividade/intersubjetividade, principalmente no que se refere à construção de conhecimento.

Retornando à temática da cobertura jornalística sobre o ambiente internacional e analisando a elaboração das notícias sobre a “periferia” mundial – resultante da divisão instituída pela ideia de países ricos e pobres –, representativa das relações no eixo Sul-Sul do Estado brasileiro, uma das definições utilizadas por Latouche chama a atenção: “O subdesenvolvimento é, em sua essência, esse olhar, essa palavra do Ocidente, esse julgamento sobre o Outro, decretado miserável antes de o ser, e assim se tornando porque assim foi irrevogavelmente julgado. O subdesenvolvimento é uma denominação ocidental” (1994, p. 68-69). Essa afirmação coloca em perspectiva o conhecimento que o complexo midiático-jornalístico mundial diuturnamente apresenta, por meio de

militar, contando com o apoio de alguns Estados, como o Reino Unido e Espanha, mas a oposição de muitos.

material noticioso. Se, como foi exposto a partir dos estudos que relacionam a Sociologia do Conhecimento e o jornalismo, este tem papel fundamental no alicerçamento de valores, temas, crenças e significados no espaço do senso comum, na constituição da ambiência cotidiana, o encadeamento lógico permite perceber, nas notícias sobre eventos ao redor do globo, a constituição de ponto de vista hegemônico acerca das extremamente complexas dinâmicas mundiais. Pode-se dizer que, embora as escolhas editoriais variem, a afirmação da ordem internacional é o local de encontro do jornalismo internacional.

Nesse sentido, quando uma agência de notícias distribui material sobre a atuação do Brasil em algum episódio, há diversas possibilidades de manutenção do *status quo*. Exemplificando: afirmar na posição brasileira a emergência de uma “nova potência” referencia o sistema internacional em suas características históricas de constituição e valorização. Por outro lado, noticiar o Brasil como fraco, inexperiente ou irrelevante no cenário mundial pode ser relacionado a uma concepção conservadora da dimensão interestatal por um raciocínio de viés realista. De qualquer maneira, o sistema sai fortalecido, visto que sua arquitetura não é questionada. O campo da política (em sua matriz internacional) é, assim, validado pelo campo do jornalismo.

As questões discutidas até aqui me fazem relacionar a persistência dessas estruturas cognitivas, sociais, culturais e históricas na composição do noticiário que abrange as relações do Estado brasileiro no ambiente internacional. A essencialização do país a partir dos referenciais de subdesenvolvimento, miséria, barbárie e outros tão positivos quanto estes indicam moldes persistentes de compreensão da realidade do mundo, com suas representações, discursos e ideologias hegemônicas. Ao mesmo tempo, é essencial perceber que as lentes voltadas para nações consideradas menos importantes implicam na afirmação de uma superioridade brasileira, o que é exemplar quando se observa a cobertura sobre o espaço latino-americano e o continente africano. Os exemplos nesse sentido são abundantes.

Parece-me de relevância situar essas problemáticas historicamente. Em seu trabalho paradigmático sobre a trajetória da imprensa nacional, o historiador Nelson Werneck Sodré (2007) entende que as relações entre jornalismo e Estado são tão intensas que, em certos momentos, torna-se difícil distinguir se há realmente interesses divergentes entre as duas instâncias. Durante quase todo o século XIX, o poder imperial buscou controlar a proliferação de impressos, agindo de maneira a calar vozes dissonantes. Com a República, opera-se uma troca de guarda no sistema: a nobreza é

destituída pela ascendente burguesia, que mesmo que defenda os ideais liberais, passa a contar com as verbas destinadas pelas instâncias públicas. Em acordo, o decano José Marques de Melo (2006) comenta que o jornalismo brasileiro é caracterizado por um *elitismo congênito*. Em grande parte, o desenvolvimento do setor foi dependente dos investimentos e benesses estatais, concedidas pela manutenção de boas relações entre elites econômicas e políticas, indicando uma situação bastante diversa da percebida na constituição da imprensa burguesa nos EUA ou Europa.

Mas é importante observar que o apoio das estruturas governamentais à atividade jornalística não foi o único, e mais um personagem entra com destaque no cenário. A partir da década de 1940, a dependência das empresas se ampliou para a necessidade do capital estrangeiro (destacadamente, de origem norte-americana), o que se impõe como uma forma de “vassalagem”, nas palavras de Melo. Para Sodré, a situação é representada pela instalação de agências publicitárias internacionais e pela publicação de produtos por empresas não-nacionais. No primeiro caso, os investimentos em anúncios – o que realmente sustenta os empreendimentos noticiosos – foram condicionados ao alinhamento ideológico, vitimando aqueles que não se adequassem. No segundo, a produção estrangeira (ligada, em grande parte, a segmentos específicos) foi fonte de discórdia com setores da sociedade, visto que os modernizados sistemas dessas companhias atingia as possibilidades de sobrevivência da mídia doméstica, sempre às voltas com dificuldades financeiras. Ademais, a influência direta dos investimentos externos também era fonte de contestação, com o caso do acordo entre os grupos Globo e Time-Life (EUA) sendo denunciado tanto pelos aspectos financeiros quanto pela influência externa sobre o comando produtivo da empresa.

Com a sobrevivência garantida a partir de um capitalismo longe da “perfeição”, os veículos não precisaram, em geral, mirar temáticas que aproximassem seu produto aos interesses de grande parte da população, comumente imaginada como um público de massa: inculto (desprovido de capacidade cognitiva), pobre (sem poder de consumo) e domesticado (que aceita candidamente o que lhe é jogado). Nada muito diferente do que tradicionalmente as elites econômico-políticas brasileiras pensam sobre as outras camadas da população. Esse fator ajuda a entender a paradoxal situação do aumento vertiginoso do número de habitantes do espaço nacional e queda de níveis de

analfabetismo ter tido pouco ou nenhum impacto para o aumento das tiragens dos jornais até os anos 1990³⁸.

Mas há mais dois elementos que gostaria de destacar. O primeiro é a vinculação do jornalismo a possibilidades de atuação cidadã. Melo (2006) comenta que a falta de interesse da maior parte da população em adquirir e ler jornais, diferentemente de outras formas midiático-jornalísticas (rádio, televisão) indicia uma menor relação com a vivência do cotidiano coletivo, uma falta de interesse pelos assuntos públicos. A situação é compreensível se pensarmos que o Estado brasileiro excluiu, ao longo de sua existência colonial, imperial e republicana, a maior parte dos cidadãos das discussões e, especialmente, das decisões concernentes ao todo nacional. Assim, o jornalismo se fez tanto ausente quanto se posicionou de forma reacionária acerca de problemáticas que envolvem grupos sociais não-hegemônicos: estes tiveram demandas invisibilizadas, não consideradas “dignas” de adentrarem a esfera midiática³⁹, quando não sumariamente combatidas na defesa de valores como a propriedade privada e a liberdade de mercado. Ou seja, no primeiro exemplo o debate é interdito; no segundo, incorre-se na despolitização dos temas.

O segundo ponto a observar é a influência dos pressupostos neoliberais a partir do final dos anos 1980 no universo da imprensa. O projeto de liberalização econômica levado à frente pela adoção de políticas confluentes em âmbito estatal impactou fortemente os complexos midiáticos, já que impulsionou a busca pela maximização dos lucros das empresas e, concomitantemente, sustentou concepções ideológicas de defesa do “pensamento único” na própria orientação de conteúdos noticiosos.

Assim, os padrões de constituição de um “olhar sobre o mundo” do jornalismo nacional são, em grande parte, tributário aos valores que as classes dominantes possuem sobre a posição do Brasil no cenário mundial. Mas se consideramos a existência de realidades múltiplas, a própria esfera do senso comum é distinta em diferentes sociedades. Este é um fator interessante a esta investigação: como o jornalismo internacional é voltado às dinâmicas consideradas externas, e grande parte das

³⁸ Verifica-se, atualmente, um aumento das vendas de impressos no Brasil e na América Latina, de acordo com recente relatório divulgado pela Associação Mundial de Jornais e *Publishers* de Jornais (WAN-Ifra, na sigla em inglês). Em oposição, os números decresceram na Europa e nos EUA, indicando que os periódicos passaram a ser consumidos via dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*. Os dados podem ser acessados no site <http://www.wan-ifra.org/microsites/world-press-trends>.

³⁹ Faço aqui uma generalização para chamar atenção aos pressupostos “objetivos” que cumprem a constituição dos critérios de noticiabilidade, valores-notícia e processos de *gatekeeping*, modalidades analisadas pelas teorias de *newsmaking*.

informações que compõem o noticiário é pré-mediado (ou seja, é dependente de um primeiro processo de transformação em informação mediática-jornalística), quando o noticiário sobre as relações exteriores é o foco, trata-se com estruturas constituídas em cotidianidades dessemelhantes. Incidem nesta produção fatores diversos, o que configura a notícia sobre as relações exteriores como um espaço no qual se relacionam e se entrelaçam diversos discursos e representações.

3.3 As notícias sobre Política Externa

As questões abordadas até aqui almejam conformar a compreensão das dimensões nas quais entendo a constituição das notícias que tratam das relações exteriores. Como são sustentadas na percepção geral do sistema internacional que apresentei no capítulo anterior, é de urgência entender o jornalismo como uma forma de conhecimento e, de maneira concomitante, como esse conhecer é relacionado a formas próprias de tratar com a alteridade.

Como já defendido ao longo deste texto, descarto a compreensão instrumental das estruturas interestatais. Assim, proponho a abordagem das notícias acerca das interações entre as unidades estatais na forma de notícias sobre Política Externa que englobam temáticas nacionalmente internas e externas, e que, como produtos jornalísticos, apresentam uma fusão de características dos modelos usados na cobertura de diferentes âmbitos editoriais. No caso do noticiário ora analisado, noto a mescla de fatores relacionados às editoriais de internacional e política, com destaque para as representações estereotípicas, um elemento de mediação entre os dois domínios.

Isto posto, exponho as dimensões constitutivas das notícias sobre Política Externa.

3.3.1 A dimensão internacional das notícias sobre Política Externa

Para entender a confluência entre jornalismo internacional e político que molda o noticiário sobre as relações exteriores, é necessário observar as relações entre os campos do Jornalismo e da Política, em suas dimensões interna e externa. A crescente complexidade da temática foi percebida com o avanço das investigações que culminam nesta tese. Em um primeiro momento, tinha a ideia de que analisar a produção do portal Veja sobre a atuação do Estado brasileiro no espaço mundial seria um momento de

especialização acerca dos pressupostos constitutivos do jornalismo internacional, âmbito jornalístico ao qual me dedico – e sobre o qual defendo abordagens socioculturais, de forma que estas se constituam como parâmetros para a problematização e dos aspectos técnicos envolvidos na cobertura de acontecimentos cujo cenário se encontra além das fronteiras nacionais, sendo que veja estas fronteiras por um viés geográfico mas também social, cultural e cognitivo.

Todavia, o processo de pesquisa me apresentou distintas questões que não poderiam ser postas simplesmente à luz dos estudos que enfocam o jornalismo internacional. Conquanto os elementos “externos” dos conteúdos noticiosos estão bem presentes, o que ampara a utilização de autores e conceitos desta área de pesquisa, a necessidade de entendimento da abordagem dos *media* noticiosos sobre assuntos percebidos como domésticos foi se mostrando cada vez mais urgente. O conceito de “jogos de dois níveis” de Putnam (1989) imbrica as esferas interna e externa na decisão de políticas internacionais, o que me permite relacioná-lo à produção das informações jornalísticas. É claro que, por ser uma opção teórica fundamentada na junção de temas sociológicos e políticos, não deve ser feita uma transposição simples do conceito, visto que corresponde a racionalidade dessemelhante à do campo jornalístico (os participantes não disputam o mesmo tipo de “prêmio”, na concepção de Bourdieu). Mas a ideia geral é de relevância para a compreensão do noticiário sobre os contatos entre Estados-nação no ambiente global. Assim, querer investigar a cobertura das relações exteriores sem se atentar às implicações destas no ambiente da coletividade interna dificilmente permitiria uma reflexão que fosse além da interação entre as abstratas representações “incorporadas” nas unidades nacionais, essencializadas como entes com interesses próprios. Em suma, reificadas.

A conjugação de perspectivas socioculturais a assuntos eminentemente políticos constitui o noticiário em questão, derivando em formas de produção que entrelaçam o estranhamento característico do jornalismo em sua relação com elementos de alteridade às formas consagradas de abordar problemáticas que envolvem a disputa por poder em sua acepção mais clássica – ou seja, política. Configuram-se variados tensionamentos entre os campos, com influência também das mudanças de níveis demandadas pela passagem dos referenciais internos aos externos e vice-versa. É mandatário apontar que o grau linguístico que nos leva a tratar os países como instituições ontologizadas deve ser percebido em sua agência semântica, representacional. Enquanto vemos a mobilização dos substantivos Brasil, EUA ou Angola pelo discurso jornalístico, deve-se

ter em conta a utilização de uma linguagem instrumental. O Brasil não é uma instituição, um corpo consciente, um organismo, uma homogeneidade: seus “interesses” no sistema internacional são definidos a partir da configuração de seu espaço de atuação, ao mesmo tempo que correspondem a visões de grupos sociais domésticos sobre o que é necessário almejar. Analisar a interação internacional é, em minha concepção, ir além das denominações, desconstruir representações que escamoteiam diversos interesses a partir dos discursos e da ideologia nacional. Seguindo esse encadeamento, prossigo inicialmente a uma caracterização do âmbito jornalístico relacionado aos acontecimentos internacionais.

Estruturalmente, a cobertura internacional da política externa possui no material disponibilizado pelas agências de notícias grande parte de seu substrato. Essas empresas, ao estabelecerem fluxos noticiosos em âmbito mundial, permitiram a existência do próprio jornalismo internacional, como afirma pesquisadores como Aguiar (2008, 2013), Boyd-Barrett (1998), Natali (2004), Reyes Matta (1980) e Steinberger (2005). Devido aos altos custos de manutenção de correspondentes no exterior e mesmo da atuação de enviados especiais a outros países, o trabalho realizado por empresas como Reuters (Grã-Bretanha), AP (EUA), AFP (França), EFE (Espanha), entre muitas outras, permite a publicação de notícias de acontecimentos do mundo inteiro. Essa dinâmica teve início ainda no século XIX, quando as companhias dominantes –à época, a francesa Havas, a alemã Wolff e a britânica Reuters –acordaram em dividir o planeta em áreas de atuação.

A primazia das agências supracitadas acabou por incorrer em uma reação do governo dos EUA, que via neste cartel europeu uma grave afronta a seus interesses. Para os norte-americanos, as notícias distribuídas mundialmente apresentavam informações “distorcidas” sobre o país, prejudicando suas relações exteriores, e o fortalecimento das empresas AP e UP enquadra-se no esforço de modificar essa situação. Desde seu início, a atuação das companhias nunca se deu de forma isolada aos objetivos das administrações estatais. Considero aqui tanto os empreendimentos de caráter abertamente “nacional” quanto a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades das empresas privadas, possível pelo suporte dos Estados –como a utilização de cabos marinhos de transmissão de dados: “O Estado participou da criação da rede de telecomunicações mundial também com subsídios, não apenas às próprias agências, mas principalmente às companhias de telégrafo, que construíam a

infraestrutura física (*hardware*) para o uso pelos sistemas de transmissão de informações (*software*)” (AGUIAR, 2013, p. 10).

A conformação de grandes empresas apoiadas pelo poder dos países considerados desenvolvidos é significativa. Mesmo que atuem globalmente, as agências não devem ser consideradas instâncias dissociadas das representações de nacionalidade. Valente (2007) observa que, guardadas as tensões inerentes entre as disputas internas, é relevante compreender uma ação ligada a uma hipotética definição de interesse nacional guiando a produção noticiosa: “As informações que o mundo absorve são de caráter nacional (...) até mesmo as divagações da mídia de poder global têm caráter nacional. Não podemos afirmar que a mídia concorde com tudo o que vem do governo, mas podemos dizer que todo o seu referencial de análise é de caráter nacional” (VALENTE, 2007, p. 56). Isto quer dizer que, dentre as decisões “objetivas” da própria constituição do relato jornalístico, por exemplo, há subjetivamente a efetivação da visão etnocêntrica – um “olhar o mundo” que só é possível a partir de um ponto específico, definido a partir de uma representação identitária.

A elaboração realizada pelas agências acaba por expressar-se de forma clara na constituição do chamado jornalismo internacional – que defino como um “âmbito jornalístico” distinto, visto que costuma aglutinar diversos gêneros e temáticas tendo como base a percepção de assuntos internos ou externos às fronteiras nacionais (uma definição de matriz geográfica). Entre as diferenças entre a editoria de “Inter”, como colocada no jargão dos profissionais, está justamente na performance de alguns dos chamados “rituais estratégicos” da profissão, em definição clássica de Tuchman (1999). A mecânica de construção da notícia sobre o exterior é definida como pré-mediatizada, segundo Aguiar (2008), porque como o trabalho de apuração dos acontecimentos é realizado, na maior parte das vezes, à distância, além de ser dependente de outras mídias. É significativa a utilização, pelas agências, de fontes definidas como oficiais (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004; STEINBERGER, 2005), o que expressa, em geral, um fator de credibilidade, e também porque as outras notícias distribuídas por estas agências possuem um núcleo fundador “[..] constituído justamente por estas fontes ‘anônimas’, que nos noticiários e nos jornais raramente aparecem como origem efetiva do que é comunicado” (WOLF, 2008, p. 244). Citando Golding-Elliot (1979), Wolf define três aspectos relacionados à utilização destas empresas de distribuição noticiosa: o custo de manutenção de correspondentes é proibitivo para a grande maioria dos meios de comunicação; em decorrência disso, cria-se uma homogeneidade dos conteúdos

noticiosos, assim como da forma destes; por fim, como as notícias das agências indiciam acontecimentos para que as empresas enviem correspondentes, elas acabam funcionando como sinal de alarme sobre o que está acontecendo no mundo. A essas companhias são facultadas as funções de “olhar” a realidade planetária e disponibilizá-la, por meio do despacho, aos diversos meios de comunicação em cada país.

Seria de se esperar que o desenvolvimento das chamadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), em especial o surgimento e rápida expansão de redes como a internet, modificariam esse histórico panorama. No entanto, conforme Aguiar (2008), observa-se o contrário: as agências passaram a distribuir os despachos de forma mais eficiente. Essa situação também observada por Marthoz (2008, p. 23, tradução minha⁴⁰), que observa as persistentes relações de poder entre o Norte e o Sul se passam “[...] também no mundo da mídia, dominado pela lógicas econômicas e financeiras que condicionam e 'mercantilizam' o tratamento das informações” e esse “casamento” entre grupos de imprensa e setores industriais e financeiros incorrem em consequências na natureza e qualidade das informações noticiosas que circulam globalmente. Em um mundo com um número maior de fontes informativas possíveis, com literalmente milhões de *sites*, portais, *blogs*, etc, as empresas tradicionais acabaram constituindo-se em “faróis de credibilidade”, fortalecendo ainda mais a concepção corrente de que funcionam como sinal de alarme global comentada anteriormente a partir de Wolf (2008). Vale dizer que a credibilidade, de acordo com Berger (2003) e Serra (2006), é um processo relacional, intersubjetivo. Apoiando-se em Bourdieu, Berger sustenta que o capital simbólico do Campo do Jornalismo é, justamente, o fato de ser credível pelo público, o que resulta em uma posição de autoridade no espectro social. A credibilidade é um fator persuasivo, que se alicerça em “efeitos de verdade”.

Em termos gerais, as agências ainda são principalmente provedores de *spot-news*, seguindo a tradição anglo-saxã, desenvolvida no século XIX e afinada no XX, de um "jornalismo de informação", que privilegia “fatos” junto com rotinas nas quais esse estilo de jornalismo envolve favorecer esmagadoramente certas categorias de informações e eventos sobre outras, certas fontes em detrimento de outras, e certos locais em detrimento de outros (BOYD-BARRETT, 1998, p. 20, tradução minha⁴¹). As

⁴⁰ “[...] aussi au sein du monde des médias, dominé par des logiques économiques et financières qui conditionnent et 'marchandisent' le traitement de l'information”.

⁴¹ “In general terms the agencies are still mainly providers of 'spot-news', following in the Anglo-Saxan tradition, developed in the 19th century and honed in the 20th, of a 'journalism of information', wich privileges 'facts' together with the routines in wich this style of journalism engages to convince

escolhas engendradas nas dinâmicas que envolvem a constituição do noticiário internacional são relevantes para compreendermos o papel essencial que a atividade desempenhada pelas agências possui na estruturação do conhecimento sobre o mundo – e, especialmente, sobre como pode ser entendida a “atuação” de um país a partir da cobertura jornalística.

A construção do noticiário internacional, ainda sumariamente dependente de uma estrutura que contempla a atuação das agências, estabelece horizontes de compreensão do espaço de contato e atuação das unidades estatais. Entre as resultantes desse processo histórico, Baldessar (2008), citando Galtung, aponta que

[...] a hegemonia das agências na produção e distribuição de notícias, por um longo período, formou várias gerações de jornalistas que observam o mundo sob a ótica do Centro e isso traz como consequência a Periferia consumir mais notícias sobre o que, aos olhos dela, é a parte mais importante do mundo, ou seja, o Centro de imperialização de determinada nação é mais lido, visto e comentado pela nação imperializada (BALDESSAR, 2008, p. 8-9)

Conquanto que a utilização do conceito de imperializações de nações pareça um pouco deslocado por apresentar uma possível verve funcionalista, o argumento da pesquisadora se mostra pertinente quando analisamos a questão pelo prisma da relação jornalismo-alteridade. A trajetória de constituição, no noticiário internacional, de divisões valorativas do espaço mundial é facilmente perceptível, e a relação centro-periferia é dada a ver a partir de fatores como a ampla cobertura dos acontecimentos que têm vez nos EUA e Europa em detrimento das informações sobre países da Ásia, África e América Latina. Como observa Natali (2004), em geral essas regiões aparecem no noticiário quando do irrompimento de disputas bélicas (internas ou regionais) ou do que podemos definir como o “exótico”, notícias que trazem aquilo que poderá ser considerado comportamento ou fato desviante de uma normalidade.

A questão é que essa “normalidade”, a partir da mídia noticiosa de atuação global, é uma assumpção ocidental. De mesma forma, disputas bélicas não simplesmente “acontecem”. São exemplos da pouca atenção outorgada pelas agências às realidades de nações tomadas como periféricas, o que se reflete no desconhecimento e desconsideração de costumes e crenças, assim como também das dinâmicas sociais, culturais e históricas desses locais. Segundo Marthoz, “o jornalismo internacional é

overwhelmingly favour certain categories of information and event over others, certain sources over others, and certain locations over others”

marcado por uma hierarquia muito precisa. Ela é regida por uma aristocracia que determina em grande parte não apenas o cardápio da atualidade – do que se fala – mas também a maneira como nós falamos sobre ela” (2008, p. 48, tradução minha⁴²). Nesse mesmo sentido, sustentei em outro trabalho que

[...] o jornalismo internacional, em geral, reflete a configuração de uma hierarquia entre os Estados, e os atores internacionais vistos como menos importantes serão mais suscetíveis às generalizações das agências noticiosas das nações hegemônicas, reforçando posições etnocêntricas. Com estas agências sediadas destacadamente em países com alto poderio econômico e político, as notícias utilizadas por empresas do mundo inteiro promoverão o entendimento da existência de Estados fortes ou fracos, culturalmente ricos ou exóticos, exitosos ou fracassados, como algo natural (BOMFIM, 2012, p. 35).

Criticando a mercantilização das informações sobre o ambiente global, Marthoz (2008) atesta que a mesma acaba derivando em uma simplificação da representação do mundo: à medida que este se complexifica, pela mídia ele se torna cada vez mais “privado de sentido”. A fala do teórico deve ser entendida no sentido de que, embora vivamos uma era de impressionantes avanços tecnológicos, seu impacto na atuação do complexo midiático não favoreceu, até o momento, uma mais ampla matriz informativa. Ou seja, afirmam-se as categorias preexistentes de interpretação dos acontecimentos em diversos espaços do planeta.

Essa característica afeta uma das principais – senão a principal – prerrogativa do processo produtivo da notícia no jornalismo internacional: a necessidade de contextualização. Trazer informações sobre os eventos globais ao conhecimento mínimo do público doméstico requer uma grande operação de construção de sentidos, ademais da utilização de significados cristalizados discursivamente quando há esta possibilidade. Vejo a constituição dos contextos relativos aos acontecimentos na produção noticiosa como uma forma de discursivação do movimento de transcendência entre as esferas de realidade apontadas por Berger e Luckmann (1973) e o consequente choque experienciado nesta passagem de uma província de significado a outra, como postula Schutz (2010; *apud* CORREIA, 2004; 2009) a partir do conceito de realidades múltiplas.

⁴² “Le journalisme international est marqué par une hierarchie très précise. Il est régenté par une aristocratie qui détermine em grande partie non seulement le menu de l’actualité –ce dont on parle – mais aussi la manière dont on en parle”.

Junto à instituição de realidades múltiplas, Correia (2009) destaca que o conceito de tipificações é de grande validade para o estudo do processo de instituição da percepção do mundo. Estas são formas de representação social que servem à integração, dentro do conhecimento dos indivíduos, de situações/instituições novas a partir de uma situação prévia supostamente objetiva –são integrados no acervo social do conhecimento, ou “aquilo que todo mundo sabe”. As tipificações são um processo de “abstracções e standardizações, efectuado simultaneamente no discurso existencial autêntico da pessoa e o discurso convencional sedimentado pela sociedade é o reconhecimento de uma situação graças à rotina interiorizada na vida cotidiana e a prescrição de uma receita” (CORREIA, 2009, p. 58). A partir delas, por exemplo, “apreende-se” construtos sociais (como os Estados ou o ambiente internacional) e grupos humanos (“iranianos”, “norte-americanos”, etc). Essa situação incorre na reificação das referidas estruturas, que são incorporadas ao acervo social de conhecimento e transmitidas pela linguagem. Logo, esses núcleos não somente reproduzem, mas ativamente configuram perspectivas de realidade.

Retomando a questão da recontextualização, esta é levada a cabo com a seleção de acontecimentos que são considerados “relevantes” para o público, que depois serão construídos narrativamente por meio do produto notícia. Como o material disponibilizado pelas agências apresenta, de certa forma, uma grande homogeneidade, os enquadramentos sob os quais as notícias são construídas e disponibilizadas são decisivos. Conforme Aguiar (2008), Natali (2004) e Wolf (2008), grande parte do material noticioso das agências pode ser caracterizado como “factual”, pois permite a recontextualização das informações pelos meios jornalísticos a partir das demandas intrínsecas à construção do discurso por cada veículo. Marcadamente, o jornalismo trabalha sob uma noção de que reproduz uma realidade objetiva, e o faz não explicitando seu papel na construção da realidade social.

Não trabalharei aqui de forma a aplicar metodologicamente o conceito de enquadramento, mas o mesmo é de importância para a discussão da produção noticiosa. Como as dinâmicas sociais não são percebidas em si mesmas, sua percepção não pode ser efetivada sem que haja uma atribuição prévia de significado. No âmbito do jornalismo, essa situação deve ser entendida a partir da instituição de enquadramentos simbólicos, processo também conhecido como *framing*. “Estes enquadramentos simbólicos que têm uma expressão discursiva são, porém, apenas uma parte do processo: a objectivação. A relação entre os *media* e a realidade não se esgota na

representação, prolonga-se na apropriação dos significados em numerosos contextos de interação quotidiana” (CORREIA, 2009, p. 53). Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida quotidiana. São elaborados através de uma variedade de “explicações”, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade (HALL et al, 1999, p 227).

Hall (1999) defende que, sem estes “mapas culturais de significado” do mundo social, o trabalho de dar sentido à informação jornalística não poderia ser efetivado. Em acordo, diz Correia (2009) que

[...] um traço que torna os elementos mais noticiáveis é a sua facilidade em serem interpretados dentro de um enquadramento sócio-cultural familiar, em termos de imagens, expectativas e estereótipos consagrados. Assim sendo, a chave de uma verdadeira compreensão do papel dos media é aceitar uma contínua interação entre acontecimentos, significados culturais, contratos de leitura e enquadramentos providos pelo campo noticioso. Mais uma vez se joga aqui a relação entre mundo objectivo, mundo subjectivo e mundo simbólico, o que sob o ponto de vista heurístico e analítico terá muito que ver com sociedade, cognição e discurso (CORREIA, 2009, p. 46).

As diversas estratégias de construção noticiosa constituem o utópico e falacioso objetivo do jornalismo como reflexo da realidade. Se, pensando nas notícias vindas de fontes do exterior, há a necessidade de recontextualização do material, pode-se considerar que há um processo de mediação entre os “mapas culturais de significado” que guiaram a produção de uma instância (por dizer, definida como a agência noticiosa) e a cartografia necessária para sua compreensão pelo polo representado pela imprensa nacional. Essa situação vai do básico – questões linguísticas, que envolvem a tradução idiomática – à compreensão dos contextos que envolvem os acontecimentos – o que exige um grande conhecimento sobre a situação econômica, política, cultural, social, jurídica, etc, dos países envolvidos. No entanto, quando denomino “mediação”, focalizo um processo ativo de instituição de representações, que se adequa às premissas de construção socialmente partilhada da realidade.

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* noticiosos tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de

práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL et al, 1999, p. 226).

Tendo em vista o conceito de enquadramento, faz-se importante, na visão de Correia (2009), a menção à temática que possibilita a instituição dessas delimitações cognitivas: a noção de realidades múltiplas. Baseado em Schutz, o autor comenta que há várias províncias de significado finitas fazendo sentido em si mesmas, o que é correlato ao conceito de esferas de realidade: “A concepção de realidades múltiplas aparece associada aos diferentes modos que pode tomar a relação entre consciência e mundo e os diferentes modos de experiência humana que caracteriza a presença no mundo: isto é, cada província de significado finito possui seu estilo cognitivo próprio” (CORREIA, 2009, p. 66). Configura-se uma referência clara às esferas de realidade comentadas por Berger e Luckmann (1973), que sustentam que aquela que se apresentam como a principal é justamente a da vida cotidiana, que impõe-se sobre as demais, mas que, definitivamente, não as extingue. Finalmente, a própria identidade (o *eu total*) pode ser reificada, tanto a do indivíduo quanto a dos outros. Há então uma identificação total do indivíduo com as tipificações que lhe são socialmente atribuídas. É apreendido como *não sendo nada senão esse tipo*. Esta apreensão pode ser positiva ou negativamente acentuada em termos de valores ou emoções [...]. Ambas as reificações outorgam um *status* ontológico e total a uma tipificação que é produzida pelo homem, e que, mesmo quando interiorizada, objetifica somente um segmento da personalidade (BERGER, LUCKMANN, 1973, p. 126).

3.3.2 Entre o sociocultural e o político, os estereótipos

Ao enforçar as tipificações, faz-se necessário discutir também a partir da figura dos estereótipos. É de extrema relevância comentar que as representações estereotípicas são tema de diversas áreas de estudo e correntes epistemológicas dentro destes mesmos espaços. Passo aqui por alguns âmbitos de conhecimento para uma vista geral do processo de estereotipificação com o intuito de apresentar distintas visões sobre a questão e, principalmente, analisar seu papel de estrutura ambígua de compreensão da realidade.

Os estereótipos são formas de representação social que servem à integração, dentro do conhecimento dos indivíduos, de sujeitos/situações/instituições novas a partir

de uma situação prévia supostamente objetiva – são integrados ao acervo social do conhecimento, ou senso comum do “aquilo que todo mundo sabe”, como dizem Berger e Luckmann. Em um viés cognitivista, Deschamps e Moliner (2009) apontam que os estereótipos são, marcadamente, simplificações, cujo intuito é possibilitar a definição e caracterização de grupos, com a descrição de membros destes de maneira rápida, possibilitando uma economia de esforços cognitivos na percepção do endogrupo (aquele ao qual se faz parte) e do exogrupo (aquele do qual não se faz parte): “[...] os estereótipos não cumprem só uma função cognitiva, mas também uma avaliativa (...) os estereótipos constituem o substrato cognitivo dos preconceitos. Eles estão à base do que se pode chamar de discriminação avaliativa” (DESCHAMPS, MOLINER, 2009, p. 35).

No âmbito dos estudos comunicacionais e jornalísticos sobre os estereótipos, o trabalho de Lippmann (2003), publicado no início dos anos 1920, é considerado pioneiro. Pensando sobre o regime de atuação da imprensa, o teórico concebe que esta produz uma cobertura episódica das questões, descontextualizada e marcada pelo simplismo, numa produção que acontece marcada pela conjunção de preocupações com a validade temporal do acontecimento em relação aos custos para sua publicação. De qualquer forma, investe-se na busca por elementos reconhecíveis ao público, privilegiando também as temáticas mais próximas ao conhecimento deste. Há uma dificuldade inerente à transformação de informações sobre eventos distantes das referências comuns em informação noticiosa, e Lippmann considera que os saberes que os indivíduos podem ter sobre esses acontecimentos só podem ser definidos na arquitetura de um “pseudoambiente”, decorrente dos sentimentos que lhes são despertados. São constituídas representações mentais que cumprem a tarefa de mediar o conhecimento que os indivíduos terão dos fenômenos. Desta maneira, as faculdades de ver e pensar não podem ser neutras, pois correspondem a formas de entender aquilo que se apresenta como real.

Essa situação engendra a instituição dos estereótipos, imagens que expressam sua constituição baseada em valores e crenças. Por mais que atuem de maneira individual, esses elementos são relativos às estruturas socioculturais que são compartilhadas pelas pessoas - primeiramente imaginamos algo para depois poder vê-lo, o olhar é indissociável dos universos simbólicos. Essa situação privilegia o entendimento de novas informações partindo de representações padronizadas, tipos já aceitos em nosso sistema interpretativo. Além desse processo de economia cognitiva, a constituição de estereótipos pode ser entendida como uma forma de defesa em relação

ao mundo exterior, à integração de novidades (fato que, em geral, suscita medos aos seres humanos) ao nosso universo particular, que não é distinguível tão facilmente do universo considerado englobante a todos, diz Lippmann. Por meio da estereotipia, os indivíduos fortalecem seus laços com elementos da tradição, um espaço considerado familiar diante do desconhecido.

Los estereotipos constituyen un imagen ordenada y más o menos coherente del mundo, a la que nuestros hábitos, gustos, capacidades, consuelos y esperanzas se han adaptados por si mismos. Pueden que no formen una imagen compelta, pero son la imagen de un mundo posible al que lo hemos adaptado. En él, las personas y las cosas ocupan un lugar inequívoco y su comportamiento responde a lo que esperamos de ellos. Por otro lado, hace que nos sintamos em casa, porque pertenecemos a él, somos miembros de pleno derecho y en su interior sabemos cómo y por dónde movernos. (LIPPMANN, 2003, p. 93)

Lippmann sustenta que o consumo de notícias evoca características relacionados aos sistemas de instituição dos estereótipos, imbricando percepções sensoriais de estímulos externos em conjunção às ideias preconcebidas que habitam as mentes. Quando são confrontados com situações entendidas como confirmações das imagens estereotípicas, os seres humanos acabam incorrendo no reforço daquela representação. Todavia, se a imagem contradiz o que se esperava, duas situações podem se suceder: apreende-se a questão como uma exceção que confirmaria a regra; ou o sistema de crenças pode ser fortemente atingido, fomentando reavaliações sobre diversos aspectos que compõem sua compreensão da realidade.

Freire Filho et al (2004) observam que, como outras categorias, o processo de estereotipia suscita maneiras de instituir sentidos de estruturação à realidade social. Todavia, a diferença básica é que os estereótipos tentam impor um impedimento sobre “qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração; da justificação e da racionalização de comportamentos hostis” (FREIRE FILHO et al, 2004, p. 3). Por serem práticas significantes, eles não apenas categorizam, mas acabam estipulando julgamentos sobre as visões de mundo, comportamentos, etc, e são normalmente atravessados por tensões sociais e culturais historicamente erigidas. Por meio do conhecimento intuitivo, os estereótipos fomentam a redução da percepção acerca da figura do “outro” a traços facultados a eles, sublimando por completo suas complexificações, história, valores, etc.

Tal situação é analisada por Bhaba (1998), que observa a constituição dos estereótipos em meio ao discurso colonialista, que estabelece formas de conhecer/reconhecer os povos não-ocidentais. Como modo de representação complexo que mescla horizontes de ansiedade e afirmação, o processo de estereotipia, no movimento de “[...] embasar estratégias de individuação e marginalização, produz um efeito de verdade probabilística e previsibilidade que, no caso, deve sempre estar em *excesso* do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente” (1998, p. 106). As representações estereotípicas são necessariamente ambivalentes, o que possibilita sua força no espectro social. Assim, reconhecê-las nessa dimensão de ambiguidade permite com que sejam questionados tanto o determinismo quanto o funcionalismo na relação entre discurso e política. Para o teórico, o mais importante é entender os processos de subjetivação envolvidos na constituição discursiva dos estereótipos.

Os julgamentos realizados – tanto ao nível do senso comum quanto, muitas vezes, nos campos científicos – sobre imagens estereotipadas (ou seja, reificadas) partindo da ideia de uma normatividade política *a priori* servirão não ao seu deslocamento, mas ao seu descarte, pois, conforme Bhabha (1998, p. 106), esse arbitramento “só é possível ao se lidar com sua *eficácia*, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado)”.

A estereotipia encontra-se, como visto, relacionada a interações que envolvem disputas de poder. Para Biroli,

[...] os estereótipos são artefatos morais e ideológicos que têm impacto para a reprodução das relações de poder. Neles, o caráter moral dos valores e julgamentos está atrelado aos dispositivos ideológicos de legitimação de papéis e posições em uma dada ordem social. Os estereótipos correspondem à definição do outro e do contexto em que as relações se travam em termos de expectativas sociais padronizadas que, por sua vez, pressupõem valores (BIROLI, 2011, p. 80).

A pesquisadora, cujo maior foco são os processos de comunicação política, sublinha a importância do jornalismo para a conformação de conhecimentos sobre conjuntos sociais considerados “externos” ao *status quo*. Aqui podemos incluir tanto os grupos políticos marginalizados dentro da organização estatal-nacional, que buscam se afirmar como atores de importância, quanto mesmo pensar sobre a realidade do

ambiente internacional, no qual países e povos com os quais o público tem pouco ou nenhum contato acabam por interagir.

Como aponta Baccega (1998), este tipo de “encontro” pode ser configurado como um estranhamento, e o espaço que aí se origina é preenchido por significados estabilizados pelos indivíduos. Citando a experiência de imigrantes japoneses no Brasil, a pesquisadora comenta que os orientais não conseguiam distinguir diferenças entre os brasileiros, vendo nestes (ou em nós) uma homogeneidade que o senso comum brasileiro (e, porque não, ocidental) costuma projetar nos próprios nipônicos. Quando há poucas referências, a classificação torna-se uma ação complicada. No entanto, o exemplo referido abarca uma relação de comunicação pessoal, no âmbito do encontro pessoal, e um caso específico no qual as dimensões histórica e política tinham pouca influência. A situação é bastante díspar quando tratamos da comunicação midiática, e especificamente do conhecimento sobre o outro construído pelo jornalismo. Se não houver a busca por uma mínima contextualização dos acontecimentos – e, respectivamente, dos envolvidos nestes – a informação noticiosa manterá o patamar de compreensão em um nível muito alto, tornando-a menos atrativa. Os estereótipos jornalísticos engendram formas de se referir ao “outro”, seja em dimensão pessoal, sociocultural ou territorial, em termos de posicionamento numa escala valorativa. A neutralidade, assim como a objetividade, são construções ideológicas, dissimulando julgamentos sobre aqueles que, por uma mentalidade de exclusão, concebo como diferentes. Vale citar novamente Biroli:

É nesse sentido que os estereótipos são peça-chave para que essas narrativas cristalizadas tenham eficácia. As imagens tipificadas dos grupos sociais permitem mobilizar, mais do que referências comuns, julgamentos que, compartilhados, dão sentido aos acontecimentos. Os enquadramentos e os estereótipos que lhes dão sustentação se exprimem por meio de códigos morais relativamente estáveis. Ao colocá-los mais uma vez em circulação, o jornalismo contribui para essa estabilidade (BIROLI, 2011, p. 90).

O excerto é de relevância para estudarmos a constituição de representações na cobertura dos meios noticiosos sobre os acontecimentos relativos às interações do Estado brasileiro. Uma importante parte da discussão acerca do campo jornalístico é realizada sobre a possibilidade ou não de aferição do real, e como considero a notícia como uma forma de construção social da realidade, penso na temática como um espaço de construção social da realidade internacional, ao mesmo tempo que também configura

a compreensão da dimensão nacional neste lócus. Os estereótipos compõem os conteúdos noticiosos de forma latente e manifesta, servindo as relações entre os campos jornalístico e político, em seus interesses aos níveis doméstico e externo. Neste, percebe-se uma complexificação das disputas que deve ser pensada à maneira dos jogos de dois níveis de Putnam (1989), ou seja, como uma constante e dinâmica construção e deslocamento de objetivos.

3.3.3 A dimensão política das notícias sobre Política Externa

As características do jornalismo voltado aos acontecimentos internacionais são relacionadas às formas que as notícias com enfoque sobre o campo político costumam apresentar na cobertura de relações exteriores. Historicamente, com a ascensão do conceito de objetividade e a diminuição do caráter partidário (ou diminuição de sua exposição), a representação da instância jornalística como elemento indispensável à defesa dos valores democráticos e do interesse público acaba se fortalecendo. O avanço tecnológico observado a partir da segunda metade do século XIX contribui para o desenvolvimento maciço dos meios de comunicação, assim como da proliferação dos periódicos em grande parte do mundo, especialmente na Europa e nos EUA. Neste último, a relação entre o jornalismo e os valores liberais é aprofundada à medida que a profissão de jornalista ganha projeção e especificidade. O caráter capitalista da imprensa, que sempre existiu, vai sendo remodelado ao transcurso do desenvolvimento econômico experimentado pela sociedade norte-americana.

O cenário exposto é importante para entender as relações entre o campo jornalístico e o campo político. Embora use o caso dos EUA como ilustração, a expansão do jornalismo como fiador das dinâmicas políticas foi se consolidando pelo globo, mesmo que em cada país essas relações tenham sido estabelecidas de maneiras distintas. De acordo com Traquina (2005), de forma geral o jornalismo se encontra no espaço entre dois polos, o econômico e o ideológico. O primeiro representa o caráter de empreendimento mercadológico constituinte dos *media* noticiosos, sua existência como empresa que visa lucratividade. No polo ideológico, concernem-se tanto a ética de atuação dos jornalistas quanto a importância da existência da instância jornalística nas sociedades democráticas contemporâneas. As tensões entre objetivos econômicos e ideológicos comumente incorrem em paradoxos que a instância jornalística não consegue resolver, e que podem afetá-la naquilo que, como aponta Berger (2003), é o

capital específico de seu campo, o “insumo” disputado pelos participantes do espaço: a credibilidade, a confiabilidade social para determinar o que “aconteceu”, e de que forma isso, “de fato” ocorreu.

No caso das questões que envolvem as relações e espaços políticos, essa situação de entrelaçamento com os *media* noticiosos implica uma série de elementos a serem observados. Enquanto o campo jornalístico é definido pela disputa do capital da credibilidade, no caso do campo político, os agentes se digladiam em busca do poder. O poder, essa capacidade de comandar, exigir, guiar, inculcar, possuir ação de potência, de impor própria volição. É abstrato, é estratégia, é sempre relacional, mas sua existência em qualquer coletividade humana é objetiva e subjetiva: objetiva por causar consequências, por existir socialmente como fato; subjetiva por atuar nas consciências, de maneira a cumprir os objetivos de quem o exerce com a anuência inconsciente de quem é exercido. O capital da política, assim como o capital do jornalismo, são exemplos do poder simbólico aludido por Bourdieu. Vejo *poder e credibilidade* se encontrando na constituição institucional da realidade contemporânea, estabelecendo uma relação de forte influência mútua, mas longe de ser necessariamente harmônica. Agentes e estruturas políticas e jornalísticas se entrelaçaram de tal forma que, na atualidade, é extremamente difícil pensar na existência da estrutura política sem uma imprensa noticiando acontecimentos que envolvem ações dos representantes da população. De mesma forma, as decisões da instituição de poder que ostenta primazia social, o Estado, tanto são tema como podem afetar a constituição e a atuação da instância jornalística.

De uma forma ampla, a esfera midiática, que engloba a instância jornalística, possibilitou a expansão dos projetos políticos em caráter nacional, aumentando a presença simbólica do Estado. Para Breton e Proulx (2002), o “casamento contemporâneo, às vezes desnaturado” entre os meios de comunicação e o campo político no século XX se deve, especialmente, à confluência de três fatores: a evolução democrática de grande parte das sociedades, mesmo que o conceito de democracia seja aplicado de maneiras diferentes, significa que cidadãos votantes terão que ser alcançados pela argumentação de grupos políticos; a mobilização “das massas” para conflitos de verve nacional, como as duas Guerras Mundiais, amparando-se na difusão de informações sobre ameaças à “mãe-pátria” e de incentivo aos “filhos da nação” que combateriam o mal vindo do estrangeiro; e, por fim, a junção das estratégias de argumentação política ao avanço tecnológico dos meios de comunicação. Nessa

concepção, imbrica-se o jornalismo à política pela afirmação do papel desempenhado pela conjunção dos dois campos na afirmação do Estado-nação como locus interpretativo da realidade. Sua existência política amparada por processos midiáticos aglutina os sentidos da vivência em comum, servindo como guia cognitivo, social e histórico para a localização da experiência humana.

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p. 163).

Apesar da enorme interconexão entre as esferas midiática (e, neste foco, jornalística) e política, com a mídia ocupando um papel central na conformação do sistema político contemporâneo, este não perdeu seu caráter próprio, observa Miguel (2002). Desta forma, pode-se pensar na concepção utilitarista que as estruturas e atores políticos facultam aos processos midiáticos. Seja pela intenção de permitir maior conhecimento e possibilidades e até mesmo deliberação social, seja para persuadir e influenciar, o campo político enxerga no campo jornalístico uma forma de tentar alcançar ou exercer poder, seja em interesse privado ou coletivo. Por outro lado, segundo o autor, a maior influência do campo midiático sobre o campo político é localizável na possibilidade de produção de capital político a partir dos efeitos da visibilidade (o acesso à cena pública). Em concordância, mas desmembrando as consequências da publicização social, para Charaudeau (2006) os integrantes do sistema político procuram o campo midiático para suprir três necessidades principais: visibilidade, construção de imagem e legibilidade de seu plano político.

Aqui é operada uma significativa cisão entre esfera midiática e jornalismo que envolve a noção de visibilidade. Primeiramente, abordo o conceito. De acordo com Weber (1999, p. 82), “as relações entre as mídias, política e sociedade estão na esfera da complementaridade, sendo que a política detém o poder de determinar a vida dos sujeitos e da sociedade e faz isto atuando no limite das paixões e de sua potencialidade subversiva”. Nesta lógica, os agentes políticos precisam estar em cena (visíveis ao

público) para poderem existir. “A política em cena é justamente a política que chega ao público, objeto das práticas que chamamos de política midiática” (GOMES, 2004, p. 115). A procura por visibilidade pelos integrantes da esfera política é decisiva para sua sobrevivência na estrutura de poder da sociedade. Para definir visibilidade, Weber diz que esta se relaciona à “formação de imagens e de representações do domínio visual objetivo e do 'domínio imaterial' das representações mentais” (2006, p. 126). Na necessidade midiática de “existir” – participar da esfera de visibilidade pública midiática, construída a partir dos meios de comunicação –, as ações políticas devem ser tornadas públicas, agindo sobre a compreensão que os indivíduos têm da realidade. Gomes (2008) diz que a esfera de visibilidade disponibiliza ao público uma espécie de “quadro do mundo” a partir de materiais informativos, culturais, artísticos, publicitários e de entretenimento. É criado um complexo de mensagens, dependente da instância de recepção para fazer sentido:

Mensagens não são fatos naturais e indiferentes às condições de recepção, ou seja, elas existem apenas à medida que recebem a colaboração interpretativa de sujeitos empíricos (leitores, audiência, espectadores), à medida que são executadas, no sentido musical do termo, por intérpretes reais. Mensagens existem apenas para intérpretes de mensagens e apenas à medida que eles são capazes de realizar uma operação de compreensão: recepção é interpretação (GOMES, 2008, p. 145-146).

O autor sustenta que o intérprete consegue decodificar as mensagens porque, neste processo, aciona “molduras e horizontes” de recepção que já possui, constituindo uma reprodução de conhecimento. Esses elementos são relativos à sua cultura, sistema simbólico estruturante e estruturado (BOURDIEU, 1989; THOMPSON, 2009). A busca por visibilidade se dá pela construção de uma imagem pública, sendo tentada a produção de uma imagem positiva em relação ao grupo social. A imagem pública é uma forma de configuração do capital simbólico de um agente ou organização política, e a instância emissora não consegue produzir essa forma de representação: esta é um processo no qual a imagem irá erigir na “outra ponta”, a instância receptora. As ações de instituições e sujeitos públicos (como informação, propaganda e eventos) intencionalmente buscam a repercussão a partir da interação com as instâncias midiáticas. Na combinação, a mídia é fundamental como mediadora, mas a exemplo da instância emissora, também não consegue impor ao público uma imagem preestabelecida. O processo de negociação social é contínuo.

Para Gomes (2004), o processo de construção da imagem pública – para ele, sinônimo de reputação – depende de uma “política de imagem”, engendrando três etapas: a) criação de estímulos para o aparecimento na esfera de visibilidade pública; b) a ação torna-se acontecimento jornalístico; c) resultado da dinâmica entre a imagem pretendida e a imagem resultante do processo de mediação. Ou seja, não se constitui como mera publicização da organização, mas como abordagem em diversas frentes do processo comunicacional. O investimento na criação é complexo, não funcionando de forma linear: são estabelecidas dinâmicas entre as imagens desejadas pela instituição e as imagens percebidas pelo público (aferidas por meio de pesquisas de opinião), e o resultado desta interação será a imagem pública. A procura por uma identidade comporta a criação de representações sobre como se quer ser reconhecido e diferenciado de outros: é necessário atrair o olhar do público e seduzi-lo, para que este construa, a partir de seus subsídios simbólicos, uma imagem mais próxima o possível da idealizada pela instituição. A participação da mídia no processo é incontornável, e a tentativa de instauração de uma reputação favorável é dependente de intrincadas operações que envolvem os discursos informativos e persuasivos. “A imagem formada sobre as ações políticas é resultado do repasse e circulação permanentes de opiniões e informações, passíveis de julgamentos e expectativas” (WEBER, 1999, p. 73). A metáfora da busca por corações e mentes⁴³, utilizada pelo presidente norte-americano Lyndon Johnson nos anos 1960 no contexto da Guerra do Vietnã (1955-1975), ajuda a entender a dinâmica: é conquistando a emoção e a razão dos indivíduos que o poder será exercido. Sendo identificado como legítimo a partir de julgamentos que não enxergam sua arbitrariedade, ele alcança seu potencial. O “mostrar” é tão necessário para exercer o poder quanto o “esconder”, indicando a relação entre visibilidade e opacidade.

A partir do complexo universo midiático são veiculadas mensagens que terão impacto na constituição do conhecimento das instituições pelos indivíduos, e quanto mais próximas aos valores das próprias empresas de comunicação, mais estas apresentarão cumplicidade neste relacionamento. Ao contrário, quanto mais distantes dos interesses destas empresas, maior o questionamento por parte destas às ideologias representadas pela organização. Na dinâmica entre o espaço de visibilidade controlada (a propaganda) e o espaço de visibilidade conquistada (as notícias), a publicização das ações políticas “será expressa por estratégias e mecanismos constitutivos da imagem

⁴³ A citação, no original: “*the ultimate victory will depend on the hearts and minds of the people who actually live out there*”.

pública e pelas significações culturais e sociais. A mediação pelos signos possibilita e sustenta a relação social, pois é o processo de representação que permite a comunicação entre as pessoas” (WEBER, 2006, p. 131).

Weber e Gomes trabalham, aqui, no contexto das formas de composição da imagem pública das instituições políticas, mas expor esse processo de produção me parece essencial para o entendimento das relações entre jornalismo e sistema político. No que tange à visibilidade/publicização, o quadro geral da mídia tem suas funções e efeitos afunilados quando a atenção é voltada aos *media* noticiosos. A visibilidade conquistada que o jornalismo fornece não assegura a forma pela qual os temas serão noticiados – ou seja, pelo lado da política ela é conquistada, mas é uma obtenção muito mais relacionada a ser visível do que à forma pela qual será publicizada. Tal situação decorre da utilização de enquadramentos específicos por cada veículo para a conformação noticiosa da realidade, como observado anteriormente. Além disso, deve-se destacar a dificuldade de acesso à cena midiática por parte dos agentes políticos, visto que este não é um ambiente democrático. O espaço é, certamente, menor para os representantes do campo político que questionam a estruturação da realidade cotidiana cara às instâncias jornalísticas. De forma sintomática, o poder só é acessível à sociedade pela visibilidade.

As matérias políticas são transformadas em conteúdo noticioso pelo sistema jornalístico de forma a preencher as demandas deste. Assim, abusa-se de construções textuais que remetem ao drama, ao embate de forças, ao “bem” contra o “mal” (ou, em muitos casos observados no noticiário internacional, “mau”). Os integrantes do campo político têm conhecimento dessas predileções, e diversos fatores, num espectro que engloba do anúncio de medidas pelo governo à formulação de frases em ambiente informal por indivíduos com cargos públicos, são meticulosamente produzidos para serem transformados em manchetes favoráveis ou comentários positivos. Obviamente, este processo cenográfico não possui a capacidade de determinar diretamente as formas pelas quais os veículos enfocarão as temáticas em questão – ou *não devem* possuir tal força, caso contrário estaríamos tratando de outra coisa que não uma produção jornalística. Investigando a conceitualização do jornalismo institucional em relação ao jornalismo “tradicional”, Weber e Coelho (2011) ponderam que o espaço de visibilidade que as informações jornalísticas ocupam é, idealmente, uma dimensão que existe para a interlocução entre os estratos sociais, objetivando uma melhor ordenação das prerrogativas políticas acerca da coletividade. Nesse sentido, as questões éticas relativas

à atuação profissional e institucional dos *media* noticiosos no trato dos assuntos públicos são aspectos dos quais estes não podem abrir mão.

O caráter mediador está na prerrogativa da publicidade, valorada não em si mesma, mas no valor da informação. Há, portanto, um dever ser, um dever informar. O tornar público é fonte de poder; selecionar o que será visível, reconhecível implica considerar não apenas critérios, como os esboçados pelos autores, como também uma questão ética, do *dever ser*. Esta dimensão pública é, portanto, essencial ao jornalismo. (WEBER, COELHO, 2011, p. 61)

Mas, obviamente, há várias formas “contar a realidade”, mesmo que ideia desta como uma dimensão ontológica seja sempre reforçada, objetiva e subjetivamente. Como afirma Franciscato (2005, p. 167), os “formatos jornalísticos são resultantes de modelos históricos de desenvolvimento da cultura, da economia, da política e da tecnologia”, o que imputa ao jornalismo uma existência moldada pela conjuntura espaço-temporal da qual faz parte e, dialeticamente, também reproduz.

No caso dos processos produção noticiosa, essa situação é exemplar. As notícias, “estórias” que relatam acontecimentos a partir de “rituais estratégicos” que visam garantir a fiabilidade das informações, para mobilizar a clássica definição de Tuchman (1993), refletem um complexo desenvolvimento histórico das estruturas socioculturais de interpretação, no qual se inter cruzam sociabilidades, interesses econômicos-financeiros e político-ideológicos. A procura pela objetividade deriva em procedimentos que “neutralizariam” os pontos de vista, as doutrinas políticas, as visões de mundo. Ao mesmo tempo, o polo econômico ao qual Traquina se refere pressiona a composição de um produto atraente, mercadológico – o que significa tanto seu êxito como item adquirido pelos indivíduos quanto a capitalização monetária via publicação de publicidade. Note-se que a veiculação de material publicitário é demandada tanto por empresas privadas quanto por instituições públicas.

Esses fatores são constituintes do jornalismo. A temática política, por exemplo, é vetor de formas textuais e juízos específicos. Para Charaudeau (2006; 2007), o jornalismo, costumeiramente, apresenta encadeamentos falhos com a pretensão de parecerem acurados, essencializam personagens, acusam indivíduos imputando-lhes intencionalidade, entre outras formas de ação, buscando a chama da polêmica. Em alguns desses casos, a instância jornalística se aproxima fortemente da relativização do seu capital de credibilidade. O escândalo político midiático é analisado de forma

bastante interessante por Thompson (2002), que observa que o poder simbólico de envolvidos em episódios deste matiz é atingido, o que pode propiciar a perda de capital simbólico, causando danos à sua reputação e, conseqüentemente, à imagem pública que almejam projetar.

Um dos maiores problemas da abordagem jornalística “tradicional” do campo político parece ser a própria despolitização dos temas. Se o âmbito é marcado por embates entre distintas visões de mundo, ideologias, perspectivas mais ou menos democráticas da sociedade, etc, a representação de disputas unidimensionais entre personagens (por vezes tomados folcloricamente) nubla aspectos fundamentais para a compreensão das estruturas e da agência política na sociedade. Pode-se facultar expressiva fração de responsabilidade dessa situação às características cartesianas do jornalismo, que efetiva discursos que buscam anular visões alternativas e se afirmar como “revelador da única realidade”, ao menos em sua vertente mais arraigada no Brasil. Essa postura marginaliza posições contrárias, em diversas áreas, ao consenso que o jornalismo busca constituir. Assim, propostas que buscam maior participação popular são noticiadas como populistas, medidas econômicas voltadas às populações de baixa renda são tomadas como “gastos sociais” e mesmo visões acadêmicas alternativas sobre personagens e episódios históricos já cristalizados são muitas vezes apresentadas de forma polêmica pela imprensa, como se fossem ataques aos heróis e cultura nacional ou regional.

Charaudeau (2007) condena o que ele define como a “predominância do afetivo sobre o ideológico”, a concepção da política de maneira desideologizada, a-histórica, como um processo dependente da boa vontade pessoal. A representação de uma “palmatória do mundo”, criticando sistematicamente o campo político, incorre, na visão do teórico, na negação social dos processos e efeitos da política. Esse elemento é percebido por Thompson (2002) como o declínio de uma política ideológica e a ascensão de um fazer político baseado na *confiança*, um atributo pessoalizado. Voltando-se à análise do caráter narrativo das notícias, para Motta (2007), a cobertura jornalística costuma fazer uso de enquadramentos dramáticos e lúdicos (aqui, representados pela ideia de jogo, disputa). Argumentando a partir do conceito de enquadramento, o autor sustenta que a cobertura da imprensa vai explorar, por meio da dramaticidade, uma concepção antitética da interação entre os agentes políticos, investindo na promoção do antagonismo como ponto nevrálgico da política contemporânea.

Desta maneira, conforme Motta, a instância jornalística busca aproximar do público as temáticas apresentadas ao relacionar ao imaginário social. A utilização de metáforas relativas aos jogos seria uma estratégia de aproximação dos enquadramentos das notícias a algumas das formas de interação tradicionais das culturas humanas.

Os jornalistas nos apresentam a realidade política como um campo em conflito, um mundo bipolar de hostilidades sucessivas. Isso interessa ao jornalismo, que depende da audiência, que precisa seduzir, capturar a atenção. Por isso instiga o conflito, traz as personagens políticas para a arena, convoca-as em acusações e respostas sucessivas. Se há oposições latentes na política, o jornalismo as promove, se não as há, ele as incita. Alimenta o confronto em sucessivas afirmações e desmentidos das fontes, promove hostilidades, exacerba os conflitos. Precisa do dramático porque ele atrai e enquadra: põe o contraditório, os protagonistas e seus antagonistas, os heróis e vilões em cena (MOTTA, 2007, p. 10).

Não me detenho aqui na análise das características narrativas da produção noticiosa (um universo de possibilidades), mas noto que este atributo ocasiona efeitos importantes. Ao enredar o público em tramas e intrigas, por vezes expostas de maneira maniqueísta, abusa-se de formas de captação da atenção dos indivíduos a partir de elementos que apontam para o imaginário, para a utilização de estereótipos historicamente constituídos e reconhecíveis, para validação de discursos socialmente aceitos. Os textos compõem personagens, sequências de eventos, condensação ou fragmentação de temporalidades, almejando a criação de um clímax – o que, tendo mira a instância de recepção, muitas vezes é uma tentativa de suscitar efeitos catárticos. A predileção da imprensa por publicar informações pelo viés de escândalo representa bem essa situação.

A questão aqui é que a instância jornalística se debruça sobre a ideologia da objetividade e se justifica socialmente como possuidora do papel de dizer o que tem vez no universo de nossa vivência pública. Ao menos nas sociedades ocidentais (ou quase ocidentais, como Lafer vê o Brasil), o valor da informação noticiosa depende da crença no que ela traz como relevante à coletividade saber, em seu papel de cão-de-guarda da democracia e instituição que zela pelo bem da sociedade ao expor seus “podres poderes”. Gomes (2011, p. 15) observa que o o jornalismo possui uma orientação oracular: os indivíduos vão ao oráculo fazer questionamentos sobre o mundo, e este lhes apresenta respostas cujo caráter é descritivo e também prescritivo. “Frequentemente, o discurso de autolegitimação do jornalismo toma seus relatos como se fossem a

revelação das coisas e não simplesmente uma narrativa”. O que permite ao autor expressar, com sua ironia característica, um dos problemas dessa situação. “Ora, revelações não se discutem, apenas precisamos nos dar contas delas e até agradecer ao anjo, oráculo ou sibila que nos julgou dignos da graça de as receber”. Na concepção de Gomes, subsiste uma *sacralização* da atuação do jornalismo (como instituição e atividade profissional) que parte de si mesmo, o que mobiliza os rituais estratégicos aludidos por Tuchman, mas também se estrutura pela própria exposição das tarefas, como o repórter como “testemunha ocular” (pensando, no caso das coberturas internacionais, nas figuras dos enviados especiais e correspondentes internacionais) ou os analistas que comentam as informações veiculadas pela empresa, ocupando uma posição de explicação tácita da realidade.

O lócus “oracular” que os *media* noticiosos buscam sustentar na contemporaneidade apresenta uma relação íntima com a ideia de constituição de uma esfera pública. O conceito de esfera pública, cunhado por Habermas a partir da obra *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada originalmente no início dos anos 1960, foi reformulado pelo autor nos anos 1990, com a publicação de *Direito e democracia* e a incorporação de ideias como a teoria da ação comunicativa. Numa caracterização geral, a esfera pública é o espaço de publicidade social, o entremeio das discussões públicas de assuntos de interesse geral, um âmbito entre a esfera privada e o Estado. Sua ascensão se dava, no modelo desenvolvido em *Mudança estrutural*, a partir do estabelecimento de um espaço de debate de idéias arquitetado pela emergente classe burguesa, detentora de poder econômico, mas carente de faculdade política no início da Era Moderna. Sem contar com privilégios de nascimento, a burguesia via como essencial a modificação das estruturas de poder, e a esfera pública surge como a possibilidade de defesa diante da arbitrariedade de poderes instituídos a partir de uma atemporalidade. Dentro do gradativo processo de secularização das sociedades européias, questões como a racionalidade e a discursividade se apresentam como definidoras de posições socialmente válidas, pois estariam baseadas em argumentos postos à prova entre os interessados – uma argumentação pública. Efetiva-se a exposição de determinadas posições para apreciação geral, pública, e a força dos melhores argumentos seria a chancela para a definição da melhor decisão, pois esta é fruto de esclarecimentos mútuos. É marcante na concepção de esfera pública a figura metafórica da ágora dos tempos da Grécia antiga.

Na ideia de Habermas, todavia, tal espaço-processo foi definitivamente corroído. As mudanças pelas quais teria passado o Estado nacional foram duro golpe na constituição da esfera pública. Numa vista rápida: a diluição das fronteiras entre Estado e sociedade, a manutenção de critérios baseados em propriedade como forma de garantir a acessibilidade à esfera pública e a modificação do *status* familiar dentro desta nova configuração, com esta passando a ser ordenada por políticas sociais que desprivatizam sua existência, sendo substituída pela noção de garantias sociais individuais. Os meios de comunicação de massa tornam-se a imagem dessa transformação da esfera pública – meios de propriedade privada, utilizada para a exposição de interesses privados, com a intenção de exposição para adesão, não de deliberação a partir de pressupostos como razoabilidade para uma decisão esclarecida dos debatedores. Chega-se, assim, à acepção de esfera pública midiática. Habermas expõe sua crença no desenvolvimento de uma razão que se oponha à razão instrumental, sendo fiada na interação, na possibilidade de comunicação entre os indivíduos, na deliberação. A racionalidade terá espaço a partir de uma organização intersubjetiva da fala. O que é considerado “razoável” consensualmente seria fruto do dialogismo da comunicação, e a razoabilidade se destacaria a partir do consenso. Somente com a efetivação das possibilidades comunicativas é que se poderia chegar às interações necessárias para a constituição da probabilidade de decisões legítimas⁴⁴.

A ideia de esfera pública é relacionada a uma concepção de espaço público, onde grassam temas relevantes ao conhecimento da coletividade. Nesta dimensão, as questões que mobilizam os personagens e instituições políticas seriam “dadas a ver” pela atuação jornalística, segundo é sustentado pela própria em seu discurso de legitimação de existência social, serviriam à deliberação e fortalecimento da sociedade civil. Se perfeito assim fosse, incorrer-se-ia na possibilidade de discussão e constituição de consensos a partir que brotassem organicamente da sociedade – ou seja, na formação de uma opinião pública. Mas esse consensualidade geral sobre as questões é irreal e

⁴⁴ Tais possibilidades comunicativas se darão, na estrutura defendida em *Direito e Democracia*, no âmbito de constituição das democracias deliberativas, a partir da opinião pública e da vontade comum. Estas, “que formam a comunidade política e se materializam como opinião pública e como decisão política legislativa, devem ser (...) produzidas mediante a participação de todos os cidadãos que assim o desejem, em situação de igualdade de oportunidades” (GOMES, 2008, p. 72). Interessa notar que a utilização do primeiro termo, *democracia*, ganha um reforço considerável pela adjetivação *deliberativa* – o que dá a entender que nem toda democracia permite uma real deliberação. Não obstante, é fato que a busca pela concordância por meio da interação discursiva não leva, necessariamente, a um final onde a conformidade entre as partes seja absoluta. Sem querer adentrar nas controvérsias em relação à conceitualização de Habermas, utilizo o conceito como referência à constituição e entrelaçamento dos espaços de visibilidade midiática e política.

artificial. Conquanto temas de importância para a coletividade representada pela dimensão estatal-nacional são obviamente uma realidade, considerar que estes sejam apreensíveis de mesma forma por todos os grupos e indivíduos que compõem o público doméstico e, especialmente, que sejam objeto de uma formulação unitária de vontade a partir da imprensa beira a ingenuidade. Mesmo assim, é um artifício rotineiramente usado pelo discurso jornalístico, pois arquiteta subliminarmente a composição de paradigmas da atividade relacionando-os à liberdade de expressão, defesa da democracia e resistência aos poderes opressores.

A origem da construção desse papel do jornalismo é localizada na emergência da classe burguesa europeia em seu processo histórico de luta pela dissolução dos poderes aristocráticos, no contexto iluminista. Ela abriga as concepções liberais da burguesia em sentido político e econômico, instituindo a opinião pública como uma forma de vigilância das relações Estado-sociedade. Interessante que, de acordo com Sá (2012), o uso original do termo, creditado a Rousseau às vésperas da Revolução Francesa de 1789, poderia ser quase confundido com o de vontade geral, contrapondo-se às concepções de uma primazia dos iluminados pela “razão esclarecida” em relação à população, em uma argumentação fortemente pluralista e democrática. Mas, de certa forma, a concepção liberal, voltada ao individualismo e à importância da defesa da propriedade privada, acaba por se estabelecer como mais amplamente aceita. A liberdade com condições de igualdade social é superada pela liberdade com preocupações de segurança em relação ao individual.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e concomitante fortalecimento do jornalismo como condição *sine qua non* para a existência de um sistema democrático ajudam no deslocamento da ideia de opinião pública. Embora o termo seja utilizado também em outros sentidos, como no entendimento da população sobre ações e decisões do sistema político que pode ser percebido pelos resultados eleitorais diretos ou mesmo como sinônimo de senso comum, enfoco aqui a instituição da forma quase simbiótica da opinião pública como opinião publicada sobre fatos que afetam a coletividade.

Bourdieu (1997) afirma a inexistência do conceito a partir de sua formulação como expressão da vontade coletiva aferível. A utilização de métodos para apreender a opinião pública é relacionada à constituição da própria, tornando-se esta uma escalada pela busca de consensos a serem publicados. Estes são estruturados de forma a dissimular os interesses políticos específicos que sustentam. É estabelecida uma tática de persuasão por meio de um discurso que se coloca como tradutor da realidade,

aplicando-se amplamente o uso do capital simbólico da credibilidade. Certamente a posição *oracular* do jornalismo subsidia – ou tenta subsidiar – posições a serem vistas pelo público como suas, como expressão da vontade soberana do povo. Não à toa, a citação *Vox populi, vox Dei* atravessa séculos como paradigma informal sobre o comportamento dos indivíduos: acreditar que uma opinião é de todos (ou da maioria) fornece a esta uma força social considerável.

Retomando o trabalho de Lippmann (2003), este postula uma visão pessimista das possibilidades democráticas, e sua visão sobre a opinião pública expõe uma verve elitista. Com a impossibilidade de que um tema seja compreendido por todos os componentes de uma sociedade de maneira ampla e aprofundada e que estes tenham um juízo de valor sobre a questão, o grande público estaria sempre suscetível às manipulações dos meios de comunicação. A abordagem de viés funcionalista do teórico viu no desdobramento de outras perspectivas de investigação, como a do *agenda setting* e da espiral do silêncio, sua quase completa superação. Contudo, o descarte geral das ideias de Lippmann mostraria ser um equívoco. Como destaca Traquina (1993) suas reflexões sobre a constituição das “imagens mentais” e de um pseudoambiente pela mídia são de grande valor para a compreensão das relações entre agendamento e conhecimento no jornalismo.

A hipótese da *agenda setting* foi desenvolvida por Cohen no início dos anos 1960, indicando que embora os meios de comunicação não pudessem programar as pessoas sobre como pensarem, eram bastante eficazes em dizer sobre o que pensar. Os estudos de McCombs e Shaw nos anos 1970, voltados ao âmbito das decisões eleitorais em relação aos elementos midiáticos, indiciam a complexificação da noção de agendamento. Embora as pesquisas relacionassem agenda pública e agenda dos meios de comunicação, até o momento não se efetivava uma diferenciação entre âmbito midiático e *medias* noticiosos, mas em trabalho produzido em 1974, Molotch e Lester (1993) enfocam a questão do agendamento no jornalismo⁴⁵.

A constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como tema de discussão à coletividade. Dessa maneira, percebe-se que há distintas “necessidades de

⁴⁵ Apresentando um quadro teórico a partir do qual o processo de produção das notícias torna-se mais claro, os autores identificam a organização da atividade jornalística a partir de uma relação entre três instâncias: a) Promotores de notícias (*news promoters*); b) Jornalistas (*news assemblers*); c) Consumidores de notícias (*news consumers*). Aquilo que se tornaria acontecimentos é “coletado” primordialmente na interação entre as duas primeiras instâncias – atendendo a diferentes necessidades dentro deste intercâmbio – para serem construídos como notícia na segunda e disponibilizados à terceira.

acontecimento” em cada campo, e uma negociação constante entre as instâncias política e jornalística para definir o que será publicizado, e de que maneira será enquadrado por esta última. Inspirado na definição de Rogers, Dearing e Bregman (1993), Traquina (2000) desenvolve um interessante esquema para compreender as interações entre os campos político e jornalístico. Enquanto a agenda das agendas políticas, influencia na composição da agenda jornalística, as maneiras pelas quais essas relações são estabelecidas indicam a efetivação de diversos interesses. Ao mesmo tempo, fatores como o *ethos* e o *habitus* da profissão incidem, liminar e subliminarmente, na atuação dos jornalistas, e constituição de critérios de noticiabilidade e valor-notícia engendram parte considerável dessas escolhas. Assim, os promotores de notícias do campo político tentam ajustar, da maneira mais adequada possível, suas demandas às necessidades jornalísticas. A partir da percepção da luta política contendo uma disputa simbólica em torno da construção dos acontecimentos e questões (o que envolve a escolha dos fatos e o enquadramento destes em sua construção noticiosa), Traquina defende que o conceito de agendamento “foi virado do avesso”. Citando McCombs e Shaw, afirma que os estudos referenciam uma influência dos *media* noticiosos não apenas sobre o que pensar, mas como pensar e, conseqüentemente, o que pensar.

Como indiquei anteriormente, o pesquisador aponta que, em relação às temáticas, o efeito do agendamento seria relativo à natureza dos mesmos, observando-se as categorias de questões envolventes e as não-envolventes ou de limiar elevado. Na primeira categoria, localizam-se as matérias cotidianas, relativas à experiência direta – pensando nos temas políticos, decisões sobre a área econômica que afetarão o rendimento dos indivíduos, como um aumento de determinado imposto, por exemplo. No segundo caso, a experiência direta é mais difícil, senão impossível. Este é o caso das notícias que tratam do ambiente internacional, como as decisões que envolvem as relações exteriores. A influência do noticiário será amplamente mais destacada neste caso – visto que, por serem concebidos assuntos distantes da realidade cotidiana, os *media* noticiosos se apresentam como professores, como a instância que leva aquela questão distante à existência dos indivíduos – alimentando o pseudoambiente da experiência midiática.

No caso em investigação neste trabalho, a composição das notícias sobre os contatos externos do Estado brasileiro apresenta o que Gomes (2011) define como a formulação de uma “política de opinião”, a tentativa de criar um consenso a ser

compartilhado sobre determinado núcleo de questões. Esse empreendimento vai ser estruturado pela articulação de três momentos: a construção da opinião; o acerto entre a opinião que atende aos interesses de determinado público e aquela que será publicada; e as formas de manutenção da identificação da opinião produzida à que é tomada como oriunda de deliberação pública. A política de opinião vai ser trabalhada no sentido de sensibilizar e agradar seu público-foco, expondo uma definida intencionalidade. Assim, “[...] primeiro se procura identificar sobre uma matéria específica a opinião que o público aprovaria; depois então se produz uma opinião em conformidade com essa opinião ideal. Com isso, dispensa-se a disputa argumentativa e os desperdícios de se produzir uma opinião com poucas chances de sucesso” (GOMES, 2011, p. 108). Tenta-se a aderência a valores que moldam pontos de vista constitutivos do material noticioso. Existe, de forma bem clara, a observância de produção para um público imaginado, e a escolha dos referenciais que mais farão sentido e mobilizarão significados a essa parcela da sociedade. Retomarei esta questão na parte relativa à análise do material noticioso publicado pelo portal Veja, a partir de Charaudeau (2006; 2007).

Parece-me ser bastante válido analisar a confluência de forças e os tensionamentos entre os campos jornalístico e político na composição das notícias sobre as relações exteriores. Quais tipos de interesses se digladiam? Como se conformam os consensos? Quais as interpretações permitidas e as interditas? Alguns elementos podem ser indiciados. A concentração midiática, em acordo à internacionalização das empresas, reforça as relações capitalistas como estruturantes do espaço mundial. Na visão de Miguel (2002), a separação, sob a ordem capitalista, dos campos político e econômico serve ao escamoteamento da natureza política das decisões econômicas, que impactam de forma decisiva a vida em sociedade. Assim, tanto a definição dos planos econômicos em nível nacional quanto a defesa de lógicas que sustentam a existência da dimensão financeira global, à guisa das consequências sociais, efetivam a reprodução do sistema capitalista. De mesma forma, as reivindicações de grupos não ligados às estruturas de dominação são marginalizadas.

Se a luta política é uma luta de “classificações”, em que os agentes buscam impor os princípios de “visão e divisão” do mundo social, como diz Bourdieu, então a primeira divisão é aquela que separa um espaço para a própria política. Contribuindo para manter os “profanos” à parte, esta divisão cumpre um papel estabilizador, isto é, conservador; e propicia sobretudo a proteção daqueles que detêm o capital político contra

a concorrência de outros agentes, externos. Mas o que interessa no momento é observar que os meios de comunicação não desafiam o recorte dominante do que é política; pelo contrário, tendem a uma adaptação imediata a ele, como num reconhecimento tácito de que a tarefa de definir o campo político pertence a seus próprios integrantes. (MIGUEL, 2002, p. 174)

As temáticas que envolvem o ambiente internacional – como já destacado, uma dimensão definida politicamente – parecem, neste encadeamento, reforçar a concepção de formas estamentais de compreensão do mundo. A necessidade de pormenorizar a análise me leva a definir, como objeto de pesquisa, o portal Veja, tendo em vista que este *media* noticioso apresenta um interessante banco de dados sobre as coberturas acerca das relações exteriores do Brasil durante a administração de Lula (2003-2010). Nesse sentido, me interesso pelas notícias que enfocam os contatos no eixo Sul-Sul, movimento que se constituiu como um dos pilares da inserção internacional do país, como debatido no capítulo anterior.

Passo, então, à uma análise do espaço constituído pelo portal Veja. Nesse trajeto, discuto algumas questões relativas ao jornalismo online, assim como ao complexo midiático representado pela instituição em seu suporte virtual, mas que é relacionada, com grande referencialidade, a sua origem como *magazine* impresso.

4. PARA ENTENDER O UNIVERSO VEJA

Neste capítulo, trato de algumas questões relativas ao suporte e ao objeto desta investigação, a saber: o ciberjornalismo e o o portal Veja. Nesta exploração, busco mobilizar as possibilidades de compreensão do jornalismo praticado dentro do que denomino universo Veja, numa conformação das características do online à identidade editorial e trajetória histórica do veículo, englobando seus períodos de existência apenas como impresso e na junção deste ao online. Desta maneira, creio ser possível aprofundar a análise da cobertura noticiosa realizada sobre a política externa durante o governo Lula em suas relações no eixo Sul-Sul.

4.1 A cibercultura e o ciberjornalismo

Em larga escala, a contemporaneidade é cibercultural. De um grande número de teóricos que buscam definir fenômeno, pode-se dizer que a cibercultura é o entrelaçamento de técnicas, práticas, modos de vida, valores, representações, discursos e imaginários erigidos com a revolução tecnológica experimentada por parte do mundo nas últimas décadas. As novas tecnologias de informação e comunicação, o gradativo aparecimento de aparelhos eletrônicos nas atividades mais comuns e o desenvolvimento de redes de relacionamento globais são elementos que representam a constituição de uma cultura aparentemente sem centro diretivo ou limites, experienciada pelos indivíduos a partir do acesso ao ciberespaço⁴⁶ – ou *rede* –, um não-local que é o lócus no qual todos experienciam o contato direto com os elementos que instituem uma realidade virtualizada, ignorando elementos territoriais ou institucionais. Um universo sem totalidade, nas palavras de Lévy (1999, p. 120): “quanto mais universal (extenso, interconectado, interativo), menos totalizável”.

A cibercultura não deve ser pensada como uma forma de substituição das culturas originadas pelas interações entre grupos humanos localizados geograficamente, mas como um âmbito distinto que interage com as culturas institucionalizadas. Para

⁴⁶ De acordo com Lévy (1999), o ciberespaço é orientado por três princípios gerais: interconexão, criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva.

Lemos (2003), o traço fundamental da cibercultura é a predominância das tecnologias digitais, presentes no dia a dia de qualquer pessoa. Essa interação cada vez mais comum entre homem e máquina reflete a evolução da cultura de matriz técnica fundada pela Modernidade, um projeto de viés racionalista que, idealmente, representa uma meta de dominação da natureza. Contudo, o elemento comunicacional incorre no estabelecimento de uma sociedade da informação, pautada pela flexibilização do contexto espaço-temporal. Como analisa o teórico, esse movimento é concomitante ao chamado declínio das grandes narrativas, além da ideia de fim da história preconizada por Fukuyama⁴⁷ e do incremento do contato entre indivíduos de diversas partes do planeta. Não parece exagero, assim, pensar a emergência do cibercultural como uma nova narrativa de significação do mundo, um farol de orientação aos homens⁴⁸. O processo de conhecimento, segundo Lemos, é possível a partir do ciberculturalismo em decorrência de três de suas prerrogativas, que ele denomina leis: a lei da reconfiguração (as práticas e modelos são transformados, não aniquilados e descartados), a lei da liberação do polo emissor (a pluralização das vozes, tornadas visíveis) e a lei da conectividade (possibilidade de contato de indivíduos entre si, deste com máquinas e de máquinas entre si, modificando a relação espaço-tempo). A universalidade dos paradigmas que compõem a noção de cibercultura, em geral baseada na interconexão e suas consequências, põe em marcha alguns dos ideais iluministas, como o avanço tecnológico permitindo a concretização da liberdade. Na definição de Lévy,

[...] a cibercultura dá forma a um novo tipo de universal: o universal sem totalidade. E, repetimos, trata-se ainda de um universal, acompanhado de todas as ressonâncias possíveis de serem encontradas com a filosofia das luzes, uma vez que possui uma relação profunda com a ideia de humanidade. Assim, o ciberespaço não engendra uma cultura do universal porque de fato está em toda parte, e sim porque sua forma ou sua ideia implicam de direito o conjunto dos seres humanos (1999, p.119).

O âmbito cibercultural pode ser visto como o encontro entre a alta tecnologia e a sociabilidade, o que fomenta novos contextos de relações entre indivíduos e destes com

⁴⁷ Na obra *O fim da História e o último homem*, lançada em 1992, Francis Fukuyama atingiu grande repercussão mundial ao defender que, com a queda do bloco soviético e a vitória da democracia liberal, a evolução humana, em seu sentido social, teria chegado a cabo.

⁴⁸ Talvez pudesse dizer que a cibercultura serve como guia em tempos de descrença, mas creio que seria uma redundância. Qualquer organização cultural tem por base e objetivo uma explicação da totalidade da existência, fornecer sentido à vida dos seres humanos. Como diz Wendt (1999) ao tratar da questão nas RI, a cultura é uma “profecia auto-realizável” pois gera as respostas às perguntas que ela mesma postula. Obviamente, o conceito aqui adotado é o de cultura como um contexto social estruturado relacionado a um universo simbólico, sintetizado nas ideias de Thompson (2009).

as instituições. O impacto nas relações de poder e nos universos simbólicos da tessitura social são das principais características trazidas pela integração à dimensão cibercultural. É muito importante sublinhar, contudo, que impacto não quer dizer, necessariamente, modificação. Em muitos casos, acontece o aprofundamento dos antagonismos. Para Wolton (2000), a internet não é apenas integradora, como quer Lévy (1999)⁴⁹. Ela também exclui, seja por motivos socioculturais ou, especialmente, econômicos. Segundo Wolton, a mais recente configuração da contemporaneidade apresenta três grandes questões a serem analisadas: o extremo desenvolvimento tecnológico não é sinônimo de comunicação, fenômeno complexo que entrelaça indivíduo e sociedades; é mandatório refletir sobre os conteúdos informativos produzidos no ambiente do ciberespaço, sua confiabilidade; há que se contextualizar os novos elementos tecnológicos, percebê-los como integrantes das realidades socioculturais existentes.

Uma forma de compreender essa situação é precisamente pensar o meio que melhor representa a instituição da cibercultura: a internet. Com sua entrada em cena para os indivíduos⁵⁰ a partir da década de 1990, a tecnologia digital passa a ser uma dimensão cada vez mais cotidiana, abarcando diversas formas de interação e incorrendo na constituição dos sentidos da contemporaneidade, com os computadores e a conexão global via rede sendo seus principais elementos de representação. A definição de Castells é valorosa:

[...] a Internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. A internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (CASTELLS, 2010, p. 287).

A reflexão não estipula se a internet é boa ou má, conservadora ou libertária, mas que pode ser tudo isso ao mesmo tempo. Se por um lado tem a capacidade de

⁴⁹ É válido aclarar: embora não seja completamente partidário do entusiasmo emancipatório acerca das novas tecnologias expresso por Castells e, principalmente, por Lévy, percebo as contribuições dos autores como importantes por pensarem as tecnologias como constituintes e constituídas pelas interações humanas, com as consequências sendo sentidas pelos indivíduos e instituições de forma a modificar as relações que os seres humanos têm com a realidade – e promovendo a construção de novas realidades.

⁵⁰ Considerando que os projetos que deram origem à internet, especialmente a ARPANET (constituída em fins dos anos 1960), eram reservados a poucos grupos, como militares e comunidade acadêmica.

reforçar os sistemas globais de dominação política, cultural e econômica e financeira, por outro pode ser uma maneira de constituir a resistência a essas formulações. Nesse sentido, a visão de Castells (2003) sobre a questão do poder na contemporaneidade expressa pela cibercultura deve ser destacada. Tendo em vista que o poder é relacional – ou seja, é exercido, não adquirido como algo de existência concreta – o objetivo principal é atuar sobre as subjetividades, atingindo corações e mentes, para usar novamente a metáfora. Quem exerce o poder, especialmente se não é percebido pelos outros, tem a capacidade de definir as “regras do jogo”. Estas são tanto impostas de forma a serem reconhecidas de maneira objetiva (a partir do uso da força) quanto subjetiva (justamente a adesão e o reconhecimento de valores e crenças como individuais).

Os meios de comunicação têm papel fulcral nesta dinâmica. O autor engendra as novas formas de sociabilidade erigidas pelo avanço das tecnologias de comunicação e informação (a sociedade em rede, título de uma de suas obras) aos processos políticos, sendo que estes não são apenas expressos nas definições governamentais, mas abrangem todas as dimensões da existência social. O poder, na nova configuração da realidade social decorrente do avanço tecnológico, é multidimensional, e as transformações que estas novas representações apresentam incorrem no que ele chama de auto comunicação, quando os indivíduos produzem, compartilham e fazem circular informações sem a necessidade de uma instância mediadora. Se esta é uma forma de fugir ao controle institucional observável (de um governo, de uma empresa), a atuação sobre o sentido das informações circulantes pode ser pensada como uma forma eficaz para exercer o poder.

Não à toa, a todo poder corresponde um contrapoder, o questionamento da relação de “normalidade” do *status quo*. Se a política tradicional – e mesmo outras instituições, como as empresas jornalísticas – perdem credibilidade, há movimentos que apontam as contradições aí inerentes. Em relação a este tema, pode-se notar uma aproximação entre Castells e Lévy quando desacreditam a dualidade real/virtual. Aquilo que aparece nas telas de computadores, telefones celulares, *tablets* e *smartphones* e *smartTVs*⁵¹ não se resume a estes espaços, são decorrentes da existência cotidiana e a ela retornam, num fluxo contínuo.

⁵¹ É curiosa a denominação *smart* (em português: *inteligente, esperto*) para celulares e televisores. O termo indica o uso de tecnologia avançada, com processadores de alta rapidez e acesso à internet, o que permite uma interligação entre diversos aparelhos e a conexão constante à rede mundial de

Com obviedade, as novas configurações sociotecnológicas trazidas (ou evidenciadas) pela emergência da cibercultura afetam sobremaneira as formas de fazer e consumir jornalismo. Mais além: abalaram diversas “certezas” da atividade que, erigidas ao longo dos últimos séculos, pareciam eternas. Conforme Charaudeau (2007), o suporte é parte constituinte e essencial para se compreender a produção midiática de sentidos e o contrato de comunicação. No caso do ciberjornalismo, o acesso às informações noticiosas (e, em decorrência, a postagem de comentários nas páginas, a participação em fóruns, os retuítes e os compartilhamentos, etc) é fator relativo às configurações da cibercultura, sua emergência e influência.

Como se sabe, não existe técnica sem ideologia. O processo de tecnologização e virtualização das sociedades acaba incidindo diretamente sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais e sua apresentação ao público: se, no início dessa relação, os jornais e revistas eram simplesmente transpostos à tela do computador, após pouco tempo essa ação passou a ser considerada irrisória. Nessa lógica, o jornalismo pode ser pensado como um elemento que interage de forma decisiva com o âmbito cibercultural, pois ao mesmo tempo que novas formas de apurar, produzir, construir, publicar e difundir narrativas noticiosas são permitidas pelo incremento tecnológico, estas ações são investidas das noções, hábitos, valores, práticas e sociabilidades decorrentes da ampliação da força da chamada sociedade em rede, num movimento dialético. O processo de construção social da realidade relacionado à instância jornalística ganha novos contornos, sociotécnicos.

Pensar a relação entre essa “outra dimensão” cultural e a mídia noticiosa requer, de certo, a procura por denominações que sirvam à compreensão do fenômeno. Analisando a terminologia da prática jornalística na contemporaneidade tecnológica, Mielniczuk (2003) propõe uma divisão que engloba as definições de jornalismo eletrônico (relacionado ao uso de aparelhos eletrônicos), jornalismo digital ou multimídia (utilização e tratamento de *bits*, dados informacionais), ciberjornalismo

computadores. Pode-se pensar que aqueles que não desfrutavam de acesso contínuo à WWW possuem aparelhos “não-inteligentes” – os mesmos que, há poucos anos, eram considerados avançadíssimos. Ficar alheio aos fluxos de informação que circulam ininterruptamente na rede é, cada vez menos, uma opção, pois uma gama de atividades humanas vai ficando dependente desta ligação, desde o acesso a arquivos pessoais ou profissionais, passando pela experiência de assistir filmes e séries ou mesmo estabelecer contato com telespectadores de novelas ou partidas de futebol transmitidas pela televisão, via redes sociais. É claro que incorro em uma simplificação brutal das questões tecnológicas envolvidas, mas parece válido pensar no sentido ideológico que o termo *smart* assume no contexto. Não é difícil analisar a posse de itens eletrônicos, cujo acesso é mediado pelo poder econômico, como objetos totêmicos, que influenciam também nas formas pelas quais o indivíduo se vê e é visto em um grupo que congrega de valores sociais semelhantes.

(engendramento às tecnologias do ciberespaço), jornalismo on-line (produzido dentro da concepção de tempo real) e webjornalismo (jornalismo relacionado ao ambiente da *web*). Schwingel (2012) observa que as distinções entre os “tipos” de jornalismo na internet acabam sendo muito difíceis ao nível da produção, pois é no acesso que muitas das características descritas se interpõem. Ela adota o termo ciberjornalismo, visto que o prefixo *ciber* irá evidenciar a conformação de um espaço semântico que auxilia na compreensão do fenômeno. Acompanho a pesquisadora e utilizo a denominação quando necessário.

Nas palavras de Schwingel, o ciberjornalismo

[...] é a modalidade jornalística no ciberespaço fundamentada pela utilização de sistemas automatizados de produção de conteúdos que possibilitam a composição de narrativas hipertextuais, multimídias e interativas. Seu processo de produção contempla a atualização contínua, o armazenamento e recuperação de conteúdos e a liberdade narrativa com a flexibilização do tempo e espaço, e com a possibilidade de incorporar o usuário nas etapas de produção. Os sistemas de gerenciamento e publicação de conteúdos são vinculados a bancos de dados relacionais e complexos (2012, p. 25)

Tecnicamente, a digitalização (transformação do conteúdo informativo em dados via *softwares*) atinge tanto os processos de produção e apuração das notícias quanto, na outra ponta, o consumo do material disponibilizado. A produção da mídia noticiosa digital apresenta um conjunto de inovações que, de acordo com Palacios (2003), constituem-se como suas características distintivas: multimidialidade/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória e instantaneidade/acumulação contínua. O jornalismo começa a utilizar as possibilidades trazidas pelo domínio cibercultural: a tecnologia permite que o público comente as notícias, envie sugestões, fotos e vídeos, enfim participe mais ativamente da conformação do conteúdo. Logo, além da adaptação à tecnologia, os jornalistas passam a também precisar compreender um público de características distintas. Bianco (2003) nota que os processos ciberculturais acabam entrelaçados ao próprio *habitus* da profissão, configurando referenciais de conhecimento do mundo que transpassam o conjunto de normas hermenêuticas e comportamentais que constituem suas prerrogativas. “A realidade virtual acrescenta uma perspectiva nova na percepção do jornalista no seu trabalho de conhecimento do real que é de outra natureza. Contém a

realidade em si, mas disposta de modo a ser percebida em tempo e espaços diferentes”. (BIANCO, 2003, p. 5).

Não vou tratar aqui de cada aspecto que o ciberjornalismo apresenta, pois este não é o escopo do trabalho. Concentrar-me-ei em três elementos que considero os de maior valor para a investigação ora realizada, em razão da busca pela compreensão da cobertura jornalística de um determinado período histórico: os bancos de dados, o hipertexto e a memória. Estes aspectos impingem novas situações ao *newsmaking*, como o crescimento da oferta de conteúdo a ser selecionado em uma dinâmica de *gatekeeping*. Mas se a construção da notícia pode se tornar um processo sociocultural mais complexo, o resultado não irá, necessariamente, refletir essa problemática. A homogeneização do noticiário internacional, citada anteriormente, é um exemplo, assim como a mobilização de estereótipos, um dos temas dessa pesquisa.

Para Barbosa (2007) e Barbosa, Larrondo e Mielniczuk (2008), o jornalismo se encontra em seu quarto estágio de desenvolvimento na era da *web*. Como dito, o primeiro é a transposição de conteúdos para a ambiência digital; o segundo abrange as tentativas de adaptação dos conteúdos e linguagens entre as mídias tradicionais e as virtuais; o terceiro é caracterizado pela produção jornalística voltada à sua publicação no ciberespaço, tomando como uma ambiência e não apenas como meio de divulgação; o quarto e atual período é representado pelo uso estrutural dos bancos ou bases de dados (BDs) e dos processos de convergência. Os bancos de dados apresentam grandes vantagens ao trabalho de produção jornalística, pois os arquivos digitalizados permitem o processamento de enormes quantidades de dados, o que facilita tanto o acesso quanto a atualização destes pelos jornalistas.

Essas recentes configurações trazidas pela introdução dos arquivos virtuais têm grande impacto em alguns importantes elementos do jornalismo. Tome-se o caso da estrutura da notícia. Para Fidalgo (2007, p. 103), a dinâmica do trabalho jornalístico, representado nas clássicas perguntas quem compõem o *lead*, passa por uma redefinição. “[...] as perguntas a que uma notícia feita sobre base de dados procura responder não diferem das de uma notícia feita tradicionalmente, num momento discreto do tempo. O que se altera desde logo, isso sim, é o processo”. Para Canavilhas (2004), a pirâmide invertida, modelo clássico da organização das informações em uma notícia, foi

substituída pelo modelo da pirâmide deitada⁵², no qual o conteúdo não segue a fórmula sequencial de elementos mais ou menos importantes para a compreensão da notícia. Já Fidalgo (2007) defende o conceito de resolução semântica como uma forma de entender a nova dimensão do jornalismo possibilitada pelos BDs, deixando de lado a metáfora piramidal.

De toda forma, Barbosa defende que as bases de dados constituem uma forma cultural de natureza própria dentro do jornalismo desenvolvido na ambiência ciber. Os BDs teriam três principais finalidades, interrelacionadas: servir à formatação da estrutura da informação; ser suporte para narrativas multimídiaicas; e constituir a memória dos conteúdos publicados. Em relação ao público, os interesses do usuário definem geração e encadeamento das páginas a serem visualizadas, com o acesso sendo permitido por ligações de *hiperlinks*, em processos que podem ser realizados de forma a manter a linearidade temporal de uma cobertura jornalística sobre determinado acontecimento (como faço uso principal neste trabalho) ou sem essa obrigatoriedade, podendo ser acessadas tanto notícias quanto outros tipos de material disponibilizado pelo site, como vídeos, gráficos, fotos e animações que tenham relação com o tema de pesquisa, além de coletâneas de notícias, reportagens, colunas, blogs, etc. “A partir das possibilidades combinatórias e do cruzamento entre as informações inseridas num BD, ordenadas no processo de classificação interna, a apresentação dos conteúdos poderá contemplar novas tematizações”, diz Barbosa (2007, p. 138), o que poderá ser relacionado a distintos contextos e temáticas.

Essa amplitude de temas é possibilitada pelo modelo hipertextual, uma das principais características do ciberjornalismo. A noção de hipertexto, no contexto⁵³ da cibercultura, contempla a existência de um conjunto de “nós” de significações que são interconectados por meio de diversos elementos verbais e não verbais, gráficos e sonoros, como frases, imagens, fotografias, sequências sonoras, etc. As possibilidades

⁵² Para Canavilhas (2004), a pirâmide deitada indica que o material noticioso na rede possui quatro dimensões de leitura: a *unidade base*, um resumo do acontecimento; a *explicação*, um complemento informativo da primeira; a *contextualização*, que disponibiliza informações sobre os aspectos relevantes dos conteúdos já apresentados; e a *exploração*, que interconecta o conteúdo noticioso a informações localizadas em bancos de dados ou outras páginas.

⁵³ Essa delimitação é extremamente importante. A ideia de hipertexto é muito anterior à contemporaneidade tecnológica, e é tratada por uma gama de pesquisadores de diversas áreas. Pode ser interessante apontar, contudo, que Chartier (2002) defende que a produção hipertextual teve origem nas glosas e correções de manuscritos durante a Idade Média. Ademais, na Literatura, autores como Jorge Luis Borges (*El jardín de los senderos que se bifurcan*, de 1941) e Julio Cortázar (*Rayuela*, de 1963) produziram obras hipertextuais. De toda forma, teóricos como Bush, nos anos 1940, e Nelson, nos 1960, apresentaram ideias que são consideradas precursoras da hipertextualidade cibercultural. O último, inclusive, cunhou os termos hipertexto e hiperfídia.

abertas pelo hipertexto confrontam-se com a lógica da linearidade, representativa dos processos de leitura das revistas impressas, por exemplo. As ligações hipertextuais permitem que os conteúdos informativos sejam estruturados na forma de blocos, podendo ser acessados por *hiperlinks*, que produzem vinculações entre páginas e arquivos. Salaverría aponta quatro⁵⁴ tipos de hiperligações:

i) *documentais*: ligação a blocos com informação de contexto existente no arquivo da publicação; ii) *ampliação informativa*: ligação a blocos de contexto, mas neste caso de informação contextual recente; iii) *atualização*: como o próprio nome indica, liga a blocos com informações atuais sobre o acontecimento; iv) *definição*: ligação a blocos de informação mais específica e aprofundada (SALAVERRÍA apud CANAVILHAS, 2014, p. 7)

É interessante perceber que a própria ideia de “começo” e “fim” perde uma razoável carga de sentido, pois o acesso às informações pode ser iniciado em qualquer ponto. As narrativas jornalísticas são complexificadas e qualquer nó da rede pode ser tomado como ponto de entrada em um sistema de significações discursivas. Canavilhas (2007; 2014) nota que a principal mudança de perspectiva não está na questão de uma hipertextualidade da notícia em si, mas sim na mudança de relação com o conteúdo noticioso. O encadeamento não-sequencial das possibilidades de leitura é refletido na necessidade de que os blocos de informação possuam sentido em si mesmos, ao mesmo tempo em que apontem para outros conjuntos informativos. Ou seja, é importante que uma notícia não seja disposta como um elemento “solto”, permitindo a interconexão pelos nós; ao mesmo tempo, é de relevância instituir possibilidade de encadeamento macroestrutural do material noticioso, para que não seja perdida a sequência dos acontecimentos que suscitaram a cobertura.

Manter essa coerência é um fator relacionado à instituição da memória pelo ciberjornalismo. Trato, obviamente, da temática mnemônica pela dimensão do virtual, como extensão sociotecnológica possível à instância jornalística. Porém, é pertinente sublinhar que a ligação desta à faculdade humana da memória se dá na constituição de processos de reconstituição do passado de acordo às demandas do tempo presente. Autores como Candau (2011), Halbwachs (2002) e Nora (1993) sublinham o caráter tortuoso e fragmentado dos movimentos de rememoração, traço observado tanto na chamada memória individual quanto no domínio das memórias coletivas – estas,

⁵⁴ Canavilhas acrescenta mais uma definição às de Salaverría: hiperligação *embutida* (interna), indicada por elementos icônicos no texto, ou *em menu* (externa), localizada em ponto próximo à notícia

fortemente relacionadas aos processos históricos. A memória é um elemento essencial à significação das experiências, relacionando-se à constituição de processos identitários, que seriam impossíveis sem a sua mobilização.

Palacios (2003; 2010) considera que a integração aos dispositivos tecnológicos que servem ao armazenamento de informações e acesso às mesmas representam uma das bases para a constituição das mudanças mais significativas das mídias noticiosas digitais em relação às tradicionais – para o pesquisador, o espaço virtualmente ilimitado⁵⁵ para acúmulo e apresentação de conteúdos noticiosos é a principal modificação entre os “jornalisms”, indicando a instauração de um novo paradigma. Segundo Canavilhas (2004), a Internet pode ser considerada uma estrutura global de memória coletiva, e a organização do conteúdo e seus procedimentos de recuperação influenciam decisivamente na conformação da atuação jornalística, pois essa estruturação é relacionada ao conhecimento sobre os acontecimentos que serviram de substrato à produção noticiosa anteriormente. Logo, permite dar sentido a novas dinâmicas e fenômenos, representando uma aproximação do Jornalismo à História⁵⁶. Nesse sentido, Canavilhas (2004, p. 7) diz que “[...] a notícia perde a sua natureza perecível e ganha uma segunda vida, afastando-se do conceito base que levou à sua produção: a novidade. Feita história, a notícia ganha novas propriedades e passa a constituir uma unidade de memória”.

Assim como os outros aspectos analisados, o conteúdo memorialístico incide tanto sobre as determinações profissionais quanto sobre as possibilidades de consumo da produção jornalística. Palacios (2010) destaca como consequência o impacto nas rotinas produtivas, visto que o fácil acesso a bases de dados permite uma maior incorporação de informações, que terão papel de destaque na contextualização das notícias. Concomitantemente, a construção das narrativas também pode se beneficiar de inovações, com a utilização da memória a partir de elementos gráficos, sonoros, imagéticos, etc. Ademais, o autor expõe que mesmo o negócio jornalístico (no sentido de empresa que visa o lucro) pode se beneficiar do elemento de rememoração, cobrando

⁵⁵ Canavilhas (2004) aponta algumas similaridades e diferenças entre a memória humana e a virtual. No primeiro caso, as possibilidades de esquecimento e catalogação. No segundo, a representação espacial de linha do tempo que liga eventos e a relação importância/duração de um acontecimento.

⁵⁶ Palacios (2010, p. 91), ao abordar as relações entre História, memória e Jornalismo, observa que este “é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado. Um passado relatado que, no início, renovava-se a cada dia, e com o advento da rádio, da televisão e da Web, tornou-se relato contínuo e ininterrupto, nas coberturas jornalísticas 24x7 (24 horas por dia, sete dias por semana)”.

pelo acesso ou produzindo material sob demanda, além de apostar em possibilidades como a fidelização. A última resultante da memória no ciberjornalismo destacada pelo pesquisador é diretamente relacionada ao trabalho desenvolvido nesta investigação: “[n]as formas de interação com o usuário, que passa a dispor de recursos para investigar, no próprio site do jornal, aspectos históricos em torno do material de atualidade que lhe é oferecido” (PALACIOS, 2010, p. 46). Destarte, a pesquisa ora realizada é contumazmente relacionada ao elemento memorialístico que compõe o jornalismo na era da cibercultura.

A progressiva acumulação de arquivos na forma de dados é um fator que destaca a necessidade da utilização de bancos de dados e do aperfeiçoamento da hipertextualidade, de maneira com que a constituição de uma cobertura noticiosa seja enredada em um espaço caracterizado pela disposição de informações de forma a construir sentido. Há um crescimento da constituição de “lugares de memória”⁵⁷ nos sites jornalísticos, de forma a rememorar eventos, épocas, episódios marcantes, sendo que a existência de páginas dedicadas a este tipo de coletânea é uma constante. No entanto, esses conteúdos não costumam ser dispostos de maneira livre, não-relacionada a contextualizações. Isso porque uma das características da memória, ao ser acessada, é sua reapropriação. A conformação de uma estrutura de reminiscências não é uma situação pacífica, pois os relatos sempre disputam a primazia para explicar a realidade, e o movimento de recontar é uma ação de cunho historicizante. Como a ação hermenêutica é relacionada tanto ao tempo quanto ao espaço, pode ser essencial buscar maneiras de conter a polissemia de informações recuperadas⁵⁸ - e importa dizer, a memória é essencial à constituição da identidade.

⁵⁷ Conceito de Nora (1993) apropriado por Palacios, que conforma a ideia de lugar como espaço tanto concreto quanto abstrato, investido de uma “aura simbólica”, que reúne marcas do tempo com intenção memorialística coletiva, mesclando aspectos materiais, funcionais e simbólicos.

⁵⁸ Com a popularização das redes sociais no ciberespaço, tornam-se cada vez mais frequentes questionamentos acerca das versões de alguns eventos históricos. Relacionando esta questão ao erigir de contrapoderes citado por Castells, não parece ser coincidência que o Grupo Globo tenha posto no ar, em 2012, a partir do site *Memória Globo* (www.memoriaglobo.globo.com), uma sessão com a sua interpretação de episódios relacionados à empresa considerados escusos e que alimentam posições contrárias ao grupo, denominada precisamente *acusações falsas*. Em <http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas.htm>, são rebatidas diversas denúncias, de irregularidades na constituição do negócio ao favorecimento de candidatos por meio da cobertura jornalística e manipulações de notícias. É pertinente observar que, conquanto o projeto memorialístico da Globo data dos anos 1990 e o site tenha sido lançado em 2008, a incorporação da parte temática tratada só aconteceu após a campanha presidencial de 2010, quando a empresa foi fortemente criticada no ambiente online, o que pode ter propulsionado o resgate dos acontecimentos historicamente controversos.

Assim sendo, os elementos memorialísticos, combinados aos bancos de dados e o modelo hipertextual, possibilitam a exploração de viés sócio-histórico das instituições ciberjornalísticas, de maneira que suas características possam ser compreendidas em virtude de seus posicionamentos (políticos, socioculturais, econômico-financeiros) ao largo de sua existência. Como se trata aqui de material jornalístico multimídia, interativo, há uma necessidade de entendimento da arquitetura de informação⁵⁹ do espaço em questão. Mas para apresentar os padrões e particularidades que constituem dito portal, é mandatário, no espírito deste trabalho, relacioná-los ao universo de sentidos da Veja.

4.1.2 Os portais

Embora exista uma infinidade de sites com conteúdo jornalístico, um dos espaços utilizados para a organização dessa massa de material pode ser visto no desenvolvimento dos portais de notícias, de acordo com Silva Junior (2004). Os portais podem ser verticais (focados em um domínio especializado, como os jornalísticos) ou horizontais (abarcam múltiplos temas e assuntos), com formação de modelo de negócios do tipo *pure player* (nascem com foco na internet) ou *dual player* (buscam integrar-se ao mercado online) e foco de audiência local, nacional ou global. Ferrari (2004) nota que, para que um site seja considerado um portal, deverá reunir conteúdos diversificados, para distintos públicos. No entanto, este ponto de encontro virtual, que aglutina em geral atrativos como e-mail gratuito, espaço de compras e entretenimento, tem, segundo a autora, nas informações jornalísticas seu principal atrativo.

Os portais representam um espaço de entrada⁶⁰ à multiplicidade ciberespacial, pois concentram enormes quantidades de dados e possibilidades de navegação por páginas de diferentes conteúdos. A partir de sua ampla oferta de canais e arquivos, agregam notícias, entretenimento, comércio, fóruns, etc, tudo interligado por sistemas de busca. Há uma clara ideia de manter o público imerso nas infovias desse universo,

⁵⁹ No domínio aqui trabalhado, a arquitetura da informação pode ser compreendida como o processo de categorizar informações de maneira a serem acessadas e interpretadas pelo público de determinado site, da maneira mais eficiente possível. Lara Filho (2011, documento eletrônico) define a arquitetura da informação como “[...] um conjunto de procedimentos metodológicos (e *ecológicos*) que permitem criar ordens num hipertexto visando abrir possibilidades de leituras para um conjunto de documentos. Tudo isto num *espaço de fluxos*”.

⁶⁰ De acordo com Saad Correa (citada por BARBOSA, 2002), a estrutura de portal no Brasil foi adotada pelos provedores de acesso à internet a partir de 1996, na esteira da privatização da Embratel e da abertura da legislação relacionada ao setor. Os primeiros portais a atuarem no ciberespaço brasileiro foram os domésticos *Cadê?*, *UOL* e *ZAZ*, além dos estrangeiros *Altavista*, *MSN* e *Yahoo!*.

fazendo com que o usuário permaneça o maior tempo possível no *site* sem que mude seu curso, mantendo sua navegação nos limites desse espaço de “encontro”. Barbosa comenta que, nos portais jornalísticos,

[...] embora o conteúdo a ser veiculado pressuponha uma seleção e definição prévias das fontes de notícias (agências, parceiros de conteúdo, colunistas) e dos demais produtos e serviços a serem ofertados – portanto, um trabalho de seleção e filtragem – por outro lado, o público tem à sua disposição, pela primeira vez, uma diversidade de canais de notícias, advindas de diferentes fontes num só lugar. Por exemplo, de que maneira o público em geral teria acesso tão facilmente às edições traduzidas de jornais internacionais, como o *The New York Times*, *Wall Street Journal*, *Le Monde*, entre outros, e encontraria uma variedade de revistas temáticas específicas senão através dos portais? (2003, p. 175)

Todavia, as visões negativas sobre os portais também são observadas desde que estas estruturas de organização da informação surgiram. Camargo e Becker (apud BARBOSA, 2002, p. 177) apontam para a “brutal supressão da diversidade das fontes de informação”, o que resulta em um horizonte perspectivamente limitado e limitador. A visão, exposta ao final dos anos 1990, é interessante por ser uma crítica baseada nos ideais de liberdade que sustentam a sociedade em rede. Lemos (2000) chega a pedir a morte simbólica do que ele nomeia como “portais-currais”. Para o teórico, esses espaços fecham as possibilidades do público de flunar por diversos conteúdos e ter contato com distintos horizontes de significado. Ele expõe uma definição de verve filosófica que relaciono ao caráter oracular do jornalismo citado anteriormente:

A palavra Portal tem uma conotação mística, como porta de passagem, como canal que nos abriria a outros mundos, a novos universos possíveis e impossíveis. O que está acontecendo agora não é a abertura ao imprevisível, ao excessivo e ao desmesurado, mas fechamento ao mesmo, à nossa limitação ignóbil que só busca a certeza, a segurança e a repetição (LEMOS, 2000, documento eletrônico).

As concepções condenatórias aos valores representados por esses sites não costumam se concentrar em temas como identidade editorial de cada veículo, expondo suas preocupações com os prejuízos ao desenvolvimento de uma cibercultura libertária e democrática. Ao contrário dos teóricos, as empresas não se preocupam com esses fatores – ao menos, enquanto não há ameaça à sua existência. No caso dos portais jornalísticos, de forma similar ao que acontece em outros suportes, a identidade editorial já é, por si só, um dos maiores (senão o maior) fator de limitação ao fluxo livre de

conteúdos informativos. Os sites são alimentados por um número limitado de fontes, circunscrevendo determinados espaços de sentidos. Ademais, no que tange à cobertura de acontecimentos internacionais, eles refletem a própria homogeneidade decorrente do pequeno número de agências de notícias de alcance verdadeiramente mundial. De toda forma, pela evolução das tecnologias de comunicação e informação no âmbito do chamado quarto estágio do jornalismo no ciberespaço, parece-me correta a previsão de Barbosa (2003) de que os portais ainda terão longa existência.

A perpetuação da arquitetura de portal fomenta a necessidade de entender o jornalismo a partir desses espaços virtuais. Embora aglutinem páginas de diversos gêneros, as notícias são o principal chamariz dos portais. No caso do portal Veja, efetiva-se a integração de uma revista ao ciberespaço, o que afeta o fazer jornalístico e conforma um novo produto, aos quais correspondem novas formas de consumo. Porém, mantêm-se diversos traços da identidade revista (TAVARES, 2012) no jornalismo aí produzido e disponibilizado. Tento debater a questão a seguir.

4.1.3 O ciberjornalismo de revista

Quando utilizo a ideia de um ciberjornalismo de revista, trato com uma forma de jornalismo que abarca as características trazidas pelo ciberespaço à identidade do produto revista. Como já expus as questões mais relevantes do ciberjornalismo relacionadas à investigação anteriormente, concentro-me na temática dos periódicos. Diversos autores investigam as características do jornalismo produzido a partir do meio revista. Vilas Boas (1996) interessa-se pela estética do texto, denominando-o como *estilo magazine*. A intenção é não apenas noticiar fatos, mas apresentar contextos maiores dos acontecimentos – “[...] o fato é pretexto para uma análise mais aprofundada do tema ao qual se refere” (VILAS BOAS, 1996, p. 74). Há espaço para que seja exercido o jornalismo interpretativo, caracterizado pelo esforço de determinar o sentido de um fato por meio da rede de forças que atuam nele. O texto em revista, geralmente, não é guiado pela utópica “imparcialidade” jornalística. Pelo contrário: apesar de não ser considerado um manifesto, ele procura defender um ponto de vista de forma mais livre que outros veículos midiáticos, identificando-se com o seu público leitor. Ademais, a possibilidade de produção de textos mais criativos é uma característica marcante das revistas. Mas essa liberdade de produção textual não corresponde necessariamente a

uma postura similar na afirmação de suas prerrogativas editoriais. De toda forma, o jornalismo em revista trabalha com “pontos de vista”. Eles representam um intento, com frequência não explicitado, de encadear significados, funcionando como uma configuração de “moral da história”. Como diz Lage (2001, p. 125), “[...] a matéria prima jornalística tende a ser acondicionada na revista como elemento de um espetáculo e um discurso moral que é a própria revista”

Tavares (2011; 2012) aborda a constituição de um tipo de jornalismo específico desses impressos, que define como *jornalismo revistativo*. Citando Groth, o pesquisador (2012) aponta que as revistas (assim como os jornais e outros meios) possuem uma “essência” que serve de molde e referência à constituição de sentidos, instituída a partir de quatro aspectos modais, a saber: universalidade, periodicidade, atualidade e difusão. Desta forma, é pertinente pensar a produção jornalística em sentido de composição identitária, o que vai além da análise apenas conteudística. O autor explica sua concepção de revistativo:

O “revistativo”, portanto, aparece como adjetivação que diz de uma qualidade própria do jornalismo que “é” de revista, bem como aponta para, do ponto de vista dos meios de comunicação e do jornalismo, o significado do “ser revista”, reivindicando a este meio uma singularidade. Não se nega a concepção de um jornalismo de revista (expressão corrente e difundida), mas busca-se, pelo (novo) termo, somar a ela algumas particularidades. O “jornalismo revistativo” como um tipo de jornalismo que instaura e participa da composição de um processo comunicativo (e jornalístico) próprio, uma “revistação”, e que, frente a outros processos jornalísticos que lhe seriam “concorrentes”, marca sua distinção. O jornalismo “revistativo”, pois, não apenas “de revista”, feito para ela, mas também “pela” revista, por ela configurado (TAVARES, 2012, p. 236).

Apresenta-se uma forma diferente do fazer jornalístico. A periodicidade diferente das revistas (semanais, mensais, semestrais, números especiais, etc) implica em formas distintas de tratar com os “fatos”, com a construção dos acontecimentos noticiosos seguindo por outros caminhos que os dos jornais diários. Além disso, a segmentação é mais forte, com magazines sendo dedicados a uma enormidade de temas, como música, esportes, cinema, política, ciências, etc.

Mas tomo aqui a dimensão das revistas semanais de informação geral⁶¹, ponto de partida de Veja. Esse tipo de periódico tem tradicionalmente um grande espaço no

⁶¹ Lage (2001) separa as revistas em três categorias: *ilustradas*, *especializadas* e de *informação geral*, porém atesta que esta é imperfeita, já que toda publicação é destinada a grupos de leitores específicos.

mercado nacional. Atualmente, além da publicação em exame, outras são consideradas de maior repercussão: *Época*, da editora Globo; *IstoÉ*, da editora Três; e *CartaCapital*, da Confiança. De forma geral, pode-se definir os semanários como publicações que buscam abranger um amplo espectro de assuntos, mesmo que o noticiário político seja o que mais se destaque. Como dito, os textos relativizam os pressupostos jornalísticos da imparcialidade, com pontos de vista sendo expressos de maneira bastante clara. Lage (2005) afirma que os textos dos magazines semanais de informação geral transitam entre as interpretações e a opinião manifesta: “Esta, quando torna evidente a postura dominante na sociedade – isto é, nas elites – tende a não ser percebida como tal: o que está escrito parece constatação ou evidência” (LAGE, 2005, p. 153). O mesmo autor (2001) atesta que a utilização costumeira de formas linguísticas transitando entre a formalidade, ou mesmo tecnicidade, e a coloquialidade é disposta para fornecer uma “ilusão de domínio”.

Como etimologicamente fica exposto, as revistas têm na ideia de revisão, de exame aprofundado da realidade um grande ponto de apoio. São itens de referência e reverência, encerrando temas diferentes sob o céu de cada publicação. Em uma perspectiva que abarca a temática discursiva, Benetti (2013), conjugando as determinações do jornalismo às especificidades da sua configuração no suporte magazine, propõe a compreensão do jornalismo de revista como

[...] um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; trata de um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma antologia das emoções (BENETTI, 2013, p. 55).

Tomando as particularidades do revistativo, é necessário pensar no que a migração para o ciberespaço pode acarretar a essa forma de produção jornalística. A mudança de suporte vai estruturar modificações de formatação tanto da produção quanto do consumo desse ciberjornalismo revistativo. Discutindo a questão da revista no ambiente digital, Natansohn (2010) observa que

Os editores de revistas são, antes de mais nada, editores de marcas, com estilos, convenções textuais e imagéticas bastante precisas e constantes que pretendem garantir determinados programas de efeitos de sentido, efeitos estéticos e fidelidade, nos quais já estão implícitas as competências de leitura de seu público (NATANSOHN, 2010, p. 6 [tradução minha]).

A pesquisadora sustenta que é uma ilusão pensar que os magazines no ciberespaço conseguem manter sua estabilidade discursiva e de identidade na transposição das informações entre a versão impressa e a online. Todavia, esta é uma utopia essencial à orientação da produção, o que envolve tanto questões simbólicas quanto interesses comerciais.

Embora seja o caminho inicial pensar o ciberjornalismo de revista como uma mescla dos dois “tipos” de jornalismo, o que salta à compreensão é que é necessário considerar o produto resultante da transposição dos impressos (neste caso, um semanário) ao ciberespaço. O magazine passa por uma considerável metamorfose. Dentro das temáticas de interesse aqui, a produção noticiosa, que “confortavelmente” era disponibilizada uma vez por semana, entra na dimensão da busca pelo *tempo real*⁶²: há a necessidade de sempre oferecer conteúdo ao público, e este precisa estar em consonância com a identidade facultada ao impresso. Este é um elemento complexificador no que tange à identidade das revistas: Tavares e Schwaab (2013) sublinham que a matéria interpretativa é o principal atrativo desses periódicos, seu ponto de diferenciação dos outros meios. Como manter esse fluxo de notícias interpretativas na mesma velocidade dos acontecimentos?

As particularidades do encontro da revista impressa com o ambiente virtual são, certamente, distintas em cada veículo que faz a migração. No caso da Veja, as matérias de viés revistativo são publicadas com destaque, mas quantitativamente o material cuja origem são as agências de notícias são muito mais numerosas.

⁶² Mesmo que a ideia de “tempo real” seja considerada falaciosa, como sustenta Moretzsohn (2002). Em viés crítico, ela afirma que a contração espaço-tempo a partir da globalização é um mito. Não haveria “tempo mundial”, mas temporalidades hegemônicas e não hegemônicas, relacionadas aos interesses dos agentes das ordens econômicas, políticas e culturais vigentes: “A ‘fluidez’ da ‘era da informação’ sugere a pulverização do poder, mas não é bem assim: não só permanece a diferença objetiva entre classes sociais e populações inteiras como o próprio controle da rede está sendo articulado de acordo com interesses comerciais” (MORETZSOHN, 2002, p. 52). No jornalismo, essa concepção serviria ao escamoteamento do *newsmaking*, os diversos elementos (políticos, sociais, culturais, econômicos) envolvidos na construção das informações – nada é “i-mediato”, sempre há um processo de mediação.

4.2 Do impresso ao portal: o complexo Veja

Para entender o processo de constituição do complexo Veja, é necessário fazer uma recuperação da trajetória histórica da revista, mesmo que breve. Seu momento de fundação (1968) é marcado mundialmente por agitações sociais, culturais e políticas, como o Maio de 68 na França e o fortalecimento de movimentos da chamada contracultura, que expressam o questionamento de expressiva parte das sociedades ao *establishment*. Concomitantemente, no Brasil o regime militar inicia um processo de endurecimento, que culminaria com a publicação do Ato Institucional N°5 (AI-5) em 13 de dezembro, que restringia fortemente a liberdade de imprensa.

Porém, é mandatário notar que, junto ao contexto político que dava sinais de fechamento aos valores democráticos, há uma afirmação do mercado de bens simbólicos, com o desenvolvimento dos meios de comunicação e o fortalecimento da chamada indústria cultural no país. Como observa Ortiz (1988), esse processo de modernização é levado a cabo pelo Estado, com base em uma doutrina de segurança nacional. Há subjacente uma ideia da promoção de valores tidos como constituintes da identidade nacional que não são contrários os objetivos dos setores capitalistas. Nesse bojo, mesclam-se fatores como a entrada de capital estrangeiro na economia, o fortalecimento industrial, a emergência dos jovens como consumidores de “mercadorias culturais” e o caráter cada vez mais urbano da sociedade brasileira, e a combinação entre esses elementos na forma de uma integração nacional a ser concretizada também pelo consumo. Promove-se aquilo que o teórico define como “moderna tradição brasileira”, uma manutenção das estruturas de poder político-econômico-social sob a ideia de modernização, de desenvolvimento e progresso – o que é tradicional passa ser moderno.

Veja foi criada pelo norte-americano naturalizado brasileiro Roberto Civita⁶³ e é o carro-chefe da editora Abril. Seu primeiro chefe de redação, e que teve forte influência na criação do semanário, foi o jornalista (italiano de nascimento) Mino Carta. O projeto inicial era uma adaptação do modelo das revistas *Newsweek* e *Time*, de grande popularidade nos EUA. Focando principalmente assuntos políticos e econômicos, chocava-se às publicações que faziam mais sucesso na época, a Realidade, da mesma editora, e a Manchete, publicada pela Bloch. Mas o chamado “projeto Falcão” não foi inicialmente bem recebido pelo público, mais acostumado a magazines com abundância

⁶³ Originalmente “Robert”, filho do fundador e presidente do Grupo Abril, Victor Civita.

fotográfica. Mira (2001) e Villalta (2002) observam que os prejuízos do grupo com a publicação inicialmente foram muito grandes, o que quase a inviabilizou.

Três meses após o lançamento de *Veja*, foi decretado pelo governo militar o AI-5. Inicialmente, a revista questionava o regime, chegando a ter dois números censurados. Contudo, a situação se modificou de forma clara com a saída de Carta da empresa, em 1975: a convivência com os militares passou a ser mais tranquila (o que se reverte em entrevistas com fontes de difícil acesso), assim como o Grupo Abril conseguiu certas benesses do governo, conforme Mira (2001), Silva (2005) e Villalta (2002). Com a sobrevivência assegurada após a mudança de linha editorial, *Veja* foi conquistando espaço no mercado, constituindo-se na revista de maior circulação no Brasil com o passar dos anos 1970 a 1980. Nesse ínterim, que abriga o fim da ditadura militar (1964-1985), a revista apresenta uma postura que pode ser considerada hesitante no tocante a questões políticas. Villalta comenta que, apesar de apoiar o movimento de *Diretas Já*, em 1984, *Veja* não deixa de exaltar a “maturidade” do país após vinte anos – ou seja, a afirmação latente de que aquele período de exceção foi, de alguma forma, necessário.

Veja chega aos anos 1990 ostentando a posição de revista mais influente do cenário nacional, o que foi afirmado pelo seu papel⁶⁴ no processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor (1990-1992) – o que surpreende, em certo aspecto, por ter encampado fortemente sua candidatura. Em um trabalho de grande fôlego, Silva sustenta que essa mudança de postura foi decorrente do gradativo descompromisso de Collor com os preceitos neoliberais que constituíram a base do apoio de grupos econômicos nacionais e estrangeiros à sua candidatura, o que se refletiu na desarticulação de suas alianças políticas. Acerca do papel desempenhado por *Veja* a partir dos anos 1990, Silva aponta o semanário como instituição porta-voz dos preceitos do neoliberalismo no país. A historiadora é incisiva:

Para poder exercer sua função *partidária* será essencial para *Veja* poder agir como um “sujeito autônomo”, um “simples veículo de imprensa”. Esta atuação, de forma mais ampla, está contextualizada em todo o processo de modernização a partir dos anos 1950, e da criação da Editora Abril. Mas foi nos anos 1990 que *Veja* assumiu o papel de formuladora em relação direta com os grupos vinculados à abertura irrestrita ao capital

⁶⁴ A revista publicou uma série de reportagens com o irmão do ex-mandatário, Pedro Collor de Melo, na qual este acusava Fernando de participar em diversos esquemas de corrupção ao lado do empresário Paulo César Farias, tesoureiro da sua campanha à presidência.

externo. O fato de ser um veículo com alto padrão de qualidade ajudou a ocultar suas posições políticas (SILVA, 2005, p. 81).

As críticas ao governo Itamar Franco (1992-1994) servem à prerrogativa de “apontar caminhos” que o periódico vai se outorgando. A ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao posto de chefe de Estado, em 1995, locupleta-se aos objetivos de Veja de barrar um governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva e da retomada do aprofundamento do modelo neoliberal. Mesmo com FHC eleito, a relação da revista com o Poder central não se dá apenas na forma de anuência, mas também de cobranças pela manutenção da “modernização” do país. Assim, ações como o Plano Real recebem cobertura positiva, ignorando as crises de âmbito mundial que atingiram a moeda brasileira. Mas se as medidas econômicas nem sempre são consideradas as melhores (como a cobrança para a aceleração do processo de abertura dos mercados nacionais), no campo político as posturas contrárias às demandas de movimentos sociais como o MST e mesmo o não-recuo diante dos protestos contra a privatização de companhias como a Vale do Rio Doce recebem loas.

A relação de Veja com o governo Lula (PT), que assume em 2003, podem ser consideradas de franca oposição. A profusão de trabalhos acadêmicos⁶⁵ sobre o olhar jornalístico da empresa sobre a administração petista é um indício do interesse que a postura antagônica de Veja ao presidente e seu partido desperta. Esta situação é decorrente de fatores como o expressivo consumo da publicação impressa no mercado brasileiro, de longe a revista semanal de informação geral com maior tiragem – o que afirma a importância do veículo (e suas estruturas interpretativas) na sociedade brasileira –, e também as estratégias de construção discursiva (textual, imagética) levadas a cabo pelo complexo midiático-jornalístico em questão.

Apesar das críticas sistemáticas à administração Lula-PT (que aumentaram de tom com o chamado *escândalo do Mensalão*, a partir de 2005), vale fazer menção ao texto de Silva (2006), no qual a historiadora defende que, no início do mandato presidencial, Veja teve uma postura de defesa do governo, pois via a estagnação econômica do período como uma herança das ações tomadas por FHC ao final de seu período como mandatário. No entanto, a concepção crítica relacionada ao que o universo Veja aponta como *alas radicais* do Partido dos Trabalhadores está sempre

⁶⁵ Entre muitos outros, que abrangem áreas como Jornalismo, Semiótica, História, Política, Sociologia e Estudos Discursivos: Benetti (2007), Biroli e Miguel (2010), Britto e Passetti (2007), Oliveira e Napoleão (2008), Rubim e Colling (2006).

presente. Significativamente, a empresa vê nos integrantes desses grupos a representação das ideologias de matriz socialista às quais historicamente faz ferrenha oposição.

Mas vale sublinhar a atuação política institucional tornada visível pelo periódico, extrapolando suas páginas (materiais e virtuais).

O poder político é declarado na preocupação com o estabelecimento de uma agenda de temas relevantes, sempre como empresas que se consideram aptas a apontar ao Estado os rumos da nação. *Veja* já apresentou como missão “sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil”. Em 2008, *Veja* realizou o seminário “O Brasil que queremos ser”, discutindo seis grandes temas: educação, meio ambiente, economia, imprensa, democracia, raça e pobreza, megacidades. A partir desse seminário, elaborou 40 propostas para a nação, garantindo para si um lugar visível no campo político e se apresentando, para seus leitores, como séria, responsável, comprometida e consciente (BENETTI, HAGEN, 2010, p. 130).

É perceptível que as concepções de independência e fiscalização do poder político apregoadas por *Veja* fundamentam-se numa forte imagem de legitimidade que a publicação construiu, como aponta Benetti (2007). Salienta-se que, por meio de texto noticioso que expressa opiniões de maneira contundente, o veículo outorga-se o papel de explicar a realidade de maneira totalizante, colocando acontecimentos em esferas políticas, econômicas, culturais, etc, claramente sob o mesmo prisma ideológico. Esse fator deve ser compreendido na perspectiva de uma identidade editorial, que relaciona a produção do periódico aos planos do grupo midiático do qual faz parte. Como afirma Schwaab (2013), pensar a existência de uma revista é analisar os processos de produção discursiva que conformam o imaginário institucional do produto, o que o relaciona diretamente às conformações sociopolíticas e históricas nas quais sua editora se insere. Exemplificando a afirmação a partir da leitura dos espaços editoriais e de comentários do público, o autor comenta que “[a]pesar de autônomas, com faturamento e redações próprias, as publicações da Abril partilham das lógicas institucionais” (2013, p. 64).

Benetti e Hagen (2010), ao investigar a constituição das autoimagens⁶⁶ de algumas das principais revistas brasileiras, apontam que a representação de si que *Veja* apresenta é essencialmente relacionada ao poderio econômico e político do Grupo Abril,

⁶⁶ Os pesquisadores utilizam marcas discursivas de viés não-conteudístico, concentrando-se nas informações encontradas nos sites das próprias empresas e em entrevistas dadas por profissionais que fizeram ou fazem parte dessas instituições midiáticas.

complexo midiático do qual faz parte a partir da editora de mesmo nome. Há uma defesa reiterada de ideais relacionados ao pleno funcionamento de uma estrutura capitalista, como a livre-iniciativa, a competição e, obviamente, o lucro. A estes fatores, são relacionados, de forma imediata (e, poderia-se dizer, de forma considerada natural), na conformação do quarteto discursivo de *defesa da democracia, independência, competência e compromisso com o leitor*. O que me parece mais importante, aqui, é precisamente pensar como esses conceitos de democracia, independência, competência e compromisso são mobilizados no (e pelo) universo Veja. De certa forma, essa imagem de si serve à autoafirmação como oráculo⁶⁷ que não é subordinado a ninguém, pensa por si próprio e é o melhor no que faz, mas que possui uma dimensão de preocupação com seus seguidores.

Essa situação é fruto de uma forte autorrepresentação identitária e, como foi exposto, seria ingênuo considerar que a atuação jornalística de Veja seja uma construção apenas da redação do veículo. Roberto Civita, em entrevista a Mira (2001) afirma a missão do grupo Abril:

A Abril vem se batendo há 30 ou 40 anos pelo caminho da economia de mercado, da abertura de fronteiras, da globalização da livre iniciativa. O papel da Imprensa não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro x e pressioná-lo: mas, sim, colocar as coisas para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes (MIRA, 2001, p. 78).

Ao pensar a Veja, é mister levar em consideração a formulação e as reformulações pelas quais seu projeto passou. Ao mesmo tempo em que essas metamorfoses foram ancoradas pelos momentos históricos, as revistas, em sua materialidade, também devem responder aos novos interesses e valores que atingem o posto de destaque na sociedade, ou serão encerrados. Nesse sentido, são produtos com uma ligação umbilical aos contextos temporais nos quais são produzidos, como observa Lage (2005). Incorporam o papel de registro material do *Zeitgeist*, expondo valores sociopolíticos, escolhas estéticas, estruturas comerciais, interpretações da realidade, gostos de classe.

Dentre os vários fatores envolvidos na convergência dos magazines ao ciberespaço, certamente a atualização de algumas de suas referências com vistas à

⁶⁷ Talvez essa dimensão oracular ajude a explicar a restrição à menção de Veja como “produto” feita em entrevista por Roberto Civita, ex-presidente do Grupo Abril falecido em 2013, comentada por Benetti e Hagen (2010).

adaptação aos “novos tempos” é um dos mais destacadas. Assim, a trajetória do portal Veja parece corroborar a ideia de Palacios (2003) de que as imbricações das dinâmicas de suportes jornalísticos distintos visam a uma lógica de convivência e complementação, incorrendo em continuidade e potencialização em relação ao jornalismo em mídias tradicionais, não necessariamente seu abandono. Criado em 1997, o portal Veja inicialmente reproduzia o que era publicado e servia como arquivo das versões impressas da revista Veja, segundo Sabadini (2006). Em 2000, teve início a veiculação de notícias exclusivas no site e, em 2002, de material complementar às matérias da versão impressa. Depois, indicações de links foram adicionadas à maior parte do material no periódico impresso. Em 2012, passa a ser disponibilizado o acesso a todo o acervo digitalizado da revista, desde sua criação. De acordo com informações da Abril, o público que acessa o site é majoritariamente composto por indivíduos das classes A e B (77%), sendo que 66% são homens e 34% mulheres. A página, até novembro de 2014, contava com cerca de 61 milhões de *pageviews* (número de acessos) e 8,5 milhões de *unique visitors* (visitantes). Conforme a plataforma *Alexa*⁶⁸, que mede o acesso a páginas, o site da Veja – identificado ao da Abril – é o 16º mais visitado do Brasil e o 513º no mundo.

A constituição do portal Veja acontece em acordo com o que Natansohn (2010) e Natansohn et al (2010) afirmam ser um movimento de convergência realizado pelas revistas online. O conceito de convergência midiática, forjado por Jenkins (2009), trata da constituição de fluxos de conteúdos midiáticos em diferentes suportes, sendo dependente da participação do público – o que dimensiona transformações culturais importantes⁶⁹. “A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento” (JENKINS, 2009, p. 43). A convergência é instituída⁷⁰ a partir da instância consumidora para a produtora, e não imposta por esta ao público. O movimento reflete as mudanças que caracterizam a contemporaneidade sociotécnica, com as apropriações realizadas pelos indivíduos indiciando novos caminhos para o desenvolvimento tecnológico. Para

⁶⁸ Apesar de ser um instrumento de medição bastante conhecido, o *Alexa* não pode ser tomado como um produto de ranking completamente confiável, tendo em vista que as medições são realizadas com a contabilização de dados a partir de dispositivos digitais interligados às suas bases.

⁶⁹ Para o teórico, esse processo é erroneamente acreditado como sendo apenas de cariz tecnológico, o que culmina com o que o teórico denomina como *falácia da caixa preta*, um dispositivo que englobaria as diversas mídias existentes.

⁷⁰ Segundo Jenkins (2009), três paradigmas conformam a cultura da convergência: a convergência midiática, a inteligência coletiva e a cultura participativa.

Jenkins, essa estruturação incorreu no desenvolvimento das narrativas transmidiáticas, nas quais os conteúdos fluem por distintos canais midiáticos, refletindo em diversas possibilidades de incremento das narrativas tradicionais.

Neste ambiente convergente, “se produzem modos de consumo comunitário, que se manifestam na criação de comunidades digitais específicas. Em alguns casos, esses espaços são parte das estratégias corporativas para assegurar o envolvimento dos leitores com os produtos” (NATANSOHN et al, 2010, p. 13). Como o movimento de convergência midiática não é só apenas uma questão tecnológica, mas eminentemente cultural, ele ocasiona inovações tanto aos jornalistas, que modificam sua forma de trabalhar, quanto ao público, que interage com o polo emissor nos âmbitos social, organizacional e econômico. O estabelecimento de comunidades de leitores é um dos pontos de maior interesse dessas empresas, explicando a grande mobilização em torno das opções de personalização disponíveis. A convergência “propicia formas simultâneas de consumo e de agregação social, gerando novos protocolos de participação e práticas culturais” (NATANSOHN, 2010, p. 9).

Entender o processo de convergência que culmina com o universo *Veja* é importante à análise da cobertura noticiosa sobre a PEB, visto que esse entrelaçamento indicia diversas formas de constituição de sentidos sobre os acontecimentos em questão.

Encerro aqui a primeira instância de investigação da *Hermenêutica de Profundidade*. Na próxima parte, procedo à segunda instância, realizando uma análise discursiva do produto material do processo comunicacional.

5. COBERTURA DAS RELAÇÕES DO BRASIL NO EIXO SUL-SUL PELO PORTAL VEJA – ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Início aqui a segunda fase da Hermenêutica de Profundidade proposta por Thompson (1998) denominada *análise formal ou discursiva*. Como explica o autor, as formas simbólicas são construções complexas que expressam algo, produtos contextualizados que apresentam estrutura articulada. Dentre as possibilidades descritas pelo teórico, foco-me na análise das características estruturais e relações discursivas das notícias publicadas pelo portal Veja dentro da temática anteriormente exposta.

Quando trato da temática do discurso, é necessário fazer algumas explicações. Assim como o conceito de ideologia (que veremos posteriormente), a conformação conceitual do que é discurso é tema de uma miríade de autores. Thompson relaciona como discurso a formação de unidades linguísticas que vão além do sentido de apenas uma ou outra oração, implicando “concatenação de frases ou expressões, que estão combinadas conjuntamente de uma maneira específica para formar uma unidade linguística ordenada, supraproposicional” (1998, p. 371). Por conseguinte, a análise discursiva tem por objetivo expor estas unidades que extrapolam a proposição linguística, mas que dependem destas para existirem e fazerem sentido. É válido destacar que Foucault, no paradigmático *A arqueologia do saber*, sustenta que o discurso pode ser compreendido como

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Para o filósofo, a ideia de discurso é indissociável das de práticas discursivas, formações discursivas e, de forma geral, da história. Os discursos são registros, voluntários e involuntários, de seu tempo; são representações de formas, processos, regularidades de pensamento e de conhecimento. Os discursos se inter cruzam, interpenetram-se, e só existem interdiscursivamente. Como observa, Orlandi (2005, p. 21) o discurso é um “[...] efeito de sentido entre locutores”, baseado na possibilidade da construção de significados por meio da interação linguística. Estes significados serão dependentes do contexto interpretativo entre os envolvidos na relação comunicacional, como sustenta Charaudeau (2007) ao afirmar a necessidade de uma reciprocidade constitutiva de significados. Para Maingueneau (1997, p. 21), o discurso estabelece “[...] espaços de regularidades associados a condições de produção”. O autor (2001) enumera que o discurso tem por características gerais ser: uma organização situada para além da frase; orientado; uma forma de ação; interativo; contextualizado; assumido por um sujeito; regido por normas; considerado apenas dentro da dinâmica de um interdiscurso. Como é dependente da relação entre sujeitos para existir, é condicionado pela intersubjetividade: “Esta instância de subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro ela o assujeita” (MAINGUENEAU, 1997, p 21).

Foucault aponta que, na realização da análise dos discursos, é mister ter em consideração que a principal questão não reside em um hipotético (e idealístico) nível de verdade a ser desvelado, mas sim na reprodução e reiteração de “efeitos de sentidos”. Em corroboração, Benetti (2007), abordando esta questão a partir de uma visão voltada à investigação do campo jornalístico, sustenta que, quando se fala em discurso, na realidade se deve tratar da ideia de efeito de sentido. Para a pesquisadora, o jornalismo pode ser compreendido como uma forma de discurso, visto que ele é “a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2007, p. 107). A configuração discursiva do jornalismo é decorrente deste abranger, em sua dinâmica, efeitos de realidade, envolvendo diversos sujeitos além do leitor e do jornalista, tais como as fontes dos acontecimentos noticiosos, as empresas jornalísticas e mesmo os anunciantes que sustentam financeiramente os empreendimentos jornalísticos. Como discurso, o jornalismo só acontece intersubjetivamente, o que condiz com a observação de que “[...] os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o

gênero” (BENETTI, 2008, p. 19) – um reconhecimento implícito, concretizado no estabelecimento do que Charaudeau (2007) define como contrato de comunicação.

Para a concretização da investigação discursiva no material recolhido que compõe o *corpus*, mobilizo o referencial da chamada Análise Crítica do Discurso (doravante também denominada ACD). Este modelo se constitui como uma forma interdisciplinar de exame dos textos, partindo da prerrogativa da linguagem como prática social. Busca-se constituir análises sobre os aspectos ideológicos e as relações de poder no que tange aos discursos, interpretando seus processos de naturalização. A ACD se caracteriza como uma abordagem que busca uma conjunção entre a teoria linguística e a teoria social, o que impele à observação das questões ideológicas envolvidas nas formulações discursivas. As relações sociais de poder possuem na linguagem seu locus de realização e reforço. Assim, temáticas como poder, hegemonia e dominação são comuns nas investigações levadas a cabo sob essa perspectiva. Historicamente, a Análise Crítica de Discurso surge no contexto de estudos britânicos de Linguística, por volta dos anos 1970. Entre os principais nomes pioneiros estão autores como Norman Fairclough e Ruth Wodak, que buscaram os trabalhos de Gramsci, Bourdieu, Marx e Habermas, entre outras referências, para a constituição de uma área de investigação que celebrasse um concerto entre as preocupações com a reprodução das hierarquias sociais e a produção linguístico-discursiva. A grande questão tocada pela ACD é a reflexão acerca da desigualdade que rege o acesso aos capitais linguístico e social, sendo estes relacionados às instituições.

A utilização da ADC como modo de investigação demanda a observação das formas de reprodução e/ou resistência efetivadas discursivamente, o que implica em relação intrínseca à observação dos contextos sociopolíticos nos quais as formas simbólicas se encontram inseridas. Por meio de uma estruturação supralinguística, esta concepção analítica extrapola a observação do texto, arregimentando referenciais sociais, políticos, econômicos, históricos, etc., para a ampliação do ângulo de interpretação. Conforme Van Dijk (2005), os principais postulados da ACD são: 1) dedicação a problemas sociais; 2) as relações de poder são discursivas; 3) o discurso constitui a sociedade e a cultura; 4) o discurso tem funcionamento ideológico; 5) o elo de ligação entre texto e sociedade é mediado; 6) a análise do discurso é interpretativa e explicativa; 7) o discurso é uma forma de ação social.

A ACD, a exemplo de outras formas de análise de discurso, não deve ser considerada apenas como um “método” específico, condizente com uma aplicável mecanicidade. Esse viés permite a junção a outras perspectivas de estudos discursivos, sob o condicionante de examinar as maneiras pelas quais a produção e reprodução de discursos incide na manutenção da desigualdade social e política – o que conforma situações contextuais de exploração, hegemonia e dominação, extrapolando-se os limites dos elementos textuais. “[...] a ACD centra-se nos modos como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e de dominância na sociedade” (VAN DIJK, 2005, p. 20).

Desta feita, empreendo a investigação de matriz crítica a partir de alguns preceitos relacionados à Análise de Discurso Francesa, especialmente o conceito de formação discursiva (BENETTI, 2008; ORLANDI, 2005; PÊCHEUX, 1975; 1997). Na perspectiva aqui contemplada – que difere da formulada por Foucault (2008) quando este trata de formação discursiva em *Arqueologia do poder*, embora este tenha cunhado o termo – a FD é resultado de uma estrutura de formação social, que entrelaça posições políticas e ideológicas e se relaciona a formações ideológicas. Logo, uma formação discursiva é “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1975, p. 160). Todavia, ela não possui uma estrutura fechada, sendo “invadida” por sentidos de outras FDs e, efetivamente, existindo a partir da interdiscursividade. Esta característica arregimenta os chamados elementos preconstruídos e os saberes partilhados socialmente, funcionando para o apagamento da historicidade destes, realizada no sujeito.

As formações discursivas se configuram como uma espécie de “região de sentidos” que delimita fronteiras interpretativas dentro do texto. O que se encontra fora deste sentido é representativo de outra FD. Faz-se necessário apontar que as FDs não são blocos homogêneos de sentidos, por mais que pareçam dissimular como transparentes os discursos constituídos dentro delas, conforme Mariani (1998). A autora diz que, por as fronteiras das FDs apresentarem-se “em permanente processo de estabilização /desestabilização, encontra-se a tensão constitutiva dos processos de produção de sentidos, realizando-se no antagonismo entre o mesmo diferente, o um e o múltiplo, a repetição na repetição” (MARIANI, 1998, p. 32).

Importante ressaltar que o número de FDs em um texto é correspondente ao de sentidos definidos como nucleares, e que o sentido é proveniente de uma conformação ideológica. O sentido irá permitir o estabelecimento de uma lógica a partir de um dito, na situação discursiva de uma configuração que não permite outra interpretação pelos sujeitos envolvidos, pois amparados por um mesmo céu ideológico. Todo dizer possui um “[...] traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele” (ORLANDI, 2005, p. 43). A ideologia, definida dentro dos estudos do discurso, processa, em seu funcionamento, um efeito de apagamento de sua própria existência ao escamotear a ação de interpretação, apresentando aquilo que é constituído subjetivamente como evidente, uma realidade objetiva: “Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico [...] colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2005, p. 46).

A constituição do quadro de FDs é realizada em acordo com os textos em análise. Benetti (2008) expõe que a criação deste quadro parte da problemática investigativa previamente disposta, materializando-se por meio da localização de marcas discursivas dos sentidos procurados. Denotando a disposição interpretativa relacionada a esta metodologia, deverá ser efetivada a ação de, a partir dos sentidos mapeados componentes das FDs, perceber sua vinculação em relação a outros discursos que perpassam o discurso jornalístico observado no texto em questão.

A percepção de uma estabilização de sentidos necessária à constituição de uma formação discursiva resulta de um efeito de parafrase. Maingueneau (1997) considera que a paráfrase é uma operação metadiscursiva, notada a partir da apreensão do sentido originado pelo enunciador nas formações discursivas. “Em um enunciado, nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda: o dito é constantemente atravessável por um metadiscurso mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência” (MAINGUENEAU, 1997, p. 94). Constitui-se como intenção de conter as possibilidades polissêmicas, num relacionamento tensionado que estrutura o funcionamento linguístico. Vendo-os como indutores da sedimentação e estabilização das possibilidades discursivas, Orlandi (2005) argumenta que os processos de formação de paráfrases são representativos de uma memória que se mantém em todo dizer, sendo uma forma de volta às mesmas áreas do

que já foi dito. Para Maingueneau (1997, p. 96), a paráfrase “[...] define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva”, determinando o que pode ser tomado como o sentido hegemônico do texto. Ela é representativa de relações de correspondência entre enunciados. Sendo estabilizadora, a paráfrase é vista por Orlandi (2005) como constituinte do que se denomina “matriz de sentido”, por esta se ver sustentado na repetição engendrada no discurso.

A parafrazação aparece em AD como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a ‘mesma coisa’ para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997, p. 96).

A AD Francesa permite a aproximação a dimensões linguísticas que servem aos pressupostos da ACD justamente pelo destaque fornecido às configurações discursivas na construção e manutenção da realidade social. Amparo-me nos trabalhos desenvolvidos por van Dijk (2001; 2005), cuja vertente epistemológica pode ser considerada sociocognitiva, para compreender os processos discursivos em relação à conformação da *doxa*, intuito final de investigação da Hermenêutica de Profundidade. A perspectiva do pesquisador holandês é baseada na multidisciplinaridade, atentando-se às temáticas da ideologia, reprodução de poder e constituição de hegemonia, entre outras. A amplitude das possibilidades de análise visa a compreensão do imbricamento entre os níveis social, político, discursivo, histórico e cognitivo. No horizonte analítico de van Dijk, não há uma relação direta entre as estruturas sociais e as discursivas, sendo necessário um processo de mediação cognitivo (tanto em caráter pessoal quanto social). Por conseguinte, o autor sustenta a importância do triângulo conceitual discurso-cognição-sociedade.

O uso da linguagem, do discurso, da interação verbal e da comunicação pertence ao nível micro da ordem social. Poder, dominância e desigualdade entre grupos sociais são termos que tipicamente pertencem ao nível macro da análise. Isto significa que a ACD tem de ligar teoricamente o bem conhecido “fosso” entre abordagens micro e macro, o que é, com certeza, uma distinção que é um constructo (*construct*) sociológico em si mesmo (VAN DIJK, 2005, p. 21)

A tentativa de empreender uma investigação que conjugue questões micro e macro representa de forma interessante o espírito deste trabalho. É impossível ignorar a grande distância que as discussões estabelecidas no campo das Relações Internacionais podem estabelecer sobre questões relacionadas ao contato direto entre indivíduos, tais como problemas causados por discriminação racial ou religiosa; entretanto, os contatos entre os países são relações entre pessoas, e excluir o elemento humano das discussões sobre poder em escala global em geral não deve ser considerada uma ideia razoável. De mesmo modo, o dizer nunca é apenas dizer, e os enunciados jornalísticos carregam altas cargas de elementos discursivos e ideológicos – aliás, só existem em função destes –, dando a ver das formas de instituição e manutenção de ordenamentos.

Assim sendo, a postura crítica preconizada pela ACD possibilita o questionamento das estruturas de controle social do nível micro ao nível macro, podendo servir a uma descomplexificação de estruturas fortemente estabelecidas. Neste sentido, van Dijk (2005) sustenta que se pode entender o poder social em termos de controle: os grupos possuem mais ou menos poder se são capazes de estabelecer mais ou menos controle sobre as atitudes e os pensamentos dos membros de outros grupos. Esta situação, na pesquisa aqui realizada, pode ser pensada em termos da instituição de consensos, de senso comum, no que tange ao espaço internacional. É necessário, pois, relativizar a exposição da ideia de “controle”. Quando o autor usa o termo, ele não aponta para uma situação apocalíptica de manipulação das ações dos indivíduos, mas para a constituição de consensos que sublimam as formas de exploração. De toda forma, o conceito de modelo mental do autor será abordado no próximo capítulo.

Pode-se, aqui, realizar uma capitulação dos significados trabalhados por van Dijk (2005) no contexto da ACD. O discurso é entendido como um evento comunicativo. O elemento cognitivo, que pode ser social ou pessoal, reúne crenças, finalidades, avaliações e emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”. Já ao tratar de sociedade, deve-se entender o domínio do social como uma composição de microestruturas locais de interação e estruturas globais, societais e políticas definidas em termos de grupos, relações de grupos (dominância e desigualdade), movimentos, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos e propriedades mais abstratas das sociedades e culturas. Por fim, o contexto do discurso pode ser definido pela combinação das dimensões cognitivas e sociais.

A composição das formações discursivas no exame dos textos que constituem o *corpus*, ação baseada no referencial da AD Francesa, é realizada a partir da definição dos tópicos que constituem os significados globais de cada notícia. Os tópicos não são um elemento observável, mas sínteses constituídas a partir de inferências no exame do material noticioso. Em muitos casos, coincidem com títulos, entretítulos, legendas de fotos, etc, também encontrados na mesma matéria. A constituição dos tópicos – ou macroproposições, nome pelo qual serão mais comumente referidos – devem ser compreendida como um conjunto de procedimentos estratégicos para a inferência que, desta forma, “podem realçar assim o significado, controlar a compreensão e influenciar a formação dos chamados ‘modelos mentais’ do acontecimento abordado no discurso” (VAN DIJK, 2005, p. 42).

Em cada texto, as macroproposições serão destacadas em conjunto a uma sigla que identifique a cobertura em observação. No caso, a cobertura da constituição do BRICS (2005-2010) será denominada como BR; a cobertura sobre o envolvimento do Brasil na crise de Honduras (2009-2010), HO; e a cobertura das negociações Brasil-Irã-Turquia (2010), IR. Assim, pode-se referir a uma determinada notícia da primeira cobertura como BR20, e se a intenção for chamar a atenção a uma macroproposição específica, BR20M5, por exemplo.

Ademais da sintetização das macroproposições em cada texto, procede-se também à identificação dos estereótipos. Van Dijk observa que estas tipificações são responsáveis por operar, de forma clara, a estratégia de valorização dos atributos facultados ao *Nós* (autorepresentação positiva) e desvalorização das características facultadas ao *Eles* (representação negativa do outro), além de “desenfatizar” aquilo que é percebido como negativo no *Nós* e proceder à mesma ação, mas no caso de atributos positivos, em relação a *Eles*. De forma geral, o movimento de estereotipar essencializa indivíduos, coletividades ou mesmo territórios a partir de determinadas características, de modo a reduzir essas pessoas, grupos ou locais a nada que não seja aquilo que a tipificação expresse. Esse movimento acaba por fomentar a criação de tipos, o que causa um enorme impacto nas formas de sociabilidade. Como visto anteriormente, os estereótipos são formas de apreensão de novos conhecimentos, mas essa ação não é neutra, e comumente é engendrada também por uma dimensão sócio-política. A possibilidade de instituir uma representação em ambiente público é, de certo, um poder considerável.

Uma outra temática a ser analisada é a forma de inserção do Brasil no sistema internacional que o discurso das notícias busca instituir. O silenciamento acerca da orientação, valores e estratégias de atuação no âmbito da PEB possibilita que sejam produzidas interpretações sem um lastro de legitimidade que não seja simplesmente a ação de ser publicada. Há uma necessidade expressiva de que este tema seja contextualizado, de maneira com que as notícias sobre as relações estabelecidas pelo país constituam ações coordenadas à complexidade dos temas tratados.

5.1 A construção do *corpus* – um movimento analítico

Em acordo aos pressupostos desta investigação, procedi à constituição do *corpus* para realizar a análise formal ou discursiva da HP selecionando matérias jornalísticas (que, a partir de agora, denominarei também como *textos*) publicadas no portal Veja que abordassem temáticas relacionadas à política externa brasileira no chamado eixo Sul-Sul – ou seja, notícias (reportagens, notas, entrevistas) que envolvam o Brasil e os países considerados “em desenvolvimento”.

As ações de busca do corpus foram realizadas a partir de duas formas principais. No primeiro tipo de incursão, o acesso ao material foi iniciado na página *Desafios brasileiros*, uma retrospectiva realizada ao final de 2010, momento de encerramento do mandato de Lula.

The image shows the homepage of the Veja website. At the top, there is a navigation bar with the Veja logo and various menu items like 'Notícias', 'Temas', 'Vídeos', 'Fotos', and 'Colunistas'. Below the navigation bar, there is a large banner for MultiPark Guarulhos with the text 'AEROPORTO ESTACIONE COM 65% OFF DIÁRIA POR R\$17,00'. The main content area is titled 'Desafios brasileiros: política externa'. It features several news articles and a video player. The first article is titled 'Democracia para exportação' and discusses Lula's foreign policy. The second article is titled 'O que fazer do Mercosul?' and discusses the future of the trade bloc. There are also two smaller articles: 'Lula e a bomba para fins medicinais' by Reinaldo Azevedo and 'O Brasil que sobreviverá a Lula...' by Augusto Nunes. A video player is visible with the title 'Política externa: o governo erra todas'.

Fig. 2: *Desafios brasileiros*

A segunda maneira para a procura de notícias foi a utilização das ferramentas de busca. Este dispositivo permitiu o acesso a matérias que a flangem pelos hiperlinks não havia possibilitado. Constitui-se, assim, na melhor forma de procura das notícias, já que a entrada na base de dados é realizada de forma direta, sem a necessidade de seguir o fluxo hipertextual pré-determinado.

The image shows a screenshot of the VEJA.com website's search results for the keyword "Haiti". The page layout includes a navigation bar at the top with categories like BRASIL, C&NBIA, ECONOMIA, etc. Below the search bar, there are several sections: "Mais recentes", "Relevância", "Tipo" (with sub-categories like Notícia, Colunistas, etc.), "Seção" (with sub-categories like Mundo, Arquivo, etc.), and "Colunistas" (listing various authors and their article counts). The main content area displays search results for "Haiti", including news articles with images and headlines such as "Sem vaga em abrigo da prefeitura, haitianos lotam salão de igreja - Brasil - Notícia - VEJA.com" and "Haiti tem a oportunidade que nunca teve para se reconstruir" - Mundo - Notícia - VEJA.com. There are also blog entries and a section titled "VEJA on-line" with a sub-header "A GUERRA E A PAZ Fez em Porto Príncipe, a miserável capital haitiana, onde se vende peixe cru lavado na água do esgoto e porcos chafurdam no lodo, e uma patrulha brasileira sob a bandeira da ONU: a luta pela sobrevivência num país de paz precária. A festa, retratada em...".

Fig 3. Ferramenta de busca

Como visto em capítulo anterior, a atuação do Itamaraty durante o período 2003-2010 teve no concerto com os países do Sul um de seus principais guias de ação. O estabelecimento de grupos como o G20, o IBAS, o BRICS e a Unasul, por exemplo, exemplificam a disposição do governo brasileiro em constituir laços com as nações não-hegemônicas no sistema internacional. Esta estratégia foi fulcral para a implementação daquilo que o chanceler Celso Amorim chamou de uma política externa “ativa e ativa”.

Amparado pela literatura especializada, que me permitiu destacar acontecimentos de relevância na condução da PEB, realizei uma primeira análise geral do temário no universo do portal Veja e cheguei às seguintes coberturas destacáveis para investigação:

- Relação entre Brasil e países africanos (2003-2010);
- Crise Brasil-Bolívia (2006);
- Ação brasileira no Haiti (Minustah) (2004-2010);
- Constituição do BRICS (2005-2010);
- Envolvimento do Brasil na crise de Honduras (2009-2010);
- Negociações Brasil-Irã-Turquia (2010).

Cabe explicar porque me decidi pelas três últimas, descartando as três primeiras. O norteador dessa composição foi o interesse em analisar o contato entre o Brasil e países que, historicamente, não apareciam entre seus contatos diplomáticos. A esta situação corresponde, também, uma invisibilidade de acontecimentos transformados em notícias, sendo que não se tratam de locais compreendidos como “centros mundiais” pela mídia jornalística de atuação global. Consequentemente, são escassas as referências que os brasileiros possuem destes povos/territórios.

No caso das relações entre Brasil e países africanos (2003-2010), o escasso número de textos indicou a pouca atenção dada aos temas tratados pelo governo na África. Talvez a principal menção feita a alguma nação africana em seu contato com o Brasil seja a da integração da África do Sul ao grupo dos BRICS. Neste conjunto, aliás, há também uma notícia tratando de uma disputa entre chineses e brasileiros pela liderança de negócios no continente em questão. De toda maneira, não são destacados acontecimentos que propiciem uma cobertura mais aprofundada.

A crise entre Brasil e Bolívia (2006) ocupou um grande número de manchetes no portal. Porém, decidi por sua exclusão tendo em vista que a maior parte repete históricos estereótipos sobre latino-americanos contra o país vizinho e críticas ao chavismo e ao esquerdismo no continente, o que causaria grande similaridade com a cobertura do envolvimento brasileiro no golpe em Honduras (2009-2010). Este conjuga os temas citados a situações *sui generis* na diplomacia do país, como a influência direta em uma crise doméstica de um Estado considerado externo à zona de influência do Brasil, uma potência regional – neste caso, o espaço é conhecido pejorativamente como “quintal norte-americano”.

O grupo de notícias que tratam da liderança brasileira das tropas de paz da ONU no Haiti (2004-2010), conhecida como Minustah, foi certamente o mais difícil de ser descartado. Ao final, a decisão foi tomada muito pela consideração das características

das matérias publicadas. No interim dos seis anos da missão, dois momentos são apresentados em destaque: a decisão de envio dos militares brasileiros⁷¹, quando dos problemas políticos; e o terremoto de proporções bíblicas que atinge a capital do país, Porto Príncipe, em 2010. As notícias iniciais destacam o Haiti como um local caótico e atrasado; as notícias finais se estruturam da mesma forma. Ademais, há um número muito maior de material publicado pelo portal após a tragédia natural, mas este grande grupo é constituído, majoritariamente, por notas que atualizam os índices de mortos e desaparecidos. Assim sendo, optei pela supressão desta cobertura.

O *corpus* final ficou desta maneira: constituição do BRICS (2005-2010), 36 textos; envolvimento do Brasil na crise de Honduras (2009-2010), 42 textos; e negociações Brasil-Irã-Turquia (2010), 32 textos. Em cada texto, foram sintetizadas macroproposições que condensam os sentidos das notícias e servem ao delineamento das formações discursivas, de grande importância na presente investigação.

⁷¹ Em 19 de agosto de 2004, poucos meses após o envio do primeiro contingente brasileiro, foi realizada uma partida de futebol entre a seleção brasileira e a haitiana em Porto Príncipe (resultado de 6 a 0 para o Brasil). O evento, que ficou conhecido como *Jogo da Paz*, mostrou-se um exemplo de *soft power* brasileiro, apoiado na diplomacia presidencial – visto que, publicamente, quem propôs a realização do evento, como forma de boa vontade ao povo haitiano, foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vale dizer que Veja saudou a ação em uma notícia (“*Um gol de placa*”, 25/08/2004) na qual afirma que a medida é um acerto da diplomacia ao mostrar “o que o Brasil tem de melhor”.

5.2 A cobertura dos BRICS (2005-2010)

Contexto

O grupo dos BRICS (formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – *South Africa*, em inglês) tem seu início a partir do acrônimo cunhado pelo chefe do departamento econômico global do banco Goldman Sachs, Jim O'Neill, em um texto de 2001 denominado “*Building Better Global Economic BRICs*”⁷². No caso, a sigla participa de um jogo de palavras, tendo em vista que *brics* indica uma corruptela de *bricks*, “tijolos”. O conjunto reúne as chamadas “economias emergentes” com maior destaque e potencial para se juntarem ao grupo dos países de alto desenvolvimento econômico. Originalmente, a denominação faz menção ao BRIC ou aos BRICs, sendo que, com a inclusão oficial dos sul-africanos em 2011, a denominação passa a ser institucionalmente BRICS.

O caminho institucional está sendo trilhado pelos BRICS de maneira acelerada. Ao longo da primeira década do século XXI, especialmente a partir de 2005, brasileiros, russos, indianos e chineses intensificaram conversas e articulações, apresentando-se como “o novo” no ambiente internacional. Desde 2009, são realizadas cúpulas anuais com a presença dos líderes do Executivo. Em 2014, em reunião realizada em Fortaleza, Brasil, foi divulgada a constituição do chamado “Banco dos BRICS”, oficialmente NBD (*New Development Bank*, ou Novo Banco de Desenvolvimento), que terá sede em Xangai, China. A fundação financiará projetos em países emergentes, além de incrementar as relações econômicas e financeiras entre os países-membros. De conjunto econômico identificado de forma exógena, os Estados passaram a constituir uma aliança com cada vez mais destaque em diversos temas, objetivando assim um maior peso nas discussões de temas relativos à geopolítica global.

Nesse sentido, é importante perceber que a associação reúne potências mundiais e regionais, em diversos âmbitos. Os números gerais dos BRICS impressionam. Excluindo-se a África do Sul, o concerto agrupa apenas nações cuja área territorial passa de dois milhões de quilômetros quadrados, com PIB acima de 600 bilhões de dólares e que têm populações superiores a 100 milhões de habitantes. De forma bastante resumida, pode-se apontar alguns itens de destaque: a Rússia apresenta a maior área

⁷² O texto de O'Neill pode ser acessado a partir do link <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>.

territorial do mundo, além de ser herdeira histórica da União Soviética, o que significa possuir tanto peso político quanto um dos maiores arsenais militares. A China, nação mais populosa, é a segunda economia global (sendo a principal exportadora de produtos), além de concebida por muitos pesquisadores como a principal candidata a dividir o status de superpotência com os EUA. A Índia conta com o segundo maior número de habitantes, mas deverá ultrapassar os chineses em poucos anos. O país reformou sua estrutura econômica, tornando-se uma das nações com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais acelerado, além de se constituir em um polo de tecnologia. O Brasil, após o debacle dos anos 1980, fortaleceu seus setores econômico e financeiro. Entre os resultados alcançados, constituiu-se em um dos maiores exportadores de produtos agropecuários do globo, além de modernizar sua infraestrutura e melhorar consideravelmente índices sociais. A maior economia da América do Sul se estabeleceu como a sétima em escala mundial (segundo o PIB). Embora não apresente números tão pujantes quanto os quatro membros iniciais, a inclusão da África do Sul representa fator político e histórico de importância, com a integração representativa de todos os continentes sob a sigla BRICS. Além do aspecto citado, os sul-africanos têm a segunda maior economia e apresentam os melhores índices de desenvolvimento social no espaço continental.

É necessário observar que o peso do campo econômico-financeiro, embora destacado, por si só não justifica as estruturas de poder. A reunião de atributos dos BRICS indica uma movimentação em sentidos mais amplos, sendo que o grupo apresenta credenciais de relevância. Rússia e China são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Dos cinco países, apenas África do Sul e Brasil não fazem parte do “clube nuclear”, ou seja, não possuem artefatos atômicos – embora façam uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos.

Em sentido amplo, a iniciativa BRICS faz parte dos esforços de implementação de uma nova “arquitetura de poder”, a partir da qual se questiona a ordem mundial instituída, ao passo que também se busca construir uma nova multipolaridade. Segundo o próprio chanceler Celso Amorim (2008), além de Cervo (2010), Lima (2010), Vigevani e Cepaluni (2007), os BRICS são uma aposta da diplomacia brasileira amparada por seu acumulado histórico de multilateralismo, mas também se incluem nas iniciativas de integração Sul-Sul empreendidas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse encadeamento, as diferenças entre objetivos dos Estados são deixadas em

perspectiva secundária diante das possibilidades de consonância em fóruns e instituições mundiais.

O *corpus* é composto por 32 textos, publicados entre 18 de outubro de 2005 e 24 de dezembro de 2010. As notícias trazem temas que envolvem o chamado grupo dos BRICS, integrado por Brasil, Rússia, Índia e China – e, ao final do recorte, a integração da África do Sul.

A constituição de macroproposições é realizada a partir da síntese dos sentidos observados. Como as notícias são predominantemente ligadas ao universo econômico, escolhi por citar abertamente empresas e instituições que produzem as análises que servem de fonte dos textos – majoritariamente, caracterizados como notas.

5.2.1 Macroproposições: cobertura dos BRICS

18/10/2005 - 07:48

BR1: Posição do país no ranking piora com Lula

- M1 – Brasil piorou posição no ranking mundial da corrupção
- M2 – Piora dos índices aconteceu nos três primeiros anos do governo Lula
- M3 – Campanha de Lula havia tido como destaque o combate à corrupção
- M4 – Ranking divulgado pela ONG Transparência Internacional
- M5 – Queda da nota foi pequena, mas índice deverá piorar no próximo ano em virtude dos escândalos atuais (mensalão)
- M6 – Brasil tem consolo de ter melhor posição entre grandes emergentes
- M7 – Grandes emergentes formam grupo identificado pelo banco de investimentos Goldman Sachs como BRICS

04/12/2006 - 14:48

BR2: Brasil é o país menos competitivo

- M1 – Brasil e México são países menos competitivos entre "grandes países emergentes"
- M2 – Estudo "Painel de Competitividade 2006" é divulgado pela Câmara de Comércio Americana e Movimento Brasil Competitivo
- M3 – Pesquisa é compilação de dados do Banco Mundial, ONU e Transparência Internacional
- M3 – Três pilares da competitividade: custo e disponibilidade de capital, custo fiscal e institucional e custo operacional
- M4 – Consenso crescente de que a questão fiscal é o grande entrave ao crescimento no país.
- M6 – Brasil melhorou em termos absolutos, mas progrediu menos que os demais pesquisados
- M5 – País mais competitivo entre emergentes é a China, seguida de Índia e Rússia

10/05/2007 - 10:57

BR3: O Brasil cai em ranking de competitividade

- M1 – Brasil cai em ranking de competitividade
- M2 – Índice da escola de negócios suíça International Institute for Management Development
- M3 – Brasil é 49º entre 55 economias
- M4 – Desempenho do Brasil foi negativo em praticamente todas as categorias analisadas
- M5 – Quatro áreas: desempenho econômico, eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura

- M6 - Demais países emergentes estão se desenvolvendo rapidamente em termos de competitividade
- M7 – Surgimento de novas empresas contestam supremacia das nações industrializadas
- M8 – Efeito pode ser protecionismo da Europa e EUA
- M9 – Queda do Brasil devido a custo do capital, taxas de juros altas e carga tributária elevada
- M10 – Entre países do BRIC, Brasil é o único que está se afastando dos EUA, líder do ranking

30/05/2007 - 19:28

BR4: Exportação para os EUA é a menor desde 97

- M1 - Exportação do Brasil para os EUA é a menor desde 1997
- M2 – Em contrapartida, importações dos EUA para o Brasil também são menores desde 1997
- M3 – Estudo realizado pela embaixada brasileira nos EUA com Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
- M4 – Exportações dos EUA para Brasil aumentaram em relação ao ano anterior
- M5 – Brasil é segundo país em saldo comercial favorável em relação aos EUA no BRIC (atrás da China)
- M6 – China possui saldo favorável em relação aos EUA
- M6 – Segundo embaixador, Brasil poderá estar entre dez maiores parceiros comerciais dos EUA nos próximos anos (atualmente é 13º)

23/11/2007 - 16:38

BR5: País fica em último lugar em ranking de 177 nações

- M1 – Brasil está em último em ranking de 177 nações
- M2 – Ranking analisa quantas horas as empresas despendem para cumprir obrigações tributárias
- M3 – Estudo realizado por consultoria PriceWaterHouse Coopers que se baseia em dados do Banco Mundial
- M5 – Brasil está muito atrás dos outros componentes do BRIC
- M6 – Brasil e Ucrânia estão atrás da nação africana de Camarões

14/12/2007 - 08:53

BR6: Mundo não vê Brasil como uma potência

- M1 – Mundo não vê Brasil como potência
- M2 - Papel do Brasil no cenário mundial é visto de maneira diferente entre brasileiros e estrangeiros
- M3 - Pesquisa realizada nos EUA, Europa, Japão e países do BRIC
- M4 – Pesquisa realizada pela Fundação Bertelsmann, da Alemanha
- M5 – Para entrevistados, EUA estão perdendo poder
- M6 - Maioria acredita que poder mundial será exercido pela China
- M7 – Entre entrevistados, brasileiros dão menor relevância à liderança dos EUA
- M8 – Maioria vê Rússia ressurgindo no papel de potência mundial
- M9 – Brasileiros: fator mais importante em uma potência é a qualidade do sistema educacional, pesquisa e desenvolvimento; menos importante: poder militar
- M10 – Chineses acreditam no poder militar como principal fonte de liderança
- M11 – Para média mundial, poder econômico é principal

11/04/2008 - 10:15

BR7: Bric não deve escapar da crise

- M1 – Países do Bric não deverão escapar do impacto da crise econômica
- M2 – Expansão econômica mundial em queda
- M3 – Resultados da OCDE e FMI discrepantes; FMI prevê crescimento brasileiro

13/05/2008 - 10:55

BR8: Bric: Brasil enfim alcança colegas

- M1 – Brasil finalmente alcança outros países do Bric segundo The Wall Street Journal
- M2 – Brasil era considerado "ovelha negra" do grupo
- M3 – Explicação é força do Real, decorrente de entrada de investimentos estrangeiros
- M4 – Brasil ainda distante da China, mas margem de expansão econômica é menor M5
- Brasil atingiu estágio mais maduro de desenvolvimento que China e Índia

19/05/2008 - 17:18

BR9: País atrai mais dinheiro que a China

- M1 – Brasil atraiu mais investimentos que a China e União Europeia
- M2 – No Bric, ficou atrás de Rússia e Índia

M3 – País europeu que mais investiu no Brasil foi a Espanha

25/08/2008 - 07:49

BR10: Bric: investimento no Brasil cresce mais

M1 – investimento no Brasil é o que mais cresce dentro do Brics

M2 – Situação diferente de quando Goldman Sachs criou acrônimo Brics e economistas estrangeiros criticaram inclusão do Brasil

M3 – Crescimento do Brasil é consistente, o que não aconteceu antes

M4 – Brasil só perde para Rússia no crescimento de mercado local.

21/11/2008 - 15:55

BR11: EUA admitem: domínio no globo será menor até 2025

M1 – EUA, maior potência militar e econômica global, admitem diminuição de poderio até 2025

M2 – Influência do país será desafiada pelos grandes emergentes: China, Rússia, Índia e Brasil

M3 – EUA não perderão liderança militar, mas hegemonia será desafiada

M4 – União Europeia será gigante sem força

M5 – Mais núcleos de poder trarão mais conflitos ao mundo

25/11/2008 - 11:26

BR12: Lula recebe presidente da Rússia para discutir laços

M1 – Visita de presidente russo ao Brasil para estreitar laços entre os países

M2 – Visita tem objetivos econômicos, políticos e de cooperação bilateral

M3 – Medvedev irá depois para Venezuela e Cuba

M4 – Discussão de medidas propostas pelo G20 para enfrentar crise mundial

M5 – Discute-se fim da necessidade de visto de entrada entre os países

25/11/2008 - 11:46

BR13: País pode lucrar alto se ampliar negócios com Moscou

M1 – Brasil pode obter grandes dividendos ao estreitar laços com a Rússia

M2 – Entendimento estratégico comercial pode influenciar nas relações políticas

M3 - Rússia mantém proximidade com países populistas da América Latina

M4 - Venezuelanos compram armamentos russos

M5 – Brasil tem interesse menor em questões militares; área energética pode ser importante

M6 – Aproximação a partir de empresas de capital misto da área de energia

12/01/2009 - 13:44

BR14: Brasil escapa de “desaceleração profunda”

M1 – Brasil deverá ter melhores resultados na crise econômica que países ricos e do Bric

M2 – Economia brasileira será a única que não deverá passar por “desaceleração profunda”

M3 – Maior queda foi registrada na Rússia

M4 – Indicador Composto Avançado leva em conta indicadores como PIB e produção industrial

11/03/2009 - 08:28

BR15: PIB do Brasil é o pior dos Brics

M1 - PIB do Brasil é o pior dos Brics

M2 - "O resultado é chocante" segundo economista-chefe da Conferência da ONU para o Desenvolvimento e Comércio.

M3 – Comparação dos resultados atualizados (trimestre) piora situação brasileira

M4 – Resultados do Brasil no último trimestre são piores que Europa em crise

16/03/2009 - 08:59

BR16: Países emergentes precisam de mais poder no FMI

M1 – China cobra mais poder de países emergentes no FMI

M2 – G20 não dá espaço aos emergentes

M3 – Brasil costuma demandar mudanças nos sistemas de representatividade dos organismos mundiais

12/06/2009 - 10:51

BR17: Bric prepara sua 1ª cúpula em busca de força no cenário mundial

M1 – Países do BRIC se reunirão para buscar prestígio

M2 – BRIC tem intenção de remodelar modelo financeiro mundial

M3 – Nações emergentes estão se esforçando para salvar economia e, conseqüentemente, países ricos em crise

M4 – BRIC não tem legitimidade ainda

M5 – China é mais forte que Rússia e Brasil

M6 – China não quer antagonizar com EUA – maior detentora de títulos do tesouro dos EUA

M7 – Rússia e Brasil querem diminuir dependência do dólar

M8 – Governo dos EUA está prestando atenção a movimentação do BRIC, segundo acadêmica chinesa

12/06/2009 - 18:03

BR18: BRIC discutirá ações contra a crise

M1 - BRIC deverá aprovar declaração conjunta sobre medidas a tomar contra crise mundial

M2- Lula crê na possibilidade de conseguir um pacto do grupo em questões importantes

M3 – Bric intenciona mais poder de influência na agenda internacional

M4 – Encontro do Bric para discussões sobre crise financeira e econômica (em 1º lugar), política e comércio internacionais (2º lugar), diálogo futuro com G8 (3º lugar), reforma das instituições financeiras (4º), além de segurança alimentar e energética (5º), mudança de clima (6º) e assistência ao desenvolvimento (7º)

M5 – Lula confraterniza com presidente da Rússia e depois vai para o Cazaquistão

25/11/2009 - 17:00

BR19: Brasil poderá emprestar até 14 bilhões de dólares ao FMI

M1 – Brasil torna-se credor do FMI

M2 – Situação foi definida em reunião do G20 (20 maiores economias do mundo)

M3 – BRICs passam a ter poder de decisão no FMI

M4 – BRICs possuem pouco mais de 15% de cotas da instituição

M5 – Ministro da Fazenda garante que possibilidade de empréstimo não mexe com reservas monetárias do país

05/01/2010 - 09:33

BR20: Reservas brasileiras tiveram o maior aumento do Bric

M1 - Reservas cambiais brasileiras tiveram o maior aumento do Bric

M2 – Reservas aumentaram pelo nono ano consecutivo

M3 – Expansão chinesa é menor percentualmente, mas dez vezes maior em números absolutos

M4 – Estratégia do BC de comprar dólares "coincide" com melhora brasileira

14/04/2010 - 21:08

BR21: Entenda a formação do Bric

M1 – Termo Bric foi criado por economista do BM para descrever o crescente poder das economias de mercado emergentes

M2 – De 2001 a 2010, grupo dobrou participação no comércio mundial

M3 – No início, eram mais homogêneos, mas China tomou dianteira M4

– China tornou-se potência econômica mundial

14/04/2010 - 21:20

BR22: Representantes do Bric se reúnem nesta quinta em Brasília

M1- Presidente chinês comparecerá ao encontro do Bric no Brasil – e depois continua em visita oficial ao país

M2 – Principal tema do encontro continuará a ser economia

M3 – Pauta de discussões: impacto da taxa de câmbio chinesa e regulação do sistema financeiro mundial.

M4 – Encontro será acompanhado de seminário empresarial com representantes dos quatro países

M5 – Encontro servirá para discussão de controle financeiro mundial e mudanças globais

15/04/2010 - 11:45

BR23: Hu Jintao encurta visita ao Brasil por tremor na China

M1 – Tremor na China encurta estadia de presidente no Brasil

M2 – Encontro do Bric para discussão de questões econômicas mundiais e promoção do comércio

15/04/2010 - 16:38

BR24: China e Brasil assinam acordos em cúpula encurtada

M1 – Presidentes de China e Brasil discutem cooperação

- M2 – China possui vários investimentos no Brasil
- M3 – Presidentes não discutiram política internacional
- M4 – Brics usam cúpula para fortalecer laços comerciais entre eles e com grupos empresariais, grupos financeiros, cooperativas e bancos de desenvolvimento estatais

16/04/2010 - 11:41

BR25: BNDES firma cooperação com bancos do BRIC

- M1 – BNDES firma cooperação com bancos do BRIC
- M2 – Intenção seria constituir associação permanente formada por bancos de desenvolvimento do BRIC.
- M3 – Ação é resultado de aproximação entre BNDES e bancos dos outros países do grupo.
- M4 – BNDES lembra cooperação foi acertada na Cúpula Bric do ano anterior

16/04/2010 - 12:31

BR26: Bric pede reforma urgente do sistema financeiro global

- M1 – Bric pede reforma urgente do sistema financeiro global para maior voz aos países em desenvolvimento
- M2 – Bric se coloca como vital para nova ordem mundial
- M3 – Pedido acontece antes de reuniões do G20 e FMI
- M4 – Bric argumenta que o sistema atual é dominado de forma injusta pelas economias avançadas
- M5 – Bric lutará contra protecionismo comercial
- M6 – Bric buscará um incremento no comércio entre si em moedas locais, deixando de lado o dólar norte-americano
- M7 – Bric querem manter estabilidade do sistema (China não quer prejudicar seus negócios)
- M8 – Bric tem quase metade da população mundial, mas diferenças entre países atrapalham o grupo
- M9 – Poucas medidas concretas foram tomadas
- M10 – China e Brasil estreitam laços a partir de acordos comerciais e de investimentos (desde 2009, China é maior parceiro comercial do país)

16/04/2010 - 15:59

BR27: China vai adotar câmbio flutuante gradualmente

- M1 – China adotará câmbio flutuante
- M2 – China é cobrada por EUA e outros países para deixar moeda valorizar
- M3 – Bancos centrais da China e do Brasil buscam coordenação

16/04/2010 - 18:14

BR28: Bric precisa ter mais voz no mundo, diz O'Neill

- M1 – Goldman Sachs criou Bric
- M2 – Criador da sigla Bric diz que grupo precisa ter mais voz no mundo
- M3 – China aponta que terá expansão do mercado de consumo interno
- M4 – O'Neill diz que grande desempenho econômico do Brasil é mais obra de FHC que de Lula
- M5 – O'Neill diz que Brasil tem que continuar expandido produtividade
- M6 – Maior justificativa de existência do Bric é a necessidade de reformulação das instituições financeiras globais (FMI e BM)
- M7 – O'Neill diz que Bric tem maior legitimidade que o G7, mas não representatividade
- M7 – O'Neill diz que não há sentido do Bric ser um grupo político permanente, apenas economicamente

09/09/2010 - 06:08

BR29: Brasil cai para 58º em ranking de competitividade global

- M1 – Brasil perde competitividade, apesar da ascensão dos Bric
- M2 – Brasil fica atrás de países considerados inferiores (Arzabaijão, Mauritânia e Omã)

04/10/2010 - 20:04

BR30: Emergentes receberão 825 bilhões de dólares em 2010

- M1 – Países emergentes receberão maiores fluxos de investimentos
- M2 – Brasil e China receberão maior parte dos recursos
- M3 – Situação é resultado do rápido crescimento dos emergentes e do ajuste de suas economias ao sistema mundial

27/11/2010 - 11:50

BR31: Após reunião do Bric, Dilma visitará a China

- M1 – Brasil usa reunião do Bric para se aproximar da China
- M2 - Terceira cúpula do Bric
- M3 – China quer que encontro enfoque crescimento econômico e reforma de organismos de governança mundial
- M4 – Possibilidade de ação conjunta China-Brasil na África
- M5 – China é maior investidor na África
- M6 – Brasil tem interesses econômicos na África e enfrenta concorrência chinesa

24/12/2010 - 13:08

BR32: África do Sul é formalmente convidada a fazer parte do Bric

- M1- África do Sul é convidada a fazer parte do Bric
- M2- Convite e notícia sobre são dados por chanceler chinês
- M3 – China ocupa liderança do bloco no momento – e também é o principal membro do grupo
- M4 – Sigla Bric criada em 2001 pelo Goldman Sachs para caracterizar economias emergentes mais promissoras dos próximos cinquenta anos
- M5 – Grupo se constituiu, mas sem arranjo institucional de grupo internacional
- M6 – FMI projeta Bric como responsáveis por maior fatia do crescimento mundial em 2014
- M7 – África do Sul desejava grande interesse em fazer parte do Bric
- M8 – Rússia se mostra discrepante de Brasil, Índia e China

Formações discursivas

Foram delineadas sete principais FDs:

FD1: BRICS foi criado por instituição financeira privada

Formação discursiva predominante. A reiteração de que o grupo foi instituído pelo banco de investimentos Goldman Sachs é realizada ao longo de todo o recorte temporal, o que implica na tentativa de impor a compreensão de que o BRICS só é válido a partir desta perspectiva. O texto BR28 é o principal exemplo dessa formação, pois é composto por uma entrevista com o “criador” do conceito, o analista Jim O’Neill, falando sobre sua “criatura”.

FD2: China é a líder dos BRICS

Também bastante acionada, essa FD é sustentada pelos sentidos de que a pujança econômica chinesa estabelece o país como líder do grupo. As altas taxas de crescimento do país constituem um exemplo a ser buscado pelo Brasil – mesmo que, como foi

apontado em uma notícia, a estrutura econômica da China seja muito diferente da brasileira, o que impossibilita esse tipo de similaridade.

FD3: Brasil é o mais fraco dos BRICS

O Brasil é apontado como “lanterna” dos BRICS (numa clara acepção de disputa) em especial no início do recorte temporal. Posteriormente, os bons resultados econômicos alcançados pela economia brasileira são colocados como uma espécie de “grata surpresa”. Temas como a corrupção e a intervenção estatal na economia são apontados como responsáveis pela fraqueza brasileira.

FD4: Brasil está se fortalecendo economicamente

Os sentidos que apontam para o fortalecimento brasileiro em âmbito econômico instituem uma espécie de “resposta”, dentro do corpus, à FD anterior. Mesmo que não haja um entusiasmo frequente (principalmente porque os resultados são quase sempre contrapostos aos chineses), a percepção de um êxito econômico é celebrada como uma comprovação da afirmação do papel de “grande emergente” do Brasil – e esse sucesso é, em boa parte, facultado à política econômica do governo anterior.

FD5: BRICS devem ser apenas grupo econômico

Diretamente ligada à FD1, arregimenta os sentidos que expõem uma concepção economicista acerca do BRICS. A defesa do conjunto como um grupo que deve se dedicar apenas aos temas econômicos é instituída pela negação simples de outra estruturação, pelo silenciamento da abordagem a outros assuntos envolvendo esses países e, em alguns casos, pela quase-ignorância de que eles trataram de segurança ou política, visto que a menção de passagem nos textos implica em uma desconsideração, por vezes, de temas de grande complexidade.

FD6: BRICS são importantes para economia mundial

Esta formação discursiva é sustentada pelos sentidos de que os BRICS se constituem em um elemento que pode representar a “salvação” do sistema econômico-

financeiro global, duramente abalado pela crise em curso. Como aglutinam a economia que mais cresce mundialmente a outras de grande força, as demandas e decisões do grupo passam a ser decisivas para todo o sistema.

FD7: BRICS buscam influência mundial

Apesar da grande importância no domínio econômico, os BRICS ainda não alcançaram o poder político que almejam. Analisando os sentidos que compõem esta FD, há uma conformação de que este interesse se torne realidade; todavia, junto a esta afirmação, a FD1 assegura que o concerto deve se manter apenas como junção com atuação econômica.

Ao longo da cobertura, há um delineamento das formações discursivas no sentido de serem a constituição de ideias acerca da trajetória de constituição dos BRICS. A maioria dos textos iniciais se caracteriza como um amontoado de notas dispersas, noticiando índices econômicos que, por vezes, mostram-se contraditórios. Assim, a FD com maior exposição – *BRICS foi criado por instituição financeira privada* – possui, de certa forma, uma matriz “técnica”, reiterando, durante todo o recorte temporal, a origem do agrupamento de países sob a sigla em questão. Interessante perceber que, no segundo texto publicado⁷³, em 2006, apresenta-se o México como componente do conjunto, e o acrônimo é citado como BRIC-M. Embora seja indicado que o Brasil é o país menos competitivo entre os “grandes emergentes”, os mexicanos acabam sendo excluídos dessa nova configuração internacional.

A observação do material propiciou a composição de dois conjuntos de matérias que, todavia não sendo estanques, ajudam a compreender a dinâmica da cobertura noticiosa ao longo do recorte temporal. Uma quantidade significativa das notícias é dedicada à utilização dos países do BRICS como instância de comparação para os resultados econômicos brasileiros – inclusive, um número relevante de matérias só foi incluído na análise por trazerem elementos utilizados como comparativos das situações que envolvem Brasil, Rússia, Índia e China. O outro conjunto de textos toma forma diferente, com o foco podendo ser definido pelo prisma das ações de institucionalização e promoção do BRICS, embora continuem sendo encontrados textos com intuito

⁷³ VEJA, *Brasil é o país menos competitivo*, 04/12/2006.

comparativo (e esta formatação não seja deixada de lado por completo em outras notícias). Começam a ser realizadas cúpulas anuais entre os líderes dos países, e as relações são estreitadas com motivações que vão além das iniciais, destacadamente econômicas.

A FD2, que destaca a liderança chinesa, é estruturada na conjunção dos dois grandes enfoques citados. De acordo com as premissas do primeiro, os resultados alcançados pela economia da China se tornam o *topos* utópico que o Brasil deve almejar, mas que não tem condições de alcançar, principalmente pelos motivos destacados pelos sentidos da FD3. No outro panorama, a hegemonia dos chineses sobre os outros BRICS é exposto pelas ideias de um *player* de interesses globais gerais, que não quer quebrar o sistema por ser o maior detentor de títulos da dívida norte-americana, ao passo que tem estratégias de ação na África e na América Latina, além de, como integrante do CS-ONU, dispor de poder coercitivo que o Brasil não possui (mesmo que a Rússia também tenha assento no conselho e a Índia seja integrante do “clube nuclear”, a China é representada como congregando todos os elementos que parecem estar dispersos entre os outros países). Observo que, enquanto a FD3 agrupa sentidos de “fraqueza” do Brasil, que chega a ser chamado de “ovelha negra” dos BRICS, em BR8, a FD4 indica o fortalecimento do país, mas essas concepções são baseadas somente em temáticas econômicas. No espaço de notícias que envolve o grupo não há sentidos de afirmação de poder mundial do Estado brasileiro que não sejam relacionados a esse âmbito. É mapeada, inclusive, uma notícia – BR6 – cujo título é uma afirmação categórica nessa acepção: *Mundo não vê o Brasil como uma potência*, de 14 de dezembro de 2007. Os discursos que sustentam a visão de uma economia brasileira fraca vão sendo contrapostos às afirmações de crescimento econômico do país, que acabam com mais exposição ao final do período examinado. Todavia, os êxitos alcançados pela economia brasileira no período 2003-2010 são, em grande medida, atribuídos às políticas implementadas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e não à ação da administração corrente.

Examinando o material publicado, nota-se que as discussões se encaminham para a formulação de reivindicações no sistema mundial, com o questionamento das estruturas institucionais que o regem (CS-ONU, FMI, BIRD). Neste âmbito, é estabelecida uma constante interação entre os sentidos que conformam FD6 e FD7, com os textos reportando que os BRICS reivindicam maior influência mundial e que o grupo tem, efetivamente, legitimidade nesta demanda. A partir da análise da entrevista

concedida pelo economista Jim O'Neill, do banco de investimentos Goldman Sachs, que cunhou a sigla BRIC, abordo mais a frente esta situação. De todo modo, novamente a FD2 tem papel de destaque, sendo que é a única formação discursiva delineada claramente acerca da representatividade global de um dos BRICS no corpus investigado. Assim, os Estados brasileiro, russo e indiano não aparecem integrados ao temário internacional como a China. Em realidade, se analisados individualmente, China e Brasil apresentam uma visibilidade muito maior que Rússia e, principalmente, Índia. A África do Sul, por passar a integrar o conjunto ao final do recorte temporal, não possui representatividade na investigação.

5.2.2 Estereótipos: a ovelha negra dos BRICS

Em virtude de fazer uso de textos mais curtos e com menor utilização de formas estilísticas que caracterizam a produção de *Veja*, as tipificações estereotípicas são menos numerosas aqui que em outras coberturas. Parece haver subjacente uma consideração dos assuntos econômico-financeiros como mais “sérios”, postura essa que dista da adotada quando a temática política é privilegiada – quando as notícias investem em composições sarcásticas e irônicas, satirizando personagens, territórios e ideologias. Nos textos reunidos sobre os BRICS, pouco se investe na representação de indivíduos, com a “objetividade” jornalística sendo exercida na publicação das análises econômicas e as citações de presidentes ou ministros, por exemplo, não sendo acompanhadas de termos qualificadores.

O tom de seriedade dos assuntos tratados, baseado na objetividade denotada ao âmbito econômico, deriva na mobilização de estereótipos em geral forjados na lógica e valores capitalistas. Nesse sentido, o embate entre as figuras estereotípicas da eficiência chinesa e ineficiência brasileira é constantemente mobilizado. A análise “crua” dos índices de crescimento da economia da China são comutados na essencialização da eficiência, o que não permite nenhum questionamento às formas pelas quais esse êxito é alcançado: trocando em miúdos, a base que sustenta o modelo chinês – a combinação de exploração de mão-de-obra-barata, poucos direitos trabalhistas, abusos contra os direitos humanos, forte controle sobre atividades políticas, planificação estatal, etc – é escamoteada diante do sucesso derivado da *eficiência*.

Esta se torna um ponto de comparação que auxilia na mobilização da incapacidade brasileira. Várias matérias apontam os resultados negativos do país em

relação ao crescimento do PIB, à produtividade, ao tamanho do Estado brasileiro. Assim, quando constituído o corpus, à primeira vista causa espécie que, de um momento a outro, seja instituído um notável avanço econômico do país, tendo em vista que a situação do país é noticiada como de penúria até certo momento da cobertura.

Possivelmente a ideia de ineficiência brasileira seja solapada a partir das referências satisfatórias recebidas externamente. É imperiosa a aprovação internacional dos resultados econômicos brasileiros, uma forma de chancela sobre seu sucesso. A concepção do Brasil deixando de ser a “ovelha negra” dos BRICS, exposta em matéria⁷⁴ que cita como fonte o periódico norte-americano *The Wall Street Journal*, apresenta uma diminuição das dúvidas sobre as possibilidades do Estado brasileiro confirmar os prognósticos de crescimento econômico a ele facultados pelas instituições financeiras. Uma ovelha negra é o indivíduo desviante, rebelde, que se recusa a seguir as normas estabelecidas para os outros e, desta forma, não cumpre com as perspectivas que se tem sobre ele. Ao não acompanhar russos, indianos e chineses, os brasileiros corriam o risco de serem excluídos dos BRICS. É de se pensar se essa exclusão, tendo em vista que seria impetrada por instâncias privadas (como os bancos de investimento ou a própria imprensa), teria impacto na conformação institucional do consórcio, visto que a notícia em questão data de 2008, apenas um ano antes da realização da primeira cúpula do grupo. Como os textos são curtos e pouco aprofundados, não há uma visibilidade das discussões que levaram à constituição oficial dos BRICS.

O caráter economicista da cobertura engendra a mobilização de alguns estereótipos que, à primeira vista, não teriam relação direta com os BRICS. Em BR5⁷⁵, uma comparação conflui sentidos que afirmam uma “obviedade” estereotípica: Brasil e Ucrânia estariam atrás em um *ranking* de horas que as empresas dispõem para cumprir obrigações tributárias “até da nação africana de Camarões”. Nem é preciso dizer que a menção a uma nação africana faz o papel do outro, considerado atrasado, inferior, medida do abismo internacional. Assim, brasileiros e ucranianos certamente devem sentir vergonha de serem sobrepujados por africanos. Neste encadeamento, inclusive a própria menção à Ucrânia só faz sentido por esta ser um Estado europeu, reafirmando a antepenúltima posição camaronesa na lista como um elemento de bizarrice – quando seria *óbvio* que o país africano estivesse em último, seja qual for a lista de aceção negativa. Como uma estrutura de reconhecimento que é estruturada e,

⁷⁴ VEJA, *Bric: Brasil enfim alcança colegas*, 13/05/2008.

⁷⁵ VEJA, *País fica em último lugar em ranking de 177 nações*, 23/11/2007.

ao mesmo tempo, estruturante, o estereótipo africano serve à crítica do “peso” do Estado brasileiro, indicando que a situação é condizente com a de países atrasados – porque é desta forma que a África é, em geral, concebida pelo senso comum aqui compartilhado.

No texto BR12⁷⁶, é referido que o presidente russo Dmitri Medvedev, viajará ao Brasil e, nessa missão, também visitará países representantes da “onda de populismo” no continente americano – Venezuela e Bolívia –, com os quais a Rússia já “mantém fortes laços”. Pode-se perceber o encontro entre os campos político e econômico, com o termo “populismo” fazendo as vezes de ponte que conecta as duas racionalidades. Neste caso, associa-se a condução de países fora das determinações neoliberais como obra do populismo latino-americano: embora conceitualmente o fenômeno populista não possa ser automaticamente referenciado como uma ideologia de matriz socialista ou capitalista, neste espaço a “onda populista” caracteriza um conjunto de países que, em sua maioria, elegeu presidentes que se posicionaram criticamente em relação ao domínio neoliberal dos anos 1980 e 1990. A construção de sentidos acerca dos populistas contemporâneos é fortalecida na referência ao presidente Hugo Chávez pelo estereótipo de ditador, elemento rotineiro no material publicado por Veja, e em sua constante compra de armamentos e cooperação militar com os russos. Ou seja, os planos políticos defendidos pelos líderes populistas são dignos de repúdio e devem colocar em atenção o Brasil: em perspectiva histórica, o *neopopulismo* engendra riscos parecidos aos relacionados ao comunismo.

Por fim, é válido analisar a definição “nações emergentes” mais de perto. Impõem-se dois vieses de compreensão da tipificação, um positivo (exposto) e um negativo (escamoteado). O primeiro celebra o “aparecimento” desses Estados no cenário mundial, ação empreendida pela maioria dos discursos econômicos e políticos, e se afirmando como hegemônico. Contudo, o segundo é sustentado na percepção de que o termo “emergir” indica uma forma de ascensão; neste caso, deixando o universo das economias fracas para postular um status mais elevado no ambiente mundial. Porém, é bem claro que essa diferenciação abrange tanto o “andar de baixo” quanto o de “cima”: os BRICS não são incorporados ao grupo de países mais fortes. Ao serem denominados emergentes, indica-se que Brasil, Índia, China e Rússia adquiriram capital (certamente econômico, mas também político), mas este ainda não é capaz de fazer com que estes

⁷⁶ VEJA, *País pode lucrar alto se ampliar negócios com Moscou*, 25/11/2008.

Estados sejam considerados da mesma “casta” que os chamados desenvolvidos. Socialmente, constitui-se um grupo que é abordado como superior a grande parte, mas que ainda não alcançou o topo do sistema internacional. O estereótipo de emergente, assim, funciona como uma forma de enquadrar os países em um modelo de destaque aos olhos do público (aqui, pensado como os investidores internacionais a partir da origem dos BRICS) mas, concomitantemente, de colocar os BRICS “em seu devido lugar”; desta forma, inserindo-os em uma ordem predeterminada que os mantém um degrau abaixo das nações que lideram o sistema. Percebe-se uma estrutura que coopta, já que confere capital distintivo e também tenta controlar os impulsos de reivindicação destes países – o emergente é considerado como detentor de um capital de destaque, mas que ainda não possui todas as prerrogativas para ser entendido como membro da elite.

5.2.3 A importância dos BRICS no sistema internacional

Apesar de tentar efetivar um enfoque voltado quase que exclusivamente ao escopo econômico – negando, de forma considerável, as relações econômicas como componente das relações internacionais e da política externa – a cobertura sobre os BRICS no portal Veja acaba apresentando, em diversos momentos, indícios da importância do consórcio para reflexão sobre uma arquitetura de poder mundial em transformação.

Ao longo do *corpus*, algumas notícias apresentam informações importantes para a análise do erigir dessas modificações. A FD2, delineada pelos sentidos de liderança chinesa entre os BRICS, é tanto sustentada pela pujança de seus índices de crescimento econômico quanto pela expansão de seu poderio global geral – com o país sendo tanto o maior detentor de títulos da dívida pública norte-americana quanto disputando a liderança de investimentos no continente africano com o Brasil. Ademais, alguns dos textos que fazem referência à Rússia destacam seu enorme arsenal bélico, destacando a produção e comércio de armamentos com outras nações.

É difícil entender a afirmação dos BRICS no sistema internacional sem perceber que, conjuntamente ao viés de ascensão no setor econômico, há uma estratégia de atuação que objetiva o fortalecimento desses países em questões mundiais. Assim, Lula conversa com os líderes de China e Rússia para buscar apoio sobre a negociação de acordo nuclear com o Irã (russos e chineses são membros permanentes do CS-ONU), de

mesma forma que o presidente Medvedev aproveita visita ao Brasil para realizar um giro por Estados do continente americano que possuem diretrizes abertamente opostos (e mesmos hostis) às defendidas pelos Estados Unidos, são estabelecidos de contatos entre Brasil e Rússia em áreas consideradas estratégicas como energia (com a abertura de um escritório geral para América Latina da estatal russa Gazprom no Rio de Janeiro) e mesmo o BNDES se expande para atuar nos países que compõem o grupo. A ideia de comércio entre os BRICS ser realizado apenas em moeda interna, deixado de lado o dólar, é uma considerável afirmação do caráter independentista buscado pelas nações.

Tal situação, obviamente, deriva em uma resposta de países que ocupam o papel de líderes do sistema. Isto pode ser visualizado no texto BR11⁷⁷, que trata da possibilidade de declínio da hegemonia norte-americana no mundo, não apenas em sentido econômico, a partir de um relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Inteligência dos EUA (NIC, na sigla em inglês). Trago os parágrafos de encerramento:

Brics - Nesse novo sistema multipolar, as economias emergentes, principalmente as da China, Índia, Rússia e Brasil, são apontadas como desafiantes dos americanos. De acordo com o relatório, se os integrantes do chamado Bric estão em alta, a União Européia será apenas uma “gigante alijada”, já que não conseguiria transformar sua força econômica em influência militar e diplomática. Com um número maior de núcleos de poder, a chance de surgimento de conflitos aumenta, avalia o documento americano.

“As rivalidades estratégicas deverão girar ao redor do comércio, dos investimentos e da inovação tecnológica, mas não se deve descartar um cenário como o do século 19, com corrida armamentista, expansão territorial e rivalidades militares. Tipos de conflitos que não vemos há muito tempo, como os que disputam recursos naturais, poderão ressurgir”, alerta o texto. Mas o presidente do NIC, Thomas Fingar, avisa: está nas mãos dos governantes de hoje a chance de reduzir o risco de conflito daqui em diante (VEJA, 2008).

O documento faz um “alerta” para um cenário caótico, no qual a multiplicação de centros de poder poderá conduzir a resultados como corridas armamentistas e conflitos. É latente a concepção de uma *Pax Americana* a ser conservada, sendo importante destacar a afirmação de que as economias emergentes são “desafiantes” dos norte-americanos. É interessante a estratégia de medo que o texto tenta pôr em prática: o analista diz que “tipos de conflitos que não vemos há muito tempo, como os que disputam recursos naturais, poderão ressurgir”. É de se perguntar quem representa o sujeito dessa afirmação, pois diversas guerras contemporâneas foram ou são travadas

⁷⁷ VEJA, *EUA admitem: domínio no globo será menor até 2025*, 21/11/2008.

com o interesse em recursos naturais. Exemplo clássico: a própria invasão do Iraque pelos EUA em 2003, justificada dentro da “guerra ao terror” e que buscava armas de destruição em massa, resultou em uma ocupação marcada pelo controle da produção e exportação de petróleo por empresas norte-americanas, dentre outras consequências.

A esta concepção de conflito iminente entre grandes núcleos de poder mundial exposta pelo governo dos EUA pode ser percebida uma estratégia de esvaziamento em outra frente: o mercado financeiro. Não afirmo ser esta uma ação definida conjuntamente, mas observo que a combinação de interesses cria uma justificativa em conjunto para a manutenção do *status quo* global – mesmo que a porção constituinte do *establishment* tenha passar por algumas adaptações. Nesse sentido, percebe-se a relevância do ambiente doméstico para a estrutural geral, o que exponho pela abordagem ao governo Lula.

5.2.4 A “não-ação” brasileira e a negação da política

Um dos textos publicados pelo portal Veja em abril de 2010 ajuda de forma significativa a compreender as interpretações efetivadas pela lógica do sistema financeiro sobre os BRICS. Como já foi afirmado, o acrônimo foi criado pelo chefe de departamento econômico global do banco de investimento Goldman Sachs, Jim O’Neill, em 2001. O texto BR28 traz uma entrevista realizada por Veja com o analista e, entre os temas tratados, está a atuação e possibilidades do Brasil como integrante do grupo. Destaco o trecho:

[VEJA] Quais são principais desafios para o Brasil nos próximos anos?

[O’NEILL] Acredito que o Brasil tem desafios muito interessantes depois desta eleição. O futuro governante terá de preservar os esforços para manter a inflação na meta. Friso, inclusive, que o país conduz há mais de uma década uma fantástica política econômica, cujo sucesso se deve justamente a reformas fundamentais que foram realizadas no período. O maior crédito tem de ser dado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também, é claro, ao governo Lula. Algo que, aliás, endossa fortemente a credibilidade do atual presidente é o fato de não ter mudado o rumo das coisas, quando todos apostavam que ele o faria. Contudo, o peso do Estado brasileiro é muito grande e tal situação não deveria ser mantida indefinidamente. O país também tem de se engajar mais na conquista de mercados para seus bens e serviços, indo além das commodities.

[VEJA] O Brasil é um país que possui uma dificuldade histórica de ter uma política de longo prazo de promoção e diversificação das exportações. O que fazer para além das commodities, como recomendou?

[O'NEILL] O Brasil tem de continuar tentando e precisa se esforçar ainda mais. Conquistar mercados internacionais não é fácil para ninguém. Há muitas evidências no comércio internacional de que é preciso perseguir altíssimas taxas de crescimento da produtividade, o que os chineses especialmente demonstram muito bem. O ponto-chave é a produtividade (VEJA, 2010).

Sobre as estruturas internas do Brasil, o consultor aponta que o país teve uma “década fantástica” de crescimento, mas que o principal responsável é o ex-presidente FHC. É de se perguntar o que foi feito ao longo dos oito anos de administração Lula, que assumiu quando o panorama doméstico era de estagnação. Esse é um ponto ao qual não me dedicarei aqui, mas vale indicar que é um discurso muito popular entre parte da população, que assevera que o governo do PT apenas seguiu o fluxo dos acontecimentos a partir das fundações estabelecidas pelo PSDB. O'Neill infere mesmo que grande parte da credibilidade de Lula é por ter mantido "o rumo das coisas, quando todos apostavam que ele o faria". Ou seja, ter mantido um ambiente favorável aos processos de fluxos de capitais. Se durante o período 2003-2010 o que aconteceu foi apenas a manutenção do trabalho desenvolvido pela administração FHC, deduz-se, assim, que a economia brasileira se recuperou de maneira mágica da situação de pânico induzido e estagnação real do início da década passada. Esta é, também, a explicação econômica com hegemonia ao longo do corpus. Apenas um texto, BR8⁷⁸, ancora-se em análise do *Wall Street Journal* para afirmar que, em 2002, o país parecia à beira da moratória. Forçoso lembrar que, naquele momento, com a possibilidade real de eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, os índices da economia brasileira foram abalados por uma onda especulativa atribuída ao “efeito Lula”, com a cotação do dólar, por exemplo, alcançado a “barreira psicológica” de R\$ 4, número máximo desde a implantação do Plano real, em 1994.

Ao mobilizar o discurso de que "o peso do Estado ainda é muito grande", O'Neill aponta para a necessidade de liberalização das estruturas econômicas do país, sugerindo a diminuição do controle público acerca de pontos os quais ele não cita. O argumento serve para a conformação do discurso de um poder estatal deficiente, que onera as possibilidades de desenvolvimento do Brasil. Aliás, o complemento da frase – "e tal situação não deveria ser mantida indefinidamente" – delinea uma linha de ação a ser empreendida. Mesmo porque diante da legitimidade de ser “o criador do Bric” e de, ao longo do texto, ele “alertar” e “recomendar” ações ao Brasil, a notícia é estruturada

⁷⁸ VEJA, *Bric: Brasil enfim alcança colegas*, 13/05/2008.

como um guia a ser seguido – neste sentido, há uma enorme diferença entre publicar que o economista do grupo financeiro cunhou a sigla que deu origem a uma associação entre países e dizer que o mesmo “criou” o grupo. Por conseguinte, na posição de “oráculo”, O’Neill desqualifica as medidas que seguem a concepção de redistribuição da renda⁷⁹ nacional.

Ao sustentar como elemento fulcral do crescimento econômico brasileiro a continuidade das prerrogativas neoliberais implementadas pela administração Cardoso, o analista do Goldman Sachs aproveita para dizer que os BRICS precisam ter mais voz nos fóruns internacionais de caráter financeiro. Como o modelo a ser seguido deve ser sempre o mesmo, a maior presença desses países seria condizente com uma oxigenação do sistema econômico-financeiro, abalado pela grave crise do final da década. Assim, as diferenças dos setores econômicos entre os BRICS são sublimadas, ao passo que as distinções em outras áreas são destacadas.

[VEJA] A sigla Bric, cunhada pelo senhor em 2001, faz muito sentido do ponto de vista econômico. Por outro lado, somos muito diferentes politicamente. Sob este ponto de vista, o acrônimo também faz sentido? E, por fim, existe possibilidade de uma maior harmonização no grupo?

[O’NEILL] Não. Não faz, inclusive, nenhum sentido ser um grupo político permanente. Dentro do Bric, há muitas discrepâncias. Há, de um lado, duas formas de estado com partido único, na China e na Rússia. Em oposição a isso, Brasil e Índia são duas democracias vibrantes, ainda que com várias diferenças. Esses países, por definição, estão impossibilitados de cooperar uns com os outros no campo político.

No entanto, acredito que, em grande parte, a economia por si só justifica a existência do Bric enquanto grupo organizado. Todos são tão grandes. Qualquer movimento que façam tem conseqüências tão importantes para a economia internacional. Até que tenhamos as Nações Unidas e, especialmente, o FMI e o Banco Mundial reformulados, será fundamental que esses ‘players’ encontrem maneiras de fazer valer suas opiniões. Brasil, Rússia, China e Índia, agrupados no Bric, têm hoje uma legitimidade cada vez maior – ainda que não representatividade – que o próprio G7. Sua simples existência porá pressão cada vez maior sobre Washington, Bruxelas e Berlim, resultando em modificações substanciais nas instituições financeiras e políticas internacionais (VEJA, 2010).

⁷⁹ Vale notar também que, ao dizer que a “chave é a produtividade” e que os chineses são altamente preparados para este desafio, O’Neill ignora completamente os paradoxos sociais e humanitários do crescimento chinês já destacados, com as altas taxas de produção do país sendo alcançadas por meio de mão-de-obra extremamente mal remunerada, com poucos direitos e, em alguns casos, em condições análogas à escravidão. O termo “chineses” implica em uma representação de identificação nacional, dando a entender que a produtividade é uma característica daqueles indivíduos agrupados sob a designação – o que apaga as divisões sociais e, principalmente, as formas de exploração da expressiva força de trabalho do país.

Não é apresentada outra similaridade entre as economias que não seja a ideia de “economias emergentes”, baseada no conceito de crescimento do PIB. O texto apresenta essas contradições na afirmação de que o Brasil se encontra empacado na produção de *commodities*, enquanto a China abocanha mercados com produtos manufaturados. Escamoteada sob a percepção do crescimento econômico, encontra-se a concepção de países com destacado potencial de se constituírem em potências mundiais e instituírem um desequilíbrio na balança de poder global. A última frase do consultor é bastante clara nesse sentido.

Essa última frase do excerto serve também para sublinhar o posicionamento extremamente contraditório de O’Neill: advoga que BRICS precisam ter mais voz no mundo, mas desacredita qualquer conjunção entre os países além de um concerto econômico (e também não explica essa unidade no campo da economia). Que tipo de voz deveriam ter, então? Pode-se pensar na possibilidade de posicionamentos que reorganizem os sistemas econômicos, mas não que constituam novas arquiteturas de poder.

Uma das maneiras de tentar construir esse argumento é utilizar de retórica. O consultor aponta que China e Rússia são “duas formas de estado com partido único”. Não poderiam ser consideradas ditaduras? Mas como falar em livre comércio, que sustenta-se em ideias de democracia e liberdade, com governos não-democráticos? O eufemismo não se refere a “formas de estado”, mas a sistemas de governo. O jeito, então, parece ser contrapor as estruturas políticas domésticas dessas nações às de Brasil e Índia, designadas como “democracias vibrantes”, com a adjetivação servindo para acentuar o sentido de democracia sem que seja necessário afirmar que chineses e russos não vivem em regimes desse tipo. Ademais, a afirmação da Rússia como um governo de partido único é equivocada, mesmo que as instituições políticas do país sejam consideradas falhas no sentido de funcionamento democrático.

Desta maneira, a opinião de O’Neill – o “criador” dos BRICS, como é destacado por Veja – se constitui em uma forte defesa das estruturas econômico-financeiras globais. Para tanto, sua interação com o sistema internacional composto pelas unidades estatais é baseada na ideia de uma “objetividade pura” das questões econômicas, sendo que estas são tomadas como principais. Em momento algum – e isso também não era esperado – as bases que sustentam a realidade mundial engendrada pelas relações entre poder econômico e político são criticadas ou questionadas, servindo como pano de fundo da existência contemporânea. De certo, a mídia jornalística, por meio de seu

poder de matriz simbólica, possui extrema importância para a manutenção e aperfeiçoamento das posições dentro do sistema. Novos atores, que procuram lugar nos mais altos estamentos dessa pirâmide, só são aceitos com reservas – e desde que não atentem contra os valores que sustentam a estrutura.

5.3 A cobertura das negociações Brasil-Irã-Turquia (2010)

Contexto

A participação do Brasil, em conjunto à Turquia, nas negociações acerca do programa nuclear iraniano, é representativa da tentativa brasileira de inserção em questões mundiais – esforço do qual também faz parte a liderança das tropas da ONU no Haiti (MINUSTAH, iniciada em 2004) e o envolvimento na crise política de Honduras (2009-2010). Esse conjunto de ações é, conforme alguns investigadores (LEITE, 2011; STEINER et al, 2014), parte do plano de reivindicação por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Tanto o Brasil quanto o Irã são signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que proíbe o desenvolvimento de armas atômicas.

O programa nuclear persa, iniciado anteriormente à Revolução Islâmica de 1979, chegou a ser abandonado nos anos 1980, mas foi retomado na década seguinte. Em decorrência das relações hostis entre Irã e outros países ocidentais (principalmente, os EUA), o projeto foi sempre envolvido em polêmica, com suspeitas de que o interesse do Irã seria desenvolver armamentos. Em 2009, o país fez requerimento de combustível nuclear à AIEA, com o intuito de alimentar um reator de pesquisa. Porém, após tensas negociações, chegou-se ao impasse do local de troca de material – os iranianos enriqueciam urânio de maneira fraca (3,5%), e demandavam material melhor enriquecido (20%), o que seria feito na Rússia. O governo de Teerã queria que a ação fosse realizada em seu território, enquanto a Agência Internacional de Energia Atômica postulava que a troca fosse empreendida em lugar neutro – o plano indicava que o Irã deveria enviar 1.200 quilos do mineral para França e Rússia, para este ser devolvido posteriormente, com a operação transcorrendo possivelmente na Turquia.

O Irã exigia troca simultânea, enquanto a AIEA pretendia realizar uma operação demorada, mantendo sob sua guarda o material. O órgão fiscalizador, em conjunto ao G5+1 (países integrantes do CS-ONU mais a Alemanha), exigiu o fim do processo de enriquecimento de urânio pelo Irã para o prosseguimento das negociações, o que foi rechaçado. O Estado persa passou a enriquecer o material a 20%, e a ONU, pressionada principalmente pelos EUA, Reino Unido e aliados, ameaçou aprovar uma nova rodada de sanções econômicas ao país (a quarta, no total). Estas, segundo Leães, “não só

bloqueiam a chegada de material nuclear, mas também impediram a aquisição de mísseis antiaéreos que o país pretendia comprar da Rússia” (2012), e representam uma medida de força dos norte-americanos no ambiente internacional, visto que conseguem afastar possíveis aliados do Irã.

Se durante a presidência do moderado Mohammad Khatami (1997-2005) as relações internacionais iranianas experimentaram uma diminuição das tensões (com o reatamento dos laços diplomático com o Reino Unido, por exemplo), o quadro muda a partir de 2002. O presidente norte-americano George W. Bush inclui o Irã no chamado “Eixo do Mal”, sublinhando o caráter de antagonismo entre os persas e, em sua concepção, o ocidente. Para Leães (2012), a eleição do conservador Mahmoud Ahmadinejad, em 2005, pode ser entendida como uma resposta da população iraniana à ameaça representada pelos EUA. Ahmadinejad, ex-prefeito de Teerã, tornou-se um mandatário polêmico, sendo a ele atribuídas frases antissemitas – as quais foram negadas e atribuídas a erros de tradução. O líder iraniano se declara oficialmente contrário ao sionismo.

Diante do impasse nas discussões entre AIEA, G5+1 e Teerã, e com anuência da diplomacia norte-americana (como foi afirmado tanto por Celso Amorim quanto por documentação vazada pelo site Wikileaks), Brasil e Turquia se ofereceram, no início de 2010, para negociar uma solução, tendo como base o acordo rascunhado no ano anterior. As duas nações faziam parte, à época, do Conselho de Segurança da ONU como membros temporários. O setor diplomático brasileiro procurou realizar uma negociação que não implicasse na aprovação de novas sanções ao Estado persa, efetivando uma saída diplomática para a questão. Ao longo de cerca de cinco meses, as discussões levaram ao anúncio da Declaração de Teerã, que estabelecia parâmetros para o fornecimento de combustível nuclear ao Irã sem com que o enriquecimento deste permitisse a produção de material bélico. O acordo, baseado em um tratado anteriormente proposto pela AIEA, foi rechaçado pelos EUA e os outros membros permanentes do CS-ONU, que, no fim, acabou por aplicar uma nova rodada de sanções econômicas aos iranianos. O Brasil, seguindo sua tradição diplomática, assinou a declaração aprovada no Conselho.

Foram reunidas 36 notícias (referidas como textos) para a composição do corpus de pesquisa. O recorte temporal engloba matérias publicadas no portal Veja entre

03/03/2010 e 10/08/2010, abrangendo as tentativas de negociação entre Brasil e Turquia com o Irã, o anúncio do acordo (que reuniu as lideranças políticas dos três países em Teerã, capital iraniana, em 17/05/2010), a rejeição dos EUA e dos membros do Conselho de Segurança da ONU às negociações e a divulgação da decisão de aplicar novas sanções ao Estado iraniano.

Empreendendo a ACD, realizo uma exploração do material para o mapeamento de macroproposições. Estas sintetizam sentidos no texto, e apontam para a constituição das formações discursivas efetivadas na produção noticiosa.

5.3.1 Macroproposições: Cobertura das negociações entre Brasil, Irã e Turquia

03/03/2010 - 13:41

IR1: Para Lula, não é prudente “colocar o Irã contra a parede”

- M1 – Lula defende diálogo com Irã sobre programa nuclear
- M2 – Secretária de Estado dos EUA afirma que espera colaboração do Brasil em relação ao Irã
- M3 – Lula defende que o Irã, como o Brasil possa usar energia nuclear para fins pacíficos
- M4 – Lula afirma que Secretária dos EUA deve negociar com chanceler Celso Amorim caso queira apoio para sanções
- M5 – Lula diz que Brasil pode dar lição sobre paz ao mundo
- M6 - Hillary, no Congresso brasileiro, afirma que o Irã descumpriu as resoluções da ONU e da AIEA
- M7 – Parlamentar do PSDB diz que Hillary deixou a entender que o mundo deve ser unir para aplicar sanções ao Irã
- M8 – Hillary afirmou que papel do Brasil na questão é importante

31/03/2010

IR2: Potências chegam a consenso sobre sanções contra o Irã

- M1 – Potências chegam a consenso sobre sanções contra o Irã
- M2 – Rascunho das punições deverá ser apresentado ao CS-ONU
- M3 – Presidente dos EUA quer aplicação rápida das sanções
- M4 – EUA, França e Reino Unido aumentaram pressão por sanções após o Irã aumentar enriquecimento de urânio
- M5 – Entre membros temporários do CS-ONU, Brasil e Turquia defendem diálogo com Irã

15/04/2010 - 20:29

IR3: Lula busca apoio da China sobre Irã

- M1 – Lula busca apoio da China sobre questão nuclear do Irã
- M2 – Lula defende que Irã seja mais flexível porque tem direito a manter programa nuclear com fins pacíficos
- M3 – Subsecretário dos EUA afirmou acreditar que a China apoiará ações mais enérgicas
- M4 – A China tem assento permanente no CS-ONU
- M5 – Potências ocidentais lideradas pelos EUA querem aprovação das sanções ao Irã
- M4 – Presidente chinês participa de reunião do BRIC no Brasil

26/04/2010 - 12:33

IR4: Amorim reitera que Irã tem direito à indústria nuclear “pacífica”

- M1 – Chanceler brasileiro reitera que Irã tem direito à indústria nuclear “pacífica”
- M2 – Amorim afirma que defende o mesmo direito para iranianos e brasileiros de tecnologia nuclear pacífica
- M3 – Amorim vai ao Irã para se encontrar com autoridades do país e preparar visita do presidente Lula

- M4 – Lula quer custurar o apoio de vários governos contra sanções ao Irã
- M5 – Brasil ocupa cadeira não-permanente no CS-ONU e vem sendo criticado por membros permanentes e não-permanentes por ser contrário às sanções
- M6 – Lideradas pelos EUA, potências pressionam por sanções no CS-ONU contra o Irã.
- M7 – Temor de que iranianos estejam desenvolvendo armamentos nucleares; Irã afirma que programa é pacífico
- M8 – Irã testou mísseis em exercício militar na região do estreito de Ormuz, uma das principais rotas de comércio de petróleo e gás do mundo
- M9 – Ministério de Relações Exteriores iraniano afirma que contatos com Brasil são centrados no direito do país de exploração científica e obtenção de combustível nuclear

27/04/2010 - 17:44

IR5: Diplomacia entre Brasil e Irã

- M1 – Chanceler brasileiro entrega mensagem de Lula ao presidente do Irã
- M2 – Brasil é como mediador em disputa diplomática Irã-EUA
- M3 – EUA acusam Irã de desenvolver bombas atômicas

27/04/2010 - 18:21

IR6: Irã convida Brasil para uma “nova ordem mundial”

- M1 – Irã convida Brasil para uma “nova ordem mundial”
- M2 – Ahmadinejad afirma que os dois países precisam fazer parte de uma nova ordem mundial justa
- M3 – Brasil defende o direito do Irã de manter seu programa nuclear
- M4 – Brasil reafirma posição em favor do uso da energia nuclear para fins civis e que o Irã deve apresentar garantias
- M5 – Amorim pede flexibilidade ao Irã e às potências mundiais em torno de acordo sobre combustíveis nucleares
- M6 – Brasil ofereceu ajuda para efetuar troca de urânio entre Irã e comunidade internacional
- M7 – Autoridades iranianas querem criação rápida de mecanismo para troca de combustível
- M8 – Comunidade internacional não tem confiança em discurso de autoridades iranianas
- M9 – Irã é inconstante, recusa-se a cumprir determinações do TNP e Ahmadinejad não tem credibilidade
- M10 – Irã tenta enganar comunidade internacional enquanto leva à frente seu programa
- M11 – Potências ocidentais, lideradas pelos EUA, querem aprovar sanções contra o Irã
- M12 – Lula visitará o país enquanto comunidade internacional quer que Irã aprenda a respeitar normas internacionais

27/04/2010 - 18:41

IR7: Irã é mais um tropeço da política externa brasileira

- M1 – Irã é mais um tropeço da política externa brasileira
- M2 – Discurso brasileiro desequilibrado por afirmar que os dois países têm mesmos direitos
- M3 – Sociólogo diz que Amorim serve como eco das posições do governo iraniano
- M4 – Ex-embaixador nos EUA diz não entender desgaste de Lula para defender a República Islâmica
- M5 – Ação pode gerar dúvidas sobre intenções do Brasil
- M6 – Sociólogo diz que ação brasileira é ideológica)

05/05/2010

IR8: Presidente do Irã apoia o Brasil como mediador de disputa nuclear

- M1 – Presidente do Irã apoia o Brasil como mediador de disputa nuclear
- M2 – Ahmadinejad mantém relação próxima com Hugo Chávez
- M3 – Potências ocidentais, lideradas pelos EUA, não aceitam condições do Irã
- M4 – Comunidade internacional acusa Irã de querer fabricar armas atômicas
- M5 – Iranianos afirmam que programa nuclear é pacífico
- M6 – Brasil se dispôs a realizar a troca de urânio do Irã

16/05/2010 - 18:44

IR9: Irã, Brasil e Turquia fecham acordo nuclear, diz ministro turco

- M1 – Chanceler turco afirma que Irã, Brasil e Turquia fecharam acordo nuclear
- M2 – Chanceler turco: acordo resolverá impasse entre Irã e países do Ocidente
- M3 – Principais autoridades políticas de Irã, Brasil e Turquia se encontram em Teerã
- M4 – Negociações levam dias e há cautela em anúncio de acordo
- M5 – Lula se encontra com presidente e principal aiatolá do Irã

- M6 – Aiatolá possui palavra final em decisões de Estado
- M7 – Aiatolá diz que EUA estão irritados com proximidade de dois países independentes (Brasil e Irã)
- M8 – Secretária de Estado dos EUA afirma que mediação de Lula falharia
- M9 – Irã impôs condições inaceitáveis à ONU em tentativa de acordo anterior
- M10 – Premiê turco: país abrigará troca de combustível iraniano
- M11 – Irã nega acusações do Ocidente sobre seu programa nuclear
- M12 – Brasil e Irã, membros não-permanentes do CS-ONU, ofereceram-se para mediar acordo com Irã
- M13 – Irã começou enriquecimento maior de urânio para produzir combustível para um reator de pesquisa científica
- M14 – Níveis de enriquecimento se aproximam do necessário para fabricação de armas nucleares

17/05/2010 - 07:21

IR10: Irã assina acordo nuclear com Brasil e Turquia

- M1 – Irã assina acordo nuclear com Brasil e Turquia
- M2 – Maiores autoridades políticas de Irã, Brasil e Turquia presentes no anúncio do acordo
- M3 – Ahmadinejad aceitou realizar troca de combustível em território turco
- M4 – Dúvida se AIEA aceitará acordo
- M5 – Irã tem histórico de descumprir acordos na questão nuclear
- M6 – Acordo não empolga comunidade internacional
- M7 – Se acordo for cumprido, Irã deixará de avançar em plano de armamentos nucleares
- M8 – Visita de Lula a Teerã é apontada por EUA e Rússia como última chance do Irã
- M9 – Texto da resolução é baseado em acordo anterior proposto pela AIEA
- M10 – Governo de Israel é o primeiro a se manifestar contrário ao acerto
- M11 – Governo de Israel diz que Irã manipulou Brasil e Turquia
- M12 – Chanceler brasileiro diz que é necessário criar confiança entre Irã, comunidade internacional e Grupo 5+1
- M13 – Amorim diz que acordo reconhece direito do Irã de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos
- M14 – Proposta será encaminhada à AIEA em uma semana

17/05/2010 - 07:50

IR11: Israel: “Irã manipulou Brasil e Turquia”

- M1 - Israel: “Irã manipulou Brasil e Turquia”
- M2 – Governo israelense foi o primeiro a se manifestar sobre tratado
- M3 – Representante do governo de Israel: iranianos têm histórico de simulação e desrespeito a acordos
- M4 – Texto do acordo foi produzido em cima de proposta anterior da AIEA
- M5 – Porta-voz iraniano: quantidade de material nuclear é necessária para reator experimental

17/05/2010 - 10:38

IR12: Acordo nuclear com o Irã não convence a comunidade internacional

- M1 – Acordo nuclear com o Irã não convence a comunidade internacional
- M2 – Lula comemora acordo mas outros países e a imprensa internacional estão céticos
- M3 – Porta-voz iraniano afirma que país não deixará de enriquecer seu próprio urânio
- M4 – Porta-voz da UE: acordo não responde a todas inquietações da comunidade internacional, mas pode ser avanço
- M5 – Porta-voz do governo dos EUA expressa preocupação com acordo
- M6 – EUA alerta que, caso desrespeite obrigações, Irã encarará consequências
- M7 – Porta-voz dos EUA afirma importância do acordo ser avaliado pela AIEA
- M8 – Rússia avalia positivamente o acordo, mas com cautela
- M9 – Governo israelense foi o primeiro a se manifestar sobre tratado
- M10 – Israel: iranianos têm histórico de simulação e desrespeito a acordos
- M11 – Governo da Alemanha diz que documento não pode substituir acordo entre Irã e AIEA
- M12 – Chanceler da França elogia acordo, mas diz que tratado deve ser aprovado pela AIEA
- M13 – Cobertura da CNN sobre acordo destaca afirmação de porta-voz do Irã de que país não deixará de enriquecer seu próprio urânio
- M14 – Correspondente da BBC (Reino Unido) afirma que acordo não é claro
- M15 – Jornal britânico The Guardian considera Brasil coadjuvante dispensável no acordo
- M16 – Porta-voz britânico diz que Irã tem que provas que suas intenções são pacíficas
- M17 – Lula declara que o diálogo pode construir a paz e o desenvolvimento
- M18 – Candidata a presidente Dilma Rousseff celebra acordo

M19 – Governo brasileiro afirma que acordo é base para criação de confiança na comunidade internacional

M20 - Texto do acordo foi produzido em cima de proposta anterior da AIEA

M21 – Porta-voz iraniano: quantidade de material nuclear é necessária para reator experimental

M22 – Acordo precisa de aprovação da AIEA

17/05/2010 - 14:10

IR13: Acordo nuclear é fechado no Irã

M1 – Acordo nuclear é fechado no Irã

M2 – Principais autoridades políticas de Irã, Brasil e Turquia anunciam conjuntamente o acordo nuclear

17/05/2010 - 17:20

IR14: EUA manterão plano de sanções contra o Irã

M1 – EUA manterão plano de sanções contra o Irã mesmo com assinatura do acordo

M2 – Irã fechou acordo com membros não-permanentes do CS (Brasil e Turquia) para enriquecimento de urânio

M3 – EUA tem “séria preocupação” com acordo e dúvidas sobre orientação do programa nuclear iraniano

M4 – Porta-voz da ONU afirmou que acordo é animador, mas que resoluções aprovadas no CS-ONU devem ser aplicadas

M5 – Rússia avalia positivamente o acordo, mas com cautela

M6 – Comunidade internacional ainda está cética

M7 – Porta-voz do Irã afirmou que o país continuará enriquecendo seu próprio urânio

M8 – Potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, querem aprovar novas sanções contra o Irã

M9 – Brasil e Turquia são contra sanções e tentam solução negociada.

M10 – Comunidade internacional teme que Irã desenvolva armas nucleares

M11 – Irã nega planos de desenvolver artefatos atômicos

17/05/2010 - 18:53

IR15: Aiatolá elogia Lula e diz que Irã e Brasil são parecidos

M1 – Aiatolá Khamenei elogia Lula e diz que Irã e Brasil são parecidos

M2 – Khamenei diz que para alterar as atuais relações tirânicas do mundo, países independentes devem se aproximar.

M3 – Khamenei diz que relações bilaterais entre países tendem a crescer

M4 – Khamenei: Brasil é uma grande influência nos assuntos internacionais, com postura independente, contrária à posição dos EUA

M5 – Lula teria afirmado que o mundo mudou e a ONU precisa sofrer mudanças também,

M6 – Lula teria dito Irã faz parte de países que emergiram como atores econômico de relevância mundial

17/05/2010 - 21:03

IR16: Amorim pede confiança em disposição iraniana de cumprir acordo nuclear

M1 – Amorim diz que acordo com Irã não será comprometido por país declara que continuará enriquecendo próprio urânio

M2 – Amorim diz que há necessidade de entender público interno do Irã

M3 – Amorim diz que Irã não conseguiu enriquecer urânio em quantidade expressiva

M4 – Amorim diz que Brasil intensificou contatos com outros países para explicar acordo com Irã

M5 – Assessor brasileiro diz que ceticismo em relação ao Irã é por considerarem o país “satânico”

M7 – Porta-voz do Irã afirmou que o país continuará enriquecendo seu próprio urânio

M8 - Potência ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, querem aprovar novas sanções contra o Irã

M9 - Irã fechou acordo com Brasil e Turquia para troca de combustível nuclear em território turco

M10 - Comunidade internacional está cética em relação a intenções do Irã

18/05/2010 - 13:01

IR17: Potências adotam cautela sobre acordo com Irã e preparam sanções

M1 – Potências nucleares adotam cautela sobre acordo com Irã e preparam sanções

M2 – Hillary: termos das sanções já foram aceitos por China e Rússia, membros do CS-ONU relutantes

M3 – China declarou apoio ao acordo firmado entre Irã, Brasil e Turquia

M4 – França vê acordo como positivo, mas adota cautela

M5 – Para Brasil e Turquia, membros temporários do CS-ONU, é normal seus diplomatas participarem de negociações entre membros permanentes

M6 – Potências ocidentais pretendiam aplicar sanções por temer que Irã esteja produzindo armas de

destruição em massa

M7 – Potências ocidentais acusam Irã de não cooperar com AIEA

M8 – Irã afirma que atividades atômicas são para produção de energia elétrica

M9 – Irã declara aguardar resposta rápida das grandes potências sobre acordo

M10 – AIEA pediu confirmação oficial do governo do Irã sobre intenções de seu programa nuclear

18/05/2010 - 16:02

IR18: Para Garcia, EUA 'vão se dar mal' se adotarem sanções contra o Irã

M1 – Assessor especial para Assuntos Internacionais de Lula, Marco Aurélio Garcia: adoção de sanções contra o Irã por CS-ONU seria ilegítima e mal recebida pela comunidade internacional.

M2 – Garcia: EUA sofrerão sanção moral e política em caso de sanções

M3 – Assessor diz que EUA já tinha intenção de sancionar Irã antes da assinatura do acordo

M4 – Garcia: Irã não é um país qualquer e não se abateria com sanções econômicas

M5 – Acordo não mudou disposição das potências nucleares em aplicarem sanções ao Irã

M6 – Porta-voz dos EUA: Irã será pressionado de todas as formas possíveis para cumprir acordos

M7 – Secretária de Estado dos EUA diz que Irã tenta fugir da pressão das potências mundiais com acordo

18/05/2010 - 20:52

IR19: Brasil promete denunciar EUA contra sanções ao Irã

M1 – Brasil e Turquia defenderão acordo nuclear com Irã junto a cada membro do CS-ONU

M2 – Cartas são espécie de denúncia da posição dos EUA e aliados

M3 – Brasil e Turquia defendem que acordo traz os termos exigidos pelas potências nucleares

M4 – Amorim diz que negociações eliminaram resistências e novas exigências do Irã

M5 – Chanceler afirma que esperava dos EUA e aliados boa vontade com acordo

M6 – Irã concordou com troca de material nuclear em território turco; quantidade é suficiente para manter reator de pesquisas médicas

M7 – Governo iraniano se dispôs a remeter informações à AIEA para dar continuidade a negociações

21/05/2010 - 17:47

IR20: Obama havia dito a Lula que acordo com Irã criaria confiança

M1 – Obama enviou carta a Lula afirmando que acordo com Irã criaria confiança

M2 – Documento é anterior à assinatura de acordo e retoma pontos de proposta anterior

M3 – Brasil afirma que carta inspirou maioria dos pontos do acordo

M4 – Carta de Obama: preocupação com possibilidade de Irã construir armas nucleares em curto prazo; país precisa mostrar interesse de cooperação com AIEA

M5 – Irã promete enviar documento sobre programa nuclear para AIEA mas afirma que manterá enriquecimento do próprio urânio

M6 – EUA anunciaram que membros permanentes do CS-ONU aceitaram esboço de resolução de sanções M6

– Comunidade internacional acredita que acordo é forma de atrasar as sanções da ONU para Irã

ganhar tempo para produção de armas nucleares

M7 – Irã nega acusações sobre programa nuclear

M8 – Secretário-Geral da ONU espera que acordo permita negociações entre Irã e Ocidente por vias pacíficas

M9 – Primeiro-ministro turco pede aos EUA respeito ao acordo e chance para diplomacia

M10 – Após assinatura de acordo nuclear, foi divulgado rascunho das sanções a serem aplicadas ao Irã

M11 – Se sanções foram aprovadas, Irã não cumprirá acordo nuclear

21/05/2010 - 20:15

IR21: Irã confirma que vai comunicar AIEA sobre acordo nuclear

M1 – Irã confirma que vai comunicar AIEA sobre acordo nuclear

M2 – Afirmação de parlamentar iraniano de cancelamento do acordo em caso de sanções causou dúvidas

M3 – Amorim diz que Irã deverá cumprir compromisso com AIEA dentro do prazo

M4 – Amorim entrou em contato com diversos países para defender acordo e explicar posição brasileira M5

– Brasil e Turquia, membros provisórios do CS-ONU, opõem-se à aplicação de sanções e defendem diplomacia

M6 – Potências ocidentais, lideradas pelos EUA, vêm acordo como insuficiente e preparam sanções

24/05/2010 - 13:02

IR22: Acordo com o Irã começa a ser cumprido, diz Lula

M1 – Acordo começa a ser cumprido a partir da entrega de documento pelo Irã, segundo Lula

- M2 – Lula diz que sua presença em Teerã foi esforço para convencer Irã a negociar
- M3 – Irã faz apelo às grandes potências e a ONU pelo respeito ao acordo
- M4 – Chefe da agência de energia atômica iraniana desconversa sobre ameaça de continuar enriquecendo urânio
- M5 – Acordo mediado por Brasil e Turquia prevê troca de combustível em território turco
- M6 – Irã afirmou que continuaria enriquecendo urânio
- M7 – EUA anunciam esboço de sanções apoiado por membros permanentes do CS-ONU
- M8 – Irã anuncia abandono do acordo em caso de sanções

25/05/2010 - 07:51

IR23: Irã só cumprirá acordo se “AIEA aprovar todos os termos do documento”

- M1 – Irã só cumprirá acordo se AIEA aprovar texto integralmente
- M2 – Irã considera acordo concessão máxima possível
- M3 – Chefe da agência atômica do Irã acredita na aceitação do acordo
- M4 – Irã se dispõe a iniciar troca de combustível dentro do prazo de um mês após aprovação da AIEA
- M5 – EUA afirma que analisará termos do acordo
- M6 – EUA desconfia de disposição iraniana em cumprir acordo

25/05/2010 - 08:09

IR24: “Acordo com o Irã é impossível de ser realizado”, diz diplomata

- M1- Diplomata ligado a negociações diz que acordo com Irã é tecnicamente impossível de ser realizado
- M2 – Acordo prevê troca de combustível em território turco para reator de pesquisas médicas
- M3 – Irã pretende tranquilizar comunidade internacional com acordo
- M4 – Irã garante que programa nuclear tem fins pacíficos
- M5 – Grandes potências suspeitam de intenções do Irã

25/05/2010 - 10:59

IR25: Hillary Clinton: carta do Irã à AIEA tem “muitas deficiências”

- M1 – Secretária de Estado dos EUA diz que carta do Irã à AIEA tem muitas deficiências
- M2 – Hillary não comentou quais as falhas do documento
- M3 – AIEA ainda não fez declarações sobre o documento
- M4 – Acordo prevê troca de combustível em território turco para reator de pesquisas
- M5 – EUA anunciam esboço de sanções apoiado por membros permanentes do CS-ONU
- M6 – Potências ocidentais, lideradas pelos EUA, temem programa nuclear secreto do Irã para fabricação de armas
- M7 – Irã diz que fins do programa nuclear são pacíficos
- M8 - Brasil e Turquia, membros provisórios do CS-ONU e mediadores do acordo, defendem diálogo com Irã

27/05/2010 - 18:54

IR26: Brasil e EUA trocam críticas sobre questão nuclear iraniana

- M1 – Brasil e Turquia criticam comportamento dos EUA após anúncio do acordo com Irã
- M2 – Hillary diz que EUA possui sérias divergências com político do Brasil sobre Irã
- M3 – Hillary diz que EUA acreditam que Irã está usando Brasil
- M4 – Hillary diz que alertou chanceler brasileiro que dar mais tempo ao Irã torna o mundo mais perigoso
- M5 – Brasil e Turquia, membros provisórios do CS-ONU, mediarão acordo com Irã
- M6 – Mesmo com acordo, Irã anunciou que continuará enriquecendo próprio urânio
- M7 – EUA anunciam esboço de sanções apoiado por membros permanentes do CS-ONU
- M8 – Lula e premiê turco afirmam ter seguido planos do CS-ONU na mediação do acordo
- M9 – Lula: países contrários ao acordo devem dizer se querem paz ou conflito
- M10 – Lula diz que Irã está cumprindo todas as determinações do acordo
- M11 – Lula: países devem deixar prepotência para negociar
- M12 – Premiê turco considera acordo triunfo diplomático de Brasil e Turquia e diz que países contrários são invejosos
- M13 – Lula pede sensibilidade à AIEA
- M14 – Irã pede aos EUA e Rússia que apoiem o acordo e diz que é última oportunidade de resolução
- M15 – Irã não tem histórico de obediência às determinações do CS-ONU
- M16 – EUA e outros países temem que iranianos pretendam fabricar armas nucleares
- M17 – Irã já sofreu três rodadas de sanções do CS-ONU, mas afirma que seu programa nuclear é pacífico

28/05/2010 - 14:07

IR27: Lula rebate Hillary: armas nucleares tornam o mundo “mais perigoso”, não o Irã

- M1 – Lula rebate Hillary: armas nucleares tornam o mundo mais perigoso, não Irã
- M2 – Hillary afirmou que Brasil e EUA têm sérias divergências sobre programa nuclear do Irã
- M3 – Hillary diz que Irã está usando Brasil para ganhar tempo
- M4 – Potências nucleares acreditam que Irã pretende fabricar armas atômicas
- M5 – Após anúncio de acordo, novo projeto de sanções produzido pelos EUA foi enviado ao CS-ONU e aprovado por membros permanentes

01/06/2010 - 16:20

IR28: Irã tem urânio para duas armas atômicas, alerta AIEA

- M1 – AIEA alerta que Irã tem urânio para duas armas atômicas
- M2 – Relatório reforça argumentos de governo dos EUA e desacredita acordo Irã-Brasil-Turquia
- M3 – Demora do Irã em aceitar acordo permitiu expansão da capacidade nuclear do país
- M4 – Irã diz que programa nuclear é pacífico e que relatório forjou provas de construção de ogivas
- M5 – EUA e Israel se encontram para discutir expansão nuclear iraniana
- M6 – Autoridades israelenses dão indícios de que podem atacar instalações nucleares iranianas
- M7 – Irã e CS-ONU divergem sobre programa nuclear há quatro anos
- M8 – Diretrizes do programa nuclear iraniano dão margem a dúvidas
- M9 – AIEA e CS-ONU pedem ao Irã que suspenda o enriquecimento de urânio até que sejam conhecidas as intenções do país
- M10 – EUA, Grã-Bretanha e França denunciaram construção de segunda fábrica de enriquecimento de urânio no Irã
- M11 – AIEA: Irã tentou construir plantas nucleares subterrâneas para diminuir vulnerabilidade
- M12 – Irã afirma que constrói instalações subterrâneas por razões de segurança.

08/06/2010 - 20:26

IR29: “Novas sanções contra o Irã serão as mais duras”, diz Hillary Clinton

- M1 – Hillary anuncia que nova rodada de sanções ao Irã serão as mais duras que país já enfrentou
- M2 – Hillary diz que unidade da comunidade internacional sobre a questão nuclear iraniana é significativa
- M3 – Diplomatas ocidentais esperam que os 12 membros do CS-ONU apoiem sanções
- M4 – Brasil, Turquia (que mediarão acordo nuclear) e Líbano se põem às sanções
- M5 – Novas sanções ao Irã deverão afetar bancos do país no exterior
- M6 – EUA e aliados suspeitam que o Irã esteja desenvolvendo secretamente armas atômicas.
- M7 – Irã diz que atividades têm fins pacíficos, mas recusou ordens da ONU para suspender o enriquecimento de urânio.

09/06/2010 - 13:10

IR29: ONU aprova sanções contra o Irã

- M1 – ONU aprova quarta rodada de sanções contra o Irã; texto amplia punições anteriores
- M2 – Resolução redigida pelos EUA foi aprovada por 12 votos; Brasil e Turquia votaram contra; Líbano se absteve
- M3 – Acordo mediado por Brasil e Turquia foi desacreditado pelas grandes potências
- M4 – Sanções são amplas e atingem particulares, entidades, bancos e atividades do Estado

11/06/2010 - 16:52

IR30: Nobel da Paz critica Lula: “Nenhuma nação deve estar ao lado do Irã”

- M1 – Defensora dos direitos humanos e Prêmio Nobel da Paz de 2003, advogada Shirin Ebadi deixou o Irã após ameaças à família
- M2 – Primeira iraniana a se tornar juíza, foi expulsa dos tribunais com a instauração da Revolução Islâmica (1979)
- M3 – Shirin critica Lula por não ter se encontrado com sindicalistas e membros da sociedade iraniana em geral, apenas autoridades
- M4 – Revolução Islâmica tirou direitos de mulheres e Shirin não se considera uma iraniana livre ainda
- M5 – Shirin diz que é constantemente ameaçada por agentes do governo iranianos
- M6 – Shirin diz que presidente não importa, quem manda na vida dos iranianos é o aiatolá supremo
- M7 – Ativista é contra sanções econômicas ao Irã, mas apoia sanções políticas
- M8 – Ativista afirma que Irã tem que cumprir resoluções internacionais sobre programa nuclear
- M9 – Shirin: nenhum país deve ficar ao lado do Irã enquanto ele não parar de provocar

M9 – Shirin não sabe dizer se Irã possui armas nucleares porque tudo no país é decidido secretamente
 M10 – Ativista acredita que está em início um processo de derrubada do regime pelo povo, mas é impossível fazer previsões

22/06/2010 - 16:45

IR31: Vontade do Irã de manter acordo é positiva, diz Celso Amorim

M1 – Chanceler brasileiro diz que vontade do Irã de manter acordo nuclear é fator positivo
 M2 – Brasil renunciou à mediação da questão nuclear iraniana devido à rejeição do acordo por EUA e outras potências
 M3 – Amorim diz que havia disposição negativa com acordo e que Brasil só voltará a negociações a partir de pedido de outras partes
 M4 – Assessoria do Itamaraty afirmou que aguarda próximos acontecimentos
 M5 – Brasil, Turquia e Irã fecharam acordo sobre programa nuclear iraniano
 M6 – Grandes potências, lideradas pelos EUA, suspeitam de intenções nucleares do Irã
 M7 – CS-ONU aprovou novas sanções ao Irã, com oposição de Brasil e Turquia

29/06/2010 15:47

IR32: EUA, Rússia e França propõem reunião de especialistas com o Irã

M1 - EUA, Rússia e França propõem reunião de especialistas com o Irã para retomada de negociações sobre programa nuclear do país
 M2 – Chanceler russo diz que proposta é resposta à iniciativa turco-brasileira
 M3 – Turquia pede que Irã e potências possibilitem cumprimento do acordo
 M4 – Chanceler do Irã diz que congelamento de negociações não afeta eventual troca de combustível
 M5 – Ahmadinejad afirma que Irã atrasará retomada de negociações como protesto por tratamento recebido e aprovação de novas sanções
 M6 - Ahmadinejad pediu presença de Brasil e Turquia em novas negociações

15/07/2010 - 18:54

IR33: Ministro iraniano diz que diálogo começará em setembro

M1 – Chanceler iraniano diz que diálogo com potências ocidentais começará em setembro
 M2 – Chanceler iraniano pediu presença de Brasil e Turquia nas novas negociações
 M3 – Autoridades dos EUA dizem que chanceler turco concordou que questão nuclear do Irã deve ser tratada por instituições internacionais
 M4 – Amorim afirma que ação do Brasil nas negociações tem limites
 M5 – Ahmadinejad atrasou negociações como protesto contra decisão do CS-ONU
 M6 - Ahmadinejad conclama países a se posicionarem contra o suposto arsenal atômico de Israel
 M7 – Brasil e Turquia mediarão acordo com Irã para troca de combustível nuclear iraniano
 M8 – Acordo foi considerado insuficiente por potências ocidentais, que suspeitam do programa nuclear do Irã
 M9 – Irã nega acusações

24/07/2010 - 16:54

IR34: Irã, Brasil e Turquia se encontrarão neste domingo para discutir troca de urânio

M1 - Irã, Brasil e Turquia se encontrarão para discutir troca de urânio
 M2 – Acordo não impediu nova rodada de sanções ao Irã pelo CS-ONU; Brasil e Turquia votaram contra as sanções
 M3 – Ocidente se preocupa que Irã esteja desenvolvendo armas nucleares
 M4 – Iranianos negam acusações
 M5 – Irã diz querer retomar negociações, mas não imediatamente

26/07/2010 - 18:53

IR35: Irã diz que aceita retomar negociações nucleares sem impor condições

M1 - Irã diz que aceita retomar negociações nucleares sem impor condições em carta à AIEA
 M2 - Novas negociações devem ter como base o acordo assinado com Brasil e Turquia
 M3 – Acordo foi desacreditado por potências ocidentais
 M3 – Irã afirma que combustível será usado em reator para pesquisas médicas
 M4 – UE e Canadá anunciam novas sanções econômicas contra o Irã; medidas têm como alvo sistema bancário e energético

10/08/2010 - 15:34

IR36: Lula assina decreto para seguir sanções da ONU ao Irã

M1 – Lula assina decreto para seguir sanções da ONU ao Irã

M2 – Lula teve que ceder, mas Brasil não admite o fracasso

M3 – Amorim afirma que Brasil tem tradição de cumprir resoluções do CS-ONU

M4 – Brasil tentou ser mediador de acordo com Irã

M5 – Comunidade internacional, liderada pelos EUA, não aprovou aproximação entre Lula e Ahmadinejad

M6 – Grande temor sobre possibilidade de Irã desenvolver armas nucleares

M7 – Verdadeira intenção iraniana era produzir armas nucleares

M8 – Relações comerciais entre Brasil e Irã não devem sofrer mudanças

Formações discursivas

Foram delineadas seis principais FDs na cobertura em questão:

FD1: Mundo desconfia do programa nuclear iraniano;

A FD1 é traçada por sentidos que apontam para uma falta de confiança mundial em relação ao plano nuclear do Irã, o que é sustentado pelas recorrentes afirmações de dúvidas da comunidade internacional, do Ocidente e das potências ocidentais. Esta falta de crédito é consensual, amparada em questões como a imagem construída sobre o presidente Mahmoud Ahmadinejad e as intenções dos aiatolás – apelidados pejorativamente de *aiatolás atômicos* em certos momentos.

FD2: Brasil e Turquia são contra sanções ao Irã;

A constante reafirmação da postura contrária de brasileiros e turcos às sanções contra o Irã que demarca esta FD é esboçada na falta de contextualização da questão. A posição de Brasil e Turquia se torna uma asserção válida por si própria, excluindo os motivos relativos aos parâmetros e estratégias destes países.

FD3: EUA e potências ocidentais querem sanções ao Irã;

Esta é estruturada pela percepção da intenção dos EUA e das potências ocidentais em aplicar sanções aos iranianos, ou seja, punir o país por desprezar tratados anteriores. Não há questionamento acerca da disposição desse grupo de nações

em impor mais restrições ao Estado persa, aparecendo como uma prerrogativa natural daqueles que possuem o poder global.

FD4: Irã alega que seu programa nuclear é pacífico;

Os sentidos aqui indicam que o governo iraniano alega a concepção pacífica de seu projeto nuclear, e que este não representa ameaça para o mundo. O elemento destacado é precisamente a ponderação persa, sendo fomentado pelas dúvidas em relação ao programa. É necessário que o Irã repetidamente afirme que suas intenções não são bélicas – o que representa a grande suspeita mundial, tendo em vista que são recuperadas informações anteriores ao acontecimento que motiva esta cobertura de que o governo iraniano não reconhece a existência de Israel e que isso é um dos motivadores dos planos atômicos, que são antigos.

FD5: Irã não cumpre acordos;

A formação discursiva em questão aglomera sentidos que expõem a suposta inexorabilidade da falta de credibilidade iraniana. Afirma-se que o Irã tem um histórico de desrespeito aos tratados internacionais, o que estabelece sua incapacidade de estabelecer novos acordos. A FD sustenta a ideia de enfado da comunidade internacional/Ocidente/potências ocidentais em relação ao Estado persa.

FD6: Lula e Amorim defendem programa nuclear do Irã.

Esta FD é marcada pela “pessoalização” das discussões sobre o programa nuclear iraniano. Os sentidos indicam que o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim simplesmente apoiam os planos atômicos iranianos, sem que este suposto apoio seja problematizado – por exemplo, as semelhanças entre os dois programas nucleares. Ademais, a posição brasileira em relação à questão é definida como de suporte, não como mediação.

A partir dessas seis formulações, percebe-se que a cobertura é pautada pela desconfiança em relação ao acordo mediado por Brasil e Turquia com o Irã acerca de seu programa nuclear. Em realidade, esta atitude é exposta desde o início pela supressão da ideia de mediação. As autoridades dos três países citam, em diversos momentos, que

a atuação das chancelarias brasileira e turca acontecem no sentido de negociar a situação do programa do Irã. Contudo, os textos afirmam, diuturnamente, que os dois mediadores defendem os planos iranianos. É uma ressemantização sutil e de grande importância: Brasil e Turquia agem em busca de um acordo com o Irã com uma proposta que havia sido tentada anteriormente por negociadores da AIEA; ademais, como é afirmado no texto IR20, o presidente norte-americano, Barack Obama, havia enviado carta dizendo a Lula que um acordo com os iranianos criaria confiança. As notícias, ao indicarem “apoio”, modificam as possibilidades de compreensão da dinâmica: brasileiros e turcos são representados como aliados do Irã, não intermediários da questão atômica em foco. Essa concepção é reiterada pela expressiva presença dos sentidos que conformam a FD2 e a FD6.

As quatro primeiras FDs aparecem conjuntamente nas mesmas matérias em uma grande quantidade de textos. Compõe-se um quarteto de formações discursivas que se entrelaçam, criando uma ambiência interdiscursiva bastante presente. A FD1 é composta pela parafrase de reiteração da desconfiança da “comunidade internacional”, das “potências ocidentais” e do “Ocidente” sobre o programa atômico do Irã. Os sentidos que compõem esse discurso são percebidos em quase a totalidade do material publicado e reunido para composição do *corpus* de investigação.

FD2, constituída pela repetição constante da oposição de Brasil e Turquia à aplicação de sanções ao Estado iraniano, compõe um contraponto à FD1, pois aparecem juntas na quase totalidade dos textos, o que serve para criar um efeito de antítese entre as posições defendidas pelo “mundo” (composto pelo Ocidente, potências ocidentais e comunidade internacional) e por Brasil e Turquia. Enquanto estes se opõem ao que supostamente é um consenso, chocando-se ao senso comum estabelecido sub-repticiamente, é efetivada uma exclusão total do Irã da dinâmica em análise (ou do “espaço de afetividade”, como diria Rodrigo Alsina). Como afirmei anteriormente, essa confluência de discursos também é estruturada para indiciar sentidos de apoio ao programa nuclear iraniano.

A alegação iraniana de interesses pacíficos sobre seu projeto nuclear conforma a FD4, que acaba sendo desacreditada no choque com a FD5. Nesta relação, enquanto a primeira formação discursiva é evidenciada apenas pela declaração do próprio governo do Irã, a partir de uma posição defensiva, a segunda é reiterada amplamente a partir de declarações de líderes e porta-vozes de países, da AIEA e da imprensa internacional.

A FD6 congrega os sentidos de que o presidente Lula e o chanceler Celso

Amorim defendem o programa atômico do Irã. No âmbito da interação interdiscursiva, apresenta-se a posição brasileira como uma opção facultada à vontade pessoal das referidas autoridades, o que esvazia a ação estratégica do Estado na questão em análise. Essa formação discursiva abrange a possibilidade de culpabilizar individualmente Lula pelas consequências das negociações, o que tem implicações internas e externas de grande importância, e diminuir a credibilidade do ministro de Relações Exteriores, considerado interna e externamente um profissional de grande competência⁸⁰. Em resumo, é uma tentativa de atingir o capital político dos chefes do Executivo e do Itamaraty.

5.3.2 Estereótipos: os Aiatolás atômicos

As formações discursivas que perpassam a cobertura noticiosa engendram a mobilização de estereótipos relacionados a religião islâmica e ao contato entre Ocidente e “resto” do mundo. Como visto, o processo de tipificação estereotípica congrega formas de conhecimento-reconhecimento (sejam de indivíduos, coletividades, locais, etc.) e a estruturação de relações de poder (sejam políticas, sociais, culturais, etc.).

Nos 36 textos, foram contabilizadas 38 ocorrências de denominação com a adjetivação islâmica/islâmico (país, república, Estado, nação), com presença em 28 matérias (77,7% do total). No caso da forma “República Islâmica”, com iniciais maiúsculas, só poderia ser alegado que esta referência se dá pelo nome oficial do país (*República Islâmica do Irã*) caso também fossem utilizadas as formas “República Federativa” para tratar do Brasil ou “República da Turquia”. Do contrário, é mais uma forma de afirmar o caráter desviante do Irã no sistema internacional, baseado em uma ordem que exclui o elemento religioso do campo político (em forma institucional, já que as relações entre religião e política são constantes e históricas⁸¹). Assim, a referência de

⁸⁰ Amorim alcançou o posto de chanceler com maior tempo à frente do Itamaraty em novembro de 2010, ultrapassando o patrono da diplomacia brasileira, Barão de Rio Branco. Em 2009, David Rothkopf, editor da *Foreign Affairs* (uma das principais publicações mundiais sobre Relações Exteriores), publicou elogioso artigo sobre Amorim, no qual afirma ser o ministro responsável por fazer do Brasil “um dos mais importantes *players* do cenário mundial, reconhecido por consenso global por desempenhar um papel de liderança sem precedentes” (tradução minha). O texto pode ser acessado em <http://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-worlds-best-foreign-minister/>.

⁸¹ E também contemporâneas. Em rápida vista sobre o cenário político de quatro dos países citados na cobertura (Brasil, Turquia, EUA e Israel), o elemento religioso possui amplo destaque. No caso brasileiro, a chamada “bancada evangélica”, relacionada diretamente a determinados movimentos neopentecostais, fortalece-se a cada pleito eleitoral, expressando apreço por bandeiras socialmente conservadoras. Entre os turcos, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (*Adalet ve Kalkınma Partisi*, ou AKP), do qual faz parte o presidente Recep Erdogan, é acusado de tentar solapar o caráter laico do país ao propor medidas e leis baseadas em preceitos islâmicos, consideradas populistas por seus críticos – como a recriminalização do

cunho religiosa pode ser relacionada ao fato de que o Irã ser uma teocracia.

Mas este é apenas um primeiro nível a ser analisado. A reiteração do elemento religioso no campo político objetiva construir determinados sentidos a serem interpretados face a secularização que a política invoca. É necessário observar que, além da própria matriz religiosa – o que, como dito, em acordo aos valores ocidentais, é um fator estranho ao campo político institucional – há o grande complexificador de se estar tratando da relação entre poder político e religião muçulmana. O islâmico pode ser considerado um arquétipo da alteridade no contexto da civilização judaico-cristã ocidental. Da ocupação da península ibérica no século oitavo, passando pelas Cruzadas, pelo colonialismo europeu e chegando aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque (EUA), é recorrente a ideia de um embate entre Islã e Ocidente, como apontam diversos autores, tais como Karim (2003), Said (2007) e Schilling (2008).

Para entender a impressionante repetição da adjetivação relativa ao islamismo é necessário perceber que a repetição da fórmula Irã X Ocidente é a principal fomentadora dos estereótipos aqui observados. Destaque-se que o Estado iraniano ocupa, nessa dinâmica, o papel do Oriente, mesmo que não seja referido dessa maneira. Enquanto o Ocidente se proclama, define-se, afirma valores ideais, o “resto” do mundo, como apontei acima, passa por um processo de enquadramento realizado externamente. No caso das discussões sobre o programa nuclear do Irã, o país preenche com louvor o papel que as concepções orientalistas a ele facultam. Em seu trabalho clássico, Said (2007) defende que a figura do Oriente, apesar de fascinar, intrigar, seduzir e assustar os ocidentais, não passa de uma invenção dos mesmos, que buscaram, por meio de conhecimentos acreditados como “científicos”, definir dentro de uma identidade um conjunto de grupos humanos extremamente diversificado. As representações sobre o “oriental” foram sendo reestruturadas, repensadas, redefinidas e, assim, acabaram por integrar as estruturas de reconhecimento, tanto dos europeus da época renascentista

adultério e a proibição completa do aborto (a Turquia foi a primeira nação de maioria islâmica a legalizar a interrupção da gravidez). Sobre a política norte-americana, o Partido Republicano aglutina algumas das principais lideranças cristãs nacionais (em maioria composta por protestantes, mas com grande presença também de católicos), o que foi bem manejado e exemplificado no ostensivo uso de retórica religiosa pelo ex-presidente George W. Bush para justificar ações militares externas e medidas internas. Já Barack Obama, seu sucessor democrata, repetidamente é “acusado” de ser muçulmano, religião professada por sua família paterna. No tocante a Israel, além da óbvia constituição do Estado a partir da concepção religiosa, partidos que representam grupos ultraortodoxos, como o *Shas* e o Judaísmo Unido da Torá (*Yahadut HaTorah*), possuem grande presença no parlamento, além da influência sobre outros conjuntos políticos.

quanto dos definidores da política externa dos EUA no século XX. Nesta disciplina, os orientais – e, em especial, os muçulmanos – são inferiores aos ocidentais, pois, em meio à sua barbárie, não conseguem nem mesmo estabelecer instituições políticas separadas da religião, que também os arrasta para sua inexorável atração para a violência, além de serem identificados como traiçoeiros e sexualmente vorazes. Assim, o estabelecimento de tutelas ocidentais (francesa, inglesa e norte-americana) se mostraria a única saída para que esses povos pudessem deixar sua condição de rebaixamento.

É expressiva a observação do “fator Islã” quando o jornalismo aborda acontecimentos que envolvem países de maioria muçulmana, como é o caso do Irã - talvez o principal exemplo contemporâneo, tendo em vista a Revolução Islâmica de 1979. Karim (2002) e Said (2007) apontam que a ideia da existência de apenas “um” Islã é falaciosa, pois engendra uma unicidade irreal. Se as origens do medo que o termo arregimenta estão na Idade Média, diz Said, seus efeitos podem ser percebidos contemporaneamente. Definições como “islâmico”, “muçulmano” ou “xiita” acabam se tornando rótulos de primeira potência, induzindo a sutis discriminações (KARIM, 2002), visto que há uma vinculação de atitudes violentas ao fanatismo religioso.

Aos moldes que induzem a sutis discriminações, como diz Karim, podem ser somadas as definições explicitamente discriminatórias. É o caso do título *Aiatolás atômicos*, que nomeia a seção no qual as notícias publicadas no portal sobre as negociações com o Irã são dispostas. A denominação consegue alcançar uma vigorosa confluência de sentidos, sintetizando dois elementos cuja intenção é incomodar (ou atemorizar, melhor dizendo) o espaço ocidental. A junção dos aiatolás (líderes político-religiosos iranianos) ao elemento atômico compõe um verdadeiro pesadelo ocidental, mesclando a irracionalidade facultada aos adeptos do islamismo ao poder de destruição que as armas nucleares permitem.

Esse medo constituinte da percepção sobre o Irã é exposto em diversos momentos da cobertura a partir de um elemento paratextual das notícias: a chamada “cartola” ou “chapéu”, palavra ou definição curta que serve de etiqueta a um tema a ser tratado na matéria. No caso em análise, foram mapeados cinco textos cuja cartola era *Ameaça nuclear*. Comparativamente, o termo *Diplomacia* aparece em nove oportunidades. Em nenhum momento foi noticiado algum acontecimento que tenha indiciado a constituição de uma ameaça nuclear, algo que pusesse em alerta a “comunidade internacional” sobre a questão. Seu uso intenciona avisar, prenunciar que

a situação enfocada – e enquadrada – da possibilidade de o Irã desenvolver armamentos nucleares se constitui em um perigo a própria existência do público.

Assim, há uma conjunção de sentidos basilados em discursos que remetem às concepções de Oriente e Islã que estruturam o conhecimento sobre o Irã e podem ser notados na composição dos estereótipos. A situação é evidente ao se observar que a Turquia, nação cuja população amplamente professa a fé no Alcorão e que possui fortemente elementos histórico-culturais⁸² de matizes muçulmanas, não é referida com o qualitativo islâmico/islâmica, ao contrário do Estado persa. Infere-se que, quando o conceito de Islã passa de papel substantivo a elemento adjetivo à nacionalidade, a intenção é facultar um determinado conjunto de sentidos possíveis, alcançando significados enraizados no imaginário de públicos que majoritariamente compartilham valores e crenças considerados ocidentais. Assim, na cobertura do portal Veja, os estereótipos são acionados no processo de essencializar o Irã no molde de *país islâmico*, o que aqui obviamente constitui uma acepção negativa.

5.3.3 O Brasil desafia o “bom senso” internacional

Concentro-me em analisar mais aprofundadamente notícias que apresentam um maior grau de características relacionadas à identidade editorial de Veja – outrossim, matérias cujo substrato advindo das agências é trabalhado mais fortemente no processo de edição do portal.

Duas matérias, publicadas no mesmo dia (27/04/2010), encadeiam argumentos de que, seduzido pelas vazias promessas de um país não-confiável, o Brasil estaria indo contra a comunidade internacional, desafiando o “bom senso” mundial. Em IR6⁸³, é afirmado que o Irã está *convidando* o Brasil a fazer parte de uma “nova ordem mundial”, conceito que, em Relações Internacionais⁸⁴, é referente a emergência de um

⁸² A própria bandeira turca ostenta o Crescente Vermelho, símbolo iconográfico que comumente representa o islamismo.

⁸³ VEJA, *Irã convida Brasil para uma “nova ordem mundial”* (27/04/2010).

⁸⁴ O termo foi utilizado pela primeira vez pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson em seus *Cartorze Pontos para a Paz*, ao final da Primeira Guerra Mundial. Desde então, foi reapropriado em contextos como do fim da Segunda Guerra e das transformações na relação entre EUA e URSS, que culminam com a derrocada da Guerra Fria. Esses são momentos nos quais a “nova ordem mundial” figurou oficialmente em discursos e comunicados. A ideia também alimenta outras utilizações consideradas de viés negativo e particularmente maligno, como nas referências históricas ao estabelecimento de uma nova ordem fundada na ideologia nazista. Há também, contemporaneamente, a

novo período histórico, condicionado e condicionando amplas mudanças políticas a partir de um novo equilíbrio de poder no cenário global. As aspas utilizadas pelo texto indicam uma incredulidade acerca da nova ordem que os iranianos estariam propondo ao Brasil fazer parte. Como essa situação não é abordada de forma mais aprofundada pela notícia, sendo apenas citada, fica a cargo do leitor interpretar que tipo de cenário global inédito estaria propondo a nefasta nação dos aiatolás atômicos, a partir do convite realizado por seu presidente, um personagem de mentalidade antiocidental e cujas características em geral destacadas preenchem o papel de vilão oriental: mentiroso, ardiloso, louco, enigmático.

Reproduzo a parte final da notícia:

Polêmica - O fato é que os discursos de Mottaki e Larijani não despertam confiança na comunidade internacional. As idas e vindas do Irã, a resistência em cumprir as exigências estipuladas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e as bravatas de Ahmadinejad levantam suspeitas de que a República Islâmica esteja desenvolvendo um arsenal nuclear.

Só para citar dois exemplos recentes, enquanto o Irã finge que negocia com a comunidade internacional, surgem informações sobre novas usinas no território. No fim de semana, o país também disse ter testado cinco mísseis em um exercício militar na região do estreito de Ormuz, uma das principais rotas de comércio de petróleo e gás do mundo. Na segunda-feira, o mesmo governo que pede flexibilização da ONU, classificou como “satânico” o Conselho de Segurança da organização.

Diante da resistência do Irã em seguir as normas do tratado de não proliferação nuclear (TNP), potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, tentam impor novas sanções ao país.

O Brasil, que é um dos dez membros provisórios do Conselho de Segurança da ONU, não só é contrário à aplicação de medidas mais severas contra um governo que pode estar desenvolvendo uma bomba atômica, como dá respaldo ao líder iraniano ao enviar uma delegação de oitenta empresários para ampliar as linhas de crédito entre os dois países.

O presidente Lula também recebeu o presidente iraniano em novembro do ano passado, e planeja uma viagem a Teerã, em maio, no momento em que a comunidade internacional tenta fazer o Irã entender que, para ser respeitado como qualquer outra nação, é preciso antes respeitar as normas internacionais (VEJA, 2010).

Percebe-se que Veja defende o isolamento completo do Irã, tanto em âmbito político quanto econômico, criticando Lula por fazer uma visita ao país e levar uma comitiva de empresários – certamente uma ação bastante ostensiva contra um Estado e

relação do termo às chamadas “teorias conspiratórias”, que mesclam hipóteses de dominação mundial por parte de grupos secretos, ocultismo e destruição de valores morais.

levada a cabo pelos EUA, país que não mantém relações diplomáticas com os iranianos, ao contrário do Brasil. As afirmações de que a nação iraniana “finge” e de que o presidente Ahmadinejad faz “bravatas” compõem a caracterização dos iranianos como impossíveis de confiança – mesmo a palavra discursos, ao tratar de declaração de duas autoridades, é usada no sentido de indicar fala vazia. Para exemplificar o ardil persa, afirma-se que “surgem informações” da construção de novas usinas pelo país. Essa ação sem sujeito carece de contextualização. De onde vêm essas informações? Ademais, cita-se que o Irã está realizando exercícios militares no estreito de Ormuz, área de importância às rotas do transporte de petróleo e gás mundial. Mas o país nunca foi proibido de realizar manobras militares, nem teve cerceado direitos sobre seu território. O exagero e falseamento de informações delineiam sentidos que apontam para a constituição de um Irã extremamente belicista. Nesse sentido, é importante lembrar que a invasão impetrada pelos EUA ao Iraque, em 2003, foi justificada pelo governo norte-americano na ONU como necessária para coibir a fabricação de armas de destruição em massa. Tais armamentos nunca foram encontrados.

O texto também acusa o governo brasileiro de “dar respaldo” ao líder iraniano por levar empresários a Teerã. A ambiguidade é bem óbvia: o respaldo que o Brasil supostamente fornece é em relação ao governo ou ao programa nuclear para fins não-pacíficos? Além disso, Lula visitará o Irã em um momento no qual “a comunidade internacional tenta fazer o Irã entender” que é necessário obedecer as normas do sistema. Ou seja, o presidente brasileiro, indo contra toda a comunidade mundial, retribuirá visita de Ahmadinejad.

Há, subjacente, algo estruturado como verdade inquestionável: o Irã não pode ter acesso a artefatos nucleares. Como essa questão nunca é problematizada, constitui-se como pressuposto. Discutir o tema levaria ao questionamento do porquê alguns Estados podem possuir armamentos atômicos e outros não, o que se constituiria em um questionamento ao *establishment* mundial que não parece ser o intuito do portal Veja. Esse questionamento, contudo, é exatamente o objetivo da política externa brasileira.

No texto IR7⁸⁵, o argumento do portal é que a atuação externa brasileira está sendo caracterizada por equívocos. Para tanto, são convocados dois especialistas, o sociólogo e doutor em geografia humana Demétrio Magnoli e o ex-embaixador nos EUA Rubens Barbosa. O primeiro aponta que a afirmação do Itamaraty de que o Irã tem

⁸⁵ VEJA, *Irã é mais um tropeço da política externa brasileira* (27/04/2010).

direito a um programa nuclear pacífico, da mesma forma que o Brasil, é “desequilibrada”, pois o Estado persa não cumpre com as obrigações do TNP, ao contrário do Brasil. Nesse processo, o chanceler Celso Amorim estaria se convertendo em “um eco, um arauto das posições do governo iraniano”, afirma o entrevistado. O sociólogo omite que tanto Brasil quanto Irã, apesar de signatários do TNP, não assinaram o protocolo adicional do tratado, que permite, além de inspeções rotineiras às estruturas das usinas e centros nucleares, incursões consideradas intrusivas em áreas essenciais a estes empreendimentos, como centrífugas usadas para enriquecimento de material. Posteriormente, Magnoli sustenta que a causa da ação brasileira em relação ao Irã é relacionada a concepções ideológicas, como mostra o excerto:

Magnoli, no entanto, acha que as explicações podem estar dentro do PT e do governo. O sociólogo acredita que haja uma forte pressão ideológica, influenciada por uma visão anti-americana, sobre a atual política externa brasileira. E isso impediria o país de tomar posições mais duras (VEJA, 2010).

Ou seja, decisões que envolvem uma miríade de temas delicados à soberania nacional, envolvendo instâncias como o ministério da Defesa e o Itamaraty, são colocados como uma decisão ideológica de viés partidário. Ademais da consideração de algo como “ideológico” quando não perfaz as definições consideradas corretas (uma das principais características do discurso jornalístico de Veja, observado sempre que algo é relacionado a concepções consideradas de esquerda), a afirmação do PT como portador de um discurso antiamericano é uma forma de esvaziar qualquer defesa das decisões do Executivo brasileiro no sistema mundial. A condução da política externa nacional se torna uma mera reação aos desígnios dos EUA – líder das potências ocidentais, como sempre é reiterado – no ambiente mundial. Essa busca por antagonismo por parte do Brasil (ou, como deve ficar explícito, do PT) acaba por colocar o mundo em perigo, visto que os EUA querem “tomar posições mais duras” em relação aos iranianos, os vilões da hora.

Barbosa, por sua vez, implica que as intenções de Lula (identificando a definição da política externa apenas à volição do mandatário) são misteriosas e de difícil compreensão:

O ex-embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa, diz que é difícil entender porque Lula está se desgastando - especialmente dentro

do país - para defender a República Islâmica. Ele acredita que a atitude pode gerar dúvidas sobre os interesses do Brasil.

“O programa nuclear brasileiro nunca levantou suspeitas. Se avançarmos o sinal, vai começar a haver questionamentos sobre a intenção do país”, ele afirmou a VEJA.com (VEJA, 2010).

Levando-se em conta a última declaração, há um erro crasso na afirmação do ex-embaixador que deixa muitas dúvidas sobre a legitimidade de sua crítica. O programa nuclear brasileiro foi alvo de polêmicas ao longo da história: no final dos anos 1970, os EUA mostraram desconfiança e criticaram a cooperação entre o país e a Alemanha Ocidental, o que influenciou no desenvolvimento de projetos atômicos secretos (ou “paralelos”) e até a assinatura do TNP pelo Brasil, em 1997, as pressões internacionais foram constantes. Em 2004, teve espaço uma discordância entre o país e a AIEA em decorrência da negação de acesso visual completo das instalações nucleares aos técnicos da agência internacional, fruto da recusa brasileira em assinar o chamado protocolo adicional do tratado anti-proliferação. É virtualmente impossível acreditar que um embaixador experiente, que serviu em Londres e Washington, tenha simplesmente se esquecido desses acontecimentos.

Um outro dado citado por Barbosa desperta atenção: Lula estaria se desgastando principalmente em âmbito doméstico com a situação. Até o momento de publicação da notícia, nenhuma outra havia citado corrosão alguma à imagem do presidente internamente, o que depois acontece em alguns momentos. Se a tentativa de mediação é uma ação em ambiente internacional que, ao menos em um primeiro momento, não atinge a dinâmica política nacional, com qual público estaria Lula perdendo prestígio? Não deixa de ser curioso que o ex-embaixador, chamado a dar sua opinião de especialista em relações exteriores, aponte que o desgaste das ações do presidente é especialmente doméstico.

A utilização das duas vozes autorizadas (que representam os campos da academia e da diplomacia) na matéria servem ao reforço do argumento de que o Brasil está realizando escolhas e ações erradas e este é um consenso. Para estabelecer o erro como constante da política externa brasileira, o final do texto realiza uma contextualização na qual a recuperação de casos envolvendo o presidente Lula que serve à “comprovação” da proposição principal:

Histórico polêmico: O governo Lula já havia sido criticado em outro episódio que envolvia o Irã. Em junho do ano passado, o presidente

comparou as manifestações nas ruas do país - contra o resultado da eleição presidencial, marcada por suspeitas de fraudes - a "uma briga entre flamenguistas e vascaínos".

Pouco depois, em novembro, a Embaixada brasileira em Tegucigalpa abrigou o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya. O hóspede incômodo usou os escritórios da Embaixada para convocar seus militantes à luta. Novamente atropelando o bom senso, o Brasil se negou a reconhecer a eleição de Porfirio "Pepe" Lobo, apontada como a única solução para a crise.

Neste ano, em março, o presidente Lula comparou presos da ditadura cubana a bandidos comuns no Brasil. As declarações foram feitas logo após a viagem de Lula a Havana, quando o dissidente Orlando Zapata morreu ao realizar uma greve de fome. Pegou mal para o Brasil (VEJA, 2010).

O “histórico polêmico” é indicado por declarações do mandatário brasileiro que são interpretadas à luz do desrespeito aos direitos humanos e pelo envolvimento na crise institucional de Honduras. Conquanto a cobertura sobre a questão hondurenha seja parte deste trabalho e será analisada mais a frente, é necessário observar que, no momento em questão, a posição do Brasil em relação ao país da América Central não é isolada (outras nações não reconhecem o governo do país). Assim, o texto defende que a eleição de Porfirio Lobo foi “apontada como a única solução para a crise”. Mais uma vez o que é pressuposto faz as vezes de regime de verdade: como não se diz quem apontou, a ideia é tomada simplesmente como realidade, e a posição brasileira não é explicada ou problematizada, configurando-se apenas como mais um momento no qual o país segue “atropelando o bom senso”.

A reafirmação da política externa brasileira sendo implementada a partir de gostos pessoais do presidente Lula é levada a cabo mesmo que seja necessário fabricar afirmações. Em IR30⁸⁶, entrevista cujo título indica que uma ativista iraniana vencedora do Prêmio Nobel estaria criticando atuação de Lula na questão do acordo nuclear, evidencia-se uma ação deliberada de Veja para consecução de sentidos específicos: o referido título e o *lead* da matéria que introduzem a entrevista apresentam distorções da fala da entrevistada. As críticas de Shirin Ebadi a Lula são direcionadas a este não ter se encontrado com sindicalistas iranianos ou membros da sociedade em geral. Porém, a afirmação de que nenhum país deve estar ao lado do Irã é realizada na resposta sobre as sanções impostas pelo CS-ONU.

⁸⁶ VEJA, *Nobel da Paz critica Lula: “Nenhuma nação deve estar ao lado do Irã”* (11/06/2010).

Shirin também critica a imposição de sanções econômicas – que, no cômputo geral, atingem mais duramente a população – ao invés de sanções políticas, cujos reflexos são mais direcionados à classe dirigente do país. A sonegação do complemento da frase “nenhuma nação deve ficar ao lado do Irã” modifica de maneira forte o sentido da mesma: o elemento condicional (“enquanto o país não parar de provocar”) some, dando lugar a uma ideia supostamente plena. A partir de uma frase descontextualizada, Veja cria um raciocínio e o atribui à ativista: relaciona a crítica a Lula à afirmação de que os países deveriam estar contra o governo iraniano enquanto este não cessar provocações.

Um tema tocado pela ativista na entrevista quase passa despercebido: Shirin diminui a importância de Ahmadinejad face ao poder exercido pelos aiatolás, em especial o líder-supremo Khamenei. A questão não é colocada em termos de religião, mas de poder sociopolítico: o grupo determina as normas a serem obedecidas internamente e a atuação externa do país. O problema apontado por Shirin é a estruturação de poder na sociedade iraniana, não o fato de se tratar de uma população muçulmana. É uma perspectiva muito distinta daquela que as outras notícias que compõem o *corpus* apresentam e mostra o silenciamento de outras formas de compreensão das temáticas envolvendo o Irã e o próprio islamismo.

5.3.4 A inserção internacional brasileira: as concepções de *Brasil ingênuo*, *Brasil enigma* e *Brasil objeto*

Uma das principais características da cobertura é não problematizar, em termos de política externa, as razões pelas quais o Brasil defende o direito do Irã de ter um programa nuclear. O acumulado histórico da PEB, nas palavras de Cervo (2008; 2010), nunca é acionado para a análise das decisões e ações levadas a cabo pelo Estado brasileiro no cenário externo. Pelo contrário: o exame das macroproposições indica uma atuação sem motivação clara, por vezes fruto apenas de ideologia antiamericana do PT. Ao final do período examinado, os textos trazem a afirmação de que o presidente Lula “teve que ceder” e assinar o decreto das sanções da ONU e que o Brasil “fracassou”.

De certa forma, o ponto de vista hegemônico na produção noticiosa é corresponde ao hipoteticamente ao da “comunidade internacional”. No total, o termo é utilizado 29 vezes ao longo do recorte temporal, cumprindo o papel de senso comum mundial. É interessante observar que a mobilização da ideia de comunidade

internacional indica um ambiente mundial de cooperação, forjado na conjunção de um mesmo horizonte interpretativo. A aproximação ao conceito de opinião pública é clara – e, de mesma forma, problemática. Como é reiterado em praticamente todas as matérias, a comunidade internacional “desconfia” das intenções iranianas em relação ao seu programa nuclear. Não é exposta a forma de mensuração dessa opinião transnacional acerca do Irã, mas a intenção é constituir um argumento *ad populum*: se todo o mundo tem a mesma opinião, esta é verdadeira.

Em realidade, o único apoio que a suposta opinião comunitária mundial recebe é o das *potências ocidentais lideradas pelos EUA*. Esse pequeno grupo é o que zela pela segurança mundial, visto que pressiona pela punição aos iranianos durante todo o período examinado. Note-se a utilização da adjetivação “ocidentais”, e não mundiais, globais, etc. A denominação G5+1, utilizada oficialmente para a indicação do grupo de cinco países do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha que participava das negociações com o Irã, é utilizada apenas cinco vezes ao longo dos 36 textos. Assim, infere-se a intenção de estabelecer uma disputa que envolve o Ocidente em relação ao Irã, com a liderança norte-americana sempre destacada. De modo óbvio, a dinâmica Ocidente x Irã deve ser compreendida dentro do estabelecimento de uma lógica *Nós x Eles*, o que fomenta formas de construção noticiosa positiva sobre “nós” e negativa sobre “eles”. Assim, ser antiamericano é ser contrário às potências ocidentais (e, conseqüentemente, aos seus valores. *Nossos valores*).

A religião é fundamental para construir esta diferenciação, em especial com sua oposição ao Ocidente. É necessário apontar que a religião, por se tratar de um regime teocrático, possui grande importância na realidade iraniana. Contudo, ela se torna o elemento destacável e fundante do estereótipo iraniano. O Islã é relacionado à loucura, insanidade, selvageria, sendo contraposto aos valores ocidentais. Extremamente relevante apontar que o Islã não é antagonizado a outra religião, como o Cristianismo, mas com o Ocidente, uma definição de viés “civilizacional”, estrutura que engendra o âmbito territorial a um complexo filosófico-político-social considerado componente da Modernidade.

É tradicional em certos campos relacionar os valores ocidentais aos avanços da humanidade (inclusive a própria ideia de humanidade como conjunto), e o que não se inclui no Ocidente é considerado atrasado. É como se uma parte das sociedades humanas tivesse atingido um patamar ótimo de desenvolvimento (para utilizar terminologia naturalizante) e outras estivessem em estágios anteriores. O Outro

representado pelo Irã é um perigo à humanidade, em especial pela conjunção do Islamismo às pretensões atômicas, e a imagem de Ahmadinejad é a de um personagem vil, aparentemente desequilibrado, sem credibilidade.

A atuação brasileira durante as negociações sobre o programa atômico do Estado persa acaba sendo enquadrada em três formas principais: a partir das concepções de *Brasil ingênuo*, *Brasil enigma* e *Brasil objeto*. A primeira compreende a representação de um Estado que, apesar de ter como objetivo colocar-se como nova liderança do ambiente mundial, não sabe bem o que está fazendo em sua política externa. Desta forma, acaba sendo manipulado pelo Irã.

Interessante perceber que é configurada a noção de que o Estado brasileiro deve “saber o seu lugar”, ou seja, resignar-se às decisões das potências mundiais, já que não é uma delas (como “membro provisório do CS-ONU junto a outras dez nações”). Na busca de prestígio internacional, a tentativa de inserção brasileira estaria por comprometer os alicerces de poder mundial, colocando toda a comunidade internacional em risco ao defender o Irã e dar respaldo a seu governo. As características de dissimulação e “esperteza” atribuídas aos iranianos fazem do Brasil um joguete no tabuleiro mundial, sendo que este não parece perceber seu papel de utilidade aos olhos de um país ardiloso. A reprodução de algumas metáforas futebolísticas proferidas por Lula e pela então candidata à presidência pelo PT, Dilma Rousseff, preenche sentidos que atestam a ingenuidade dos personagens ligados à formulação da política externa. Celso Amorim, ministro de Relações Exteriores de longa carreira, também é representado em diversos momentos como um neófito nas negociações internacionais, que acaba sendo envolto pelas artimanhas do governo iraniano.

Mesmo as referências feitas a alguns porta-vozes europeus, que agradecem a “boa vontade dos amigos brasileiros” mas destacam posição cética, indicam julgamentos da atuação diplomática do Brasil em nível de condescendência. Essa disposição interpretativa nas matérias sublinha o caráter inócuo das negociações junto a uma desconsideração dos esforços do Itamaraty: no texto IR12⁸⁷, por exemplo, temos o aspeamento da fala *vitória da democracia* relacionada a Lula (notamos que a notícia não traz o mandatário proferindo a frase), colocando-a em dúvida. Mais à frente no mesmo texto, é citada matéria do jornal britânico *The Guardian* junto com afirmação de que “o nome do Brasil é citado como um coadjuvante dispensável e apenas uma vez”.

⁸⁷ VEJA, *Acordo nuclear com o Irã não convence a comunidade internacional* (17/05/2010).

Embora o Brasil tenha uma trajetória destacada no continente americano como mediador de conflitos, em escala mundial essa arbitragem é restrita. Mesmo assim, a busca por inserção internacional do país é empreendida dentro de seus parâmetros tradicionais – o acumulado da política externa nacional, como afirma Cervo. Mas essa trajetória histórica é ignorada, e o Estado brasileiro parece estar “caindo de paraquedas” no centro das discussões de importância global (ou, melhor observando, tentando alcançar este ponto central). Nota-se esse padrão de interpretação quando as decisões do MRE são noticiadas como um atropelo “ao bom senso”, e que o país simplesmente ignora o histórico negativo do país persa em relação a conversas sobre seu programa nuclear.

A constituição de um *Brasil enigma* é a ideia de que a política externa empreendida pelo Estado brasileiro escamoteia as motivações e valores daqueles que gerem as ações diplomáticas, e essa falta de clareza nos objetivos é um fator de preocupação. Delineia-se a possibilidade de aliança entre Brasil e Irã por motivos escusos. Dúvidas em relação às intenções da “defesa” e do “respaldo” ao governo iraniano são dispostas em argumentações que são erigidas, muitas vezes, em forma de questionamentos. “Por que o Brasil respalda o governo do Irã?” e “por que apoiar o polêmico programa nuclear iraniano?” são algumas das perguntas mapeadas nos textos.

É estabelecida uma destacada correlação entre as misteriosas motivações do governo brasileiro em relação ao plano internacional e a personalização da condução da política externa pelo presidente Lula e pelo chanceler Amorim. Essa construção esvazia as decisões da diplomacia e funciona como forma de evitar uma identificação entre as ações do governo e Estado-nação – as atitudes são tomadas por indivíduos que ocupam a administração da instituição nacional. A partir de estereótipos sobre personagens e países “aliados ideológicos” do Partido dos Trabalhadores, constituem-se quadros interpretativos que indicam a existências de relações exteriores de certa forma secretas: conforma-se uma solidariedade entre ocupantes do governo brasileiro e outros atores e personagens, e a visibilidade dessas relações é mínima. A associação entre as duas nações suscita interpretações de que o Estado brasileiro poderia estar tornando-se contrário às instituições ocidentais, com o perigo de integrar o grupo de párias do sistema internacional. Hipoteticamente integrando-se a este conjunto, daria as costas para valores universais como liberdade e democracia. Essa argumentação não parece ser

por acaso: no plano interno, a administração do PT é costumeiramente noticiada como tendo pretensões autoritárias.

Assim, a atuação do Brasil no ambiente internacional parece se tornar cada vez mais obscura, já que suas motivações não são claras e a adesão do país aos valores “corretos” não é mais tão certa. A situação é impelida pelas filiações ideológicas e tendências autoritárias do governo, o que tem consequências tanto no plano interno quanto externo. Neste sentido, o Estado brasileiro estaria se tornando um objeto das pretensões petistas, e as decisões da política externa do Brasil são orientadas no sentido de funcionarem apenas como propaganda do governo Lula. Efetiva-se uma forte interpretação glocal: os acontecimentos que envolvem a diplomacia brasileira e as ações do Estado são dispostos como ocasionados ou como consequência do cálculo político interno.

A referida ideologia antiamericana em decisões do governo é tomada pelo portal como retórica de cunho publicitário. A mediação da questão iraniana é considerada um erro estratégico, pois baseado na noção do Estado brasileiro como uma nova potência no cenário global para consumo do público. A celebração do acordo sobre o combustível nuclear realizada por Lula não passa, dessa forma, da busca por visibilidade positiva de um feito vazio, posto que: a) não será concretizado, já que o Irã não respeita regras internacionais; e b) será inócuo, pois não possui o apoio das potências ocidentais.

5.3.5 O Brasil e as estruturas de poder do sistema internacional

A cobertura realizada pelo portal Veja acerca das negociações sobre o programa nuclear iraniano expõe as estruturas de poder mundial articuladas pelas notícias de política externa: os domínios de poder coercitivo, político e econômico estão grande parte do tempo presentes nos textos, que utilizam seu poder simbólico para afirmar as posições aí engendradas.

Nesse encadeamento, há uma estratégia de desqualificação do acordo mediado por Brasil e Turquia durante todo o recorte temporal. Os esforços da diplomacia brasileira representam uma tentativa de mudança do panorama do ambiente internacional, com o fortalecimento das concepções e visões de mundo da potência emergente. É uma tentativa de afirmação de poder internacional do Brasil, e a ela corresponde a um amplo espectro de desconfiança que reflete tanto a surpresa quanto a desconsideração do capital simbólico brasileiro (não-baseado em *enforcement*).

O surgimento – ou, aqui, visibilidade midiática – de uma racionalidade não-hegemônica certamente implica em fortes questionamentos acerca das bases que orientam a construção da realidade internacional. O principal exemplo é a possibilidade de indagação sobre o impedimento de posse de armamentos nucleares, algo que é decidido pelas potências ocidentais – como foi referido, em cinco textos há a presença do elemento indicativo paratextual *Ameaça nuclear*. Em nenhum momento há algum acontecimento que configure uma situação desse tipo. Não deixa de ser irônico que, em uma dessas matérias, a notícia seja referente a uma afirmação do governo de Israel. O país, embora não reconheça, sabidamente possui artefatos nucleares, e a posse de armas desse tipo pelos iranianos iria provocar uma mudança de equilíbrio na balança de poder do Oriente Médio.

É algo a ser perguntado: a quem representa uma ameaça o hipotético desenvolvimento de armamentos nucleares pelo Irã, e por quê? Esse é um dos principais problemas da cobertura – ou, em realidade, a exposição de sua concepção ideológica. Não se nomeia o objeto dessa ameaça, e ela é compreendida globalmente. Caso o problema fosse somente ter armamentos nucleares, a ameaça viria justamente dos países que compõem o Conselho de Segurança da ONU mais Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte (outras nações que possuem tecnologia militar atômica). A ameaça não é a existência das armas, mas sua posse por determinados países⁸⁸.

⁸⁸ A questão é explorada por Lula ao rebater afirmações da secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, quando esta afirma que a posse de artefatos nucleares pelo Irã “tornaria o mundo mais perigoso”. O presidente brasileiro, em declaração oficial, diz que “armas nucleares tornam o mundo mais perigoso, não o Irã”. A discussão é noticiada nos textos IR26 e IR27.

5.4 A crise política em Honduras (2009-2010)

Contexto

Eleito em 2006 pelo Partido Liberal, Manuel Zelaya foi gradativamente perdendo apoio entre as camadas da elite econômica hondurenhas após implementar medidas consideradas de esquerda. Ao criticar a classe empresarial do país – e entrar em rota de colisão com grande parte da imprensa –, a situação do mandatário foi agravada pela aproximação com ao líder venezuelano Hugo Chávez, com a entrada no país na ALBA. Concomitantemente, Zelaya se afastou dos EUA, país com o qual Honduras mantém laços históricos. Em março de 2009, o presidente decretou a realização de uma consulta à população sobre um plebiscito sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso o resultado fosse positivo, o Poder Executivo iria enviar requerimento ao Congresso para a consulta sobre a constituinte. Todavia, Legislativo e Judiciário hondurenhos não autorizaram a realização da votação.

Zelaya impôs que a consulta fosse levada a cabo, mesmo de maneira simbólica. A recusa dos militares em participar da ação implicou na demissão do chefe do Estado Maior, abrindo uma crise entre o presidente e as forças armadas. No dia 28 de junho, data da realização da consulta à população, Manuel Zelaya é preso em casa por tropas da polícia federal e do exército, sendo levado para a Costa Rica. O Executivo nacional foi assumido por Roberto Micheletti. A Justiça hondurenha anunciou que o mandatário deposto seria processado por delitos como traição à pátria e descumprimento de leis aprovadas pelo Congresso.

De forma sigilosa, Zelaya voltou ao país em 21 de setembro. Ele se refugiou na embaixada do Brasil na capital Tegucigalpa. A presença do mandatário destituído na representação brasileira fomentou a realização de manifestações de apoiadores – no dia seguinte à sua chegada no local, um grupo de ativistas foi violentamente reprimido por soldados hondurenhos. No início de dezembro, o Itamaraty estabelece que Zelaya deixe a embaixada até dia 27 de janeiro de 2010, dia no qual seu mandato terminaria. Na data marcada (quando Porfirio Lobo assumiu a presidência), o ex-presidente afastado seguiu para o exílio em Santo Domingo, na República Dominicana. Diversos países, como o Brasil, Espanha e nações governadas por governos de esquerda ou centro-esquerda na América Latina, recusaram-se a reconhecer a legitimidade de Lobo como líder de

Honduras. Os EUA, que no início criticaram publicamente o golpe, manifestaram aceitação ao novo mandatário – situação definida como “única solução possível” à época.

Segundo pesquisadores como Grabendorff (2010), Ricci (2009), Vadell (2009) e Vizentini (2010), mesmo com a existência de dispositivo jurídico, a deposição de Manuel Zelaya do posto de presidente de Honduras, deve ser entendida como um golpe de Estado. Conforme Vadell, a crise possui três elementos principais: envolve a principal potência da América do Sul (o Brasil) de maneira direta; é um golpe de Estado, aplicado em um país localizado que faz parte de região duramente atingida por ditaduras durante o século XX; possui a participação do mandatário venezuelano Hugo Chávez, que articulou por trás dos acontecimentos, deixando que o governo brasileiro e a OEA como atores principais da situação. Segundo o pesquisador, é importante destacar alguns fatores domésticos hondurenhos: a nação possui um passado conservador, com relação de muita proximidade aos EUA. A constituição, promulgada na década de 1980, é representativa das vontades das elites dominantes em um cenário de extremas desigualdade social. A situação de conflito é decorrente de problemas políticos, não jurídicos. “A constituição prevê um poder executivo com poderes muito limitados e uma cláusula pétrea, que se apresenta como o cerne das justificativas jurídicas que o governo *de facto* apresenta para justificar o afastamento, realizado mediante procedimentos ilegais, do presidente Zelaya” (VADELL, 2009, p. 34). O presidente deposto, integrante da tradicional camada dominante hondurenha, acabou sendo visto como um “traidor da sua classe” ao tentar quebrar o entendimento político instituído constitucionalmente por meio da proposta de consulta popular.

O envolvimento do Brasil é um tema polêmico, embora seja compreensível no conjunto da atuação da PEB entre 2003 e 2010. O abrigo a Zelaya indica uma defesa dos princípios democráticos, mesmo que, para tanto, seja necessária uma mudança da prerrogativa histórica de não-intervenção do Itamaraty. Assim, é exposta a busca do país por um novo status no cenário mundial, em especial no âmbito latino-americano, por meio da valorização da moralidade nas demandas internacionais. Para Ricci, a ação sinaliza a mudança de identidade do Brasil, um exemplo de sua transição de global trade para global player. “Este é, sem dúvida, um novo papel diplomático para o país na região. De fiador de um bloco comercial na região, assumiu o papel de liderança institucional. Não é um pequeno passo. É dos mais emblemáticos” (2009, p. 99).

A cobertura do portal Veja sobre a crise política decorrente do golpe que derrubou o presidente Manuel Zelaya transcorreu entre os meses de julho de 2009 e dezembro de 2010 – embora, ao longo deste ano, apenas duas matérias tenham sido publicadas (em janeiro e em dezembro). Foram mapeados 42 textos, que acabam compondo a mais numerosa das coberturas em análise. O conjunto de formações discursivas delineadas no exame do material jornalístico também é o mais volumoso. Essa profusão de sentidos é um indício da complexidade do acontecimento em questão.

5.4.1 Macroproposições: Crise em Honduras

01/07/2009 - 08:23

HO1: Lula: A queda de Zelaya é um “precedente perigoso”

M1 – Lula diz que golpe em Honduras é um precedente perigoso

M2 – Lula diz que volta dos golpes na América Latina não pode ser aceita

M3 – Zelaya foi expulso de Honduras após tentar modificar a constituição para permitir a reeleição presidencial

M4 – Golpe despertou maior crise política na América Central em vários anos

M5 – Lula diz que governo do Brasil fará o possível para resolução da ONU demandando volta da democracia ser cumprida

M6 – Lula deu declarações sobre Honduras em viagem à Líbia para cúpula da União Africana

M7 – Lula afirmou que participação na reunião é motivada pelo interesse do Brasil em manter relações econômicas com a África

M8 – Ditador da Líbia, Kadafi é o atual presidente da UA

24/07/2009 - 18:27

HO2: Lula telefona para Zelaya e deseja “boa sorte”

M1 – Lula telefona para Zelaya para desejar boa sorte em seu retorno ao país

M2 – Zelaya disse a Lula estar negociando seu retorno com militares hondurenhos

M3 – Zelaya aparece na TV na área de fronteira falando continuamente ao telefone

12/08/2009 - 20:09

HO3: Lula promete ajudar Zelaya a voltar ao poder

M1 – Lula se compromete a conversar com Obama sobre crise em Honduras

M2 – Zelaya elogia ajuda brasileira na crise

M3 – Zelaya diz que EUA podem se empenhar mais para reconduzi-lo ao poder porque economia de Honduras depende dos norte-americanos

M4 – Chanceler brasileiro diz que EUA precisam dar recado claro aos golpistas

M5 – Seguidores de Zelaya protestam nas ruas de Tegucigalpa

M6 – Manifestantes agrediram vice-presidente do legislativo hondurenho

21/09/2009 - 17:29

HO4: Presidente de Honduras pede que Brasil devolva Zelaya

M1 – Micheletti pede que Brasil entregue Zelaya

M2 – Zelaya retornou secretamente a Honduras e está na embaixada brasileira M3

– Micheletti diz que o governo está comprometido com os direitos de Zelaya M4

– Brasil não reconhece governo de Micheletti

- M5 – Esposa de Zelaya havia confirmado retorno antes da divulgação oficial
- M6 – Segundo Telesul, Zelaya pediu um diálogo nacional e internacional
- M7 – Micheletti havia desmentido notícia de retorno de Zelaya

22/09/2009 - 12:44

HO5: Polícia cerca a embaixada brasileira em Honduras

- M1 – Polícia cerca embaixada brasileira
- M2 – Policiais lançaram bombas de gás lacrimogênio contra manifestantes do lado de fora da embaixada
- M3 – Zelaya está refugiado na embaixada desde que retornou a Honduras
- M4 – Lula pediu respeito ao território brasileiro
- M5 – Repórter da Reuters disse que policiais lançaram ao menos dois artefatos dentro do terreno da embaixada
- M6 – Zelaya disse que embaixada estava sendo atacada pela polícia e se preocupa com invasão
- M7 – Retorno clandestino de Zelaya reacendeu temor de protestos nas ruas
- M8 – Zelaya convocou seguidores para se manifestarem na embaixada

22/09/2009 - 15:28

HO6: Tropas cercam embaixada do Brasil

- M1 – Militares e policiais de Honduras cercam embaixada brasileira; local teve eletricidade, água e telefone cortados
- M2 – Tropas dispersaram apoiadores de Zelaya
- M3 – Porta-voz do governo de Honduras diz que zelayistas foram retirados em cumprimento da lei (toque de recolher)
- M4 – Micheletti deu ultimato ao Brasil para definir status de Zelaya na embaixada
- M5 – Zelaya está abrigado na embaixada do Brasil após passar três meses exilado
- M6 – Polícia nega que vá invadir embaixada para prender Zelaya por respeitar leis internacionais
- M7 – Zelaya diz que Micheletti tenta isolar Honduras para não permitir entrada de missões internacionais
- M8 – Lula pediu que governo de Honduras aceite solução negociada e democrática para retorno de Zelaya ao poder
- M9 – Lula diz que Brasil não pretende atuar como mediador na crise; papel é da OEA
- M10 – Lula diz que comunidade internacional não pode tolerar presença de governos golpistas na América Latina
- M11 – Secretário-geral da OEA, José Insulza afirma que única saída é negociação com governo de Micheletti
- M12 – Insulza diz que OEA apoia refúgio de Zelaya na embaixada do Brasil

22/09/2009 - 19:07

HO7: Zelaya diz que não pedirá asilo ao Brasil

- M1 – Zelaya afirma que não pedirá asilo ao Brasil
- M2 – Zelaya diz que seu retorno intenciona buscar acordo político
- M3 – Zelaya diz que não há prazo para que ele deixe embaixada
- M4 – Chanceler Celso Amorim afirmou que Brasil não vai tolerar atos contra sua embaixada
- M5 – Amorim diz serem extremamente graves informações sobre ação da polícia hondurenha ao lado da embaixada
- M6 – Brasil enviará carta ao CS-ONU pedindo reunião sobre Honduras e segurança da missão diplomática no país
- M7 – Micheletti diz que respeitará imunidade da embaixada brasileira e que Zelaya pode ficar o tempo que quiser no local
- M8 – Micheletti pede que Brasil defina status de Zelaya ou que o entregue para ser julgado
- M9 – Micheletti questiona que Zelaya esteja convocando a população de dentro da embaixada do Brasil
- M10 – Micheletti diz que Zelaya jamais voltará a ser presidente

23/09/2009 - 09:49

HO8: Cerco continua nesta quarta. Brasil tenta mobilizar ONU

- M1 – Cerco à embaixada brasileira por forças policiais e militares continua
- M2 – Brasil aciona CS-ONU para reunião de emergência sobre crise
- M3 – Zelaya está refugiado na embaixada com a família e 40 partidários
- M4 – Policiais e militares atuaram contra manifestantes pró-Zelaya diante da embaixada; zelayistas responderam com pedras
- M5 – Micheletti diz que Zelaya pode passar o tempo que quiser na embaixada

M6 – Testemunhas dizem que água e eletricidade da embaixada foram cortadas, mas entrada de alimentos é permitida

M7 – EUA, UE e OEA pediram retorno de Zelaya ao poder

M8 – Micheletti diz que Zelaya nunca mais retornará à presidência

M9 – Micheletti condiciona diálogo a reconhecimento de Zelaya da legitimidade da próxima eleição

M10 – Zelaya diz estar aberto ao diálogo, mas duvida de intenções de Micheletti

M11 – Líderes do golpe dizem que Zelaya deve ser julgado por violar constituição

M12 – Líderes do golpe demandam que Brasil defina status de Zelaya

M13 – Toque de recolher interditou a capital

23/09/2009 - 14:29

HO9: Honduras acusa o Brasil de intromissão

M1 – Honduras acusa o Brasil de intromissão em assuntos internos

M2 – Presidente deposto Zelaya está refugiado na embaixada brasileira

M3 – Retorno de Zelaya ao país incitou manifestações

M4 – Governo de Honduras se baseia em declaração de Zelaya de que teria consultado Lula e Celso Amorim sobre retorno

M5 – Governo brasileiro declarou que ficou surpreso com presença de Zelaya, mas que o abrigou por ser o presidente legítimo

M6 – Embaixadas são consideradas território estrangeira, vedando entrada de polícia e exército hondurenho

M7 – Governo hondurenho cobra definição de status de Zelaya ou sua entrega à Justiça do país

24/09/2009 - 20:06

HO10: Honduras acusa o Brasil de intromissão

M1 – Honduras acusa o Brasil de intromissão em assuntos internos

M2 – Presidente deposto Zelaya está refugiado na embaixada brasileira

M3 – Retorno de Zelaya ao país incitou manifestações

M4 – Governo de Honduras se baseia em declaração de Zelaya de que teria consultado Lula e Amorim sobre retorno

M5 – Governo brasileiro declara que ficou surpreso com presença de Zelaya, mas que o abrigou por ser o presidente legítimo

M6 – Embaixadas são consideradas território estrangeira, vedando entrada de polícia e exército hondurenho

M7 – Governo hondurenho cobra definição de status de Zelaya ou sua entrega à Justiça do país

25/09/2009 - 12:03

HO11: Micheletti e Zelaya anunciam que vão negociar

M1 – Micheletti e Zelaya anunciam que vão negociar

M2 – Candidatos a presidente se reúnem com Micheletti e, após aval deste, com Zelaya

M3 – Governo de fato aceitou missão integrada internacional com vistas ao diálogo

M4 – Governo de fato pediu adiamento de viagem do secretário-geral da OEA ao país

M5 – Conflito em Honduras se agravou depois do retorno secreto de Zelaya e seu refúgio na embaixada do Brasil

25/09/2009 - 15:09

HO12: ONU se manifesta sobre a situação na embaixada brasileira

M1 – ONU pede mais respeito pelos locais de uso diplomático, em acordo a normas da comunidade internacional

M2 – Declaração foi dada em apoio a chanceler Celso Amorim, que afirmou preocupação com situação da embaixada em Honduras

M3 – ONU expressou apoio à mediação realizada pela OEA e pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias

M4 – Candidatos a presidente disseram que Zelaya e Micheletti querem dialogar para acabar com a crise

M5 – Governo interino de Honduras acusa Brasil de intromissão em assuntos internos e diz que país é responsável por integridade de pessoas e propriedades relacionadas ao caso

M6 – Retorno de Zelaya ao país incitou manifestações

M7 – Governo de Honduras se baseia em declaração de Zelaya de que teria consultado Lula e Celso Amorim sobre retorno

M8 – Governo brasileiro declarou que ficou surpreso com presença de Zelaya, mas que o abrigou por ser o presidente legítimo

M9 – Embaixadas são consideradas território estrangeira, vedando entrada de polícia e exército hondurenho

M10 – Governo hondurenho cobra definição de status de Zelaya ou sua entrega à Justiça do país

25/09/2009 - 21:25

HO13: Protestos, populismo e pizza

M1 – Visão de armas nas ruas é comum em Tegucigalpa

M2 – Zelaya está instalado na embaixada brasileira a mando de seu chefe, Hugo Chávez

M3 – Conflitos entre “zelayistas” e “camisas brancas” já deixou dois mortos

M4 – População diz que Micheletti defende os ricos e Zelaya os pobres

M5 – Em Tegucigalpa, 50% da população se encontra abaixo da linha de pobreza; grande parte da economia é informal

M6 – Zelaya é dissimulado e mente sobre ataques a embaixada

M7 – Zelaya está com os nervos à flor da pele na embaixada

M8 – Exército bate escudos em frente à embaixada, de madrugada; soldados ocupam a periferia

M9 – Em entrevista a Veja, Zelaya diz que saúde está melhorando e ações de mercenários israelenses contra ele foram suspensas

M10 – Zelaya diz que saída da embaixada não deverá demorar

M11 – Zelaya diz que Brasil deu exemplo democrático ao mundo ao recebê-lo

26/09/2009 - 15:50

HO14: Governo interino defende eleição para solucionar crise

M1 – Governo interino defende eleição para solucionar crise

M2 – Micheletti afirma que eleição presidencial forçaria o mundo a aceitar Honduras como uma democracia

M3 – Micheletti disse que não negociará pessoalmente com Zelaya

M4 – O candidato ligado a Zelaya aparecia bem colocado nas pesquisas

M5 – Volta repentina de Zelaya a Honduras com apoio do Brasil tornou desfecho da crise imprevisível

M6 – Candidato à presidência Porfírio Lobo diz que, com êxito de eleições, alguns países já asseguraram o restabelecimento de relações diplomáticas

M7 – Honduras alertou Brasil para definir status de Zelaya ou entregá-lo à Justiça do país

M8 – Brasil não cedeu e Zelaya permanece na embaixada como “convidado”

M9 – Embaixadas são consideradas território estrangeiro, vedando entrada de polícia e exército hondurenho

M10 – Governo interino acusa Brasil de intromissão em assuntos internos e diz que país é responsável por integridade de pessoas e propriedades relacionadas ao caso

M11 – Retorno de Zelaya ao país incitou manifestações

26/09/2009 - 13:29

HO15: Zelaya não será preso se conseguir asilo político, diz Micheletti

M1 – Micheletti defendeu eleições para solucionar crise política

M2 – Micheletti diz que eleição presidencial forçaria o mundo a aceitar Honduras como uma democracia

M3 – Micheletti diz que Zelaya poderá deixar embaixada sem ser preso se conseguir asilo político em outro país

M4 – Micheletti disse que não negociará pessoalmente com Zelaya

M5 – O candidato ligado a Zelaya aparecia bem colocado nas pesquisas

M6 – Volta repentina de Zelaya a Honduras com apoio do Brasil tornou desfecho da crise imprevisível

M7 – Candidato à presidência Porfírio Lobo diz que caso eleições sejam limpas e democráticas, alguns países asseguraram o restabelecimento de relações diplomáticas

M8 – Honduras alertou Brasil para definir status de Zelaya ou entregá-lo à Justiça do país

M9 – Brasil não cedeu e Zelaya permanece na embaixada como “convidado”

M10 – Embaixadas são consideradas território estrangeiro, vedando entrada de polícia e exército hondurenho

M11 – Governo interino acusa Brasil de intromissão em assuntos internos e diz que país é responsável por integridade de pessoas e propriedades relacionadas ao caso

M12 – Retorno de Zelaya ao país incitou manifestações

26/09/2009 - 22:03

HO16: Zelayistas tentam engrossar manifestação

M1 – Líder dos zelayistas negocia com chefe da polícia retirada da tropa de choque

- M2 – Tensão aumenta entre manifestantes e tropas em frente a universidade
- M3 – Camelôs vendem toalhas e lenços antigás
- M4 – Instituto Nacional Agrário está ocupado por sindicalistas e apoiadores de Zelaya
- M5 – Chamado à prática de desobediência civil por Zelaya serviu de pretexto para decreto de estado de sítio por Micheletti
- M6 – Estado de sítio proíbe manifestações públicas, suspende liberdade de imprensa, autoriza prisões sem ordem judicial e fechamento de veículos de comunicação
- M7 – Grupo de Zelaya começa a sentir desgaste da presença provisória na embaixada
- M8 – Reação do Brasil a atuação política de Zelaya na embaixada é tímida
- M9 – Tensão em Tegucigalpa é crescente, com aumento de tropas nas ruas
- M10 – Completando-se três meses do golpe a Zelaya, são esperadas grandes manifestações nas ruas
- M11 – Zelaya usa de “marketing histriônico” ao relatar caso de gás na embaixada
- M12 – Grupo de Zelaya tenta utilizar proximidade com jornalistas para conclamar resistência popular
- M13 – Zelaya trata embaixada como seu bunker particular
- M14 – Grupo de Zelaya foi chamado a atenção por Lula e embaixador para moderar comportamento

27/09/2009 - 09:40

HO17: Governo interino ameaça retirar status diplomático da embaixada do Brasil

- M1 – Governo interino ameaça retirar status diplomático da embaixada do Brasil pela indefinição da situação de Zelaya
- M2 – Chanceler de Honduras diz que, por cortesia, invasão ao local não está sendo considerada
- M3 – Ultimato diz que situação causou danos materiais à propriedade pública e privada do país
- M4 – Lula diz que não aceita ultimato vindo de um governo golpista
- M5 – Lula diz que Zelaya é o presidente legítimo de Honduras e que seu status é de “hóspede” na embaixada
- M6 – Lula diz que solução da crise é golpistas deixarem o poder e Zelaya retornar à presidência
- M7 – Governo de Micheletti barrou entrada de delegação da OEA em Honduras

28/09/2009 - 10:35

HO18: Situação inviabiliza eleições, avisa OEA

- M1 – Secretário-geral da OEA diz que estado de sítio inviabiliza eleições democráticas
- M2 – Cinco membros de grupo mediador da OEA foram detidos no aeroporto de Tegucigalpa e quatro foram expulsos do país pelo governo interino
- M3 – OEA diz que medida foi incompreensível por governo interino ter anteriormente aceitado entrada do grupo
- M4 – TVs e rádios pró-Zelaya são fechadas em Honduras
- M5 – Emissoras foram fechadas após instituição de estado de exceção
- M6 – Governo interino ameaça retirar status diplomático da embaixada do Brasil pela indefinição da situação de Zelaya
- M7 – Chanceler de Honduras diz que, por cortesia, invasão ao local não está sendo considerada
- M8 – Ultimato diz que situação causou danos materiais à propriedade pública e privada do país
- M9 – Lula diz que não aceita ultimato vindo de um governo golpista
- M10 – Lula diz que Zelaya é o presidente legítimo de Honduras e que seu status é de “hóspede” na embaixada
- M11 – Lula diz que solução da crise é golpistas deixarem o poder e Zelaya retornar à presidência

28/09/2009 - 20:27

HO19: EUA: volta de Zelaya foi “irresponsável”

- M1 – Representante dos EUA na OEA diz que volta de Zelaya foi irresponsável e não serve aos interesses do povo
- M2 – Zelaya está refugiado na embaixada brasileira
- M3 – Governo interino ameaça retirar status diplomático da embaixada se Brasil não definir situação de Zelaya
- M4 – OEA diz que estado de sítio decretado por governo interino inviabiliza eleições democráticas
- M5 – Mediadores da OEA foram detidos no aeroporto de Tegucigalpa; quatro foram expulsos do país
- M6 – OEA diz que medida é incompreensível por governo interino já ter aceitado entrada do grupo e que ação dificulta esforços para fim da crise

28/09/2009 - 20:29

HO20: Governo fecha emissoras pró-Zelaya

- M1 – Governo fecha emissoras de rádio e TV pró-Zelaya
- M2 – Presidente deposto Zelaya está refugiado na embaixada brasileira
- M3 – Emissoras de rádio e TV foram fechadas após divulgação de decreto que instaurou estado de exceção
- M4 – Governo interino ameaçou retirar status diplomático da embaixada do Brasil caso país não defina situação de Zelaya
- M5 – Lula rejeitou prazo de hondurenhos, dizendo não aceitar ultimato de governo golpista
- M6 – Lula diz que Zelaya é presidente legítimo de Honduras e seu status é de “hóspede” na embaixada
- M7 – Lula diz que solução é simples: Zelaya tem que voltar à presidência e convocar eleições presidenciais

29/09/2009 - 10:29

HO21: Governo interino se compromete a proteger embaixada do Brasil

- M1 – Governo interino se compromete a proteger embaixada do Brasil mesmo que local perca status diplomático
- M2 – Chanceler de Honduras disse que embaixada perderia status diplomático se não fosse definida situação de Zelaya em prazo de dez dias
- M3 – A ameaça provocou movimentação no Conselho Permanente da OEA e na Assembleia geral da ONU

29/09/2009 - 15:15

HO22: Ameaça à embaixada é inaceitável, diz ONU

- M1 – ONU diz que estado de exceção decretado por governo interino aumentou tensões e que instituição está pronta para ajudar hondurenhos
- M2 – ONU diz que ameaça à embaixada brasileira é inaceitável; Brasil enviou carta à organização expressando preocupação
- M3 – Secretário-geral da ONU pediu que governo interino e partidários de Zelaya se comprometam com diálogo
- M4 – Governo interino diz que deverá suspender estado de exceção
- M5 – Intenção de presidente interino Roberto Micheletti é preservar processo eleitoral no país
- M6 – Anúncio foi feito após OEA declarar que estado de exceção inviabiliza processo eleitoral
- M7 – Secretário-geral da OEA diz que é impossível conciliar processos de normalização do país e eleições para presidente

29/09/2009 - 18:13

HO23: Amorim: Brasil não tem muito o que fazer sobre Honduras

- M1 – Celso Amorim diz que Brasil não tem muito o que fazer em relação ao agravamento da crise em Honduras
- M2 – Amorim diz que Brasil aguarda resultado das negociações com OEA e ONU
- M3 – Amorim defendeu refúgio dado na embaixada a Zelaya
- M4 – Amorim negou que Brasil tenha tido participação no retorno clandestino de Zelaya a Honduras
- M5 – Amorim diz que, se Brasil tivesse negado refúgio a Zelaya, o presidente deposto poderia estar preso, morto ou planejando uma insurreição
- M6 – Amorim diz que Secretária de Estado dos EUA agradeceu o Brasil por ter tentar restabelecer a democracia
- M7 – Amorim diz que Brasil está empenhado em solucionar crise antes das eleições para presidente
- M8 – Ministério de Relações Exteriores de Honduras ameaça retirar status diplomático da embaixada se situação de Zelaya não for definida
- M9 – Governo interino diz que Brasil é responsável por integridade de pessoas que entraram na embaixada
- M10 – Governo interino diz que protegerá a embaixada, mesmo que esta perca o status diplomático
- M11 – Veja expõe seu ponto de vista: Brasil deveria conceder status de asilado político a Zelaya e oferecer refúgio seguro em território brasileiro

30/09/2009 - Link para matéria de arquivo da revista

HO24: O pesadelo é nosso

- M1 – Brasil quebra sua tradição diplomática e interfere em assunto interno de outro país
- M2 – Brasil atuou como coadjuvante de Hugo Chávez
- M3 – Lula é um político sagaz, que sabe enaltecer o Brasil internacionalmente
- M4 – Lula errou ao se intrometer na política interna de Honduras

- M5 – Honduras é um país pobre e sem relações especiais com o Brasil
- M6 – Manuel Zelaya tentou desrespeitar constituição para se manter no poder
- M7 – Manuel Zelaya é latifundiário direitista contaminado pela ideologia esquerdista de Hugo Chávez
- M8 – Chávez organizou volta de Zelaya a alocação na embaixada brasileira
- M9 – Zelaya é hospede incômodo, bizarro e tem problemas de sanidade mental
- M10 – Zelaya é um problema de hondurenhos (questão institucional), de Chávez (apoio político) e dos EUA (atuação na área de influência norte-americana)
- M11 – Chávez usa a diplomacia brasileira, provoca os EUA e ignora Lula
- M12 – Embaixada do Brasil vira palanque eleitoral para Zelaya; Brasil é refém de Zelaya
- M13 – Eleições presidenciais seriam saída rápida para situação de golpe
- M14 – Situação é inédita nas relações internacionais
- M15 – A ajuda a Zelaya confirma primazia da ideologia sobre o interesse nacional no governo Lula
- M16 – Honduras não tem importância política ou econômica
- M17 – Honduras inspirou criação do termo "república das bananas"
- M18 – Na crise em Honduras, nenhum dos dois lados tem razão
- M19 – Houve golpe de Estado, mas medida é justificável
- M20 – Maior ameaça a democracia era Manuel Zelaya, seguidor das ideias de Chávez, Rafael Correa e Evo Morales
- M21 – Lula quis apoiar continuísmo de Zelaya e deflagrou crise
- M22 – Honduras entrou para Alba em troca de dinheiro e produtos; Alba é uma associação de “amigos de Chávez”
- M23 – Zelaya recebeu conselhos perversos de Chávez sobre como manipular democracia
- M24 – Zelaya tentou manobra política sem nenhum apoio
- M25 – Zelaya foi recebido no Brasil com honras de chefe de Estado
- M26 – Lula é obcecado por fazer o Brasil protagonista mundial
- M27 – Brasil é uma das maiores economias do mundo e uma democracia continental
- M28 – EUA apoiam Brasil por considerar país contraponto a Chávez
- M29 – Brasil coleciona derrotas morais nas relações exteriores por ideologização da política externa
- M30 – Qualquer país com regime de traços antiamericanos tem apoio tático do Brasil
- M31 – Ex-embaixador brasileiro nos EUA diz que Brasil está a reboque dos acontecimentos
- M32 – Brasil poderia ser protagonista de solução pacífica, mas segue planos de Chávez

01/10/2009 - 08:45

HO25: Parlamentares brasileiros visitam embaixada nesta quinta

- M1 – Missão de seis parlamentares brasileiros visita embaixada para verificar situação
- M2 – Embaixada brasileira abriga presidente deposto Zelaya
- M3 – Missão brasileira recebe informações de que Zelaya e Micheletti estão dialogando
- M4 – Delegação brasileira se reunirá com setores da sociedade (Suprema Corte, Comissão de Direitos Humanos, Congresso, partidos políticos e Igreja)
- M5 – Deputado destacou que Congresso brasileiro espera solução pacífica antes do fim do prazo dado pelo governo de Honduras
- M6 – Governo de fato ameaça retirar status diplomático da embaixada se situação de Zelaya não for definida
- M7 – Governo de Honduras quer que Brasil reconheça Zelaya como asilado, impedindo atuação política

02/10/2009 - 16:22

HO26: Deputados brasileiros se reúnem com presidente interino

- M1 – Deputados brasileiros se reúnem com Micheletti para obter garantias para a embaixada
- M2 – Deputados também estiveram com Zelaya, membros da Suprema Corte e do Congresso
- M3 – Micheletti garantiu que não pretende invadir embaixada
- M4 – Micheletti ameaçou retirar imunidade diplomática da embaixada se Brasil não definir status de Zelaya
- M5 – Deputados brasileiros dizem que Congresso hondurenho pedirá a Micheletti retirada do ultimato

02/10 - Link para matéria de arquivo da revista

HO27: “Zelaya é um boneco de Chávez”

- M1 – Micheletti elogia Lula, povo brasileiro e diz que não ordenará nenhuma medida contra embaixada do Brasil
- M2 – Micheletti diz expulsão de Zelaya foi erro, mas que não tem responsabilidade nesta decisão
- M3 – Micheletti diz que procedimento, decidido pela Suprema Corte e executado por militares, foi legal

- M4 – Micheletti diz que Zelaya é uma pessoa impulsiva e que nunca cumpriu com sua palavra
 M5 – Micheletti diz que Zelaya se juntou a “comunistas de boteco” e que é um boneco de Chávez, que o financia
 M6 – Micheletti diz que tentativa de perpetuação no poder motivou a defesa do país do “comunismo versão século XXI” inventado por um “louco da América do Sul”
 M7 – Micheletti diz que Hugo Chávez quer criar um império e que todas as dificuldades de Honduras são causadas pelo presidente venezuelano
 M8 – Micheletti acusa Zelaya de relações com o narcotráfico
 M9 – Micheletti rebate assessor brasileiro Marco Aurélio Garcia e diz que está cumprindo papel constitucional
 M10 – Micheletti diz que estado de sítio foi decretado porque Lula permitiu a Zelaya que convocasse partidários a partir da embaixada
 M11 – Micheletti nega uso de gás na embaixada
 M12 – Micheletti diz que encara presidência como uma missão e que Deus está sempre com ele

02/10 - Link para matéria de arquivo da revista

HO28: No cafofo do Zelaya

- M1 – Zelaya não dá mostras de que desistirá de voltar ao poder
 M2 – Com vista grossa do governo brasileiro, Zelaya incitou manifestações da população
 M3 – Retorno clandestino de Zelaya aconteceu em operação patrocinada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez
 M4 – Plano de Zelaya de promover levante popular para reconduzi-lo à presidência fracassou
 M5 – Zelaya disse estar disposto a ser julgado pelos 18 crimes dos quais é acusado e abrir mão de parte dos poderes presidenciais caso retome o cargo
 M6 – Embaixada chegou a ter 300 pessoas; número atual é de 53 pessoas
 M7 – Zelaya se sente perseguido e acredita estar sendo vítima de mercenários israelenses
 M8 – Diretor da Rádio Globo de Tegucigalpa, fechada por Micheletti por ser pró-Zelaya, fez declaração antissemita
 M9 – Zelaya passa o dia na sala destinada ao embaixador e dorme à noite no almoxarifado
 M10 – Itamaraty é passivo diante de incitação à violência feita por Zelaya
 M11 – Assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia declara que governo “golpista de Roberto Micheletti é feito de mentirosos”
 M12 – Constituição de Honduras ampara decisão de destituir presidente
 M13 – Deportação ilegal de Zelaya foi grande erro dos oponentes de seu governo

07/10/2009 - 10:27

HO29: Micheletti rejeita volta de Zelaya à presidência

- M1 – Micheletti diz que abandona o poder se Zelaya desistir de voltar à presidência
 M2 – Micheletti diz que não há como impedir realização das eleições presidenciais mesmo que a comunidade internacional relute em reconhecê-las
 M3 – Zelaya divulgou comunicado exigindo ser reconduzido à presidência; do contrário, eleições devem se adiadas
 M4 – Zelaya foi deposto por golpe e se refugiou na embaixada do Brasil
 M5 – Zelaya diz que governo interino que permanecer mais tempo no poder e aprofundar crise
 M6 – Religioso partidário de Zelaya diz que há pouca esperança em diálogo para resolução da crise
 M7 – Governo interino afirmou que há estrangeiros e hondurenhos armados na embaixada do Brasil
 M8 – Embaixador brasileiro diz que grupo de Zelaya possuía armas, mas que estas foram entregues sob pedido da embaixada
 M9 – 17 armas estão guardadas na embaixada
 M10 – Zelaya possui cerca de 60 partidários na embaixada
 M11 – Chanceler hondurenho reafirmou pedido para Brasil definir status de Zelaya na embaixada; Lula define Zelaya como “hóspede”

09/10/2009 - 13:03

HO30: Militares espionam embaixada do Brasil, diz diplomata

- M1 – Diplomata brasileiro afirma que militares hondurenhos estão espionando embaixada
 M2 – Presidente deposto Zelaya está refugiado na embaixada desde que retornou secretamente a Honduras
 M3 – Diplomata brasileiro informará Itamaraty, OEA e ONU sobre a questão
 M4 – Governo de fato pressiona Brasil para declarar Zelaya asilado político

M5 – Governo ameaça ignorar status diplomático da embaixada mas diz que não invadirá o local

M6 – Diálogos para resolução da crise não avançam

13/10/2009 - 11:27

HO31: Começa a ser discutida possível volta de Zelaya ao poder

M1 – Começa a ser discutida possível volta de Zelaya ao poder

M2 – Com mediação da OEA, representantes do governo interino e de Zelaya afirmam que diálogos avançaram

M3 – OEA diz que mais avanços deverão ocorrer nos próximos dias

M4 – Assessor de Zelaya disse posteriormente que não tem esperança em acordo

M5 – Assessor de Zelaya afirma acreditar em pressão internacional sobre novo governo

M6 – Zelaya foi expulso mas retornou clandestinamente e está refugiado na embaixada do Brasil

M7 – Governo interino acusa Zelaya de querer violar a constituição

M8 – Vários governos das Américas defendem retorno de Zelaya à presidência

M9 – EUA ameaçam não reconhecer validade das eleições; Obama congelou parte da ajuda a Honduras

M10 – Partidários de Zelaya planejam perturbar campanha eleitoral se ele não for reconduzido ao poder

M11 – Governo de Micheletti é acusado pela Anistia Internacional de violar direitos humanos; também rompeu promessas de suspender estado de exceção

21/10/2009 - 15:36

HO32: Zelaya completa um mês como hóspede na Embaixada do Brasil

M1 – Zelaya completa um mês como hóspede na Embaixada do Brasil

M2 – Zelaya entrou escondido em Honduras para não ser preso

M3 – Zelaya passou a negociar o retorno à presidência com o governo interino e a incitar hondurenhos para pedirem sua volta ao cargo

M4 – Retorno de Zelaya foi possível por estratégia criada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez

M5 – Zelaya ainda não teve seu status diplomático definido

M6 – Micheletti exigiu que Brasil definisse Zelaya como refugiado político ou o entregasse às autoridades, o que brasileiros não fizeram

M7 – Zelaya é caso típico de contaminação ideológica empreendida por Hugo Chávez

M8 – Chavismo é ideologia populista antidemocrática que engendra imoralidade, miséria, crime, valores civilizacionais e perpetuação no poder

M9 – Ideologia chavista estranhamente passou a ser chamada de esquerda latino-americana

M10 – Zelaya foi deposto por insistir em plebiscito que lhe permitiria se reeleger indefinidamente

M11 – Corte Suprema considerou plebiscito uma afronta à constituição

M12 – Intervenção do Legislativo, do Judiciário e das Forças Armadas impediram realização do plebiscito

M13 – Governo interino espera que eleição solucione crise

28/10/2009 - 21:51

HO33: Honduras denuncia o Brasil na Corte de Haia por abrigar Zelaya

M1 – Honduras denuncia o Brasil na Corte Internacional de Justiça por “ingerência em assuntos internos”

M2 – Governo Micheletti considera intromissão o abrigo dado a Zelaya na embaixada brasileira

M3 – Chanceler do governo interino disse que se Corte Internacional aceitar denúncia, entrará em contato com Brasil e a ONU

M4 – Denúncia pode ser início de ações contra o Brasil

M5 – Zelaya está refugiado na embaixada do Brasil desde setembro, quando voltou clandestinamente a Honduras

M6 – Ação foi arquitetada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez

26/11/2009 - 11:13

HO34: Governo interino de Honduras lamenta “intervencionismo” do Brasil

M1 – Governo interino de Honduras lamenta “intervencionismo inédito” do Brasil

M2 – Assessor da presidência do Brasil, Marco Aurélio Garcia, sugeriu o adiamento das eleições em Honduras enquanto Zelaya não for restituído ao poder

M3 – Suprema Corte afirmou que Zelaya não pode legalmente voltar ao poder

M4 – Zelaya foi retirado do palácio do governo em junho e enviado para exílio por determinação da Suprema Corte

M5 – Congresso hondurenho empossou Roberto Micheletti na presidência

M6 – Comunidade internacional denunciou golpe e se recusou a reconhecer governo interino

- M7 – Opinião da Suprema Corte deverá influenciar decisão do congresso hondurenho
- M8 – Zelaya voltou ao país e está refugiado na embaixada do Brasil
- M9 – Honduras realizará eleição presidencial que estava marcada antes do golpe
- M10 – Zelaya e Micheletti não concorrerão
- M11 – EUA vê votação como possível solução da crise
- M12 – 4,6 milhões de hondurenhos estão aptos a votar

27/11/2009 - 13:59

HO35: Unasul não irá reconhecer eleições em Honduras, diz Equador

- M1 – Presidente do Equador, Rafael Correa, diz que Unasul não irá reconhecer eleições em Honduras
- M2 – Correa pediu que União Europeia tome mesma decisão
- M3 – Correa diz que momento serve para ver quem acredita na democracia e quem não
- M4 – Correa critica atuação do governo dos EUA na crise
- M5 – EUA declararam que reconhecerão o presidente hondurenho vencedor da eleição
- M6 – Chanceler brasileiro afirmou que país não reconhecerá novo presidente

29/11/2009 - 09:51

HO36: Eleições em Honduras transcorrem em clima de tranquilidade

- M1 – Eleições em Honduras transcorrem em clima de tranquilidade
- M2 – Eleições elegerão novo presidente após golpe contra Zelaya
- M3 – Presidente da Justiça Eleitoral afirma que hondurenhos mandam recado de que situação está se normalizando
- M4 – Governo de Micheletti e candidatos tentam passar mensagem de “festa eleitoral”, mas população está receosa
- M5 – 80% da população apoia realização de eleições
- M6 – Analistas dizem que votação será péssimo exemplo para América Latina
- M7 – Atual governo chegou ao poder via golpe e resistiu cinco meses; Honduras foi suspensa da OEA
- M8 – Defensores da legitimidade do pleito afirmam que estava marcado anteriormente ao golpe
- M9 – Eleição ampliou racha entre países que aceitam eleição como única saída e os que consideram legitimação do golpe
- M10 – Disposição da comunidade internacional de defender Zelaya esbarra em plano de realizar referendo para convocação de Constituinte
- M11 – Principais candidatos dizem esperar que o mundo reconheça o resultado do processo
- M12 – Zelaya e partidários dizem que eleição é ilegítima e pediram abstenção da população hondurenha
- M13 – Zelaya permanece refugiado na embaixada brasileira
- M14 – Congresso de Honduras votará restituição de Zelaya; segundo fontes diplomáticas, chances são praticamente nulas
- M15 – Mandato de Zelaya termina em 27 de janeiro

30/11/2009 - 15:36

HO37: OEA diz estar 'aberta ao diálogo' com novo governo de Honduras

- M1 – Secretário-geral da OEA diz que organização está “aberta ao diálogo” com novo governo de Honduras
- M2 – Secretário-geral da OEA diz que ainda não pode validar ou reconhecer eleições
- M3 – Zelaya e partidários pediram abstenção da população hondurenha na eleição
- M4 – 60% da população participou da eleição
- M5 – Porfirio Lobo deverá ser eleito presidente
- M6 – Lula reafirmou que Brasil não reconhece eleições

11/12/2009 - 08:30

HO38: Brasil dá prazo para Zelaya deixar embaixada

- M1 – Brasil dá prazo para Zelaya deixar embaixada até janeiro
- M2 – Zelaya está na Embaixada Brasileira desde setembro
- M3 – Governo brasileiro não entrega Zelaya às autoridades hondurenhas mas também não o classificou como refugiado político – é “hóspede” diplomático
- M4 – Governo de Honduras negou salvo-conduto a Zelaya para ir para o México
- M5 – Governo de Honduras exigiu que Zelaya assinasse renúncia antes de sair da embaixada

30/12/2010 - 15:19

HO39: Lobo não foi convidado à posse de Dilma, diz chancelaria

- M1 – Presidente de Honduras é único líder latino-americano não convidado à posse de Dilma Rousseff
- M2 – Brasil não reconhece Lobo como presidente legítimo
- M3 – Reconhecimento de Lobo é apontado como única solução possível para crise política
- M4 – Zelaya ficou na Embaixada Brasileira por quatro meses e está exilado na República Dominicana
- M5 – Zelaya é acusado de delitos vinculados a atos de corrupção
- M6 – Zelaya afirma que acusações fazem parte de perseguição política
- M7 – Brasil só normalizará relações com Honduras quando Zelaya puder retornar livremente ao país
- M8 – Brasil se opõe à readmissão de Honduras na OEA

26/01/2010 - 15:11

HO40: Zelaya diz que deixará embaixada brasileira na quarta

- M1 – Chefe de Estado de Honduras é único líder latino-americano não convidado para posse de Dilma
- M2 – Brasil não o reconhece como presidente legítimo
- M3 – Brasil afirma que só normalizará relações com governo de Honduras se Zelaya puder retornar ao país com garantias
- M4 – Brasil mantém oposição à readmissão de Honduras na OEA

27/01/2010 - 17:54

HO41: Zelaya deixa a embaixada do Brasil em Honduras

- M1 – Zelaya deixa a embaixada do Brasil em Honduras após quatro meses
- M2 – Zelaya recebeu salvo-conduto para deixar Honduras e seguir para a República Dominicana
- M3 – Zelaya se refugiou na embaixada do Brasil depois de ter sido expulso do país e retornar clandestinamente
- M4 – Presidente Lobo assinou decreto de anistia geral para os envolvidos no golpe que derrubou Zelaya
- M5 – Anistia foi proposta por presidente da Costa Rica, Oscar Arias, que teve papel de mediador
- M6 – Anistia não havia sido incluída em acordo assinado por representantes de Zelaya e de Micheletti
- M7 – Congresso aprovou anistia geral; Suprema Corte já havia desconsiderado acusações contra generais
- M8 – Zelaya foi detido por militares com apoio do Congresso e da Suprema Corte
- M9 – Zelaya foi acusado de tentar violar a constituição
- M10 – Constituição proíbe expulsão de cidadãos; Micheletti admite que foi um erro expulsar Zelaya, mas defende ação
- M11 – Zelaya declarou que um dia quer retornar ao país

03/12/2010 - 15:07

HO42: Amorim confirma que Brasil foi sondado para abrigar presos de Guantánamo

- M1 – Chanceler Celso Amorim confirma que EUA tentaram convencer Brasil a receber libertados da prisão de Guantánamo
- M2 – Informações foram vazadas pelo site Wikileaks
- M3 – Amorim diz que Brasil não quis importar problema que não era seu
- M4 – Amorim minimiza importância das revelações do site: são óbvias ou interpretações subjetivas de diplomatas
- M5 – Amorim mostra satisfação com revelação do Wikileaks que embaixador dos EUA em Honduras chamou deposição de Zelaya de "golpe à democracia nas Américas"
- M6 – Amorim lembra que oficialmente EUA tiveram posição contrária à do Brasil na questão hondurenha

Formações discursivas

O exame dos textos apresentou a conformação das seguintes FDs:

FD1 – Golpe de Estado em Honduras

A formação discursiva que indica a ocorrência de um golpe em Honduras é um

ponto pacífico da cobertura do portal. A derrubada do presidente Zelaya, mesmo que seja por vezes justificada a partir da constituição do país, constitui-se uma arbitrariedade inegável. Tal fato, porém, não é tratado como necessariamente negativo.

FD2 – Governo de Honduras exige definição do status de Zelaya pelo Brasil

A pressão pela definição do status de Zelaya na embaixada brasileira é um dos elementos mais destacados no material, visto que esta demarcação implicaria na necessidade de silenciamento do presidente deposto (no caso de ser considerado asilado), que atua politicamente desde a casa diplomática, ou em sua entrega às autoridades hondurenhas. O Brasil recusa as duas alternativas, definindo Zelaya como um “hóspede”.

FD3 – Zelaya abusa da embaixada brasileira

Formação discursiva que aponta para excessos de Zelaya na embaixada brasileira, atuando de maneira insolente, desavergonhada e mesmo arrogante. Afirma-se que o líder faz o que quer, seja em nível pessoal ou conclamando ações políticas de partidários e causando problemas sociais. Essa FD é percebida com mais ênfase nas matérias produzidas pela enviada especial de Veja, Thais Oyama.

FD4 – Chávez criou instabilidade em Honduras

A FD agrupa sentidos que apontam para a culpa do presidente venezuelano Hugo Chávez na crise de Honduras. Considera-se que, por meio de “conselhos perversos”, o líder sul-americano incitou Zelaya a buscar uma modificação da constituição de forma a poder disputar a reeleição para o cargo de presidente. A formação discursiva é notada em expressiva parte das matérias que investem em contextualização e nas falas do presidente interino/de fato/golpista Roberto Micheletti.

FD5 – Comunidade internacional quer retorno de Zelaya

Os sentidos desta FD reiteram que a comunidade internacional não aceita o golpe em Honduras e não reconhece o governo que assumiu. Em geral, esta informação

é apenas citada, não sendo aprofundada – deste modo, o não-desenvolvimento do tema acaba silenciando sentidos acerca da validade ética da derrubada de Zelaya no cenário internacional.

FD6 – Zelaya é mentalmente desequilibrado

O mandatário deposto é representado como uma pessoa insana, em um julgamento de base estética – em decorrência do hábito de vestir roupas de caubói (com destaque para um inseparável chapéu) – e de suas afirmações de que estaria sofrendo uma ação de mercenários israelenses, que estariam tentando atingi-lo por meio de ondas magnéticas. Os sentidos desta FD servem à indicação de que Zelaya não possui condições de ser considerado um presidente legítimo – ele é apelidado de *chapeleiro maluco* em um dos textos.

FD7 – Chavismo é ideologia perversa

Zelaya é seduzido pelas falsas promessas do perverso chavismo, ideologia criada e exportada por Hugo Chávez. O chavismo é basicamente uma ditadura com involucrada em uma capa de democracia, pois objetiva a perpetuação no poder. As consultas populares e plebiscitos que os chavistas levam a cabo são exemplos de preceitos errados, pois em decorrência do assistencialismo populistas, suas propostas serão aceitas pela maioria da população. É uma ideologia derivada de uma concepção própria de socialismo. Essa FD é presente em textos que a identidade editorial de Veja é claramente observável, sendo um discurso acionado reiteradamente para a contextualização dos acontecimentos.

FD8 – Aceitar o golpe é a única solução possível

Os sentidos desta formação são percebidos mais ao final do recorte temporal, tendo em vista que é uma opção aceitável a partir do plano proposto pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, e pela OEA. A afirmação desta decisão como “única possível” é reforçada pelo elemento de legitimidade relacionado a Arias, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 1987. Tendo em vista que Zelaya é representado nas matérias como um presidente deposto mas, em grande medida, ilegítimo (tanto por sua atuação política

quanto pela própria personalidade) e que Honduras não possui instituições democráticas sérias, afirma-se que o plano de resolução da crise é tanto acertado quanto, principalmente, apropriado ao país.

FD9 – Brasil cometeu erro em Honduras

A FD em questão é percebida nas matérias mais analíticas ou mais contextualizadoras do *corpus*. É concebida pelos sentidos de que o governo brasileiro, ao abrigar Zelaya em sua embaixada, cometeu uma intervenção na dinâmica política interna do país centro-americano, o que quebraria a tradição diplomática da PEB de não-interferência no plano doméstico de outros Estados.

FD10 – Instituições políticas de Honduras são defeituosas

Embora a situação em Honduras tenha sido causada por um golpe (que, em alguns textos, é tratado como artifício constitucionalmente legal), há que se entender que o país nunca teve instituições políticas de qualidade e provavelmente nunca irá ter. O melhor exemplo desta FD se encontra na fala de um analista norte-americano no texto HO24, *O pesadelo é nosso*⁸⁹: “Honduras pode ter cometido um pecado, mas não é a Sérvia ou Darfur. A comunidade internacional deveria focar no retorno da melhor democracia que eles possam ter”. Esta formação discursiva é diretamente relacionada à FD8, servindo de sustentação a esta.

A FD1 é, certamente, a formação discursiva dominante na cobertura. Porém, a consideração do golpe não implica em sua condenação. Pelo contrário: quanto mais as informações são contextualizadas – seja editorialmente a partir de material de agências ou na construção do texto realizada pela enviada especial Thais Oyama –, mais a deposição de Manuel Zelaya aparece como uma ação justificável. Em conjunto a esta formação, a FD2 é mobilizada também ao longo de praticamente todo o recorte temporal, visto que a indefinição do status do mandatário deposto deriva nas tensões entre os governos brasileiro e hondurenho, fomentando também sentidos de questionamento à atitude do Brasil e, desta forma, suavizando o peso institucional do

⁸⁹ VEJA, 30/09/2009.

golpe perpetrado contra Zelaya.

Dentre o material produzido pela enviada especial, destacam-se os sentidos que delineiam FD3, FD4 e FD6 e FD7, enfocando caracterizações de Zelaya e suas relações com o Itamaraty e com o líder venezuelano Hugo Chávez. O esforço para construir uma imagem negativa do presidente deposto faz com que algumas formações discursivas, como a FD5, sejam gradualmente deixadas de lado. Ao ser anunciado o plano de estabilização baseado na aceitação do resultado das eleições presidenciais, a FD8 adquire grande proeminência – a qual é, por vezes, sustentada pela visão “realista” exposta pela FD10.

5.4.1 Estereótipos: Honduras, a arquetípica *República das Bananas*

A cobertura realizada pelo portal Veja sobre o envolvimento do Brasil na crise política em Honduras investe em um grande uso de estereótipos, relacionados a diversas matrizes (políticas, sociais, históricas). Há uma conjunção de sentidos a partir dos termos usados que tenta construir a representação de uma “ópera bufa” – um festival de erros que só seria possível na “folclórica” política latino-americana. Esta percepção é exemplificada pela mobilização daquele que pode ser considerado o estereótipo-mor sobre os países da América Latina: o de *República das Bananas*⁹⁰. Neste caso, a contextualização levada a cabo pelo portal para que seu público compreenda a situação em curso cita Honduras como o local de nascimento da denominação pejorativa⁹¹. Ademais, o site traz alguns quadros explicativos como o seguinte:

⁹⁰ Conforme Del’Olmo (2010), a denominação tem origem em textos do autor norte-americano William Sydney Porter que aludiam à ação no país de companhias como a United Fruit Company (EUA), que atuavam no cenário político hondurenho. “Como a banana era o principal produto de exportação de Honduras, a ingerência de empresas transnacionais que a comercializavam fragilizou os governantes hondurenhos de então, interessados apenas nesse negócio em proveito pessoal e de seus grupos. Houve uma sucessão de ditadores, que perdurou por várias décadas, sendo Honduras um dos países latino-americanos que mais sofreu golpes de estado ao longo de sua História” (DEL’OLMO, 2010, p. 24).

⁹¹ VEJA, *O pesadelo é nosso*. 30/09/2009.



Fig. 3: *Republiqueta de bananas*⁹²

Afirma-se que a grande colheita do produto deu origem à expressão, que obviamente é relacionada a uma suposta falta de seriedade institucional. Embora objetivamente a interferência de empresas norte-americanas – em especial a United Fruit Company – tenha fomentado problemas políticos, subjetivamente o termo *bananas* adquire o significado de bagunça. Historicamente, acabou-se por se relacionar a quaisquer dificuldades enfrentadas pelos países da América Latina – em grande medida, incorrendo em efeito humorístico. A questão é que esta tipificação sustenta e é sustentada pela concepção de que repúblicas consideradas “bananeiras” não devem ser levadas a sério⁹³, pois as instabilidades políticas fazem parte de “sua natureza”.

Os textos com a assinatura da repórter enviada por Veja a Honduras, Thaís Oyama, destacam-se pela profusão de construções estereotípicas. Uma das ideias na prática de utilizar um enviado especial é, como já foi afirmado, apresentar informações que sejam mais próximas dos referenciais culturais do público. Neste caso, o trabalho de contextualização empreendido nas matérias é consideravelmente relacionado a estas

⁹² VEJA, *O pesadelo é nosso*. 30/09/2009.

⁹³ Nesse encadeamento, difícil acreditar ser coincidência que, no idioma inglês, o termo *go bananas* possua o significado de “ficar louco”, sendo que a origem do vocábulo estaria na excitação de macacos ao perceberem que receberão a fruta como alimento.

estruturas de conhecimento acerca do Outro. A reiterada afirmação da nação hondurenha como um dos países mais pobres do continente e menções à violência acabam incorrendo na essencialização do país como um espaço de miséria e selvageria, visões alicerçadas em concepções de inferioridade. Em se tratando do enfoque dado a indivíduos, dois aparecem com destaque nos textos analisados: Miguel Zelaya e Hugo Chávez. Incorre-se em uma tentativa de desconstruir a credibilidade e legitimidade de Zelaya, que tenta retornar à presidência. O líder deposto é referido como por termos como *lunático* por dizer estar sendo perseguido por mercenários israelenses e *chapeleiro maluco* em alusão ao seu hábito de usar chapéus. Exemplarmente, o personagem que aparece como antagonista de Zelaya, o presidente provisório Roberto Micheletti, é rapidamente descrito na matéria que fornece uma entrevista a Veja. Suas características pessoais e políticas, ao contrário das do presidente deposto, não configuram mote para as notícias.

De toda maneira, as características atribuídas a Zelaya tentam reforçar a concepção de que ele é um fantoche de Chávez, designado como ditador venezuelano, caudilho por excelência e que distribui “conselhos perversos” sobre como conseguir se perpetuar no poder. Mesmo que tenha suas reivindicações apoiadas pela comunidade internacional, Zelaya é um projeto de ditador forjado na ideologia chavista. É mandatório apontar que todas essas tipificações negativas são elementos mobilizados para reforçar a paradoxal ideia de que o golpe em Honduras aconteceu para salvar a democracia. O jogo dos estereótipos se encadeia da seguinte forma: enquanto um presidente eleito (Chávez) é considerado ditador, outro líder legítimo (Zelaya) é apeado do poder e expulso do país, mas retorna e arregimenta apoio internacional. Porém, é considerado politicamente populista e pessoalmente insano, o que retira dele legitimidade e credibilidade. No lado oposto, um governo originado por um golpe de Estado é denominado como “interino” ou “de fato”. Ao todo, essa argumentação faria sentido por se tratar de um país que não pode ser levado a sério – o que invalida discussões sobre a importância de manutenção das instituições políticas. Afinal, qual a necessidade de se desgastar por uma situação “naturalmente” perdida?

É importante também observar que a contextualização realizada pelo portal não deixa de fora as tradicionais críticas a tudo o que possa ser relacionado à *ideologia esquerdista latino-americana*, por mais difusa que esta se apresente. Destarte, Zelaya passa a ser um inimigo da democracia assim que “adere” ao chavismo (a principal

ideologia inimiga), de mesma maneira que o Brasil não age por julgamento próprio, mas por uma solidariedade ideológica a Chávez e seu “clube de amigos” (como a ALBA é referida). Apresenta-se, inclusive, que a identificação a este universo ideológico é uma falácia, visto que o próprio *comunista neófito* Zelaya não pratica a “sociedade igualitária” na embaixada, recebendo a melhor alimentação entre o grupo que ali está alocado. Por outro lado, o Estado brasileiro é representado como ingênuo justamente por se guiar pela ideologia esquerdista, quando esta seria, claramente, apenas uma forma fajuta de perpetuar relações de dominação sob a ideia de solidariedade.

5.4.2 Um golpe para “salvar a democracia”

Utilizarei o texto HO24, *O pesadelo é nosso*⁹⁴, como exemplo dos temas tratados pela cobertura. A matéria em questão é a maior relacionada no *corpus*, servindo à sintetização de 32 macroproposições. A reportagem é um exemplo de narrativa transmidiática, tendo sido editada também na versão impressa de Veja. A escolha é baseada na significativa apresentação de informações contextualizantes, apresentando também o que pode ser definido como um alto índice identitário.

Pode-se dizer que o conceito de democracia é tensionado ao máximo na cobertura do envolvimento brasileiro na crise política de Honduras pelo portal Veja. Como foi apontado, embora seja um consenso a derrubada de Manuel Zelaya da presidência, essa ação nem sempre é censurada. Pelo contrário: em algumas das matérias, afirma-se mesmo o caráter legal da situação. Nestes textos, efetiva-se o argumento do golpe para salvar a democracia – ou seja, o cometimento de uma arbitrariedade é um problema menor diante das possibilidades posteriores. Tal situação pode ser enquadrada na concepção de pensamento abissal que caracteriza os valores ocidentais comentada por Santos (2003). Pode-se notar um exemplo da confusa definição de democracia expressa por Veja:

Com as eleições marcadas para o próximo dia 29 de novembro, o governo interino que derrubou Zelaya se preparava para reconduzir o país à normalidade democrática. O candidato ligado a Manuel Zelaya aparecia até bem colocado nas pesquisas de intenção de voto. Seria uma saída rápida e democrática para um golpe, coisa inédita na América Latina.

⁹⁴ VEJA, 30/09/2009.

Seria. Agora o desfecho da crise é imprevisível. O mais lógico seria deixar o retornado sob os cuidados dos amigos brasileiros até depois das eleições, que, se legítimas, convenceriam a comunidade internacional das intenções democráticas dos golpistas. E, claro, combinar isso com os apoiadores e detratores de Zelaya nas ruas (*veja a reportagem da enviada especial de VEJA, Thaís Oyama*), já que elas costumam ter sua própria e volátil dinâmica. O Brasil, que poderia ser parte da solução da crise de Honduras, tornou-se, graças a Chávez, o problema. A embaixada brasileira agora tem um hóspede que ouve vozes e uma paradiplomacia que ouve ditadores estrangeiros (VEJA, 2009).

Considera-se que o “governo interino que derrubou Zelaya” vai levar a cabo a realização de eleições que, de forma simples, operarão uma ação de limpeza no sistema político do país. Como se tal situação não fosse, por si só, contraditória, uma das frases seguintes serve para exemplificar a definição de paradoxo: “*O mais lógico seria deixar o retornado sob os cuidados dos amigos brasileiros até depois das eleições, que, se legítimas, convenceriam a comunidade internacional das intenções democráticas dos golpistas*”.

Em geral, a cobertura é estruturada sob a concepção de que qualquer modificação – ou mesmo consulta a população sobre mudanças – na constituição é um elemento negativo. Há uma contradição latente: se este é o tipo de democracia de Honduras pode ter, como afirma um analista norte-americano entrevistado no texto em análise – fato tratado mais a frente –, seria normal pensar que a reforma do sistema é uma demanda justa (mesmo que a possibilidade de reeleição para presidente não seja vista como mudança positiva). Mas os discursos indicam que a possibilidade de mudança das estruturas é, sempre, algo ruim – porque atinge as instituições, não importando quais os valores que as sustentam. Em realidade, a ideia é rechaçar qualquer mudança de sistema político cuja inspiração seja relacionada aos governos de esquerda latino-americanos, e especialmente se a referência é a Venezuela de Hugo Chávez. Neste sentido, por mais que exista um governo não-legítimo, condenado por órgãos como a OEA e a ONU, o texto sustenta que a principal ameaça à democracia em Honduras era o próprio presidente derrubado.

Como apontei ao tratar dos estereótipos, investe-se na representação negativa de Zelaya, de maneira a construir sentidos de ilegitimidade. O principal estereótipo, o da loucura, é conjugado a uma satirização do líder deposto. Assim, em meio às afirmações de ser um “aprendiz de ditador”, Zelaya é ridicularizado e desacreditado.

Manuel Zelaya é o mais improvável dos ícones adotados pela esquerda pró-Chávez. Um homem rico, dono de fazendas e madeiras, anda sempre de botas, guayabera (a camisa típica da América Central) e chapéu branco, de abas largas. Com quase 2 metros de altura, bigodão de mexicano em filme americano, ele cultiva a imagem de um homem do campo honesto e trabalhador. Gosta de ser chamado de “Comandante Vaqueiro”. Filho de uma família tradicional de fazendeiros, Zelaya filiou-se ao Partido Liberal, o mais à direita de Honduras, em 1970. Seu pai tinha sido do mesmo partido, mas teve suas ambições políticas frustradas quando passou sete anos na cadeia. Foi condenado como mandante do assassinato de dois padres e treze agricultores sem-terra que haviam invadido sua propriedade. A aproximação com Chávez ocorreu em 2008 e contou, no início, com apoio no Congresso. Em troca de 130 milhões de dólares, 4 milhões de lâmpadas e 100 tratores, Honduras entrou para a Alba, a associação de amigos de Chávez.

Os hondurenhos desconheciam então que o presidente também recebera de Chávez conselhos perversos sobre como se utilizar de mecanismos democráticos, como eleições e plebiscitos, para aniquilar a democracia e se perpetuar no poder. Um comunista diria que faltaram ao chavista neófito as condições objetivas para aplicar o modelo bolivariano de tomada do poder. Em fim de mandato, com popularidade baixa (30%), andava às turras com os companheiros liberais e, quando não conseguiu cooptar o chefe das Forças Armadas para a realização do plebiscito, ele fez a besteira de demiti-lo sumariamente. É um mistério como ele pretendia ser aceito como caudilho sem ter o apoio do Judiciário, do Legislativo, das Forças Armadas e da população. É difícil deduzir se Zelaya se atrapalhou por esperteza ou ingenuidade. Não se deve descartar a hipótese de que o homem seja um lunático. Como sugere sua queixa, na semana passada, de que “um grupo de mercenários israelenses” estava perturbando seu cérebro com “radiações de alta frequência”. A paranoia dos raios mentais é um sintoma clássico de esquizofrenia. O certo é que Zelaya não cabe no figurino de um mártir da democracia (VEJA, 2009).

A trajetória política de Zelaya não o posiciona como ideologicamente integrante da esquerda, mas o primeiro elemento destacado nesta caracterização é o fato de ser o líder deposto um homem “rico”. Compõe-se a oposição *esquerda x riqueza*, com vistas a atingir o senso comum do público de Veja.

A exposição de elementos considerados curiosos na figura de Zelaya incorre na estruturação de um personagem ridículo, o que aqui está relacionado a sua atuação política. Não deixa de ser, também, uma crítica aos próprios hondurenhos por terem eleito um personagem notoriamente bufão como chefe do Executivo. Nesse sentido, o valor das instituições políticas do país é levemente questionado. Esta interpelação, todavia, ganha força à medida que o foco sai do indivíduo para a questão estrutural da organização política de Honduras. Outro trecho apresenta temas válidos para a

observação dos pontos abordados:

Houve um golpe de estado? Sim. País pequeno e pobre, Honduras foi transformada num caso exemplar do repúdio da comunidade internacional aos golpes de estado. Foi castigada com sanções econômicas e congelamento nas relações diplomáticas. Exceto por isso, o problema não era tão grande. A medida de força foi, até certo ponto, justificável pelas leis do país. Até o momento do golpe, o maior perigo para a democracia era o presidente Manuel Zelaya. Ele seguia os passos de Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales, e queria reescrever a Constituição para ampliar o próprio mandato. Não foi um golpe revolucionário, que rasga a Constituição, militariza o Poder Executivo e elimina a liberdade de expressão. Ao contrário, o objetivo era preservar as instituições. As eleições foram mantidas, com a presença da oposição, em 29 de novembro. Havia calma nas ruas, apesar de o país sentir o peso das sanções econômicas. A situação em Honduras só tinha importância para Zelaya. Se as eleições fossem realizadas, um novo presidente assumiria e o deposto cairia no anonimato. Em entrevista a VEJA, o americano Peter Hakim, do Diálogo Inter-Americano, um centro de estudos em Washington, colocou a questão em termos realistas: “Honduras pode ter cometido um pecado, mas não é a Sérvia ou Darfur. A comunidade internacional deveria focar no retorno da melhor democracia que eles possam ter”. O governo Lula preferiu apoiar os planos de continuidade de Zelaya. Essa intervenção jogou lenha na fogueira e pôs Honduras à beira da anarquia (VEJA, 2009)

É interessante o uso da expressão *termos realistas*: trata-se de um eufemismo para indicar que “deve ser dita a verdade”. E a verdade, aqui, é considerar os hondurenhos menos capazes de ter uma democracia funcionando no que deve ser considerado sua plenitude – afinal, deve-se lembrar, é uma “república bananeira”. Desta forma, a informação que abre o parágrafo – a de que houve um golpe de Estado – perde significância em virtude da “realidade”. Retomando a peculiar definição de democracia de Veja, a afirmação de que o maior perigo para o sistema democrático de Honduras é o próprio líder apeado de seu posto é corroborada pela informação de que ele seguia os exemplos do já citado Chávez, de Rafael Correa e Evo Morales (presidentes do Equador e Bolívia, respectivamente) – todos eleitos em votações consideradas legais, diga-se.

O significado do acontecimento talvez possa ser mais bem compreendido a partir de uma frase encontrada no meio do excerto: “Não foi um golpe revolucionário, que rasga a Constituição, militariza o Poder Executivo e elimina a liberdade de expressão. Ao contrário, o objetivo era preservar as instituições”. Ou seja, trata-se exemplarmente de um golpe conservador, arquitetado para a manutenção da tradicional

estrutura política hondurenha.

Desta forma, o grupo de impetrou o golpe de Estado e expulsou Zelaya do país é sumariamente absolvido. Os causadores da instabilidade são outros – no que tange à cobertura internacional da Veja, os tradicionais chavistas, bolivarianos e esquerdistas latino-americanos em geral. Mas a última frase do trecho destacado é bem explícita em colocar a culpa da crise em Honduras sobre o governo brasileiro e nos planos de “continuísmo” do líder deposto. A relação do Brasil com a questão é aprofundada a seguir.

5.4.3 O Brasil: um incauto fantoche

Há poucas nuances na inserção internacional brasileira na cobertura em questão. A atuação do Itamaraty no episódio é tratada como um conjunto de erros orquestrado pela composição ideológica que define a PEB – e que, neste caso, é aproveitada para manobras pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Desta forma, coloca-se o Brasil como um ingênuo fantoche sendo manipulado pelo “ditador de Caracas”.

“O Brasil passou à condição de refém de Zelaya. Ele jamais quis nossa proteção, tudo o que quer é usar a embaixada como palanque eleitoral”, definiu na sexta-feira passada o embaixador Marcos Azambuja, expoente do passado de diplomacia profissional de padrão mundial que um dia prevaleceu no Itamaraty. O ministro-conselheiro Francisco Catunda Resende, único diplomata brasileiro em Honduras, foi quem recebeu Zelaya, acompanhado da mulher, Xiomara, filhos e bagagem, às 11 horas da manhã de segunda-feira. Catunda Resende já tinha sido informado, em termos misteriosos, da iminente chegada de um visitante ilustre, conforme VEJA apurou no Itamaraty. O que não estava combinado era que Zelaya transformaria a embaixada em comitê de campanha, com centenas de correligionários acampados dentro do prédio. Ele deu entrevistas dentro da embaixada e proferiu um discurso da varanda do 2º andar. Disse que lutaria pelo cargo até a morte e conclamou a população a resistir. Tomou conta do lugar com tal desfaçatez que seu pessoal se recusou a dividir com os funcionários brasileiros a comida enviada pela ONU. A situação é inédita nas relações internacionais (*veja o quadro*). Em geral, um país dá asilo em sua embaixada a alguém que é perseguido e corre risco no país. Não é o caso de Zelaya, que estava em segurança na Nicarágua e resolveu voltar para Honduras, onde há um mandado de prisão contra ele. A versão oficial do Itamaraty é que está “abrigoando o presidente Zelaya numa situação peculiar, na qual ele corre risco” e que ele “não é um asilado”. “Se eu estivesse lá, deixaria o presidente deposto entrar na embaixada e o manteria lá. O que não tem cabimento é a chegada de 300 aliados

políticos, que passaram a utilizar a embaixada como um comitê”, diz Roberto Abdenur, que foi embaixador em Washington (VEJA, 2009).

A afirmação de que o Brasil se tornou refém de Zelaya faria sentido desde que se considerasse que o Itamaraty foi surpreendido pela chegada e presença do presidente deposto. Em oposição, é afirmado por diversas vezes, ao longo do *corpus*, que a situação foi estruturada por Lula, o Ministério de Relações Exteriores e o mandatário venezuelano Hugo Chávez.

A embaixada, como um espaço soberano brasileiro, segue as determinações de Brasília, sendo óbvio que as ações de Zelaya tinham embasamento. A ideia é justamente fortalecer a posição legalista, agindo para a derrocada do governo golpista, permitindo a articulação dos partidários de Zelaya e expondo a situação para a constituição de pressão internacional. É absurdo pensar que um presidente vítima de golpe, que se encontrava exilado em virtude de um mandato de prisão, voltaria ao país de origem se refugiando na representação diplomática do Brasil acompanhado de um grupo de cerca de 60 pessoas e tudo isso ocorresse sem que o MRE tivesse conhecimento; e que este mesmo líder, apontado como legítimo pelo Estado brasileiro, estivesse atuando desde a embaixada e nada acontecesse caso o governo do Brasil discordasse da ação. Assim, quando a situação de retorno ao poder de Zelaya se apresentou como improvável e a eleição de Lopez se constituindo como definitiva, o Brasil estabelece um prazo para a saída de Zelaya do espaço da embaixada.

Um dos problemas aqui observados é que o completo silêncio sobre a estratégia de inserção internacional brasileira é justamente facultar a outras partes envolvidas (sejam os EUA, Hugo Chávez ou outro ator) a inspiração pelos movimentos da PEB. O Itamaraty parece, por vezes, apenas executor e não formulador (em conjunto a Presidência) da diplomacia do Estado brasileiro. Concatenado a essa questão, afirma-se que a política externa brasileira era, no passado, superior. Como não se demarca em qual período exatamente a atuação do Itamaraty foi reconhecida como uma “diplomacia profissional de padrão mundial”, depreende-se que esta época de ouro é relativa a todo o período anterior à administração 2003-2010. Como forma de reforçar essa concepção, a matéria apresenta um infográfico denominado *Uma diplomacia coerente nas derrotas* (fig. 4).

Há um engendramento entre a concepção de uma política externa do Brasil sem

motivador próprio e os problemas institucionais enfrentados pelos hondurenhos. O referido amálgama propicia uma transmutação da situação: ao invés de estar marcando posição pela restauração democrática, o governo brasileiro passa a ser indiciado como um dos fomentadores da crise política – que está a ser solucionada justamente pela atuação dos golpistas, como exposto anteriormente.

A ajuda a Zelaya é a confirmação da primazia da ideologia sobre o interesse nacional no governo Lula. Honduras só tem importância na retórica e nos planos de Chávez, que procura ampliar sua influência entre os pequenos países centro-americanos. Honduras não está na agenda diplomática do Brasil – aliás, de nenhum país exceto seus vizinhos e a Venezuela – porque não tem importância política ou econômica. É um exportador de bananas e, com sua instabilidade crônica, serviu de modelo para a criação da expressão “república bananeira”. Praticamente, só conta com um parceiro comercial, os Estados Unidos (VEJA, 2009).

A mobilização dos estereótipos acerca de Honduras serve, claramente, a uma desqualificação de qualquer ação no território. Instituindo o país centro-americano como um espaço sem a menor importância, critica-se a ação do Brasil, cuja força da estratégia é baseada na defesa dos processos democráticos. Apenas a “ideologia” explicaria o interesse do Itamaraty em restabelecer o governo deposto. Há uma dubiedade a ser percebida: pressionar pelo retorno de Zelaya, solução preconizada inclusive pelo ente abstrato da comunidade internacional, é visto como um exemplo de ideologização – o que, no contexto de Veja, é sempre algo negativo. Contudo, aceitar o autoritarismo de um golpe de Estado é o exemplo de uma decisão neutra. Essas concepções são sustentadas pela crença que, como um local que não tem relevância, Honduras pode ser palco de qualquer arbitrariedade – o que, em “termos realistas”, é dizer que a vontade e as decisões dos hondurenhos não possuem valor como a de indivíduos de outras nacionalidades.

5.5 Uma análise geral das coberturas: compreendendo a contextualização

Procedo a uma visão geral sobre as coberturas analisadas no intuito de constituir a segunda esta da investigação hermenêutica. O foco direcionado para esses três acontecimentos teve por intento colocar confrontar as vicissitudes referentes às notícias

que mobilizam países, povos e dinâmicas pouco comuns no tocante às relações exteriores do Brasil. Como já foi observado, as poucas referências culturais incidem na complexidade de explicação dos fatos⁹⁵, o que impõe uma necessidade de constituição contextual mais ampla. Este processo é levado a cabo pelo foco em determinadas referências.

A indicação das macroproposições, tópicos que sintetizam os temas das matérias, auxilia na vista geral acerca dos processos de contextualização empreendidos por Veja quando essas são observadas em um dado recorte temporal. Os acontecimentos que derivam no material noticioso apresentam assuntos que são mais ou menos retomados ao longo de determinada cobertura, o que incorre em uma repetição significativa de sentidos. Estes, além de delinearem formações discursivas (como visto), apresentam os fatos e enquadramentos que são tomados como mais importantes para a compreensão ampla das temáticas abordadas.

Como grande parte do substrato noticioso é originado por agências, muitas vezes cabe ao portal constituir contextos para a interpretação das informações. Logo, macroproposições apresentadas trazem concepções alicerçadas nos valores e interesses – ou seja, na concepção editorial própria – de Veja. Esta situação é notada no exame dos textos sobre as negociações entre Brasil, Irã e Turquia e da crise hondurenha, quando o conteúdo informativo que representa uma busca pelo estabelecimento de nexos com dinâmicas domésticas o faz por meio de adjetivações aos personagens, por exemplo. Essas qualificações fazem sentido em um cenário no qual as referências culturais são compartilhadas, pois apresentam características que objetivam significados críticos por meio de ironias e sarcasmo. Por conseguinte, as notícias produzidas pela repórter enviada por Veja a Honduras, Thaís Oyama, já são compostas em estrutura relacionada ao complexo Veja, com textos estilisticamente similares aos que são publicados na revista semanal. A alimentação do site com as notícias em “tempo real” impõe, assim, um desafio: manter uma identidade editorial reconhecível pelo público. Aliar velocidade e controle sobre a polissemia discursiva é, de certo, uma situação intrincada.

É significativo constatar a prevalência de textos mais sóbrios no tocante às notícias sobre os BRICS, o que resulta em notícias que são geralmente menores e cuja contextualização é um processo menos destacado. A maior parte do material noticioso é composta por textos que tratam de temário econômico, sendo trazidos de uma maneira

⁹⁵ É válido lembrar: sempre que utilizo o termo *fato* a referência é embasada no conceito de fato social, não em uma consideração objetivista do acontecimento.

que pode ser definida como “objetiva” – afinal, dentro desta perspectiva, o positivismo se apresenta como horizonte interpretativo dominante. Assim, as decisões da economia acabam distanciadas das estratégias de concerto político internacional, o que serve à reafirmação de uma primazia do domínio econômico-financeiro, algo diretamente relacionado aos princípios liberais/neoliberais defendidos pela empresa.

Esta conjuntura, além de impor um destaque ao domínio financeiro, tem como reflexo a desqualificação dos processos políticos. Na relação entre economia e política, esta é fragilizada, pois sua dinâmica se torna resultante das determinações das estruturas relacionadas ao mercado global. Vale notar que esta lógica economicista serve à argumentação, em uma matéria sobre o envolvimento brasileiro na questão de Honduras, de que o país não teria motivo de estar aí presente, visto que não possui negócios expressivos com o Estado centro-americano. A ideia é aprofundada, inclusive, ao se afirmar que Honduras não tem nenhuma importância internacional, posto que quase todo o seu comércio é realizado com os EUA – que, neste encadeamento, possuiria preponderância e competência para solucionar os problemas. Apresenta-se uma justificativa de hegemonia baseada no poderio econômico como algo natural, evidente em si mesmo.

Um outro fator relacionado ao neoliberalismo é que, ademais de suas prerrogativas na área econômica, há uma conformação da ideologia neoliberal (denominada também como institucionalista) nas Relações Internacionais. Neste campo, ela abarca a adesão dos países ao regime de instituições interestatais, constituindo acordos em áreas como a de segurança ou comércio. O comando destas organizações é coordenado pelas chamadas grandes potências, e suas prerrogativas são, muitas vezes, combatidas por instâncias localizadas domesticamente, que veem nelas a imposição de regras e a manutenção do equilíbrio de forças pretendido pelo *status quo*. Esta é uma das grandes temáticas subjacentes às discussões sobre o programa nuclear iraniano e a participação do Brasil como mediador na Declaração de Teerã. Porém, uma contextualização que trouxesse à baila dúvidas sobre os processos de institucionalização poderia pôr em xeque a racionalidade do sistema global contemporâneo⁹⁶, visto que eles ordenam a composição de parâmetros hierárquicos mundiais.

⁹⁶ O neoliberalismo institucional é baseado em três principais características: a concepção de um sistema internacional baseado na interdependência complexa, a constituição de instituições que moldam e dão previsibilidade à atuação dos atores internacionais e a aceitação de regimes que ditam normas e formas de ação em determinados acontecimentos. A adesão aos regimes de instituições demanda, via de regra, uma perda de parte da soberania, uma vez que as decisões são vinculativas.

Os processos de contextualização das informações nas coberturas não se apresentam iguais, mesmo que possuam alguns pontos em comum. A cada acontecimento, são definidos fatores de relevância: o destaque pode ser dado informações sobre o sistema político, o território, os hábitos e costumes de um determinado grupo populacional, etc. De toda maneira, estes “núcleos de similaridade” podem ser facultados aos eixos ideológicos compõem a identidade, os interesses e, de forma ampla, a visão de mundo do portal Veja. Esses componentes estão presentes (latente ou expostamente) na integralidade do material que a empresa publica, pois se relacionam a toda a cadeia de produção. Essa composição é localizada historicamente, com os textos fazendo parte do emaranhado discursivo que o complexo midiático-jornalístico tece e que acaba, também, por tecê-lo. Em sentido contedística ou estético, Veja é seu texto.

6. O MEGALONANISMO: INTERPRETANDO A PEB À LUZ DO PORTAL VEJA

A terceira etapa desta investigação, baseada na disposição da Hermenêutica de Profundidade, apresenta a problemática da apropriação cotidiana dos produtos da comunicação de massa. Analiso aqui temas relacionados à interpretação da produção jornalística do portal Veja no que tange à cobertura da política externa brasileira no eixo Sul-Sul. Conforme Thompson (2009, p. 402) “não apenas as maneiras como as mensagens são normalmente compreendidas e aceitas, mas também a natureza e significância da atividade de recepção, isto é, o papel que esta atividade desempenha nas vidas dos receptores”. Por conseguinte, compreender como as formas simbólicas produzidas e postas em circulação a partir dos meios de comunicação serão significadas e passarão a fazer parte da vivência cotidiana dos indivíduos e grupos. Como aponta o autor, esses significados possuem importância estrutural nos contextos que envolvem os seres humanos vivendo socialmente, reafirmando ou questionando valores e crenças. Logo, dentro da concepção thompsoniana, servem à compreensão das formas simbólicas como ideológicas.

Observo, contudo, que faço uso da terceira instância do enfoque tríplice de maneira um pouco distinta da preconizada por Thompson. O autor afirma a necessidade de uma análise sócio-histórica conjugada a uma investigação etnográfica. Na abordagem que utilizo neste trabalho, não realizo uma etnografia, mas parto de alguns comentários postados sobre as matérias – tomando-os como informações indiciárias, ou pistas – no intento de compreender o público alvo do portal Veja na forma pela qual este o concebe, sendo que essa audiência é situada social e historicamente

Para entender os processos de apropriação dos produtos midiáticos em geral (e jornalísticos, especificamente), Thompson aponta a importância da atenção aos contextos sócio-históricos que engendram os indivíduos e os grupos sociais que recebem essas mensagens. A interpretação não é realizada em um espaço vazio, sendo dependente dos quadros de referências socioculturais do público ao qual aquelas mensagens são objetivadas. Como destaca o modelo do contrato de comunicação de Charaudeau (2007), há sempre um polo receptor (o público) imaginado pelo polo emissor (a instância midiática), e a busca por esta representação idealizada cumpre o papel de nortear a construção das mensagens. Conforme o teórico,

[a] instância de recepção é portadora de um ‘conjunto impreciso’ de valores ‘ético-sociais’ e (...) ‘afetivo-sociais’, os quais devem ser levados em conta pela instância midiática para poder apresentar uma informação mais ou menos de acordo com suas expectativas. A instância de recepção, quanto à dupla finalidade do contrato de informação, pode ser, então, abordada de duas maneiras: como *alvo intelectual* ou como *alvo afetivo* (CHARAUDEAU, 2007, p.79-80).

Na proposta de Charaudeau, os alvos intelectivos são os que possuem capacidade de avaliação diante da mensagem que recebem, que possuem interesse em relação às mensagens que recebem. Sintetizando: as informações que a instância emissora traz são apropriadas de maneira a motivar ações em diferentes âmbitos. Estes, para o autor, abarcam os domínios da organização da vida política e econômica do Estado, coordenação de atividades sociais diversas e disposição das práticas de caráter cotidiano. Já os alvos afetivos não são mirados por sua avaliação objetiva das mensagens, mas pelos efeitos emocionais que determinadas informações (ou seus enquadramentos) podem ocasionar. É importante ter em consideração que os dois tipos de alvos não são separados cartesianamente pela instância emissora, que muitas vezes tenta atingir tanto um quanto o outro a partir da mesma mensagem.

De toda forma, Charaudeau defende que a relação alvo-público precisa ser pensada a partir de indagações sobre as temáticas da *compreensão* e da *motivação*, que regem as possibilidades de apropriação das mensagens midiáticas. Em conformidade, Thompson (2009) destaca seis características principais da investigação da apropriação cotidiana dos produtos de comunicação de massa: 1) Os modos típicos de apropriação dos produtos de comunicação de massa; 2) as características sócio-históricas dos contextos de recepção; 3) a natureza e significância das atividades de recepção; 4) o significado das mensagens, como interpretado pelos ouvintes; 5) a elaboração discursiva das mensagens comunicativas; 6) as formas de interação e quase-interação estabelecidas através da apropriação. O pesquisador não estabelece que todas as categorias devem ser contempladas em uma análise, mas que estas devem ser adequadas à temática que está sendo pesquisada.

A tomada que faço dos pressupostos de Thompson e Charaudeau se dá em acordo ao meu objeto de pesquisa: o portal Veja. Parto da observação⁹⁷ de comentários

⁹⁷ É importante afirmar que não se trata de uma análise de recepção empreendida por um viés etnográfico, visto que não faço utilização do referencial da área.

postados sobre as notícias, pois estes permitem a identificação de indícios dos significados atribuídos a estas mensagens midiático-noticiosas; assim, procuro identificar tópicos de maior relevância à esta pesquisa. Em seguida, procedo ao estudo do contextos sócio-históricos relacionados ao público imaginado pelo portal Veja, o que ajudará na compreensão do horizonte perspectivo da instância receptora. Por fim, busco interpretar as relações ideológicas que entrecruzam a produção jornalística de Veja sobre a política externa brasileira no eixo Sul-Sul.

É necessário comentar que a participação do público nas notícias sobre a PEB pode ser considerada baixa, tendo em vista que a grande maioria das notícias não apresentou postagem de comentários no espaço destinado – ao contrário do que acontece, geralmente, nas notícias sobre política doméstica veiculadas no portal. Este é um primeiro ponto de interesse: mesmo com a grande repercussão dos temas relativos às três coberturas em observação, as temáticas que envolvem o ambiente internacional não são contempladas com a mesma atenção de outras. A ambiguidade do material jornalístico que enfoca a PEB (visto que combina domínios de referências internas e externas) indicia a atenção dispensada por grande parte do público aos conteúdos: quanto mais envolvido esteja o Brasil – e, de forma visível, a principal figura do Executivo –, maior a repercussão na chamada “caixa de comentários”. Quanto mais distante do conhecimento relativo ao cotidiano do público (sua esfera de realidade), menos atenção. É preciso indicar, também, que a maioria dos comentadores do portal Veja utiliza os recursos de exposição da opinião localizados em colunas-blog assinadas por articulistas como Reinaldo Azevedo, Augusto Nunes e Rodrigo Constantino. Por um lado, essa situação certamente esvazia um pouco a função na página onde a notícia é publicada. Por outro, é um indicativo que o público do portal, ao menos em relação ao noticiário que envolve temáticas da PEB, prefere se manifestar a partir das interpretações realizadas pelos colunistas, que, por serem fixos, preenchem o papel de vozes autorizadas a explicar a complexidade dos assuntos abordados nas matérias jornalísticas.

6.1 Comentários

A pequena participação do público no que tange ao material jornalístico sobre temas da PEB, como disse acima, resulta em uma amostra curta de comentários.

Todavia, os que aqui são reproduzidos constituem um interessante grupo de referências acerca do que o público compreende sobre notícias que abordam, por vezes, realidades longínquas (tanto no sentido geográfico quanto no afetivo/cognitivo).

Argumento que a análise dos comentários ora realizada é um procedimento de entrada no universo do público ao qual o portal Veja se dirige, definido de maneira mais consistente pela análise de seu contexto sócio-histórico. Sendo assim, não intento um aprofundamento do estudo desta ambiência, embora entenda que uma investigação mais sistemática aí aplicada com certeza resultaria em um estudo de grande interesse. Meu objetivo se localiza mais na conformação da realidade pela interação entre discurso, ideologia e estruturas sociais em entremeio aos produtos jornalísticos, deixando os estudos de recepção das mensagens para os pesquisadores que se dedicam a este campo. Levo a cabo, desta maneira, uma breve exposição de opiniões publicadas sem a pretensão de sistematizar uma investigação como a realizada sobre o material jornalístico publicado no site.

Selecionei os comentários postados acerca das matérias *Vontade do Irã de manter acordo é positiva, diz Celso Amorim*⁹⁸ e *Nobel da Paz critica Lula: “Nenhuma nação deve estar ao lado do Irã”*⁹⁹, na cobertura sobre as negociações Brasil-Irã-Turquia; e *Zelayistas tentam engrossar manifestação*¹⁰⁰, na cobertura da crise de Honduras. No caso desta matéria, incorro em uma adaptação que é necessariamente desvirtuante, mas que concretizo tomando visando exemplificar o que apontei anteriormente: os comentários foram coletados na coluna-blog de Reinaldo Azevedo em momento que este reproduz material produzido pela enviada especial Thaís Oyama. O texto, todavia, é editado: Azevedo suprime partes do mesmo, deixando partes que reforçam a ideia de um *cafofo*¹⁰¹ ao qual o título da matéria se refere. Ao final dos três parágrafos que publica, ele dispõe um hiperlink para a leitura do material completo.

Sobre as matérias publicadas acerca dos BRICS, não foi mapeada nenhuma postagem de comentário.

⁹⁸ VEJA, 22/06/2010.

⁹⁹ VEJA, 11/06/2010.

¹⁰⁰ VEJA, 26/09/2009.

¹⁰¹ Sinônimo de casebre, casa pobre, de pequenas dimensões. O termo passou por uma ressemantização, pois historicamente é um diminutivo de calabouço, local onde se guardavam os escravos antes de serem vendidos (MOURA, 2004). No entanto, a jornalista provavelmente objetiva referenciar o esquete *Cafofo do Osama*, apresentado no humorístico televisivo *Casseta e Planeta* (1992-2010), da Rede Globo. O quadro realizava uma sátira sobre o local no qual Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, estaria escondido. Pode-se dizer que o título da matéria é uma sátira da sátira.

a) Negociações Brasil-Irã-Turquia

IR30: Nobel da Paz critica Lula: “Nenhuma nação deve estar ao lado do Irã”

Ronaldo Graziani Facchini
Nunca antes neste País...foi tão fácil governar, o povo escolhe (obrigatoriedade de voto/ analfabeto...)e o onipresente se julga acima de todos e de tudo, além da prepotência e arrogância...cada povo tem o governo que merece, fazer o que? 09.07.2010
Braz R Soares
No Brasil deve ser muito difícil ser presidente da república, o povo escolhe um, depois outras pessoas, que muitas vezes foram contra, querem mandar nele, afff, aqui o presidente eleito tem que ser submisso aos Estados Unidos, que vive metendo o bedelho na vida de todos os países, seria melhor se ele tivesse uma política de ajuda para eles, não de ingerência em problemas internos, e a soberania? Como fica? Só ele é soberano, e o Vietnam, o Afgnistão e outros em que ele se meteu e se deu mal? Ainda tem mídia a favor dele, tenham a santa paciência (Sem indicação de data)

Quadro 1: comentários sobre IR30

Os dois comentários da notícia realizam um embate. Enquanto o primeiro faz críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando este ser arrogante e prepotente, a segunda postagem aponta uma perseguição ao mandatário, trazendo temas da política externa (brasileira e geral) para afirmar que Lula precisa ser soberano em suas decisões.

IR31: Vontade do Irã de manter acordo é positiva, diz Celso Amorim

Rome Santos Rabelo
Sempre achei que o Brasil é bom de bola,mas de diplomacia parece que não sabe nada,a poiar um país como o Irã a produzir arma atômica é insanidade mental ou imbecilidade,pois todo mundo sabe que lá no Oriente Médio o tripé:Religião,Política e Guerra já fazem parte do cenário desde os tempos dos grandes Imperadores persas,assim como na história do povo Hebreu,que começou com o Patriarca Abrão,pai de uma nação,dessa feita fica aqui uma pergunta,o que o Brasil sabe sobre o problema daquela região?com isso fico a perguntar se o Lula que é presidente de um país que mal sabe resolver seus problemas internos está se metendo numa questão histórica dessa natureza?na minha opinião o Brasil está entrando num jogo sem ficha e o pior não tem cacife para mediar essa problemática entre Irã e Israel,pois o meu humilde conselho ao Presidente Lula é tirar o time desse campo minado,enquanto é tempo. 29.06.2010
JORGE SANTOS
É SIMPLEMENTE INFELIZ ESTE APOIO DE LULA A UM HOMEM QUE HOJE É O MAIOR PERIGO PARA O MUNDO. VEJO COMO SE O BRASIL ESTIVESSE DOANDO AS VESTE PARA COBRIR A NUDEZ DO MAIOR HOMEM BOMBA DOS DIAS ATUAIS. 26.06.2010

Quadro 3: comentários sobre IR31

O primeiro comentário, com linguagem que traz elementos religiosos misturados a argumentos históricos, “aconselha” o presidente a não apoiar o Irã a desenvolver armas atômicas (o que considera “insanidade mental” ou “imbecilidade”) e destaca que, se ele não consegue resolver problemas internos, não tem condições de tratar de um tema de tal relevância. A segunda apreciação ataca de forma incisiva o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad – que não é citado por nome ou cargo, sendo referido como “maior homem bomba” do mundo.

b) Crise em Honduras

HO16: *Zelayas tentam engrossar manifestação*

Rubens Forattini Jr.
Bom trabalho! Sou leitor assíduo de Veja e agradeço suas informações dos fatos bem observados, a análise psicológica e crítica da situação local.
Gaúcho
O Ze-Laia foi condenado por trair a Constituição que jurou defender ao assumir o cargo, depois de apeado do poder que não soube exercer, o seu vice não pode assumir porque desligou-se por livre e espontânea vontade para candidatar-se nas eleições de Novembro, então o 3º na escala sucessória é o Sr. Michelletti que atendeu a uma ordem do STF, do Congresso, e da Constituição. Por que ninguém acusa o Beiçola chaves pela impressão e envio de um avião Militar da Venezuela para Honduras de cédulas, urnas e intervenção num País pobre, mas soberano porque sabe cumprir a Lei. Brava Honduras e suas instituições, e fora o Zé-lacaio e seus bolivarianos.
Rafael Zarza Ribas
Sra Thaís pelos seus comentários. A Sra parece que saiu do jornalismo do casseta e planeta, esta é um crise grave, um atentado a democracia, a Sra, como Jornalista deve mais respeito, como a situação pede junto aos leitores de Veja, bem como quanto ao Presidente deposto, por um golpe de Estado Manuel Zelaya.

Quadro 4: comentários sobre HO16

Os três comentários tanto abordam temas distintos quanto diferem da avaliação da situação em Honduras. O primeiro comentário elogia aspectos pontuais da atuação da correspondente – o que indica a diferenciação entre uma cobertura realizada via agências e outra empreendida com correspondente ou enviado especial. Deixando de lado a questão jornalística, o comentarista Gaúcho investe na produção de trocadilhos para apoiar sua argumentação contrária ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, e cita ajuda de Hugo Chávez ao líder hondurenho. Ele também afirma que, apesar de pobre, Honduras é soberana “porque sabe cumprir a lei”.

A terceira glosa acaba se opondo às duas anteriores: critica o estilo textual da repórter, acusando-a de fazer troça com um assunto sério, ao mesmo tempo em que aponta a arbitrariedade da deposição de Zelaya.

HO28: No cafofo do Zelaya

C.R.
Lula quer que o reverenciem, por ter conquistado para o Brasil, o Pan, a Copa e agora, as Olimpíadas. Vamos relembrar as mazelas do apedeuta e seu magalananico e a vergonha da última trapalhada irresponsável? Esse Zelaya faz de nossa embaixada seu palanque, seu QG? Nós nada podemos cobrar desse governo? Não somos nós que mantemos a embaixada? 5/10/2009 às 1:33 am
Arma de desinformação em massa
E o G20 passou.E ficamos assim:a China exigiu sua parte em ouro, e vai guardar no lugar mais seguro do mundo, os lares de milhões de chineses; todos concordam em não acordar o monstro chamado derivativos, ou melhor dizendo: os famosos ativos tóxicos, 10 PIBs mundiais a que os bancos acham que têm direito para não quebrar;os EUA se recusam a assinar o atestado de óbito do dólar e o desemprego de 20Ppc dá para sair por 10; fica criada a URV mundial, a cesta de moedas controlada pelo FMI que já emite dívida, já que o dólar já não serve mais de parâmetro para nada. A famosa segurança nacional americana agora passa a ser mercenária: é preciso ser estrangeiro para atirar num americano. 3/10/2009 às 9:00 pm
Janga
Reinaldo, Depois que boa parte da “chic entourage” foi acometida de um desarranjo intestinal agudo provocado por frango estragado,(com cheiro, (entre outros) de mais um ataque dos agentes secretos israelenses, prontamente obviado pela equipe médica da embaixada com comprimidos e papel higiênico de 3 folhas, o do chapéu já propõe uma agenda “simples” para resolver a crise, aceitando, entre outras condições, a recondução ao cargo com limitação de poderes. Mais uns dias e ele desentoca de vez. 3/10/2009 às 7:38 pm
juan-50
ESSA MANIA DE PERSEGUIÇÃO DO ZELAYA É TÍPICA DE CHEIRADORES DE COCAÍNA. O SUJEITO PASSA A ACREDITAR EM COMPLÔS, ACREDITAR EM INVASÕES DE EXTRATERRESTRES, TAL QUAL O ILUSTRE CHAPELÃO. 3/10/2009 às 6:40 pm
Giselia de Minas
Agora só falta marcar uma partida de futebol e um churrasco na Pousada Brasil Maravilha. Time do Brasil: Goleiro – Amorim. Laterais – Marcos Top Top Garcia e Mercadante. Beques – Sarney e Renan. Meio de campo – Tropa de Choque. Ataque – Petralhas de todos os matizes. Centoavante – Lula. Time de Hoduras: Goleiro – Zelaya. Laterais – Zelaya. Resto do time – Zelaya. 3/10/2009 às 6:25 pm Juiz – Hugo Imperialista Chaves.
Olivia
Reinaldo, a Veja está imperdível. Parabéns a toda equipe. E concordo mais uma vez com você: que história é essa que o Rio 2016 é dos petralhas e do Magalananino1? Dos petralhas é o cafofo do Zelaya. 3/10/2009 às 4:24 pm
Cabelereiro
Quanto será que dura a tintura do cabelo do Zé Laia? Hipóteses: a) Ele levou um estoque de tinta para a embaixada b) Algum dos diplomatas esqueceu a sua lá. c) Nossos deputados levaram um presente do outro Zé, o do Sir Ney d) Ele vai criar vergonha e sair de cabelo branco. 3/10/2009 às 1:19 pm
azul Honduras
Muito bem...Uma vez prova e comprovada a participação do GOVERNO brasileiro nisso tudo acontecerá o quê?Operação abafa?Fica o dito pelo não dito e o feito pelo não feito?Quais são as punições previstas e por que não

<p>são aplicadas?O crime de responsabilidade de Lula não é suficiente pra Impeachment?O Congresso autorizou o que ele fez?Se não autorizou vai seguir a lei?Mais uma vez vão passar por cima da lei?que estado de direito é esse? 3/10/2009 às 12:28 pm</p>
<p>Rodrigão</p> <p>“...Papel feio” e como um dos piores canastrões já produzidos “nezte paíz”. É o que acontece com quem se junta a tipos como Chávez e suzeranos deste. 3/10/2009 às 12:09 pm</p>
<p>Gatusso</p> <p>O “cara” agora está se fazendo de que nada sabe, nada viu... sua estrelha na próxima (2016... tomara já nao exista nessa data) vai server de excusa para alejar as críticas que sobre ele chovem a consequência da intromissao atrevida na soberanía hondurenha. Mas o povo hondurenho e as nações libres e democráticas jamais esquecerao a suciedade deste cara que quis extender o imperio comunista de seu amo Hugorila Frias, pelo continente americano. 3/10/2009 às 12:04 pm</p>
<p>Buana</p> <p>Essa é a raça que o lulllla se sente à vontade. Gente destituída de qualquer senso de responsabilidade, ética, honestidade. A capacidade desse cara, que no Brasil recebe o titulo de presidente, de se juntar à escória do mundo, tanto faz que seja terroristas, mensaleiros, traficantes de drogas, ditadores, assassinos institucionalizados de vários países, cuequeiros de dolares, comunistas anacrônicos, embaixadores megaló-idiotas, certamente é a faceta mais visível de sua personalidade pusilanime, conivente com a delinquencia de todos os matizes, e quanto pior melhor para ele que sente mais a vontade. 3/10/2009 às 10:38 am</p>
<p>João Sebastião</p> <p>Com o passar dos dias, e com toda aquela montoeira de muchachos confinada na embaixada brasileira, a coisa só poderia dar nisso. Um porta-voz dos incansáveis “heróis da resistência” se dirige ao ex-presidente hondurenho: -Zelaya, o pessoal está ficando incontrolável, agitado, impaciente, eles andam se queixando demais! -Companheiro, avise aos camaradas bolivarianos pra acalmarem-se. Faremos dessa embaixada um exemplo de disciplina e democracia para o mundo! -Eles alegam que alguns dos nossos não dividem o que tem com os outros! -Basta, já disse que aqui é um ambiente da mais plena e absoluta igualdade, o que é de um é de todos. Ninguém, a começar por mim, terá privilégios!!! -Zelaya, é bastante complicado... como eu posso explicar... acontece que eles reclamam que estão sem mulher! 3/10/2009 às 10:20 am</p>
<p>Naldig</p> <p>Não precisa tentar encontrar as digitais brasileiras neste pastelão tropical. É só seguir o rastro daqueles que pisaram na merda. Todas as trilhas levam a Brasília. 3/10/2009 às 8:45 am</p>
<p>Mariazinha</p> <p>O título diz tudo, cafofo foi o que se tornou a nossa embaixada, coisa mais vergonhosa! Depois do episódio envolvendo janelas forradas com papel alumínio, deveríamos chamar uma equipe da Pinel para retirar o doido lá de dentro. E o Amorim fazendo pose de estadista, ninguém merece. 3/10/2009 às 7:59 am</p>

Quadro 5: comentários sobre HO28

Os comentários enviados à página que abriga a coluna-blog de Reinaldo Azevedo diferem substancialmente daqueles postados nos espaços das notícias, mesmo que o material publicado seja de caráter jornalístico e não um texto de autoria do articulista. Percebem-se características da conformação de uma comunidade virtual – não à toa, Azevedo é um dos articulistas mais lidos do portal Veja –, com muitas piadas e trocadilhos, referências a outros temas não abarcados pela notícia e alguns comentaristas tratando de forma informal o colunista ou usando termos que o mesmo

utiliza para se referir a Lula, como *apedeuta*. Aliás, o principal tema abordado pelo público é, de longe, o presidente, que recebe diversos apelidos jocosos, é ridicularizado por não ter curso superior e acusado de corrupção. Outros temas que se apresentam são o preconceito em relação aos latino-americanos, relacionados ao consumo e tráfico de drogas e à desordem política, e as críticas aos governos de esquerda latino-americanos, com as alusões, também escarneadoras, a Hugo Chávez.

Um último tema que quero destacar nesse transversal exame dos comentários são as glosas que tratam mais especificamente da diplomacia brasileira. Entre a utilização de vocábulos rebuscados e a criação de neologismos, Azevedo cunhou um vocábulo que serviu, junto a suas variações, para a definição da PEB para Veja até o final do mandato de Lula: *megalonanico*. Neste espaço, a definição é relacionada ao mandatário e aos diplomatas (“*embaixadores megaloidotas*”), mas é possível dizer que a definição é usada de forma ainda mais abrangente: para explicar a Política Externa Brasileira.



Fig.5: *Imperialismo megalonanico*¹⁰²

¹⁰² VEJA, 30/09/2009. Imagem retirada do acervo digital de Veja [http://veja.abril.com.br/acervodigital/].

A partir do termo *megalonanico*, pode-se empreender uma análise da interpretação sobre a cobertura realizada pelo portal Veja da política externa brasileira no eixo Sul-Sul em dois âmbitos distintos: a inserção do país no ambiente internacional e os efeitos domésticos da PEB. Para tanto, é necessário compreender os contextos sócio-históricos do público do portal, e realizar uma aproximação a partir do perfil identificado pela própria Veja como seu grupo de audiência e de investigações de outros pesquisadores. Antes, contudo, apresento uma vista geral acerca dos personagens-chave para entender a PEB observadas na interação entre a análise discursiva e as pistas deixadas pelos comentaristas do site.

6.2.1 Personagens-chave da PEB

6.2.1.1 Hugo Chávez

É impossível realizar uma investigação sobre política externa do Brasil sem mencionar um de seus principais formuladores: o líder venezuelano Hugo Chávez. Obviamente se trata de uma provocação, mas esta é uma das “verdades” subjacentes aos processos interpretativos da inserção internacional brasileira a partir do portal Veja. Enquanto seja notada a referência a vilões pontuais (mesmo que significativos, como Ahmadinejad), Chávez é o demônio de todas as horas. Ele é acionado nas três coberturas para representar aspectos negativos. Conquanto tenha tido participação na questão hondurenha, nos outros dois momentos (BRICS e negociações Brasil-Irã-Turquia) sua aparição serve a críticas: no primeiro caso, estaria empreendendo uma corrida armamentista na América do Sul; no segundo, é amigo pessoal e apoiador de Ahmadinejad.

Pode-se dizer que o público de Veja espera este tipo de tratamento por três motivos principais: Chávez é um líder latino-americano que se posiciona fortemente contra os EUA; estabelece sua base com discurso contrário à elite econômica de seu país; afirma a necessidade de expansão do que ele denomina como “socialismo do século XXI”. Sua retórica alia a devoção a Simón Bolívar, líder da independência em diversos países do continente, ao reordenamento dos lucros da exploração de petróleo, o que, por um lado, atinge diretamente os interesses das classes econômicas dominantes e por outro, o mercado mundial – ou seja, sua influência não se dá apenas em nível regional, o que poderia significar menos atenção à sua atuação, porém não ignorância de

suas ações. Em conjunção a essas medidas, Chávez se apoiou sempre em seu carisma com a população, emulando o chamado populismo latino-americano de líderes como Juan Domingo Perón, na Argentina, e Getúlio Vargas, no Brasil. Desta maneira, não surpreende que Chávez seja referido por Veja e seu público costumeiramente como ditador, pois não se pode considerá-lo um presidente de regime democrático sob o perigo de validar suas bandeiras. A situação é coadunada a valores conservadores, que se preocupam com a preservação das instituições políticas dos Estados latino-americanos – que, de maneira geral, são forjadas ao longo dos séculos XIX e XX de forma a assegurar a manutenção do *status quo* dessas sociedades. No plano econômico, tanto as medidas práticas como (especialmente) a retórica chavista se conformam como um “ultraje” aos preceitos liberais/neoliberais, tendo em vista que defendem um projeto de nacionalização que se mostra contrário a este modelo.

6.2.1.3 Celso Amorim

Como apontei anteriormente, durante o período Lula o chanceler alcançou o posto de diplomata com mais tempo à frente do MRE, superando o Barão do Rio Branco, e foi definido pela publicação especializada *Foreign Affairs* como o “melhor chanceler do mundo”, em decorrência de sua habilidade diplomática e pelo destaque alcançado externamente pelo Brasil entre 2003 e 2010, baseado principalmente na defesa de valores democráticos e do multilateralismo. Porém, a representação de Amorim no portal Veja é a de um ministro de Relações Exteriores vacilante, que avalia mal os cenários mundiais.

À medida que a atuação brasileira nos assuntos internacionais se intensifica e a visibilidade de Amorim aumenta, cresce também a exposição do personagem como titubeante. Como é estruturado um processo de diplomacia presidencial, em diversos momentos o protagonismo das questões é direcionado, pelo governo, ao presidente. Este fator serve à afirmação de que Amorim claudica em suas decisões, sendo engolido pela megalomania de Lula. Ao final do período 2003-2010, o portal publicou um gráfico interativo que apresenta uma enumeração dos supostos “tropeços” do chanceler – denominado provocativamente neste espaço como *embaixador*. Importa lembrar que a política externa desenhada pelo MRE para o período seria “ativa e altiva”, nas palavras do próprio líder diplomático.



Fig. 6: *Os tropeços do embaixador*

A desqualificação do trabalho de Amorim é, por certo, uma tentativa de atingir o capital adquirido em âmbito doméstico pelo ministro ao longo dos dois mandatos. É necessário sustentar que a tese de que o trabalho de Amorim é fraco, pois apesar da presença marcante da imagem de Luiz Inácio Lula da Silva à frente das ações, o chanceler é o articulador da PEB. Desta forma, as estratégias de inserção global arquitetadas são noticiadas como “não-estratégias”, pois Amorim está sempre perdido entre a megalomania e a ingenuidade de Lula e manipulação de Chávez. A cobertura realizada sobre a composição dos BRICS, por exemplo, cita o ministro apenas uma vez, deixando completamente invisível tanto sua atuação quanto a do próprio Itamaraty na constituição de um grupo que reúne países da magnitude de China, Rússia, Índia e África do Sul. Escamotear Amorim e o MRE nesse processo é uma escolha editorial de clara intenção político-econômica.

Um dos comentários sobre Amorim acusa que ele “posa de estadista” durante a situação tensa envolvendo a embaixada do Brasil na capital hondurenha. O mais longo ocupante da chancelaria brasileira, que inclusive atuou em administrações com orientações dessemelhantes (como as presidências de FHC e Lula), é afirmado como responsável por capitanear uma política externa *megalomanica*.

6.2.1.4 Lula

Proceder à análise da “apropriação” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo público do portal Veja a partir do noticiário sobre a PEB possibilita o exame de um considerável mundo de sentidos e significados. A principal figura do Executivo, por certo, aglomera os olhares e críticas em relação a seus movimentos, mesmo porque – goste-se ou não – Lula, durante seu mandato, personifica uma representação do Brasil no exterior. A questão é tentar entender o sentido das críticas, e o que essas afirmações negativas significam no universo social daqueles que fazem o julgamento. O discurso noticioso apontou principalmente para sentidos de ingenuidade e arrogância no tocante ao mandatário, sendo que, na cobertura das negociações com Irã e Turquia, há também um núcleo minoritário de sentidos que postulam uma concepção de malignidade. Sobre os acontecimentos que envolvem Brasil e Honduras, Lula (assim como Zelaya, diga-se) são fantoches de Hugo Chávez, que manipula os líderes latino-americanos a seu bel prazer.

Megalonanico, o vocábulo cunhado pelo articulista Reinaldo Azevedo – e incorporado ao discurso jornalístico de Veja – funciona como quintessência do significado de Lula da Silva no âmbito da política externa para a *doxa* das classes A e B. A megalomania apresentada pelo presidente seria uma decorrência dos êxitos alcançados por sua administração no ambiente internacional: mesmo que não tenha conseguido a adesão do G5+1 e do CS-ONU ao Tratado de Teerã, por exemplo, a visibilidade mundial alcançada pelos valores expressos pela PEB fez com que Lula¹⁰³ adquirisse um expressivo reconhecimento popular. Em uma década marcada pelo unilateralismo dos EUA e a reprovação mundial das ações militares em países como o Afeganistão e o Iraque, o presidente brasileiro apostou nas premissas do acumulado histórico de atuação do Itamaraty, efetivando o multilateralismo normativo, a promoção da justiça das regras internacionais, ações cooperativas e não-confrontacionistas, cordialidade oficial com vizinhos e não-intervenção¹⁰⁴, tendo o desenvolvimento como

¹⁰³ Luiz Inácio Lula da Silva é o presidente com maior índice de aprovação na história do Brasil. Segundo o Instituto Datafolha, sua aprovação alcançou 83%, como pode ser visto a partir do link: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/820667-com-83-aprovacao-ao-governo-lula-bate-recorde-historico-mostra-datafolha.shtml>

¹⁰⁴ Deve ser feita a ressalva, todavia, sobre a ideia de não-intervenção, pois os procedimentos em Honduras mostram a desobediência a este preceito. No entanto, a exceção hondurenha é justificada pela importância de manutenção da ordem democrática no continente, barrando o retorno dos golpes de Estado. De toda maneira, não realizo uma análise acerca das estratégias traçadas pelos formuladores da PEB, deixando-a para os estudiosos do campo.

vetor principal das relações entre os Estados.

A simples negação da repercussão externa de Luiz Inácio Lula da Silva não faria sentido, não alcançando o significado pretendido. Assim, a denominação *megalonânico* aglomera dois sentidos principais: a ideia é negar os sucessos ao afirmar que eles são maiores do que comumente se pensa (e do que o próprio Lula supostamente acha); assim, escamoteiam-se os avanços a partir de uma concepção de soberba facultada a quem os enuncia. A junção ao termo “nânico”, uma troça comum realizada com indivíduos considerados miúdos, preenche essa tarefa. Considera-se megalômano um indivíduo com mania de grandeza, que conta com uma percepção de si muito maior do que realmente ele possui. O presidente é o personagem mais ridicularizado e hostilizado nos comentários postados pelo público de Veja, e as duas principais críticas giram em torno da falta de educação superior do mandatário e de acusações de corrupção. Este significado é, por vezes, expresso pela concepção de que, por ter origem nas classes não-dominantes, Lula se aproveita do poder para enriquecer. O termo *petralha* (popularizado também por Reinaldo Azevedo), que mescla as palavras petista e metralha¹⁰⁵, é de uso comum, espraiando o sentido de má-conduta para todo o grupo partidário.

Talvez a tentativa de compreensão dos ataques direcionados ao presidente pela falta de um diploma universitário seja a mais significativa dentro do contexto sócio-histórico observado, podendo inclusive abarcar a ideia de perversão subjacente ao significado de corrupção. Historicamente, a aquisição de grau no Ensino Superior sempre representou um elemento distintivo das parcelas hegemônicas no Brasil. O alto número de indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade permitiu com que as fendas entre os estratos da sociedade se mantivessem por séculos, e mesmo durante o século XX essa diferença se manteve consideravelmente alta. Patentemente, não é uma casualidade que a desigualdade social seja uma das principais – senão a principal – característica nacional. Neste encadeamento, as classes com maior poder, que ocupam o topo da pirâmide social brasileira, não se veem identificadas aos grupos que ocupam o espaço da base: compartilham o mínimo de elementos socioculturais, possuem trajetórias históricas diferentes (todavia tendo como referencial a história nacional legitimada oficialmente), ocupam posições diametralmente opostas no espaço de poder.

¹⁰⁵ É uma insinuação de similaridade com os personagens de histórias em quadrinhos *Irmãos Metralha*, famosos criminosos.

Considerados subalternos, os indivíduos não-escolarizados sempre ocuparam postos de trabalho piores, recebem menos e pouco avançam na estrutura da sociedade, numa situação considerada “normal” pelos grupos hegemônicos.

A origem em uma família com pouca disponibilidade financeira e a falta de um grau universitário são apropriadas na construção estereotipada de Lula: o presidente é tomado como a representação de características outorgadas aos grupos subalternos, sendo considerado ignorante, ingênuo, desonesto e, de forma geral, inferior, pois não preenche as características consideradas padrão, por este grupo, para um chefe de Estado – especialmente se este é o “nosso” Estado. É mandatório lembrar, nesta consideração, que o presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso, tinha entre seus atributos mais celebrados justamente o capital acadêmico, sendo uma referência no campo de estudos sociológicos do país. No caso em questão, a contraposição é extrema, sendo que o personagem desviante da “normalidade” do cargo é novo mandatário.

Assim, quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência em 2003, pode-se considerar que parte da elite do país tenha sentido a situação como um aviltamento. A complexidade do acontecimento é ainda maior quando a atuação deste presidente é celebrada como um diferencial no panorama mundial. Como um ex-operário monoglota que não frequentou as melhores universidades do país (ou do exterior) pôde ter se destacado em um campo que é reconhecido como de alta elitização? O próprio conceito de insulamento do Itamaraty entre os poderes ministeriais incentiva uma imagem do MRE como sendo uma instância à parte da articulação estatal. Nesse sentido, explica-se a necessidade de representar Lula como ingênuo. É difícil conceber que alguém considerado membro dos grupos subalternos tenha a capacidade de empreender uma estratégia de inserção internacional articulada, com grande destaque na concatenação de posições em comum dos países do Sul geopolítico.

Indubitavelmente, Veja tem conhecimento das premissas defendidas e postas em prática pelo Itamaraty, mas as coberturas realizadas pelo portal investem em contextualizações que silenciam os valores da PEB e, concomitantemente, possibilitam um acesso distinto à esfera de visibilidade midiática daquele pretendido pelo governo. Efetiva-se uma contraposição ao plano de diplomacia presidencial em ambiente doméstico, o que, no material jornalístico, é percebido justamente no descrédito que a postura no ambiente externo do presidente brasileiro recebe. Alguns dos comentários apontam para a instauração de um antagonismo aberto a elementos que são pensados

como trunfos para a construção/manutenção de uma imagem positiva de Lula. Deste modo, pode-se notar que o êxito em relação à campanha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016 ou o fato de ter sido elogiado informalmente pelo presidente norte-americano Obama são mencionados e servem como motivador de pilhérias no espaço designado para comentários de uma matéria sobre o imbróglie em Honduras.

6.2 O público alvo do portal Veja: as classes A e B

Como apontado anteriormente, o acesso ao portal é realizado em sua maioria por representantes das classes A e B (77%) – destes, 66% são homens e 34% mulheres. Afora a composição socioeconômica, destaque-se que os princípios editoriais de Veja (que servem tanto ao portal quanto à edição impressa) defendem fortemente os valores liberais no campo econômico. Politicamente, a despeito de não se declarar oficialmente como relacionada a alguma ideologia, diversos estudiosos indicam a exposição de valores considerados conservadores. Veja publicamente deplora correntes políticas relacionadas às ideologias de esquerda, especialmente quando se apresentam como socialistas ou comunistas. Além disso, historicamente a empresa se posiciona como crítica ferrenha do Partido dos Trabalhadores e, desde que este assumiu o Executivo nacional, o antagonismo em relação ao grupo partidário se intensificou, com discordância constante e praticamente automática das propostas e medidas tomadas pelo governo.

Para compreender o público alvo com o qual Veja intenciona estabelecer seu contrato de comunicação, é necessário atentar para a arquitetura histórica desta porção englobada pela definição de *classes A e B* exposta pela empresa, que vai muito além da classificação econômica representada pelo montante dos salários atuais. A divisão usada por Veja remete a dois índices usados no Brasil: como grupo baseado em renda e como estrato socioeconômico. Na primeira definição, utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre os conjuntos familiares abarcados pela classificação, encontram-se aqueles cuja renda é situada entre 10 e 20 salários-mínimos (classe de renda B), correspondente a uma renda entre R\$ 7.240,00 e R\$ 14.480, e acima de 20 salários-mínimos (classe de renda A), com rendimentos superiores à última cifra.

A segunda categoria é estabelecida pela Abep (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) e é denominada *Critério Brasil*. Partindo da ideia de classes econômicas, englobando itens como posse de bens duráveis, escolaridade, número de

empregados domésticos e de banheiros na residência familiar num sistema de pontuação relativo ao de renda mensal. Neste caso, a classe A é definida pelo valor de rendimentos sob o corte de R\$ 11.037,00, enquanto a classe B é subdividida em B1 (R\$ 6.006,00) e B2 (R\$ 3.118,00). Como Veja não informa o critério utilizado para sua definição de classes A e B, pode-se assumir que esta corresponda um grupamento cuja renda por mês seja, ao mínimo, de R\$ 3.118,00 – o que, levando-se em conta o mesmo critério (o menos restritivo), equivalia, em 2010¹⁰⁶, a uma porcentagem de 21% da população¹⁰⁷.

De toda forma, a denominação do público leitor como *integrante das classes A e B* indica que, muito além de focar uma instância de consumo, Veja mira a reprodução de valores de um grupo socialmente definido como elite nacional. Este é, com toda a certeza, um conjunto que dispõe de alto poder aquisitivo, mas sua concepção não é definida apenas por este indicativo. Trata-se de uma conjunção de fatores que ajuda a compreender a estruturação histórica do Estado-nação brasileiro, posto que não engloba diretamente (ou, melhor dizendo, *somente*) aqueles indivíduos que, por êxito financeiro¹⁰⁸, estão no topo da pirâmide social brasileira. Aliam-se, aqui, características econômicas, sociais, políticas e mesmo culturais que conformam uma identificação elitista, cuja proeminência na sociedade é uma questão de grande repercussão ao longo do estabelecimento da organização nacional. Dada a estratificação social, conforma-se a ideia de camada dominante, que ocupa o local mais alto da hierarquia da organização.

Como foi abordado anteriormente, a ideologia neoliberal marcante do complexo midiático-jornalístico em foco desde a década de 1990 aponta para uma empresa que busca interlocução com os estratos que se posicionam contra medidas econômicas promovam redistribuição de renda, concentrando-se na importância da geração de riqueza. A este pressuposto se relaciona a abertura de mercados sem a preocupação expressa com os efeitos sociais destas medidas, expondo-se uma crença na autodeterminação regulatória do mercado. Ademais, diante das mudanças do cenário político nacional nas últimas décadas, com a afirmação do poder em caráter nacionalmente amplo do PT, o que levou a polarizações entendidas como embates entre Esquerda x Direita, Veja se estabeleceu, cada vez mais, como crítica das políticas

¹⁰⁶ Utilizo os dados do ano de 2010 por este ser o último do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Caso a referência fosse o ano de 2014, as classes A e B (B1+B2) seriam equivalentes a 26% da população, de acordo com o mesmo índice.

¹⁰⁷ Dados disponíveis no site da Abep [<http://www.abep.org/>].

¹⁰⁸ Embora este constitua um elemento indicativo de distinção muito significativo, principalmente para uma empresa que defende os valores liberais com tamanho afinco.

consideradas de caráter “social”, visto que seriam paliativos populistas que maquiam a verdade da importância do sistema econômico-financeiro livre.

O que decorre da situação é que, no intuito de empreender uma sistemática oposição às políticas implementadas pela administração Lula da Silva, há o fortalecimento de um antagonismo cada vez mais destacado em relação ao que o governo busca representar. Neste sentido, se a grande base de apoio do PT está na atuação junto aos grupos social e economicamente mais frágeis (que são os beneficiários de grande parte das políticas de redistribuição de renda e de atuação social, como o programa Bolsa Família e as cotas universitárias), apresenta-se a necessidade de Veja de fomentar visões contrárias a estas medidas. Apresenta-se uma aglutinação de argumentos que se sustentam a partir de visões de classe, incidindo na constituição de um expressivo núcleo de pensamento social e politicamente conservador, uma vez que a crítica ao que é exposto como “privilégios” concedidos por interesse político às classes mais baixas (ou da base piramidal) da sociedade é um julgamento que tem apelo junto a este público.

Dentro desta lógica ideológica de dissimulação, os explorados passam a ser considerados exploradores daqueles que percebem a si mesmos como o único grupo dentro da coletividade brasileira que *produz*, que realmente *trabalha*, sem a necessidade de viver “às custas” do governo. Este, por se apoiar na exploração da classe produtiva, é o principal aproveitador da cadeia. É muito importante perceber que, embora voltado para um determinado público, o discurso de Veja fala a todos, inclusive àqueles que não são considerados integrantes das classes A e B, e faz sentido a uma considerável parte. Para tanto, a questão da credibilidade do veículo jornalístico – seu capital, como lembra Berger (2003) – mostra-se essencial, pois a intenção do complexo midiático-jornalístico em questão é “colocar as coisas para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes”¹⁰⁹.

Fato é que, apesar de congregarem grande parte do poderio econômico, a porção para a qual Veja primordialmente se dirige não ocupa o poder político em sentido estatal, o que corresponde a uma dissociação entre o arbítrio ao qual se arvora e o que realmente exerce. Além do desconforto por estar sendo governada por um “analfabeto funcional”, como as críticas à falta de ensino universitário de Lula ilustram, outros elementos são relevantes para serem considerados: as demandas de liberalização

¹⁰⁹ Como disse Civita em entrevista a Mira (2001).

econômica, por exemplo, só são conseguidas a partir das possibilidades abertas pela supremacia política, e para tal é primordial alcançar (ou retomar) a função de capitanear o Estado que, no momento, encontra-se sob o mando de um grupo não-tradicional nas estruturas políticas nacionais. Isto porque, apesar de suas mudanças e adaptações para se tornar mais “palatável ao grande público”, o PT é um grupo partidário que representa conjuntos historicamente exógenos aos papéis de liderança da estrutura estatal¹¹⁰. Essa concepção de primazia dos grupos politicamente tradicionais é relacionada ao caráter excludente que o Estado brasileiro sempre exibiu, mostrando-se válido tentar compreender o significado histórico dessa predominância.

Abordo duas obras que o fazem. No clássico *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1936, Sérgio Buarque de Holanda parte de uma perspectiva weberiana para elaborar alguns conceitos que tentam explicar a conformação do atraso social do país e o choque entre tradição e modernidade. Entre eles, a cultura da personalidade que, valorizando o indivíduo em detrimento da organização social, baseia-se no status e não no valor do trabalho; e a ética de aventura, que, a partir da dualística divisão entre aventureiro e trabalhador, aponta para uma desvalorização dos empreendimentos demorados por parte dos *neolusitanos* (os brasileiros). Todavia, a principal formulação do autor é a do homem cordial, a “principal contribuição brasileira para a civilização”. Interpelando a relação entre o público e o privado na composição histórica da sociedade nacional, Holanda (1995) afirma a falta de uma impessoalidade com relação ao Estado como característica comum aos funcionários “patrimoniais”, resultado da sociedade patriarcal na qual os cargos públicos são concedidos e tratados como elemento de posse pessoal. Desta forma, as relações de ordem familiar estabeleceram, fortemente, o molde das estruturas sociais no país.

Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro (2001), originalmente publicado em 1958, continua e aprofunda o estudo sobre a constituição sócio-histórica das camadas socialmente hegemônicas do Brasil. O autor sustenta duas principais teses sobre a formação da elite nativa: a primeira é conformação de um Estado patrimonial. Herdado dos alicerces administrativos portugueses, o patrimonialismo deriva na estruturação de estamentos burocráticos, garantidores de privilégios e diferenciação social na organização estatal. A esta organização é relacionado o que Faoro define como

¹¹⁰ Obviamente, trato aqui do período que compreende os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente. Apesar de, neste ano de 2015, o PT completar 12 anos à frente do governo federal, a experiência do partido deve ser considerada no período enfocado – o que não retira seu caráter de excepcionalidade.

capitalismo político, que explica a racionalidade do Estado patrimonial. O modelo capitalista local, não sendo desenvolvido em forma similar a dos países onde vicejou, amparou-se nos domínios públicos para existir. Desta forma, a divisão entre Metrópole e Colônia, fundacional no espaço brasileiro, é replicada na cisão entre Estado e nação¹¹¹. Nessa relação, os laços e vícios da tradição excluem aqueles que se posicionam fora das esferas de poder – ou seja, a grande maioria da população.

O que se pode depreender desse afastamento entre instâncias de liderança do Estado e amplas camadas sociais é a constituição de uma forte heterogeneidade em âmbito nacional, refletida pelos espaços administrativos mas também decisivamente um esteio das relações entre as coletividades domésticas. A desigualdade que impera entre os estratos societários implica em diferentes histórias, distintas visões de mundo, dessemelhantes valores e crenças; pode-se dizer, constituindo diferentes universos simbólicos. A coordenação burocrática do território, exercida majoritariamente ao longo de séculos por grupos que se instituíram como hegemônicos nos domínios econômico, político, cultural e social, tem considerável peso na composição contemporânea das classes A e B. Estas, se perderam o caráter puramente patrimonialista que exibiam até os anos 1950, mantiveram o espírito de exclusividade a partir de suas diversas matrizes constitutivas, e a esta primazia são condizentes estruturas de interpretação sociocognitivas próprias. Na atualidade, o conjunto da elite brasileira engendra os grupos relacionados ao capitalismo nacional (alto empresariado, proprietários de instituições bancárias, financistas, grandes produtores rurais e industriais), quadros superiores de servidores públicos e profissionais liberais.

As coletividades que formam o grupo citado experienciam distintas dinâmicas cotidianas, têm acesso a uma variedade maior de bens de consumo, interagem em espaços diferentes (muitas vezes, exclusivos). Constroem e são construídas com base em estruturas sociais diferentes da maioria da população. Não coincidentemente, como a situação reflete as particularidades do Estado brasileiro, o grupo que ocupa o topo da

¹¹¹ “O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebéia do elitismo moderno. O patriciado, despido de brasões, de vestimentas ornamentais, de casacas ostensivas, governa e impera, tutela e curatela. O poder — a soberania nominalmente popular — tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior” (FAORO, 2001, p. 885-886).

pirâmide nacional é majoritariamente branco, contrastando com os indivíduos que ocupam a base, cujas origens africanas, ameríndias e mestiças são expostas pela definição *negros e pardos*. A unificação pelo discurso da nacionalidade escamoteia as distintas trajetórias que instituem memórias, histórias, valores e crenças próprios, assim como a experiência da desigualdade social, que se relaciona a uma expressiva desproporção no acesso às esferas políticas – situação que se modificou nos últimos anos, mas que ainda é marcante.

De toda forma, é mandatório ter em mente que, em relação às formas de compreender a realidade, o Brasil das camadas subalternas é diferente do Brasil das camadas dominantes. Veja aposta nessa diferenciação.

6.3 Marcas discursivas: o vilipêndio do sentimento nacional e a construção social do *Nós contra Eles*

As marcas discursivas indicam a atuação dos sentidos produzidos por Veja sobre conhecimentos e saberes que pertencem ao domínio das socializações secundárias, mas certamente não muito distantes da primária, pois a identidade nacional é um dos principais guias de orientação da compreensão da realidade na contemporaneidade. De forma geral, os Estados são a abstração mais “real” que os indivíduos experienciam, posto que a concepção de dimensão nacional e estrangeira são uma reformulação da estruturação *Nós/Eles* (ou *Eu/Outro*, mas mobilizo a forma plural por estar tratando da coletividade nacional).

Neste sentido, a reiteração de que a administração do PT está “humilhando” o Brasil com sucessivas “derrotas” propicia o significado de que a degradação atinge *todos nós*. De mesma forma, ao supostamente se aliar a vilões como Ahmadinejad ou Chávez, a administração petista está tanto afrontando os valores Ocidentais (que são os hegemônicos) quanto se curvando a um reles ditador latino (rebaixando o Estado brasileiro a um nível nunca antes alcançado, posto que a América Latina cumpre o papel de espaço de patifaria mundial). Chega-se, por conseguinte, ao seguinte cenário de interpretação: apenas indivíduos que não querem o *nosso* bem (imaginando nacionalmente) poderiam querer se relacionar com muçulmanos loucos para bombardear o Ocidente ou com latinos bananeiros que não importam para ninguém,

além de deixarem o país na “lanterna” dos BRICS (um grupo criado não com o esforço diplomático dos seus componentes, mas por um analista do mercado financeiro).

A compreensão do mundo é possibilitada pelos valores, aqueles que são vistos os *nossos valores* perfazem o papel de valores corretos. Por isso os discursos de que a PEB do período 2003-2010 foi um fracasso são eficazes para esta parcela do público: eles congregam representações, discursos e ideologias que indicam uma corrosão do núcleo de nacionalidade por ela compartilhado. Como a concepção conservadora é forte, a pluralidade social não se apresenta como um elemento de destaque neste núcleo: assim, o acesso de outros grupos societários à esfera de poder é percebido como uma ameaça à tradicional posição de destaque no espaço nacional. É um entendimento restritivo da comunidade imaginada – ou, pode-se dizer, a imaginação não alcança todas as esferas que compõem o Estado-nação. Não há uma identificação ao que podemos definir como valores do Sul, com uma estratégia que, ao menos discursivamente, congregue a celebração de relações exteriores simétricas entre o Brasil e esse grupo de Estados. De forma sintomática, nem o termo *relações Sul-Sul*, usado oficialmente pelo Itamaraty, é utilizado: os países são referidos como subdesenvolvidos ou, quando é o caso, emergentes. A interdição aponta para o rechaço da concepção exposta pelo governo e para o acatamento da centralidade sistêmica dos desenvolvidos, em uma escolha editorial sutil e funcional.

Resulta disso uma força cada vez mais destacada de Veja ao longo da primeira década do século XXI: a de aglutinar as correntes liberal-conservadoras da sociedade brasileira. O portal, que abriga tanto um acervo digital de edições impressas quanto o material diretamente publicado online (além de congregar articulistas que garantem a formação de vínculos em comunidades virtuais), serve como uma instituição de *agenda setting* dos temas a serem compreendidos como infâmias cometidas no âmbito da PEB. Logo, definições genéricas sobre a atuação externa do Brasil adquirem status de conceito verdadeiro nesta *doxa* específica, como é o caso do vocábulo *bolivarianismo*.

Mostra-se válido destacar que o recrudescimento do duo conservadorismo/neoliberalismo é perceptível também pela associação a outras questões. A criação do Instituto Millenium, em 2005, *think tank* que possui relações umbilicais com a editora Abril¹¹², acontece em um momento de fragilidade do governo, acusado de corrupção no que ficou conhecido como “mensalão do PT”. A participação

¹¹² Roberto Civita fazia parte da Câmara de mantenedores do instituto até seu falecimento, em 2013.

na manutenção de uma entidade que tem como objetivo¹¹³ difundir os preceitos liberais/neoliberais acaba dizendo muito sobre os interesses de uma empresa de comunicação.

O fortalecimento das posições mais críticas dos conservadores pode ser considerado como uma reação ao movimento de expansão e inclusão (via consumo, principalmente, mas não apenas) das classes não-preponderantes, o que ameaçaria sua hegemonia (econômica e política, mas destacadamente também de valores e crenças). No exemplo de outros países sul-americanos, essas ações se deram às custas, na maioria dos casos, da perda de parte do poder estrutural (político, social e econômico) das classes dominantes. Exemplos: lucro do petróleo na Venezuela tornou-se ativo estatal; Argentina passou a julgar militares do período ditatorial; Bolívia elegeu representante indígena com discurso de viés socialista, que defendem modificações constitucionais. Todos estes fatores atingem elementos tradicionalmente relacionados aos estratos das elites na América Latina¹¹⁴.

O período Lula da Silva é reconhecido como de considerável êxito nas áreas econômica e social e, entre as consequências das medidas implementadas pelo governo, uma das mais debatidas é a visibilidade de uma grande parcela da população, que ficou conhecida como a *nova classe C*¹¹⁵. Estes grupos experimentaram uma inclusão social pelo consumo (POCHMANN, 2012), o que mobilizou uma atenção maior dos setores comerciais. É necessário apontar que a esta visibilidade se relaciona a reação daqueles que compartilham valores opostos. Deste modo, à imagem-metáfora do “pobre voando de avião” que simboliza a diminuição da desigualdade (ao menos, em sentido econômico), é correlata a crítica de que “os aeroportos ficaram parecidos com as

¹¹³ O Instituto Millenium apresenta como sua missão “promover a democracia, a economia de mercado, o Estado de Direito e a liberdade”; como sua visão, “ser referência e agente de divulgação de valores para melhorar a prosperidade e o desenvolvimento humano”; e entre os elementos que constam de seu código de valores estão o Estado de Direito, as liberdades individuais, a responsabilidade individual, a meritocracia, a propriedade privada, a democracia representativa e a igualdade perante a lei. Link: <http://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>.

¹¹⁴ Os países citados, mais o Equador e o Uruguai, fazem parte da “onda populista” que tomou conta do continente latino-americano, conforme afirma o texto de uma das matérias sobre a crise em Honduras.

¹¹⁵ Pochmann (2012) afirma, de forma categórica, que a emergência da chamada “nova classe C” é uma falácia. O que acontece durante o período 2003-2010 é a inclusão pelo consumo de grupos societários que continuam com seus hábitos e costumes, não ascendendo às camadas socialmente superiores ou configurando uma nova classe. Conforme o autor, trata-se do avanço econômico-social dos trabalhadores pobres (*working poor*), que se beneficiam da recuperação do valor perdido do salário-mínimo e também investem em melhoria do nível de escolaridade, adquirem bens de consumo, propriedade e habitação.

rodoviárias”. De todo modo, embora a atenção do mercado tenha se tornado para as novas possibilidades abertas por um grande público consumidor, é significativo que o complexo midiático-jornalístico em análise tenha, justamente, reiterado os valores da elite brasileira - neste caso, o consumismo como elemento de distinção.

Fato é que, ao falar para as classes A e B sem fazer concessões aos novos grupos consumidores Veja (impressa e portal) intenta o fortalecimento de seus princípios. Desta maneira, seu espaço de atuação e, principalmente, de credibilidade, é o dos grupos hegemônicos economicamente – e que, mesmo não ocupando a liderança do Executivo, constituem também forças políticas de proeminência. Assim, Veja se mostra como uma instância de visibilidade das demandas da elite brasileira, servindo tanto como produto que explica a complexidade do mundo como para “alimentar” grupos de interesse em temas concernentes à política externa. No caso da inserção internacional brasileira, a agenda Sul-Sul só serve enquanto dimensão comercial – no qual, com as bases fortalecidas, o país e sua aristocracia econômico-financeira apresentam uma situação de proeminência. Quando o eixo sulino global é trazido à visibilidade provida pelo portal Veja, as temáticas que envolvem domínios sociais, políticos, culturais e históricos são expostas a partir de um panorama de questionamento: enquanto a sociedade e a cultura são atrasadas, as instituições políticas são fracas e essencialmente defeituosas, e essa configuração da realidade é explicada pelos processos históricos que culminaram na formação dessas estruturas.

Esse modelo geral pode ser percebido nas coberturas de Veja que envolvem o governo brasileiro e os Estados iranianos e hondurenho. No primeiro caso, os princípios islâmicos relacionados aos valores culturais são tratados como indicação intrínseca à desconfiança sobre os não-ocidentais. O reflexo político é claro: eles são o inimigo que pretende se tornar uma *ameaça nuclear* a toda a comunidade internacional. No âmbito das Relações Internacionais, Lafer sustenta que o Brasil é “um outro Ocidente”, e no discurso jornalístico do portal Veja a identidade ocidental perfaz o papel de normalidade – tanto que o principal questionamento é o porquê de o Brasil estar se indispondo com o Ocidente. Afinal, haveria outra verdade que não a ocidental? No tocante aos problemas em Honduras, embora a comunidade internacional condene o golpe, a própria sociedade hondurenha e suas instituições políticas não devem ser levadas tão a sério assim. Desta maneira, a imposição de uma arbitrariedade que diretamente atinge o arbítrio da população – a escolha soberana, dentro da democracia representativa, de seu presidente – é colocada como algo menor; ademais, a “esquerdização” do anteriormente liberal

Zelaya acaba sendo instituída como uma fator de ilegitimidade – e, legitimidade dos golpistas.

Assim, em decorrência de seus “defeitos de nascimento” ou dos que foram “adquiridos”, Irã e Honduras não fazem jus a passar pela mesma estrutura de compreensão que outros Estados. Conquanto não se acredite em um determinismo causado pelas mensagens midiáticas que implique no ultrapassado modelo estímulo = efeito, as sinédoques *iranianos* e *hondurenhos* podem decorrer, via processo de tipificação, na compreensão destes como não sendo nada além dos estereótipos a eles facultados pelo discurso jornalístico. São reificados, tornando-se essencializados no discurso midiático.

A composição dos estereótipos pelos textos analisados é fruto direto dos processos de contextualização. É como se fossem indispensáveis para que o público imaginado do portal Veja compreenda do que se tratam os acontecimentos. Cada tipificação desta categoria incorre em um conjunto de características que, na grande maioria, são consideradas negativas em acordo aos princípios da audiência. Neste caso, as tipificações estereotípicas passeiam pela afirmação de iranianos e hondurenhos como coletividades alheias à normalidade mundial, representada pelos valores ocidentais liberais. A visão sobre o ambiente internacional reflete as estruturas abissais de julgamento interno da alteridade. À fragmentação ideológica, no sentido de Thompson (2009), são correspondentes sentidos de diferenciação e expurgo do Outro. Assim, como ele é imprescindível para a autoafirmação, ele está sempre presente.

6.4 O megalonismo como definição da PEB

O presidente Lula é tratado nos textos, em diversos momentos, como um megalômano, um indivíduo que não percebe o próprio tamanho e acaba fazendo com que o Brasil passe vergonha mundial. Mesmo não sendo apelidado de *megalonico* em alguma das matérias, os comentários postados cumprem a tarefa de concretizar essa relação. A atuação de Lula é tomada como metáfora das ações brasileiras em ambiente externo. Desta feita, a própria atuação externa faz do Brasil um *megalonico* – que, no caso aludido na capa da figura 5, é descrita como uma ação imperialista. É uma forma de Veja dizer que o Estado brasileiro “tem que saber o seu lugar”, por sinal frase muito usada em contextos discriminatórios na tradição de hábitos e costumes do país quando

um indivíduo ou grupo quer diminuir outro indivíduo/grupo por meio de sua origem, cor de pele ou classe social. Similarmente, como o Brasil pode intencionar se intrometer no jogo dos grandes – ou aqueles que a elite nacional considera superiores? Essa situação é representativa da percepção do próprio grupo social representado pelo público de Veja em sua dimensão interna: como os inferiores querem entrar no ambiente dos superiores?

Recobro a metáfora da combinação de megalomania e nanismo para compreender sua aplicação à PEB. A uma autoconcepção de potência muito maior do que em realidade seria, a ideia de nanismo indica que, além de ser pequeno (no sistema internacional), o Brasil está fadado a continuar nesta dimensão: não à toa, a referência ao nanismo, uma condição de nascença não-reversível. A naturalização do sistema internacional – e da posição não-hegemônica do Estado brasileiro – sustenta ideologicamente sua assimetria constitutiva.

A afirmação do *megalonismo* apontará para duas direções a serem consideradas. A primeira é a de que o Brasil, no acúmulo de humilhações e derrotas em ambiente global do período Lula-Amorim, acaba por entender que seu lugar não é entre as potências mundiais. Se o presidente não tivesse “mania de grandeza”, o país (ou nós) não precisaria passar por chacota internacional. A segunda questão é precisamente o resultado paradoxal do conceito: ao não tentar ser “maior do que é”, adequando-se à sua verdadeira condição (o nanismo constitutivo), aceita-se uma subalternidade no espaço mundial. O termo *megalonico*, assim, aproxima-se da metáfora do *complexo de viralatas*, apontada pelo escritor Nelson Rodrigues como a principal característica nacional. Ou seja, aceita-se, implicitamente, que os brasileiros são inferiores a outras nacionalidades. Desta forma, o mais importante parece ser o país seguir as determinações das potências. Obviamente, estas podem se referir a diversos setores: liberalização do comércio, alianças militares, acordos políticos. De certo modo, a definição *megalonismo* funciona como um questionamento sutil (pois involucrado em uma forma humorística) ao princípio de soberania brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomo, nestas breves páginas finais, alguns dos temas tratados ao longo da investigação. Procuo fechar algumas análises, refletindo sobre as interpretações decorrentes da pesquisa e, neste processo, também sobre as motivações ideológicas que orientam as coberturas em observação.

Inicialmente, entendo que, para Veja, o sistema internacional é um sistema de castas. Sua conformação é autoexplicativa: os mais fortes estão no topo, os mais fracos na base e os emergentes tentam alcançar o espaço culminante. Neste sentido, a ideia de países emergentes é estabilizadora: considera-se que querem chegar ao olimpo, mas em acordo às regras já estabelecidas (e nunca questionadas). Se o plano de alcançar o lócus de destaque passa pela relativização dos valores do modelo tradicional, ele simplesmente não faz sentido. Assim, a integração dos BRICS por um modelo econômico liberal significa um alento ao sistema global; a afirmação de poder político ou mesmo simbólico destes Estados é desacreditada. E é necessário depreciar a possibilidade de outros “mundos” adquirirem papel de liderança, visto que, enquanto servirem apenas como mercados consumidores e, principalmente, espaço para investimentos financeiros, as regras do jogo não mudam. Para isso, é essencial manter uma eminência parda, que neste caso é o espaço ocidental – e que este continue restritivo.

Não é um exagero dizer que Veja apresenta uma visão colonial – e nisso sublinho seu caráter pré-neocolonialista. A alteridade muitas vezes, é tomada pelo portal (ou pela empresa, de forma ampla) a partir de um conjunto de discursos racistas, esmerados em darwinismo social e preconceitos de várias estirpes. Essa situação é tanto relativa a parte dos “outros” aqui tratados quanto, em diversos momentos, aos próprios brasileiros. No primeiro caso, há dois exemplos principais. Em relação aos iranianos, a desqualificação passa, essencialmente, por uma concepção naturalizante da religião, na qual os praticantes da fé islâmica são, aprioristicamente, propensos à violência e ao irracionalismo, constituindo-se desta forma em ameaça à humanidade. O papel de bandido está definido de antemão, mesmo que a complexidade da situação não permita julgamentos simplórios que dividam os países em “bons” e “maus”.

Em certa medida, Veja adota a definição proferida por George W. Bush, em 2002, da existência de um “Eixo do Mal”, que ameaça o Ocidente e suas realizações.

Mesmo que o presidente norte-americano tenha deixado o poder em 2008, diante de um rastro de milhões de mortos em guerras – ou, melhor dizendo, invasões – sem conseguir provar as ligações entre o Irã e os atentados contra o World Trade Center em 2001, a empresa midiático-jornalística brasileira concentra boa parte de suas avaliações editoriais e consequentes contextualizações do material noticioso em definições que não se sustentam, seja sócio-histórica ou culturalmente. A afirmação do Irã como ameaça nuclear mundial baseada na torpe definição de “aiatolás atômicos” exemplifica a falta de uma reflexão minimamente aprofundada. Assim, a suposta superioridade da razão de matriz ocidental é explicada, estruturalmente, pela predisposição “natural” dos não-ocidentais ao ilógico. Ou seja, o conjunto argumentativo de *Veja* faz com que retornemos ao século XIX.

Sobre os hondurenos, jaz o infortúnio de serem, essencialmente, latino-americanos. Esta origem é apresentada como uma forma de pecado original, que destina aqueles que nascem com a marca a uma eternidade de danação. É curioso notar que, entre as explicações para a crise, está destacadamente a afirmação de que Honduras é a “república bananeira” por excelência. A falta de pureza da instituição republicana – que, por este argumento, é exemplificada por sua falta de evolução, já que só se caracteriza pela produção uma fruta – é um dado, uma questão ontológica. A *banana* dá qualidade ao ser *república*, o que se reflete na consideração de um atraso que não é apenas técnico: é também humano.

Honduras e toda a América Latina (ou, nomeadamente, os Estados com governos de esquerda ou centro-esquerda) representam o atraso, sendo que este é um termo que indica uma posição anterior, ainda não completamente desenvolvida. O que é forçoso ter em mente é que a consideração de países não independe de seu povo, visto que os Estados são precisamente construtos sociais. Nesse sentido, fatores que unem o espaço latino-americano, em especial sua origem mestiça, são postos como negativos. O problema, no caso hondurenho, é percebido como fruto da parte “bananeira” da equação, não da “república”. Isso equivale a dividir homens e instituições, apontando que, pelos primeiros não serem evoluídos, as segundas serão débeis. Assim, qual a importância do que acontece naquela “selva”? A própria *Veja* responde, ao afirmar em um dos textos, que “Honduras não interessa a ninguém”, fazendo a ressalva do interesse dos EUA, relacionada à forma colonial com que o país sempre tratou o espaço em questão.

Assim, entende-se a posição também do Brasil no mundo. Não é necessário afirmar, com todas as letras, que o país (latino-americano, mestiço, não completamente ocidental) deveria seguir as prerrogativas dos mais fortes. A sustentação dos discursos de Veja sobre o ambiente internacional é realizada por macro conjunto ideológico assentado na ideia de que não há salvação fora do ocidentalismo. Este é expresso pelo capitalismo e sua roupagem político-econômica neoliberal, primordialmente. Mas não apenas.

Um comentário muito comum sobre as relações exteriores brasileiras é a de que, ao contrário dos EUA (a comparação é sempre realizada), que possuem uma “política externa de Estado”, o Brasil emprega uma “política externa de governo”. Detenho-me por um momento aqui. O que esta afirmação quer dizer? À primeira vista, ela aciona a ideia de que o país deveria se esforçar internacionalmente na busca do interesse nacional, como idealmente fazem os norte-americanos. Mas, como discuti em meu trabalho de dissertação (2011), a concepção de um interesse nacional pré-existente, nuclear em qualquer Estado, é uma falácia (claro, levando-se em conta o primordial direito de existir e continuar existindo). Por baixo de uma representação de “vontade geral”, quando o termo é usado ele aponta para objetivos específicos, localizados e localizáveis socialmente.

A ideia corrente é a de que um plano de ação de Estado é mais democrático e, principalmente, vantajoso para a *comunidade imaginada* que constitui a nação, pois pensado para toda essa comunidade. Uma política de governo é inconsistente, orientada apenas para o benefício de alguns. Parece-me muito mais provável que o problema não esteja na distinção entre governo ou Estado que orienta a comparação, mas na percepção geral da constituição da *política externa*. Em primeiro lugar, torna-se idealmente homogêneo aquele Outro (no caso, os EUA), de forma que suas ações buscam o interesse da coletividade nacional aos olhos de quem faz a comparação. Em segundo, a afirmação serve para reiterar os sentidos de que, no Brasil, a classe política só pensa nela, o que inclui até mesmo a atuação internacional. Como consequência, o grupo no poder irá empreender um projeto excludente aos outros.

Ao longo do século XX, a área de estudos e de atuação externa/diplomática sempre foi vista como secundária pelos partidos políticos. Com o chamado processo de globalização e o aumento de fluxos econômico-financeiros, mas também socioculturais entre o Brasil e outros países, a política externa foi sendo compreendida como uma área de importância para qualquer instituição. Neste momento, o insulado Itamaraty, que

sempre gozou de certa autonomia (de forma alguma isso pode ser confundido com independência), passa a ter uma relevância ainda maior para o Estado brasileiro. É necessário ter noção de que, historicamente, as relações exteriores sempre foram vistas pelos governos brasileiros (civis e militares) como uma ferramenta para perseguir o desenvolvimento econômico, o que indica maneiras díspares de empreender esse projeto. Mas, concomitantemente, indicia uma percepção muito voltada às dinâmicas internas, o que sublima uma consideração amplificada da inserção internacional. Essa extrema atenção dada ao domínio interno no julgamento da PEB é uma das marcas da cobertura empreendida pelo portal Veja. É do óbvio que, como um grande conglomerado midiático, a empresa possui interesses domésticos e no mercado externo – a própria editora Abril possui parte de seu capital controlado pelo grupo sul-africano Naspers.

Não é exagero dizer que o maior envolvimento do presidente com a atuação nas relações exteriores teve um considerável impacto na visibilidade nas dinâmicas internacionais do Brasil, tanto para o público externo quanto, principalmente, para o interno. A construção da imagem de Luiz Inácio Lula da Silva como estadista em âmbito global foi muito bem sucedida, sendo o ex-presidente reverenciado internacionalmente mesmo cerca de cinco anos após deixar o cargo. Internamente, porém, acredito que a relação entre a reputação do ex-presidente e a inserção internacional brasileira é mais difícil de ser medida. Enquanto um número expressivo de acadêmicos considere a “era Lula” como um momento de grande proeminência da PEB, mesmo que alguns com equívocos, o discurso do senso comum, muitas vezes celebrado por empresas jornalísticas como a que cumpre o papel de objeto desta investigação, afirma que as relações exteriores empreendidas entre 2003 e 2010 (e mantidas no período posterior) foram baseadas em “ideologia”, com o governo brasileiro se aliando com os países “bolivarianos”, alimentando o regime cubano e sendo subserviente ao falecido Hugo Chávez.

Esta é uma situação assaz importante para ser ignorada. Termos como “bolivarianismo”, “chavismo” e “ideologia” foram incorporados ao léxico corrente da sociedade, tornando-se panaceias para a explicação e compreensão da inserção internacional do Brasil. Embora não tenha incluído notícias que tratassem de acontecimentos envolvendo o Brasil e Venezuela, Bolívia ou Cuba, ao longo da pesquisa com o *corpus* me deparei diversas vezes com os termos elencados. De mesma maneira, talvez não seja exagero afirmar que o nome de Hugo Chávez seja quase tão

citado nas notícias sobre a PEB quanto o do chanceler Celso Amorim (certamente a situação seria verdadeira se o *corpus* reunido abarcasse os temas relativos aos países da América do Sul).

Algo que deve ser destacado, e que talvez seja por vezes esquecido, é o fato de que a política externa é, substancialmente, uma política pública. Não é definida por um grupo à parte da sociedade, em acordo com suas próprias visões do mundo. À PEB, corresponde uma gama de estratégias, interesses, valores, história e, deve ser ressaltado, escolhas a serem realizadas pelo Executivo. Este elege uma direção a seguir, baseado em suas concepções do ambiente internacional em relação às suas próprias ideologias políticas constitutivas. Ao estabelecer acordos em áreas econômica, política ou logística, por exemplo, muitas das decisões são dependentes da aprovação das casas legislativas – que, em sua maioria, não tem uma compreensão aprofundada dos assuntos internacionais e diplomáticos. Logo, definir a aceitação ou não das ações propostas no ambiente interestatal para o Estado brasileiro passa, muitas vezes, pelo crivo dos representantes eleitos democraticamente pela sociedade.

Acontece que, enquanto as dinâmicas políticas internas passam por diversas considerações, estruturadas por anos de conhecimento político e social, discussões públicas, informações advindas da mídia (jornalísticas ou não), etc. Esta situação, contudo, não se efetiva da mesma forma quando da definição de atuação no sistema internacional, cujas dinâmicas, processos e fenômenos são distantes, em geral, tanto da população em geral quanto da classe política. Logo, o papel da mídia, e destacadamente do jornalismo, é fundamental. Este explicará as situações, os panoramas a serem considerados, as opções disponíveis. Com destaque, ao jornalismo cabe a instauração de referências subjetivas em articulação às informações relativas aos acontecimentos expostas por meio o discurso objetivante.

Esta consideração leva em conta, de modo patente, a concepção idealística da “missão” do jornalismo na sociedade. Mesmo não se negando sua forte atuação na estruturação da sociedade (devido à impossibilidade de separação entre sujeito e objeto, ou seja, do “fato” noticiado aos valores da instância emissora), há que se ter em consideração que a prática noticiosa deve seguir determinados parâmetros, assim como qualquer profissão. Porém, esta conformação é contraditória ao que é observado a partir da atuação de Veja, investigada aqui em sua dimensão virtual.

Desde o início da investigação, não acreditava as orientações editoriais (ou, dizendo de outra forma, as opiniões) de Veja fossem ser muito distintas das expressas

nessas páginas. A experiência de anos de pesquisa e o conhecimento pessoal de jornalistas que passaram pela empresa já indicava a conformação deste cenário. Mas o elemento de interesse é outro: a ideia é entender como o universo jornalístico deste complexo midiático constitui um elemento de força na sociedade, fomentando visões e posições sobre a inserção internacional brasileira. Resumindo: o interesse se dá aqui pela construção da lógica que sustenta a argumentação, pela instituição da visão geral da empresa. Como algo termina por “fazer sentido” dentro de um universo de significados? Quais as referências necessárias para a constituição de entendimento, daquilo que será tomado como óbvio em decorrência de premissas incontestes, aceitas “inconscientemente”? Tem-se em consideração que a circulação do material publicado por Veja (neste caso, tanto o portal quanto a edição impressa) visa, de maneira destacada, atingir as chamadas classes altas ou elite da população. Esta, definida de forma ampla pelo poderio econômico, conflui a grande parcela do estrato social que exerce o poder político – refiro-me tanto a seu caráter institucional quanto à estruturação da hegemonia em ambiência coletiva, com reflexos jurídicos, culturais, sociais, etc.

Compreender Veja e seu público apenas pelo lado anedótico ou pela consideração da obviedade de algumas de suas ideias e valores me parece uma atitude academicamente contraproducente. A edição impressa de Veja ainda é o veículo impresso de maior circulação do país, ao passo que seus cada vez mais assumidos hábitos de denunciismo e tentativa de interferência no cenário político alcançam repercussão na cena nacional, em grande parte das vezes pautando outras empresas jornalísticas. Ao longo da primeira década do século XXI, a empresa foi se estabelecendo na posição de baluarte da diáde conservadorismo político-social/liberalismo econômico-financeiro.

Ao se tratar com este objeto em específico, torna-se relevante ir além do que Veja diz e tentar entender como diz e para quem diz – assim, é possível conjugar a relevância social do produto à sua posição dentro de uma dinâmica muito mais ampla. No caso aqui investigado, como as notícias publicadas por um portal nos ajudam a entender o recrudescimento das forças liberal-conservadoras no Brasil a partir da cobertura de sua inserção externa em relação a países do Sul geopolítico. Os estereótipos construídos e mobilizados no tratamento aos acontecimentos externos expõem a manifestação de processos de contextualização relacionados às crenças, valores, discursos, visões e, de forma sintética, aos referenciais amplos do estrato social

que o jornalismo de Veja procura agradar. No decorrer desta processualidade, são instituídos julgamentos subjetivamente consensuais sobre países, povos e culturas, que terão influência na forma de apreciar as relações “objetivas” estabelecidas entre os Estados. Indo além: as ideias, concepções e representações de mundo erigidas pelo outro lado da linha abissal são estruturalmente negados – quando não simplesmente interditados. Estas cadeias de significatividade derivam em consequências tanto no ambiente interno ao Estado quanto em sua dimensão externa.

É compulsório pensar sobre os efeitos da atuação de Veja como elemento do universo midiático. De que maneiras a atuação do veículo incide sobre a formação da imagem do Brasil? Quais os efeitos dessa construção de representações e enquadramentos específicos, mobilização e reiteração de discursos? Decerto, essa “massa” de informações, ao adentrar o espaço virtual, serve como subsídio para a reprodução de concepções ideológicas, combinando-se, na instância de recepção, a outras informações, discursos, dados, imagens, etc. A constituição das interpretações passa, peremptoriamente, pela instituição de compreensões *possíveis*, a partir de conhecimentos anteriores. Dentro desse encadeamento, a comunicação midiática se mostra resultado de interligações, não uma via linear.

A construção da obviedade é, certamente, um processo complexo.

Por fim, retomando uma questão debatida no capítulo anterior, parece-me imperioso entender que, ao tratar de processos hermenêuticos, é necessário ter sempre em vista a compreensão do mundo é possibilitada pelos valores, e aqueles que são vistos os *nossos valores* perfazem o papel de valores corretos. E se o são para o *nós* – afinal de contas, a *atitude natural* não é o constante questionamento das próprias ações –, idealmente também deveriam ser para o *eles*, e deveriam reger o mundo para que este fosse um lugar melhor. Por mais que, publicamente, não se admita.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, 1999, nº.47, p. 201-246.

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação social, 2008.

_____. **Agências de Notícias, Estado e Desenvolvimento**: modelos adotados nos países BRICS. In: Actas del VIII Congresso Internacional da ULEPICC: Quilmes, 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e política externa brasileira**: história e sociologia da diplomacia brasileira. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Cuestiones, características y miradas de la interculturalidad. **Sphera Pública**: Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación. Número 4 (2004), Múrcia.

AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil**: um tributo a Ruy Barbosa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

_____. Os Brics e a reorganização do mundo. **Tendências/Debates**, 08 de junho, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BACCEGA, Maria. Os estereótipos e as diversidades. **C&E** Vol.5, Nº. 13, 1998.

BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BALDESSAR, Maria José. McLuhan e McBride: duas utopias superadas pela tecnologia e pela internet. **Ciberlegenda** (UFF), v. Ano 10, p. 53-65, 2008.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

_____. **Jornalismo digital e bases de dados: mapeando conceitos e funcionalidades**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2005. URL: www.bocc.ubi.pt [PDF].

_____. Sistematizando conceitos e características sobre o jornalismo digital em base de dados. In: Barbosa, Suzana (Org.). **Jornalismo Digital de Terceira Geração**. Covilhã, Portugal: Livros Labcom - Coleção Estudos em Comunicação, 2007.

_____; LARRONDO, Ainara; MIELNICZUK, Luciana; Narrativa jornalística e base de dados: discussão preliminar sobre gêneros textuais no ciberjornalismo de quarta geração. In: 6º SBPJor. São Bernardo: **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo** (SBPJor), 2008.

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BENETTI, Marcia. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. **Líbero** (FACASPER), v. 20, p. 14-26, 2007.
- _____. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), v. 15, p. 13-28, 2008.
- _____. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- _____; HAGEN, Sean. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 7, p. 123-135, 2010.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BIANCO, Nelia. E tudo vai mudar quando o Digital chegar. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.
- BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**: Brasília, n. 6, p. 71-98, julho/dezembro, 2011.
- BOMFIM, Ivan. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais. **Comunicação & Inovação**: São Caetano do Sul, v. 13, n. 25 (p.29-36), jul.-dez. 2012.
- _____; VIEIRA, Karine. Contando Histórias sobre o Mundo: Uma reflexão sobre o jornalismo internacional a partir das narrativas de Clóvis Rossi e Larry Rohter. In: XI Seminário Internacional de Comunicação PUCRS, 2011, Porto Alegre. **Anais do XI Seminário Internacional de Comunicação PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOYD-BARRETT, Oliver (1998). **The globalization of news**. London: Sage, 1998.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BRITTO, Patricia; PASSETTI, Maria Célia. A (des)construção representacional do partido dos trabalhadores na revista *Veja*. **Revista Entretextos**. Londrina: UEL, 2007.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CANAVILHAS, João. **Webnotícia: proposta de modelo periodístico para la WWW**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARR, Edward. **20 anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: UnB, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Conceitos em relações internacionais**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, p. 8-25, 2008.

_____. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008a.

_____. **Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, p. 7-32, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHATTERJEE, Partha. **Comunidade imaginada por quem?** In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CORREIA, João Carlos. **Um esboço da teoria da comunicação de Alfred Schutz**. In: *Phainomenon, Revista de Fenomenologia*, nº 8, Spring 2004, 75-96.

_____. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: notas sobre Jornalismo e representações sociais**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

DESCHAMPS, Jean Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEL'OLMO, Florisbal. **Paradoxo Latino-Americano: por que o governo de Chávez é considerado mais democrático que o de Porfirio Lobo**. *Revista InterAção (UFSM)*, v. 1, p. 21-40, 2010.

ELHAJJI, Mohammed; ZANFORLIN, Sofia. **Pertencimento e Alteridade na Mídia Brasileira: entre negação e negociação**. **XVII Encontro da Compós**: São Paulo, 2008.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2004.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael; PAIVA, Raquel. Rio de Janeiro: Estereótipos e Representações Midiáticas. **E-Compós**. Brasília: UNB, v. 1, n.1, p. 1-25, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIDDENS, Anthony. (2003). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. A Inserção do Brasil na América do Sul. **Oikos**. Rio de Janeiro: v. 10, p. 133-146, 2011.

GRABENDORFF, Wolf. Brasil, de coloso regional a potencia global. Nueva Sociedad, Fundación Friedrich Ebert, nº 226, marzo/abril, p. 158-171, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1998.

_____. et al. A produção social das notícias: o “*mugging*” nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**: São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2011.

KARIM, Karim. Making sense of the “Islamic peril”: journalism as cultural practice. In

ZELIZER, Barbie; ALLAN, Stuart. **Journalism after September 11**. New York: Routledge, 2002.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and interdependence in the information age. **Foreign Affairs**: Sep/Oct 1998.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular UFSC, 2001.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do outro no jornalismo. In: **Brazilian Journalism Research**, Rio de Janeiro, vol 6, n. 1, 2010.

LANDAU, Georges D. O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, vol 6(12), janeiro 2008, p.103-116.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEÃES, Ricardo. Política Externa Iraniana. In: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: Anais Eletrônicos do SEBREEI, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: ed. 34, 1999.

LEMOS, André. Morte aos portais. 2000. [www.andrelemos.info/artigos/portais.htm].

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, v. 22, n.2, jul/dez. 2005, p. 265-303.

_____. Brasil e Polos Emergentes do Poder Mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. In: Renato Baumann. (Org.). **O Brasil e os demais BRICs Comércio e Política**. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010, v. , p. 155-179.

LIPPMANN, Walter. **La opinión pública**. Madrid: Langre, 2003.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo: Identidades Brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARTHOZ, Jean Paul. **Journalisme international**. Bruxelles: De Boeck Université, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 11(1): 197-208, maio de 1999.

_____ ; BIROLI, Flavia. O caleidoscópio convexo: visibilidade, meios de comunicação e campo político no Brasil. In: XIX Encontro Anual da Compós, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro: Compós / PUC-RJ, 2010.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na Web.. In: **12º Compós - Encontro dos cursos de Pós-Graduação em Comunicação**. Recife: CD-ROM, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, São Paulo, n.55-56, p. 155-184, 2002.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. São Paulo: ed. Fapesp, 2001

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marylin. A notícia como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos In: TRAQUINA, Nélsion (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **InTexto** (UFRGS. Online), v. 2, p. 1-25, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

MULLER, Karla. **Mídia e fronteira: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera**. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003. Disponível em: <<http://www.midiaefronteira.com.br/>>

NASCIMENTO PLUM, Mariana. A Política Externa Brasileira e o programa nuclear iraniano – Uma análise do Tratado de Não- Proliferação Nuclear e da Estratégia Nacional de Defesa. In: ARIAS NETO, José; ALVES, Vágner; MOREIRA, William. **A Defesa e a Segurança na América do Sul**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NATANSOHN, Leonor; CUNHA, Rodrigo; BARROS, Samuel; SILVA, Tarcízio. Revistas online: do papel às telinhas. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 7, p. 2, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NYE JR, Joseph. **Power in the global information age**: from realism to globalization. London: Routledge, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, p. 465-504.

OLIVEIRA, Henrique Oliveira. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; NAPOLEÃO, Poliana. A(des)construção da imagem do presidente Lula nas capas da revista *Veja* a partir de uma abordagem semiótica. **Intercom** (São Paulo. Online), v. 31, p. 79-103, 2008.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making**: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

_____. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International relations in a constructed world**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

ORTIZ, Renato. **Moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994

PALACIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos, **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Calandra, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**: Brasília, n. 51, vol 2: 2009, p. 136-153.

PREISS, José. As Relações Brasil-Irã: dos antecedentes aos desdobramentos no século XXI. **EMOC ANMO: África del Norte y Medio Oriente**, vol. 1, n. 1, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PIÑUEL, José; GAITÁN, Juan Antonio; LOZANO, Carlos. **Confiar en la prensa o no: um método para el estudio de la construcción mediática de la realidade**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. International Organization. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1988.

REYES-MATTA, **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RICCI, Rudá. Zelaya: um case da nova política diplomática brasileira? **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá: UEM, Nº 101, p. 96-100, outubro de 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e Cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Presença, 1999.

_____. “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático”. In: Porto, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

RUBIM, Antonio; COLLING, Leandro. Política, cultura e cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006. In GOULART, Jefferson. **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.

SÁ, Fernando. Opinião pública: um conceito político em disputa. **Alceu: PUC-Rio**, v. 13 - n.25 - p. 185 a 199, jul./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Um Discurso sobre as Ciências** Porto: Edições Afrontamento, 2004.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: n.78, out. 2007.

SABADINI, Daniele. **As revistas *Veja* impressa e *on-line* em perspectiva dialógica: dois universos, dois leitores?** Dissertação de mestrado. Araraquara, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SCHILLING, Voltaire. **Ocidente x Islã: uma história do conflito milenar entre dois mundos**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SERRA, Paulo. **A credibilidade da informação na web**. 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-web.pdf>>.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 2, núm. 3, janeiro-junho, 2004, pp. 9-26.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)** [tese de Doutorado]. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005.

_____. Veja e o PT: do “risco Lula” ao “Lula light”. **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 15/16, p. 137-148, 2006.

SILVA JUNIOR, José. O transnacional e o local no jornalismo na web: problematizando as relações entre as agências de notícias e os portais locais. In: **Anais do II Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo**, Salvador, 2004.

SIMÃO, Ana Regina. A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso. In: **XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2009**. Fortaleza: Fortaleza Editora, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Lisboa: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

STEINBERGER, Margarethe. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC, 2005.

STEINER, Andrea; MEDEIROS, Marcelo; LIMA, Rafael. From Tegucigalpa to Teheran: Brazil's diplomacy as an emerging Western country. **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº57 (1): p. 40-58, 2014.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SWEIG, Julia. A New Global Player. **Foreign Affairs**. Nova Iorque: Novembro/Dezembro 2010.

TAVARES, Frederico. **Ser revista e viver bem: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples**. Tese de Doutorado. Unisinos, 2011.

_____. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

VADELL, Javier. O golpe na democracia de Honduras e o papel do Brasil. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**. Belo Horizonte: UFMG, v.1, n.2, p.32-36, out. 2009.

VAN DIJK, Teun. **Discourse, ideology and Context**. Folia Linguistica, XXXV/1-2, 11-40, 2001.

_____. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VALENTE, Leonardo. **Política Externa na era da informação: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**. São Paulo: Intercom, 2002.

VIZER, Eduardo Andrés. **A trama (in)visível da vida social: comunicação, sentido e realidade**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. O G3 e o G20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani (Orgs). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **O Brasil, a América do Sul e a América Latina/Caribe. Oportunidades e desafios da integração**. Buenos Aires: Ed. Flacso, 2010.

WALTZ, Kenneth. **El poder y las relaciones internacionales**. Ciudad de México: Colección Estudios Internacionales, CIDE, 2005.

WEBER, Maria Helena. Política, refém da imagem pública. In: PIMENTA ET AL, Marcelo. (Org.). **Tendências na Comunicação**. Porto Alegre: L&PM, 1999, v. 2, p. 70-83.

_____. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: Rousiley Maia; Maria Céres Castro. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1a.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 117-136.

_____; COELHO, Marja. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene; KUNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso. (Orgs.). *Jornalismo Contemporâneo - figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2011, v. 01, p. 51-78.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the Social Construction of Power Politics. In: **International Organization**, vol. 46, no. 2. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992.

_____. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2008.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2000.

ZAMITH, Fernando. *A contextualização no ciberjornalismo* [Tese de Doutorado]. Universidade do Porto, 2011.

ANEXO

Textos em análise (exemplos de aplicação da ACD)

Irã convida Brasil para uma "nova ordem mundial"

27/04/2010 às 18:21 - Atualizado em 29/04/2010 às 17:46



O chanceler Celso Amorim em encontro com o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad (AFP/VEJA)

O Irã convidou o Brasil para criar uma "nova ordem mundial". A iniciativa foi apresentada nesta terça-feira pelo presidente do país, Mahmoud Ahmadinejad. Segundo informou a agência de notícias Irna, a declaração foi feita após o encontro com o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, que foi ao Irã para preparar a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos dias 16 e 17 de maio.

"Irã e Brasil devem desempenhar juntos um papel para a criação de uma nova ordem mundial justa", disse Ahmadinejad, amparado pela posição do Brasil que defende o direito do Irã de manter seu programa nuclear, o que tem sido alvo de intensas discussões na comunidade internacional.

Mais cedo, Amorim havia reafirmado a posição brasileira em favor do uso da energia nuclear para fins civis. O chanceler disse, porém, que o Irã deve apresentar garantias de que seu programa atômico não tem fins militares.

Amorim pediu que o governo iraniano e as potências mundiais mostrem "flexibilidade" em torno de um acordo envolvendo combustível nuclear. "O Irã deve ter atividades nucleares pacíficas, mas a comunidade internacional deve receber garantias de que não haverá violação nem desvios (da tecnologia nuclear) para fins militares", disse.

O diplomata ofereceu ainda ajuda do Brasil para efetuar a troca de urânio entre o Irã e a comunidade internacional. Trata-se da proposta do P5+1 (grupo que reúne as cinco potências com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU - Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China) e a Alemanha, que prevê o envio de 85% do estoque de urânio pouco

enriquecido do Irã para outro país. Em troca receberia combustível enriquecido a 20%, adequado para o uso médico, mas não para fins militares.

O chanceler iraniano, Manouchehr Mottaki, por sua vez, alertou para a necessidade da criação de um mecanismo adequado para colocar em prática a curto prazo a troca de combustível nuclear. Na segunda-feira, o presidente do Parlamento iraniano, Ali Larijani, elogiou a uma eventual mediação do Brasil na questão.

Polêmica - O fato é que os discursos de Mottaki e Larijani não despertam confiança na comunidade internacional. As idas e vindas do Irã, a resistência em cumprir as exigências estipuladas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e as bravatas de Ahmadinejad levantam suspeitas de que a República Islâmica esteja desenvolvendo um arsenal nuclear.

Só para citar dois exemplos recentes, enquanto o Irã finge que negocia com a comunidade internacional, surgem informações sobre novas usinas no território. No fim de semana, o país também disse ter testado cinco mísseis em um exercício militar na região do estreito de Ormuz, uma das principais rotas de comércio de petróleo e gás do mundo. Na segunda-feira, o mesmo governo que pede flexibilização da ONU, classificou como "satânico" o Conselho de Segurança da organização.

Diante da resistência do Irã em seguir as normas do tratado de não proliferação nuclear (TNP), potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, tentam impor novas sanções ao país.

O Brasil, que é um dos dez membros provisórios do Conselho de Segurança da ONU, não só é contrário à aplicação de medidas mais severas contra um governo que pode estar desenvolvendo uma bomba atômica, como dá respaldo ao líder iraniano ao enviar uma delegação de oitenta empresários para ampliar as linhas de crédito entre os dois países.

O presidente Lula também recebeu o presidente iraniano em novembro do ano passado, e planeja uma viagem a Teerã, em maio, no momento em que a comunidade internacional tenta fazer o Irã entender que, para ser respeitado como qualquer outra nação, é preciso antes respeitar as normas internacionais.

[<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/ira-convida-brasil-nova-ordem-mundial>]

Irã é mais um tropeço da política externa brasileira

27/04/2010 às 18:48 - Atualizado em 29/04/2010 às 17:46



O ministro Celso Amorim se reúne com o chanceler iraniano, Manouchehr Mottaki (AFP/VEJA)

O apoio ao Irã é mais um dos tropeços do governo Lula na política internacional. Para o sociólogo e doutor em geografia humana, Demétrio Magnoli, o discurso do Itamaraty é desequilibrado porque conta uma parte da história e esconde a outra. Ou seja, diz que o Irã tem o mesmo direito que o Brasil de manter um programa nuclear com finalidades pacíficas. Contudo, esconde o fato de o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, não cumprir as suas obrigações perante o tratado de não proliferação nuclear (TNP).

"Não adianta dizer que o Irã tem os mesmos direitos que o Brasil quando as situações são diferentes. O Brasil cumpre as suas obrigações perante o TNP. O Irã não", disse Magnoli a VEJA.com.

"Enquanto o ministro Celso Amorim não contar a segunda parte da história, ele se converte em um eco, um arauto das posições do governo iraniano", completou.

O ex-embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa, diz que é difícil entender porque Lula está se desgastando - especialmente dentro do país - para defender a República Islâmica. Ele acredita que a atitude pode gerar dúvidas sobre os interesses do Brasil.

"O programa nuclear brasileiro nunca levantou suspeitas. Se avançarmos o sinal, vai começar a haver questionamentos sobre a intenção do país", ele afirmou a VEJA.com.

Magnoli, no entanto, acha que as explicações podem estar dentro do PT e do governo. O sociólogo acredita que haja uma forte pressão ideológica, influenciada por uma visão anti-americana, sobre a atual política externa brasileira. E isso impediria o país de tomar posições mais duras.

"O Brasil precisa ser coerente com sua condição de signatário do TNP e de membro provisório do Conselho de Segurança da ONU. O país tem a obrigação de exigir que o Irã siga as regras do tratado que assinou. Mas, em nenhum momento faz isso", disse Magnoli.

Histórico polêmico O governo Lula já havia sido criticado em outro episódio que envolvia o Irã. Em junho do ano passado, o presidente comparou as manifestações nas ruas do país - contra o resultado da eleição presidencial, marcada por suspeitas de fraudes - a "uma briga entre flamenguistas e vascaínos".

Pouco depois, em novembro, a Embaixada brasileira em Tegucigalpa abrigou o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya. O hóspede incômodo usou os escritórios da Embaixada para convocar seus militantes à luta. Novamente atropelando o bom senso, o Brasil se negou a reconhecer a eleição de Porfirio "Pepe" Lobo, apontada como a única solução para a crise.

Neste ano, em março, o presidente Lula comparou presos da ditadura cubana a bandidos comuns no Brasil. As declarações foram feitas logo após a viagem de Lula a Havana, quando o dissidente Orlando Zapata morreu ao realizar uma greve de fome. Pegou mal para o Brasil.

[<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/ira-mais-tropeco-politica-externa-brasileira/>]

Nobel da Paz iraniana critica Lula e diz que "nenhuma nação deve estar ao lado do Irã"

Por: Cecília Araújo 10/06/2010 às 11:31 - Atualizado em 11/06/2010 às 21:21



Shirin Ebadi: "Por que Lula não visitou líderes de sindicatos nas prisões?" (Paulo Vitale/VEJA)

Há exato um ano, depois de décadas em defesa dos direitos humanos e uma série de ameaças contra sua família, a advogada Shirin Ebadi decidiu deixar o Irã. Era a véspera das eleições de 12 de junho, que, sob suspeita de fraude, deram um segundo mandato ao presidente Mahmoud Ahmadinejad e **detonaram uma onda de protestos diários nas ruas de Teerã, duramente reprimidos**. Hoje com 62 anos, a ganhadora do Nobel da Paz de 2003 passa grande parte de seu tempo em viagem pelo mundo - fazendo denúncias, ajudando a fundar organizações humanitárias e representando as vítimas da repressão no país dos aiatolás. Primeira mulher a se tornar juíza no Irã, expulsa dos tribunais com a instauração da Revolução Islâmica, em 1979, Shirin conversou por telefone com a reportagem de VEJA.com, por intermédio de sua intérprete. Embora não dê grande importância a Ahmadinejad ("o que importa é o comportamento dos aiatolás"), Shirin critica sua recente aproximação com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Discorda das **sanções econômicas impostas ao Irã** - prefere as punições políticas - mas é clara ao recomendar uma única postura diplomática em relação ao seu país: "Enquanto o Irã mantiver essa atitude provocadora, nenhuma nação deve estar ao seu lado".

Em 31 anos de República Islâmica, a senhora reconhece algum progresso na forma com que o governo lida com os cidadãos iranianos?

Lamento muito que depois desses anos todos passados da Revolução eu ainda não possa me considerar uma iraniana livre. Em 1979, foram impostas ao país muitas leis que vão contra o direito das mulheres. Talvez o governo tenha devolvido um ou dois desses direitos. Ainda faltam muitos outros.

A senhora ainda recebe ameaças devido ao seu posicionamento crítico ao governo dos aiatolás?

Infelizmente, estou sempre recebendo ameaças. Agentes do governo frequentemente mandam mensagens à minha família dizendo que, se eu continuar com o meu trabalho, o governo iraniano vai me encontrar onde quer que eu esteja.

No dia 12 de junho, completa-se um ano da polêmica votação que reelegeu Mahmoud Ahmadinejad à presidência do Irã. Como a senhora avalia seu governo?

Na verdade, não importa se é Ahmadinejad ou outra pessoa que está no poder, mas sim a forma como as autoridades máximas do Irã atuam. O que realmente faz a diferença é o comportamento dos aiatolás. Embora Ahmadinejad seja o presidente, há um outro líder supremo (o aiatolá Ali Khamenei) que de fato comanda a vida dos iranianos.

O que a senhora pensa do acordo entre Brasil, Irã e Turquia para a troca de urânio enriquecido?

Espero que o governo brasileiro seja capaz de convencer o Irã a de fato negociar e respeitar as resoluções determinadas pela comunidade internacional. Ao mesmo tempo, lamento profundamente que o presidente Lula tenha ido até o Irã e se recusado a conversar com qualquer membro da sociedade iraniana.

O que a senhora esperava do presidente Lula durante sua visita ao país?

Quando Lula foi ao Irã, por que não visitou líderes de sindicatos de trabalhadores nas prisões? Fiquei surpresa, porque sei que ele representa os trabalhadores em seu país. Atualmente, a condição das prisões é muito precária - e tem piorado. E esses líderes sindicalistas estão presos por participarem de protestos em prol de seus direitos! Tenho muito respeito pelo presidente Lula, mas me surpreendeu muito que ele tenha se encontrado com o presidente do Irã e outras autoridades e ignorado completamente a classe trabalhadora.

A senhora é a favor das sanções impostas ao Irã pelos Conselho de Segurança da ONU?

Sou contra a imposição de sanções econômicas ao Irã porque elas não vão atingir o regime e sim fazer com que a população iraniana fique ainda mais pobre. Por outro lado, acredito que seja uma obrigação do Irã respeitar as resoluções internacionais e suspender o enriquecimento de urânio. Eu acharia mais justo que, no lugar das sanções econômicas, as potências impusessem sanções políticas ao país. Enquanto o Irã mantiver essa atitude provocadora, nenhuma nação deve estar ao seu lado.

A senhora, pessoalmente, acredita que o Irã desenvolva armas nucleares?

Tudo no Irã é feito a portas fechadas. Eu - ou qualquer outro cidadão iraniano - não tenho ideia das decisões que são tomadas entre as autoridades.

Como deveriam agir as autoridades iranianas?

Se o governo de fato escutasse os cidadãos, poderia se tornar mais forte. Porém, da forma como esses líderes têm agido, mais cedo ou mais serão tirados do poder pelo povo. Não digo que isso vai acontecer nos próximos três anos de mandato de Ahmadinejad. Falo do início de um processo cuja duração não se pode prever.

[<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/ahmadinejad-apanas-mais-marionete-ditadura-islamica>]

EUA admitem: domínio no globo será menor até 2025

21/11/2008 às 15:55 - Atualizado em 21/11/2008 às 15:55

Num importante desdobramento dos desafios enfrentados pelos Estados Unidos nos últimos anos, o governo da maior potência econômica e militar do planeta reconheceu, em um documento oficial, que seu domínio no cenário internacional será enfraquecido nas próximas décadas. De acordo com os americanos, o país continuará ocupando a posição de grande protagonista do cenário global. A diferença é que, no futuro, a influência do país será desafiada pelos grandes emergentes: China, Rússia, Índia e Brasil.

A avaliação foi feita pelo Conselho Nacional de Inteligência (NIC, na sigla em inglês). "Os próximos 20 anos serão de transição para um novo sistema, cheio de riscos", diz o relatório, intitulado Tendências Globais 2025. É a última edição de um documento preparado a cada quatro anos, antes da posse de um novo presidente. O texto, que foi divulgado nesta sexta-feira, traça um cenário preocupante para o próximo presidente, Barack Obama, que assume o cargo numa cerimônia marcada para dia 20 de janeiro.

Conforme a texto, os EUA não perderão sua liderança no campo militar, mas essa hegemonia será desafiada pelo uso de táticas de guerra "irregulares" e pela proliferação de armas de precisão de longo alcance, entre outros fatores. No estudo anterior, o NIC previa que a posição global dos americanos seria mantida, com um domínio ainda muito claro. Depois de mais quatro anos de governo do presidente George W. Bush, a nova edição avisa: "O país ainda será o ator principal, mas será menos dominante."

Brics - Nesse novo sistema multipolar, as economias emergentes, principalmente as da China, Índia, Rússia e Brasil, são apontadas como desafiantes dos americanos. De acordo com o relatório, se os integrantes do chamado Bric estão em alta, a União Européia será apenas uma "gigante alijada", já que não conseguiria transformar sua força econômica em influência militar e diplomática. Com um número maior de núcleos de poder, a chance de surgimento de conflitos aumenta, avalia o documento americano.

"As rivalidades estratégicas deverão girar ao redor do comércio, dos investimentos e da inovação tecnológica, mas não se deve descartar um cenário como o do século 19, com corrida armamentista, expansão territorial e rivalidades militares. Tipos de conflitos que não vemos há muito tempo, como os que disputam recursos naturais, poderão ressurgir", alerta o texto. Mas o presidente do NIC, Thomas Fingar, avisa: está nas mãos dos governantes de hoje a chance de reduzir o risco de conflito daqui em diante.

[<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/eua-admitem-dominio-globo-sera-menor-2025/>]

Bric precisa ter mais voz no mundo, diz O'Neill

Por: Benedito Sverber16/04/2010 às 18:14 - Atualizado em 16/04/2010 às 22:02



O'Neill: FMI e Banco Mundial terão de mudar (AFP/VEJA)

O grupo do Bric - formado por Brasil, Rússia, China e Índia - foi criado em 2001 pelo chefe do departamento econômico global do banco Goldman Sachs, Jim O'Neill. Em entrevista exclusiva à **VEJA.com**, o economista explica que a China acaba de entrar num ciclo de crescimento calcado no mercado interno, o que trará conseqüências positivas para a economia global. Ao Brasil, alerta, há um longo caminho a percorrer na ampliação de sua produtividade - fator essencial para a superação de sua condição de grande exportador apenas de commodities. O'Neill frisa ainda que o grupo é cada vez maior importante no cenário internacional, chegando, por vezes, a ofuscar o G7. Contudo, falta ao grupo a merecida representividade nas instituições financeiras internacionais.

O governo da China, em declaração no portal do Ministério de Relações Exteriores, finalmente admitiu que adotará gradualmente uma taxa administrada de câmbio flutuante. Por que essa flexibilização por parte das autoridades chinesas e que conseqüências isso trará para o mundo?

Não vejo uma mudança radical de postura com relação ao câmbio. As coisas na China costumam mover-se muito lentamente numa perspectiva de longo prazo. Creio que, como o governo chinês deixou bem claro, as autoridades do país consideravam a crise tão preocupante que queriam se certificar que as coisas que eles podem deixar estáveis realmente ficassem estáveis. Agora que a crise está sendo superada - verificou-se, particularmente, um incrível crescimento da economia chinesa no primeiro semestre -, eles sentem que os riscos estão mais distantes de certa forma. Em particular, se o Congresso americano não atrapalhar, os chineses vão se preparar para mudar gradualmente o câmbio. Simples assim.

Ao sinalizar para um yuan mais forte, os chineses revelam estar, de certa forma, preocupados com o fato de que muitas economias estão enfrentando quadros complicadíssimos de déficit fiscal no pós-crise? Em outras palavras, apreciar o yuan não seria uma forma de a China preservar seu próprio mercado consumidor?

A grande história em andamento é que a China do pós-crise está entrando numa era de forte consumo doméstico. Este será o fator determinante de sua evolução futura, o que é bom para eles é bom para o mundo. Na última semana, a China anunciou que, em março, teve o seu

primeiro déficit comercial em seis anos. Tomando por base os três primeiros meses de 2010, vemos que o superávit comercial chinês caminha para uma taxa anualizada de apenas 1,5% do PIB. Em outras palavras, esses números revelam que as pessoas precisam se conscientizar de que a economia chinesa no pós-crise será muito diferente da que existia antes dela.

Quais são principais desafios para o Brasil nos próximos anos?

Acredito que o Brasil tem desafios muito interessantes depois desta eleição. O futuro governante terá de preservar os esforços para manter a inflação na meta. Friso, inclusive, que o país conduz há mais de uma década uma fantástica política econômica, cujo sucesso se deve justamente a reformas fundamentais que foram realizadas no período. O maior crédito tem de ser dado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também, é claro, ao governo Lula. Algo que, aliás, endossa fortemente a credibilidade do atual presidente é o fato de não ter mudado o rumo das coisas, quando todos apostavam que ele o faria.

Contudo, o peso do Estado brasileiro é muito grande e tal situação não deveria ser mantida indefinidamente. O país também tem de se engajar mais na conquista de mercados para seus bens e serviços, indo além das commodities.

O Brasil é um país que possui uma dificuldade histórica de ter uma política de longo prazo de promoção e diversificação das exportações. O que fazer para além das commodities, como recomendou?

O Brasil tem de continuar tentando e precisa se esforçar ainda mais. Conquistar mercados internacionais não é fácil para ninguém. Há muitas evidências no comércio internacional de que é preciso perseguir altíssimas taxas de crescimento da produtividade, o que os chineses especialmente demonstram muito bem. O ponto-chave é a produtividade.

Os presidentes do Bric, reunidos aqui no Brasil, reivindicaram em declaração conjunta a reformulação das instituições financeiras globais. O principal objetivo é obter maior representatividade no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Qual sua avaliação sobre esse pleito e quais são as chances de isso realmente acontecer?

Acho que é inevitável. Esta é a razão mais poderosa a justificar a existência do Bric enquanto grupo. O FMI, o Banco Mundial e mesmo as Nações Unidas não mais conseguem espelhar a realidade econômica internacional. Os países que compõem o Bric já respondem por 16% do PIB global. Muito em breve, a economia chinesa ultrapassará a do Japão. Por outro lado, o que pequenos países ricos da Europa têm feito com o FMI é ridículo. Este cenário é que permite e a justifica que o Bric se reúna e exija mudanças. E elas não pararão por aqui. Ao longo desta década, veremos muitas outras. Essas transformações não só precisam acontecer, como certamente ocorrerão nos próximos anos. Caso isso não se verifique, o FMI e o Banco Mundial correm sério risco de perder legitimidade.

A sigla Bric, cunhada pelo senhor em 2001, faz muito sentido do ponto de vista econômico. Por outro lado, somos muito diferentes politicamente. Sob este ponto de vista, o acrônimo também faz sentido? E, por fim, existe possibilidade de uma maior harmonização no grupo?

Não. Não faz, inclusive, nenhum sentido ser um grupo político permanente. Dentro do Bric, há muitas discrepâncias. Há, de um lado, duas formas de estado com partido único, na China e na Rússia. Em oposição a isso, Brasil e Índia são duas democracias vibrantes, ainda que com várias diferenças. Esses países, por definição, estão impossibilitados de cooperar uns com outros no campo político.

No entanto, acredito que, em grande parte, a economia por si só justifica a existência do Bric enquanto grupo organizado. Todos são tão grandes. Qualquer movimento que façam tem conseqüências tão importantes para a economia internacional. Até que tenhamos as Nações Unidas e, especialmente, o FMI e o Banco Mundial reformulados, será fundamental que esses 'players' encontrem maneiras de fazer valer suas opiniões. Brasil, Rússia, China e Índia, agrupados no Bric, têm hoje uma legitimidade cada vez maior - ainda que não representatividade - que o próprio G7. Sua simples existência porá pressão cada vez maior sobre Washington, Bruxelas e Berlim, resultando em modificações substanciais nas instituições financeiras e políticas internacionais.

[<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/bric-ja-mais-importante-g7-diz-neill>]

País pode lucrar alto se ampliar negócios com Moscou

25/11/2008 às 11:46 - Atualizado em 25/11/2008 às 12:00

Por Luiz de França

A visita do presidente da Rússia ao Brasil ocorre no mesmo ano em que os dois países comemoram 180 anos de relações diplomáticas. Nesse período, no entanto, a pauta de importações e exportações entre os dois pouco evoluiu. O Brasil importa, principalmente, fertilizantes; exporta basicamente carne, açúcar e pouco material de valor agregado, à exceção de tratores.

Com o cenário internacional em profunda transformação, estimular novas trocas que fujam das commodities e incentivar a relação de investimento com os russos seriam posições importantes para os brasileiros, afirmam analistas. "O Brasil tem muito a ganhar fazendo acordos com a Rússia", opina a professora de Economia Lenina Pomeranz, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP).

Para ela, entendimentos comerciais em questões estratégicas podem servir, por exemplo, como fator de influência para o Brasil conseguir o almejado assento no Conselho de Segurança da ONU. A Rússia já havia se posicionado favoravelmente à inclusão brasileira durante uma cúpula de ministros das Relações Exteriores dos países do bloco Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), na cidade russa de Ecaterimburgo.

Entre os países latino-americanos, a Rússia já mantém fortes laços econômicos com a Venezuela e Bolívia, dois representantes da onda de populismo no continente. Nos últimos anos, Caracas reforçou a cooperação militar com a Rússia com a compra de 24 aviões caça-bombardeiros Sujoï 30-Mk2, 100.000 fuzis Kalashnikov e helicópteros. Recentemente, o presidente Hugo Chávez discutiu a aquisição de sistemas antiaéreos, veículos blindados e aviões de combate russos.

No Brasil, as negociações para a compra de 12 helicópteros russos de transporte e ataque para a Força Aérea Brasileira (FAB) estão em suspenso há dois anos. Ao contrário do ditador venezuelano, porém, os brasileiros não priorizam o material militar como porta de entrada para uma maior influência da Rússia na região. Por causa disso, a colaboração na área energética pode ser a alternativa.

Acordos - Um recente estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela consultoria Ernst & Young apontou que o Brasil será o sétimo maior consumidor de energia do mundo em 2030. A Rússia manterá sua colocação atual, o terceiro lugar. Atualmente, o Brasil é 11º no ranking. De acordo com o relatório, até 2030 os países produtores de petróleo redefinirão suas relações com outros produtores, empresas privadas e países consumidores, através da negociação de novos acordos.

"Não é por acaso que a Gazprom, a maior produtora de gás do mundo, escolheu o Rio de Janeiro para coordenar suas operações na América Latina a partir do início do ano que vem", lembra o presidente da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria e Turismo, Gilberto Ramos. Um memorando de entendimento já havia sido assinado em fevereiro de 2007 entre a Gazprom e a Petrobras prevendo a cooperação das duas nos setores de exploração, produção, transmissão e venda de hidrocarbonetos.

Petrobras e Gazprom também podem fechar acordos para o desenvolvimento de plataformas offshore e produção de gás natural líquido. Segundo Ramos, a expectativa é de que a transação comercial Brasil-Rússia termine o ano ultrapassando a barreira dos 8 bilhões de dólares e chegue a 10 bilhões até 2010. Ele acredita que a vinda da Gazprom e de toda a cadeia de empresas que a cercam faça circular 50 bilhões de dólares em oito anos. "Com essa crise, pode ser que esse prazo seja abreviado em função da necessidade", diz ele.

[<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pais-pode-lucrar-alto-se-ampliar-negocios-moscou/>]

Especial

O pesadelo é nosso

Na contramão da tradição diplomática nacional, o Brasil se intromete na política interna de outro país e o faz da pior maneira possível: como coadjuvante de Hugo Chávez

Otávio Cabral e Duda Teixeira

Edgard Garrido/Reuters

**À vontade**

Zelaya dorme na embaixada brasileira em Tegucigalpa: ele se diz torturado por "mercenários de Israel" com "radiação de alta frequência"

VEJA TAMBÉM

- [Quadro: **Republiqueta de bananas**](#)
- [Quadro: **Uma diplomacia coerente nas derrotas**](#)
- [Galeria de fotos: **cenas na embaixada brasileira**](#)
- [Linha do tempo: **a crise diplomática em Honduras**](#)



Lula tem na política o instinto matador que caracteriza os grandes artilheiros do futebol tão admirados por ele. Na semana passada, essa habilidade abandonou o presidente da República. Ele esteve em Nova York para discursar na abertura da 64ª Assembleia-Geral da ONU, palco privilegiado para fazer aquilo de que mais gosta e que faz como poucos: enaltecer o Brasil aos olhos do mundo. Em sua fala, Lula assinalou os avanços no uso de energias limpas no Brasil e mesmerizou os burocratas internacionais com ataques à caricatura do mercado onipotente. Ficou nisso. A maior parte do tempo passado sob os holofotes foi dedicada por Lula a falar de um país estrangeiro, Honduras, uma nação paupérrima sem nenhuma relação especial com o Brasil. Politicamente instável, Honduras vem de ejetar do posto e exilar um presidente, Manuel Zelaya, pela tentativa de desrespeitar a Constituição e, por meio da convocação de um plebiscito, perpetuar-se no poder.

Caso típico da contaminação ideológica patrocinada pelo venezuelano Hugo Chávez, Zelaya vendeu a Caracas seu pouco valorizado passado

de latifundiário direitoista. De repente, começou a se pautar pela cartilha populista chavista de miséria moral e material, supressão de liberdades individuais, desrespeito às leis, aos costumes civilizados, associação com o narcotráfico e, claro, eternização no poder – receita que estranhamente passou a ser chamada de esquerda na América Latina. Em uma operação comandada por Chávez, Zelaya foi conduzido de volta a Honduras e se materializou com numerosa comitiva na casa onde funciona a

Embaixada do Brasil em Tegucigalpa. Esse hóspede incômodo, de aparência bizarra e com sinais evidentes de distúrbios mentais – ele se diz vítima de ataques por radiação de alta frequência e gases tóxicos que ninguém mais percebe –, foi o grande assunto de Lula em Nova York. O Brasil pode esperar outra oportunidade.

Zelaya é um problema dos hondurenhos que encurtaram seu mandato antes que ele o espichasse indefinidamente. É um problema também de Chávez, que não se conforma em perder o investimento feito na conversão dele ao seu credo. É um problema dos Estados Unidos pela proximidade geográfica e por estar na sua esfera de influência histórica. Pois a semana acabou com Zelaya sendo um problema e constrangimento para o Brasil. Golpe de mestre de Chávez, que evitou alojar Zelaya na Embaixada da Venezuela, ordenando a seus amigos na paradiplomacia brasileira chefiada por Marco Aurélio Garcia que o acolhessem na representação brasileira. "Hoje, o Brasil tem um problema em Honduras e Chávez, que o produziu, não tem nenhum", diz Maristela Basso, professora de direito internacional da Universidade de São Paulo. Chávez age como o líder do subcontinente americano. Faz troça dos Estados Unidos e ignora Lula.

Edgard Garrido/Reuters



SINTAM-SE EM CASA

Partidários de Zelaya sob proteção brasileira: a embaixada em Honduras foi convertida em palanque eleitoral

Com as eleições marcadas para o próximo dia 29 de novembro, o governo interino que derrubou Zelaya se preparava para reconduzir o país à normalidade democrática. O candidato ligado a Manuel Zelaya aparecia até bem colocado nas pesquisas de intenção de voto. Seria uma saída rápida e democrática para um golpe, coisa inédita na América Latina. Seria. Agora o desfecho da crise é imprevisível. O mais lógico seria deixar o retornado sob os cuidados dos amigos brasileiros até depois das eleições, que, se legítimas, convenceriam a comunidade internacional das intenções democráticas dos golpistas. E, claro, combinar isso com os apoiadores e detratores de Zelaya nas ruas ([veja a reportagem da enviada especial de VEJA, Thaís Oyama](#)), já que elas costumam ter sua própria e volátil dinâmica. O Brasil, que poderia ser parte da solução da crise de Honduras, tornou-se, graças a Chávez, o problema. A embaixada brasileira agora tem um hóspede que ouve vozes e uma paradiplomacia que ouve ditadores estrangeiros.

"O Brasil passou à condição de refém de Zelaya. Ele jamais quis nossa proteção, tudo o que quer é usar a embaixada como palanque eleitoral", definiu na sexta-feira passada o embaixador Marcos Azambuja, expoente do passado de diplomacia profissional de padrão mundial que um dia prevaleceu no Itamaraty. O ministro-conselheiro Francisco Catunda Resende, único diplomata brasileiro em Honduras, foi quem recebeu Zelaya, acompanhado da mulher, Xiomara, filhos e bagagem, às 11 horas da manhã de segunda-feira. Catunda Resende já tinha sido informado, em termos misteriosos, da iminente chegada de um visitante ilustre, conforme VEJA apurou no Itamaraty. O que não estava combinado era que Zelaya transformaria a embaixada em comitê de campanha, com centenas de correligionários acampados dentro do prédio. Ele deu entrevistas dentro da embaixada e proferiu um discurso da varanda do 2º andar. Disse que lutaria pelo cargo até a morte e conclamou a população a resistir. Tomou conta do lugar com tal desfaçatez que seu pessoal se recusou a dividir com os funcionários brasileiros a

comida enviada pela ONU. A situação é inédita nas relações internacionais (*veja o quadro*). Em geral, um país dá asilo em sua embaixada a alguém que é perseguido e corre risco no país. Não é o caso de Zelaya, que estava em segurança na Nicarágua e resolveu voltar para Honduras, onde há um mandado de prisão contra ele. A versão oficial do Itamaraty é que está "abrigoando o presidente Zelaya numa situação peculiar, na qual ele corre risco" e que ele "não é um asilado". "Se eu estivesse lá, deixaria o presidente deposto entrar na embaixada e o manteria lá. O que não tem cabimento é a chegada de 300 aliados políticos, que passaram a utilizar a embaixada como um comitê", diz Roberto Abdenur, que foi embaixador em Washington.

Fotos Henry Romero/Reuters e Franklin Rivera/AFP



PAÍS TUMULTUADO

Hondurenhos protestam contra Chávez e, ao lado, partidário de Zelaya: o incrível latifundiário que virou ícone esquerdista

A ajuda a Zelaya é a confirmação da primazia da ideologia sobre o interesse nacional no governo Lula. Honduras só tem importância na retórica e nos planos de Chávez, que procura ampliar sua influência entre os pequenos países centro-americanos. Honduras não está na agenda diplomática do Brasil – aliás, de nenhum país exceto seus vizinhos e a Venezuela – porque não tem importância política ou econômica. É um exportador de bananas e, com sua instabilidade crônica, serviu de modelo para a criação da expressão "república bananeira". Praticamente, só conta com um parceiro comercial, os Estados Unidos. A crise é um daqueles casos em que os dois lados envolvidos não têm razão. Incentivado por Chávez, Zelaya tentou modificar uma cláusula pétreia da Constituição e instituir a reeleição. O Congresso e o Judiciário proibiram um plebiscito sobre o tema, que foi mantido por Zelaya. A Suprema Corte, então, decretou sua prisão. Em vez de prendê-lo, porém, um comando militar invadiu sua casa durante a madrugada e o expulsou do país, ainda de pijama. Em seu lugar foi empossado Roberto Micheletti, presidente do Congresso e membro do mesmo partido de Zelaya.

Houve um golpe de estado? Sim. País pequeno e pobre, Honduras foi transformada num caso exemplar do repúdio da comunidade internacional aos golpes de estado. Foi castigada com sanções econômicas e congelamento nas relações diplomáticas. Exceto por isso, o problema não era tão grande. A medida de força foi, até certo ponto, justificável pelas leis do país. Até o momento do golpe, o maior perigo para a democracia era o presidente Manuel Zelaya. Ele seguia os passos de Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales, e queria reescrever a Constituição para ampliar o próprio mandato. Não foi um golpe revolucionário, que rasga a Constituição, militariza o Poder Executivo e elimina a liberdade de expressão. Ao contrário, o objetivo era preservar as instituições. As eleições foram mantidas, com a presença da oposição, em 29 de novembro. Havia calma nas ruas, apesar de o país sentir o peso das sanções econômicas. A situação em Honduras só tinha importância para Zelaya. Se as eleições fossem realizadas, um novo presidente assumiria e o deposto cairia no anonimato. Em entrevista a VEJA, o americano Peter Hakim, do Diálogo Inter-Americano, um centro de estudos em Washington, colocou a questão em termos realistas: "Honduras pode ter cometido um pecado, mas não é a Sérvia ou Darfur. A comunidade internacional deveria focar no retorno da melhor democracia que eles possam ter". O governo Lula preferiu apoiar os planos de continuísmo de Zelaya. Essa intervenção jogou lenha na fogueira e pôs Honduras à beira da anarquia.

Rodrigo Abd/AP



CAOS E TEMOR

O país estava em paz, mas a volta do presidente deposto esquentou os ânimos: supermercado saqueado

Manuel Zelaya é o mais improvável dos ícones adotados pela esquerda pró-Chávez. Um homem rico, dono de fazendas e madeireiras, anda sempre de botas, *guayabera* (a camisa típica da América Central) e chapéu branco, de abas largas. Com quase 2 metros de altura, bigodão de mexicano em filme americano, ele cultiva a imagem de um homem do campo honesto e trabalhador. Gosta de ser chamado de "Comandante Vaqueiro". Filho de uma família tradicional de fazendeiros, Zelaya filiou-se ao Partido Liberal, o mais à direita de Honduras, em 1970. Seu pai tinha sido do mesmo partido, mas teve suas ambições políticas frustradas quando passou sete anos na cadeia. Foi condenado como mandante do assassinato de dois padres e treze agricultores sem-terra que haviam invadido sua propriedade. A aproximação com Chávez ocorreu em 2008 e contou, no início, com apoio no Congresso. Em troca de 130 milhões de dólares, 4 milhões de lâmpadas e 100 tratores, Honduras entrou para a Alba, a associação de amigos de Chávez.

Os hondurenhos desconheciam então que o presidente também recebera de Chávez conselhos perversos sobre como se utilizar de mecanismos democráticos, como eleições e plebiscitos, para aniquilar a democracia e se perpetuar no poder. Um comunista diria que faltaram ao chavista neófito as condições objetivas para aplicar o modelo bolivariano de tomada do poder. Em fim de mandato, com popularidade baixa (30%), andava às turras com os companheiros liberais e, quando não conseguiu cooptar o chefe das Forças Armadas para a realização do plebiscito, ele fez a besteira de demiti-lo sumariamente. É um mistério como ele pretendia ser aceito como caudilho sem ter o apoio do Judiciário, do Legislativo, das Forças Armadas e da população. É difícil deduzir se Zelaya se atrapalhou por esperteza ou ingenuidade. Não se deve descartar a hipótese de que o homem seja um lunático. Como sugere sua queixa, na semana passada, de que "um grupo de mercenários israelenses" estava perturbando seu cérebro com "radiações de alta frequência". A paranoia dos raios mentais é um sintoma clássico de esquizofrenia. O certo é que Zelaya não cabe no figurino de um mártir da democracia.

Oswaldo Ribas/Reuters



SEQUELAS DO GOLPE

Roberto Micheletti, presidente interino de Honduras: sanções econômicas já causaram uma queda de 6% no PIB hondurenho

Desde que foi deposto e expulso do país, em 28 de junho, Zelaya conta com a ajuda do Brasil. O presidente Lula e o senador José Sarney o receberam em Brasília com honras de chefe de estado. Um exagero, mas ainda dentro do razoável. Lula é obcecado por fazer do Brasil um protagonista no cenário mundial. Daí a mania de dar palpite em temas sobre os quais seria melhor ser discreto. O Brasil está bem equipado para desempenhar um papel mais ativo. Uma das dez maiores economias do mundo, o país é uma democracia de dimensões continentais. Seu presidente, por sua vez, é festejado e bem-vindo no exterior. Pode-se contar também com o apoio dos Estados Unidos, que veem o fortalecimento do Brasil como uma boa forma de conter a influência de Chávez no continente. Se o país é humilhado pelos vizinhos, tem suas riquezas roubadas impunemente e acumula derrotas nos organismos internacionais, é porque o presidente e seus diplomatas escolheram o caminho da ideologização da diplomacia nacional ([veja o quadro](#)). Qualquer regime minimamente antiamericano conta com o apoio tático do governo brasileiro – ainda que esteja envolvido em genocídio, como o do Sudão, ou seja tratado como pária mundial, como o do Irã. As estripulias dos governantes de esquerda da região – mesmo que eles estejam agindo contra os interesses brasileiros – são toleradas em silêncio pelo presidente Lula. "Por causa dessa política externa, estamos sempre a reboque dos acontecimentos", disse a VEJA Rubens Barbosa, que foi embaixador brasileiro em Washington. O Brasil poderia ser protagonista de uma solução pacífica em Honduras, cujo formato foi definido por Oscar Arias, Prêmio Nobel da Paz e presidente da Costa Rica, com o apoio dos Estados Unidos e da Organização dos Estados Americanos. Chávez foi mais convincente. Na Assembleia-Geral da ONU, em rompante, Lula chegou a dar ultimato ao governo de Honduras. Vai mandar os fuzileiros navais? Seria a suprema vitória de Chávez na armadilha que armou para Lula.

Com reportagem de Thomaz Favaro